ISSN 2175-8255



A Transformar é publicada anualmente pelo Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) e pelo Centro Universitário São José de Itaperuna, da Fundação Educacional e Cultural São José.

© Copyright: Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

Esta revista ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE).

Centro Universitário São José de Itaperuna
Rua Major Porphírio Henriques, 41 – Centro
Itaperuna – RJ – CEP: 28.300-000
Tel: (22) 3811-0700
cenice@fsj.edu.br

Coordenação geral:
Profª Mestre Elaine Borges Tardin

Ficha catalográfica:

TRANSFORMAR – Revista do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)| Fundação Educacional e Cultural São José – Centro Universitário São José de Itaperuna. - n. 7, nov. 2015 – Itaperuna/RJ - Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE), 2015, www.fsj.edu.br. ISSN 2175-8255
Ciência-Periódicos. 2. Conhecimento-Periódicos. 3. Pesquisa – Periódicos. 4. Extensão – Periódicos

Jader Almeida da Silva
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL SÃO JOSÉ

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA

Jader Almeida da Silva
REITOR

Hudson de Oliveira Costa
VICE-REITOR | PRÓ-REITOR ACADÊMICO

José Maria Cardozo
SECRETÁRIO

Ismenia Linhares Rezende Almeida
SUBSECRETÁRIA

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA TRANSFORMAR

Profª Dra. Dulce Helena Pontes-Ribeiro
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

Profª Dra. Manuela Vieira Blanc
UVV – Universidade Vila Velha

Prof. Dr. Thiago Freitas de Souza
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

Prof. Dr. Érik da Silva Oliveira
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Prof. Me. Anízio Antônio Pirozi
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

Prof. Me. Bruno de Oliveira Silva Portela
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

Prof. Me. Renato Marcelo Resgala Júnior
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

REVISÃO TEXTUAL DESTE NÚMERO

Profª Dra. Dulce Helena Pontes-Ribeiro
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

Prof. Me. Renato Marcelo Resgala Júnior
UNIFSJ - Centro Universitário São José de Itaperuna, Brasil

SUMÁRIO	Páginas
Apresentação	7
Linha 1: Educação, direitos humanos e sociedade.	
1. AGONIZA NO BRASIL O ENSINO DO LATIM. Autora: Dulce Helena Pontes Ribeiro	8-19
2. A COMPREENSÃO DO SOCIAL-HISTÓRICO EM CASTORIADIS: os "modos de ser" e a autoinstituição da sociedade. Autora: Taís de Cássia Badaró Alves	20-29
3. CRÍTICA ÀS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO. Autor: Marcio de Oliveira Monteiro	30-42
4. USO E POSIÇÃO DO ADJETIVO: uma análise contrastiva nas línguas portuguesa e inglesa. Autoras: Camila Féres Valinho, Gabriela Peres Chagas, Polyanna Pires Gomes, Sonia Maria da Fonseca Souza.	43-60
5. A *VEJA* E O SEU JEITO TUCANO DE SER: análise linguístico-textual de capas do gênero revista. Autores: Joane Marieli Pereira Caetano e Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior.	61-74
6. NOVOS ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA O PROFESSOR DE INGLÊS NA ERA DA INTERNET. Autora: Joyce Vieira Fettermann.	75-87
7. O SURDO NA REDE REGULAR DE ENSINO: integração X inclusão. Autora: Elielza Cruz Machado	88-101
LINHA 2: Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural.	
1. DOS CONCEITOS DE ESCRAVIDÃO: um olhar sobre um novo modelo de escravidão no Mundo Contemporâneo e sua aceitação no campo historiográfico. Autor: Américo Junio Nicolau Nicolit	102-118

2. Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil. Autores: Elaine Borges Tardin, Murilo Tebaldi Barbosa e Polliana da Costa Alberone Leal.	119-135
3. "HOMEM E MULHER OS CRIOU": A igualdade intergêneros do "Jardim do Éden" ao pensamento feminista. Autor: Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior.	136-145
4. FERREIRA GULLAR, RUA DOS PRAZERES, 497 – CIDADÃO DO MUNDO. Autores: Renato Marcelo Resgala Júnior e Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior.	146-156
5. Memória e Linguagem: Apontamentos sobre a História Diacrônica da Língua Inglesa. Autores: Carolina de Souza Moreira, Maristella David Gomes e Renato Marcelo Resgala.	157-168
LINHA 3: Saúde, meio ambiente e cidadania.	
1. PROTOCOLO DE DOR TORÁCICA. Autores: Natanael Ramos Cruz e Joelma de Oliveira Pinto.	169-178
2. USO IRRACIONAL DE ANTIBIÓTICOS NA INFÂNCIA: contribuição do profissional farmacêutico para a promoção da saúde. Autores: Claudinéia Maria José Marquioti, Lucas Couto Lanes e Geane Freitas Pires de Castro.	179-193
3. A influência dos padrões de beleza veiculados pela mídia, como fator decisório na automedicação com moderadores de apetite por mulheres no município de Miracema-RJ. Autores: Josileyde Ribeiro Dutra, Sonia Maria da Fonseca Souza e Mariana Chiesa Peixoto	194-213
4. USO INDISCRIMINADO DOS BENZODIAZEPÍNICOS: a contribuição do farmacêutico para um uso consciente. Autores: Joana Darc Lima de Oliveira, Lisiane Amim Mota Lopes e Geane Freitas Pires de Castro.	214-226
LINHA 4: Psicologia, subjetivação, psicopatologia e	

linguagem.	
1. A COMUNICAÇÃO NA FAMÍLIA CARACTERIZADA PELA PSEUDOMUTUALIDADE E PELO DUPLO VÍNCULO. Autores: Ieda Tinoco Boechat, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral e Carlos Henrique Medeiros de Souza.	227-238
2. UM OLHAR MENTE E CÉREBRO E O TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO. Autoras: Alessandra Tozatto e Mariana Fernandes Ramos dos Santos.	239-256
3. SÍNDROME DE *BURNOUT*: uma reflexão sobre a saúde mental do educador. Autoras: Valéria Rodrigues Machado, Ieda Tinoco Boechat e Mariana Fernandes Ramos dos Santos.	257-272
4. As perspectivas críticas sobre o sujeito, a linguagem e a identidade em Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e Jacques Derrida. Autor: Renato Marcelo Resgala Júnior.	273-287
LINHA 5: Gestão de negócios, economia e mercados.	
1. Otimização de sistemas decisórios descentralizados. Autor: Érik da Silva Oliveira.	288-308
2. RELACIONAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES. Autora: Danielle Alves Fortuna Pussiareli.	309-324
3. CONTABILIADE AMBIENTAL: Nível de Conhecimento dos Profissionais da Área Contábil de Itaperuna. Autores: Valéria Apolinário Andrade, Rafael Silva Santos e Jesuina Figueira Cezar.	325-341

Apresentação

O conhecimento acadêmico não deve ficar restrito aos muros da Universidade e, sim, fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural que se volte para a sociedade, a fim de propiciar a democratização do saber em suas múltiplas esferas. Esse é o propósito primordial da Revista Transformar (revista de publicação anual, organizada pelo Centro de Iniciação Científica e Extensão - CENICE - e pelo Centro Universitário São José de Itaperuna, da Fundação Educacional e Cultural São José): promover e apresentar com o mesmo crivo e preocupação editoriais os resultados de trabalhos de pesquisadores, não só do Centro Universitário São José de Itaperuna [UNIFSJ], mantido pela Fundação Educacional e Cultural São José [FSJ], como também de diferentes instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Por meio desta nova proposta, o periódico almeja levar o conhecimento aqui selecionado a um público cada vez maior, oportunizando a muitos, através da internet, o acesso irrestrito aos trabalhos e discussões acadêmico-científicas, veiculados pela Transformar.

Na atual edição, os artigos foram divididos em cinco linhas de pesquisa. São sete artigos que compõem a **linha de pesquisa I** - *educação, direitos humanos e sociedade* –, no intuito de explorar questões que perpassam pelas discussões acerca da educação especial até ao ensino de latim no Brasil. A **linha de pesquisa II** – *relações étnico-raciais, memória e identidade cultural* – é composta por cinco artigos e abrange trabalhos que tratam do debate historiográfico acerca da escravidão, discussões de gênero e também memória, em relação às artes, à cultura e ao pensamento contemporâneo em face à história. A **linha de pesquisa III** – *saúde, meio ambiente e cidadania* – apresenta quatro artigos, que são trabalhos da área de Enfermagem, como o artigo sobre Protocolo de dor torácica; também na área de Farmácia, artigo sobre o uso equivocado de medicamentos. A **linha de pesquisa IV** – *psicologia, subjetivação, psicopatologia e linguagem* – constará de quatro artigos, que levarão o leitor a refletir sobre a comunicação na família caracterizada pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo, além de artigos que se voltam para uma análise do transtorno obsessivo compulsivo e sobre a síndrome de Burnout e da relação filosófica do homem com sua linguagem. Por fim, na **linha de pesquisa V** – *gestão de negócios, economia e mercados* -, apresentar-se-ão artigos relacionados à otimização de sistemas decisórios descentralizados, ao relacionamento humano nas organizações e ao trabalho de profissionais da área contábil de Itaperuna.

São vinte e três artigos apresentados nessa edição e, dessa forma, a **Revistar Transformar** – veículo de disseminação do conhecimento acadêmico-científico – abre-se em mais uma edição, esperançosa de que os textos em apreço incitem reflexões teórico-metodológicas e que, de alguma forma, contribuam para a formação acadêmica e profissional.

Dessa forma, nós da **Revista transformar** e do **Centro de Iniciação Científica e Extensão** convidamos toda comunidade acadêmica para compartilhar o conhecimento ora apresentado.

Elaine Borges Tardin

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão

AGONIZA NO BRASIL O ENSINO DO LATIM

Dulce Helena Pontes Ribeiro[1]

RESUMO: Reflete-se sobre a influência do ensino de latim no curso de Letras com vista a um melhor entendimento das irregularidades da língua portuguesa, à ampliação vocabular, a maior embasamento da etimologia do léxico português e ao desenvolvimento do intelecto. Objetiva-se não só evidenciar a necessidade de se desmistificar o latim como língua morta, sublinhando a sua inserção em várias áreas do conhecimento, como também sugerir o referencial teórico ora utilizado a leitores interessados pelo tema. Comenta-se sobre a rejeição recorrente de muitos a esse estudo em razão de uma metodologia de ensino arcaica e descontextualizada. Conclui-se o quão é fundamental o ensino do latim para muitos fins: crescimento intelectual; domínio lexical; melhor entendimento das línguas neolatinas nos seus aspectos histórico, cultural, literário, humanístico e morfossemântico.

Palavras-Chave: Ensino. Português. Língua viva.

Considerações iniciais

É comum o estranhamento acerca de muitas palavras do português. Por que creme *capilar*, e não "cabelar", *aquário*, e não "aguário"? É de conhecimento lato que o português é língua neolatina[2] e, por isso, o latim marca presença constante na nossa língua corrente. Interrogações como essas têm a sua explicação na etimologia da palavra, que no caso é latina.

Há necessidade do estudo do latim na atualidade? Como ignorar a língua geradora do português (e de outras tantas)? Não seria desprezar a oportunidade de entrar em contato com uma das mais significativas civilizações do mundo antigo e berço da cultura ocidental?

Tais questionamentos são discutidos neste artigo com vista a atingir os objetivos de incitar nos leitores, agentes do contexto educacional, o estudo do latim evidenciando o desenvolvimento do intelecto e a desmistificação da inutilidade dessa língua, uma vez que ela se mantém atuante amiúde no português; fornecer a quem se interesse pelo assunto um aporte teórico para melhor aprofundamento.

Para tanto, o desenvolvimento deste texto apresenta três seções. Na primeira são apresentados elementos relevantes que marcam a história do latim; na

[1]Graduada em Letras (FAFITA). Pós-graduada lato sensu em Língua Portuguesa (FAFITA). Mestre em Educação Universidade Católica de Petrópolis. Doutora em Letras – Área de concentração: Língua Portuguesa (UERJ). Atualmente professora de Latim e Linguística no curso de Letras do Centro Universitário São José. E-mail: dulcehpontes@gmail.com.

[2]Em razão das conquistas romanas em contato com diferentes famílias linguísticas surgiram as línguas neolatinas (conhecidas também como românicas).

sequência, discutem-se alguns motivos causadores do repúdio do estudo do latim por quem já o fez e/ou ainda o fará; por fim, argumenta-se a importância desse estudo na contemporaneidade.

Autores como Napoleão Mendes de Almeida (1985), Rívia Silveira Fonseca; Thaíse Bastos Pio (s/d) e GeorgesMounin (1975)foram fontes teóricas basilares para a formação desta matéria.

1 Algumas notas da história latina

Mas o que é o *latim*? Onde e quando surgiu? Quem era seu usuário? O latim é uma língua que se desenvolveu a partir do século VII a.C. na região do Lácio (*Latium*, onde foi fundada a cidade de Roma e ondenasceu a civilização latina). Era falado pelos habitantes desse lugardurante o período das grandes expansões territoriais. Foi língua oficial desde a criação de Roma até meados do século Vd.C. com a queda do Império Romano do Ocidente. No início,

> [...] a Itália era um amálgama das mais diferentes línguas: etrusco, grego, gaulês, osco, umbro, entre muitas outras. Ora, é costume apontar como local de origem do latim o Lácio, e salientar que de lá, com as conquistas militares de Roma, se espalhou para outras regiões da Península Itálica e, depois, para outros locais na Europa, Ásia e África (USP, 2015).

Data de 476 d.C. a derrocada do Império Romano, assinalando o fim da antiguidade e o início da Idade Média. Dentre os muitos motivos provocadores para a queda desse império,atribui-se como o mais incisivo o impasse para a administração de inúmeros e vastos territórios sob o domínio de Roma. Era impraticável defender as fronteiras de invasores, como os bárbaros, por exemplo. Mas, volta-se a pergunta: de onde vem o latim?

> O Latim pertence à grande família das línguas indo-europeias. A maior parte das línguas hoje faladas na Europa e nas Américas, assim como no Irã e na Índia, apresentam uma série de analogias surpreendentes no plano lexical e gramatical que se explicam por uma origem comum, isto é, se originam de uma única e mesma língua, falada numa época muito antiga, que se chama convencionalmente o indo-europeu (UFSC, 2015, p. 1).

Granjeou, de fato, posição de Língua Universal durante a Idade Média, na época em que Roma alcançou a hegemonia social e política. Se da parte ocidental,

o latim é língua veicular; da parte oriental é o grego. Aliado ao cristianismo, o latim fundamenta a civilização ocidental. Até o século XVI as leis francesas foram escritas em latim. Mesmo no Renascimento (séculos XV-XVI), o idioma serviu de protótipo sintático e de estilo para as línguas modernas.No século XX (e talvez até hoje), as missas eram celebradas em latim;também a Zoologia e a Botânica apresentavam as suas descrições nessa língua. E hoje os nomes científicosque surgem têm a sua origem latina.

O latim já foi disciplina obrigatória nos ensinos fundamental (segundo segmento, o antigo curso ginasial), no ensino médio (curso clássico) e na educação superior (curso de Letras e de Direito). Estudava-se e ainda hoje (apenas nos cursos de Letras) estuda-se o Latim Clássico, o *sermolitterarius*, que se difere do Latim Vulgar, o *sermovulgaris*. Enquanto o primeiro era extremamente estável, o outro inovava-se constantemente.

O Latim Vulgar foi língua comum dos diversos segmentos sociais da Itália. Ele se expandiu pela Europa, Ásia, África com a invasão dos soldados romanos e permaneceu atuante até por volta do século IX d.C. quando as línguas românicas começaram a se distinguir dele, apoderando-se de seu espaço. O Latim Clássico foi uma variedade cultivadado latim, vinculada à arte literária artificial, restrita a uma elite aristocrática; predominou por um período mais curto: de 100 a.C. a 14 d.C. Ainda assim foi umafase de importantes produções literárias, como as dos prosadores Cícero e César, por exemplo, e do poeta Virgílio, que apuraram o latim na mais alta perfeição. Na gramática do Latim Clássico havia um sistema desinencial muito rigoroso, sendo dificílimo (ou até mesmo impossível) manter um diálogo discursivo na modalidade oral – razão pela qual a língua falada por todos da região, inclusive pelos escritores, era o Latim Vulgar.

A oralidade, então, ficava por conta do Latim Vulgar, que também “[...]não conseguiu manter-se como língua falada em todo o Império”por várias razões: “a) Romanização superficial; b) Superioridade cultural dos vencidos; c) Superposição maciça de populações não-romanas” (UFSC, 2015, p. 3).Melhor explicando: os romanos não eram muito resistentes aos bárbaros que se infiltravam em seu território; não impunham sua religião aos vencidos e lhes permitia o contato entre si na língua materna ainda que se honrassem quando os presenciavam falando a língua latina. Mas aos vendidos eles impunham o direito romano.

Quanto ao ensino do Latim Clássico no Brasil, a sua difusão se deu pela igreja católica, promotora da educação e da cultura clássicas.

> [...] a universidade fundada nos finais da Idade Média reimplanta o sistema educacional clássico grego e o latim assume, então, ademais do papel de língua de cultura, o de língua acadêmica e científica, permanecendo, assim, até praticamente o século XVIII e início do XIX (FURLAN, 2005, p. 2).

A partir da Revolução Industrial,entretanto, com a ascensão do capitalismo e sua pressão social, a educação, como aparelho reprodutor do Estado, muda seus rumos: de *strictu sensu* para uma vertente pragmática e utilitarista, atendendo dessa forma ao mercado de trabalho. Em vez da formação clássica, as artes mecânicas se fixaram atreladas à tecnologia. Ademais, a metodologia arcaica utilizada para o ensino do latim fazia com que muitos alunos o rejeitassem.

2 Rejeição ao estudo do latim por parte dos alunos

> *No meio do caminho tinha uma pedra Tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra No meio do caminho tinha uma pedra*
> (DRUMMOND DE ANDRADE, 1973 p. 61).

Não é apenas uma pedra no meio do caminho a entravar o aprendizado do latim. De início, pode-se dizer que, hoje, os ensinos fundamental e médio contemporâneos não constroem uma base humanística, em especial laica, que possibilite ao aluno o contato com outros valores e culturas capazes de aproximarem o aluno do latim. Isso sem contar as lacunas do ensino estrutural do próprio português.

E assim, quando o aluno toma contato com o latim nos cursos de Letras que ainda o mantêm, geralmente parte-se do zero– pelo fato, quase sempre,da carência de base da gramática normativa da língua portuguesa por parte do alunado, mesmo sendo de nível superior. Como, amiúde, tópicos da gramática latina são compreendidos pela comparação estabelecida com a língua materna, surgem as pedras no meio do caminho. Afinal, “a gramática tradicional portuguesa foi estabelecida a partir da gramática latina, e o conhecimento daquela é imprescindível para o conhecimento desta” (FURLAN; COELHO, 2009, p. 31). Se o aluno tem

dificuldades no ensino da língua materna, a rejeição ao latim dispensa explicações. Nesse sentido, não são poucos os que se sentem aliviados com a extinção dessa disciplina dos ensinos fundamental e médio.

Aliás, o ensino do latim no Brasil vem sendo cada vez maisreduzido. A LDB, em 1962 (época da pedagogia tecnicista), torna-o facultativo no ensino secundário, ficando limitado ao curso de Letras; em 1996, a LDB o faculta no ensino superior. Assim, cada vez mais, o estudante brasileiro se distancia desse ensino. Mas há quem, inflamado, se expresse deste modo:

> Não encontra o pobre estudante brasileiro quem lhe prove ser o latim, dentre todas as disciplinas, a que mais favorece o desenvolvimento da inteligência. Talvez nem mesmo compreenda o significado de "desenvolver a inteligência", tal a rudeza de sua mente, preocupada com outras coisas que não o estudo (ALMEIDA, 1985, p. 8).

Apoiado em tal perspectiva, o latim não deve ser visto apenas como um pretexto para se aprender análise sintática nem deve ser ensinado por meio de memorização. Provavelmente assimse torna um estudo sem sentido para o aluno e de difícil assimilação; a consequência é a rejeição. E, lamentavelmente, esse ensino desde sua inserção no Brasil tem sido aplicado desse modo.

Aprender uma língua pelo método da gramática e da tradução é bastante tradicional e criticado por linguistas,que concebem o aprendizado de língua mais intuitivo que racional. Porém, o latim não é uma língua que se aprende em meio a seus usuários, até porque ele não tem usuários, no sentido de discurso. A metodologia então não pode ser idêntica à de uma língua moderna, que tem um povo que a usa. Utilizar o *Reading Latin* (método através do qual se traduz antes de qualquer aporte gramatical), por exemplo,também não é uma panaceia que resolverá o problema deste ensino. Além disso,

> Um outro ponto a ser visto é a própria carga horária do curso de latim que é muito pequena, adotando-se, apenas, duas aulas por semana e certa inadequação do currículo, oferecendo o curso de latim em apenas dois semestres. Essa falta de estruturação [...] obriga aaprender o latim em pouco tempo, multiplicando, assim, as deficiências ortográficas, morfossintáticos e léxico-semântico dos futuros profissionais de letras (LUNA NETO, 2008, p. 21).

Mediante tal circunstância associada a uma metodologia gramaticalista do ensino e de se estudar o latim como um fim em si mesmo, instaura-se a ojeriza no

tocante a esse aprendizado. Parte-se de um estudo sintático que sequer na língua portuguesa fora apreendido pelo aluno. Como então trabalhar as declinações e os casos latinos? Além do mais, não se fazem quaisquer conexões entre o latim eas línguas estrangeiras do curso em que estão inseridos (espanhol, francês, italiano, inglês...) – estratégia de elo entre as estruturas linguísticas, que aguçaria o interesse do aluno pelo latim. Afinal,

> Não é para ser falado que o latim deve ser estudado. Para aguçar seu intelecto, para tornar-se mais observador, para aperfeiçoar-se no poder de concentração de espírito, para obrigar-se à atenção, para desenvolver o espírito de análise, para acostumar-se à calma e à ponderação, qualidades imprescindíveis ao homem da ciência é que o aluno estuda esse idioma (ALMEIDA, 1985, p. 9).

A metodologia do ensino do latim além do foco nas declinações e casos, que se pautam na análise sintática, não passa de uma exposição metalinguística, com vista à tradução de textos descontextualizados, sem qualquer vínculo com a civilização romana. Não se quer aqui desprezar a tradução, uma vez que é subjacente aos métodos do ensino de uma língua clássica, sem falantes. Nesse ponto, a tradução embasa a educação humanística da antiguidade romana. Entretanto, que se entenda tradução não como mera operação linguística, mas, conforme George Moulin, como“uma operação sobre fatos a um só tempo linguísticos e culturais, mas cujos pontos de partida e de chegada são sempre linguísticos” (MOUNIN, 1975, p. 215).

E para isso, um conhecimento de mundo se faz necessário, já que as fórmulas linguísticas de um sistema muitas vezes não são compatíveis com as de outra língua. Elas só se tornam expressivas vinculadas ao mundo extralinguístico ao qual estão agregadas. Isso sem contar a distância temporal entre uma língua “morta” e outra falada. O produto final do texto traduzido precisa representar significação, apreender sentidos. No caso de uma língua que não tem mais falantes como o latim, deve-se “recorrer à história como descrição etnográfica do passado e particularmente como exploração etnográfica empreendida por uma civilização sobre o seu próprio passado” (MOUNIN, 1975, p. 221). E mais:

> Compreender os significantes sem compreender os significados é compreender tudo aquilo que é posto ao nosso alcance pelas relações formais que constituem o sistema linguístico de uma língua, sua estrutura:

> lexicológica, morfológica, sintática – o que pode ser feito sem atingir os significados. A compreensão dos significados, somada à anterior, é acessível graças a uma outra operação: o conhecimento das relações arbitrárias, através do tempo, desta vez, dos mesmos signos com seus significados sucessivamente diferentes (MOUNIN, 1975, p. 224).

A propósito, fica complicado (senão insensato) conceber o ensino do latim abstendo-se dos exercícios de tradução. A partir destes, o professor pode intervir esclarecendo peculiaridades do latim.

Hoje, com o auxílio da linguística aplicada, o manual inglês *Reading Latin* vem apresentando certo avanço metodológico. Entretanto, precisa ser adaptado para tocar em questões gramaticais específicas do português. Ademais, a didática de aprendizagem de uma língua moderna nem sempre apresenta os mesmos resultados quando se trata de uma língua clássica, sem usuários na atualidade. Partir dos textos para se chegar à gramática – eis aí o desafio para se ensinar o latim, abstendo-se da metodologia tradicional desse ensino pautadaem declinações, sintaxe e tradução (tudo isso regado de memorização).

Urge a adoção de novos métodos, sem menosprezar a literatura, a cultura e a arte romanas; com leitura de textos latinos inserida o mais cedo possível nesse ensino, contextualizando-os de modo que o aluno aprecie a cultura e a literatura latina. É preciso que sejam estabelecidos paralelos entre as gramáticas portuguesa e a latina. Mas para isso, um “milagre” precisa acontecer: conseguir efetivar essa proposta contando com apenas duas aulas semanais, em um ou dois períodos, no curso de Letras, e ainda lidar com alunos que, em sua grande maioria, apresentam grande deficiência nas competências de leitura, de estruturas gramaticais e de sintaxe no próprio português. Faltam-lhes, inclusive, competências extralinguísticas (histórico-culturais, dentre outras).

3 Importância do latim na atualidade

Para que estudar o latim hoje? O ensino do latim é um ótimo instrumento para entender as irregularidades e as exceções da gramática portuguesa, ainda assim ele é, constantemente, objeto de polêmica: estudar ou não o latim? Há os que lamentam a sua exclusão dos ensinos fundamental e médio. Em contrapartida, em maior número, há os que o repudiam, talvez “traumatizados” pelas dificuldades de

aprendê-lo pelo método tradicional, que requeria do aluno, além de muito raciocínio, uma memória extraordinária. Na maioria dos cursos de Letras o latim é obrigatório. De um lado, há alunos que pensam que encontrarão nesse aprendizado a solução para todos os problemas da língua portuguesa; de outro, há alunos atemorizados com este estudo. E daí muitos questionam: valorizar o ensino do latim não seria um posicionamento anacrônico? Provavelmente não. Muitos professores de português que se formam sem a base latina recorrem à decoreba de regras e listas de exceções, pois não conseguem refletir sobre a raiz de tais ocorrências que se fundamentam no latim. Com ou sem medo, a verdade é que a partir do latim compreendemos melhor muitos mistérios do nosso idioma; alargamos nossa visão de mundo, nossa cultura e nosso vocabulário.

Importa lembrar que são vinte e sete séculos (!) de uso do latim escrito; portanto, não se trata de uma língua morta. Ele deixou de ser uma língua falada (a língua do discurso). E, hoje, só se toma conhecimento dele por meio da modalidade escrita: sua literatura e historiografia, por exemplo,mas continua sendo a gênese do português e das línguas neolatinas.

> Assim, o uso da expressão “língua morta” para caracterizar a língua latina e outras línguas antigas, como o grego, por exemplo, é corrente, mas não é o mais adequado. Isso porque, de fato, uma língua só “morre” se todos os seus falantes deixarem de utilizá-la totalmente, seja por vontade própria,seja pelo desaparecimento da comunidade. Além disso, o desaparecimento tem de ser completo, sem deixar vestígios, o que não aconteceu com o latim(FONSECA; PIO, s/d., p. 8).

O latim vive em várias circunstâncias: é a língua oficial da igreja católica (no Vaticano). No Direito, por exemplo, são usadas inúmeras expressões latinas: *habeas corpus*,*alibi*, *data venia*...O latim está presente no nosso cotidiano: *curriculum vitae*, renda *per capita*, pós-graduação *lato sensu*, *idem*, *a priori, Homo sapiens*, *in loco*, *ipsis litteris*, *persona non grata*,*sinequa non*, *sic*, *status quo*, *sui generis*, *Aedes aegypti*...O latim está vivo no vocabulário também das tecnologias, inclusive das mais modernas (fecundação *in vitro*), no vocabulário da Informática (*deletar,* do inglês *to delete,* que vem, por sua vez, do verbo *deleo*em latim, que significa “destruir”).

Na verdade, o latim se mistura à nossa língua. Nós já o conhecemos e o empregamos. Mas precisamos conhecê-lo mais a fundo. Quando dizemos que há

em nossa gramática muitas irregularidades e exceções, podemos verificar pelo estudo do latim que não se trata de irregularidades nem de exceções, mas encontramos a lógica previsível do fenômeno.

Há nos textos latinos valores bem distintos dos nossos, porém coerentes, dignos de nosso fascínio e consideração. Ao estudá-los associando-os à vida social em Roma, podemos conjecturar o que mudou e o que permanece intacto apesar de nomeado, hoje, de forma diferente. Com efeito,

> [...] não só a literatura, [...] mas também vários outros domínios: espaços nacionais e políticos, estética, ética, moral, valores sociais e religiosos, sistema jurídico dos Estados, usos e costumes da vida quotidiana etc. De todos estes aspectos, Roma foi a grande difusora(FONSECA; PIO, s/d., p. 17).

Convém sublinhar que a civilização latina nos deixou ainda um legado de família muito forte; o respeito aos mais velhos era primordial na educação. Conforme pesquisa de Giordani:

> [...] a educação em Roma era cuidadosamente iniciada no seio da própria família. Cícero informa-nos sobre alguns dos fins que os romanos tinham em vista na educação dos filhos: o domínio de si, a obediência a toda autoridade, a começar pela autoridade paterna e a terminar pela autoridade pública; e a *benevolentia* para com o próximo (GIORDANI, 1968, p. 166).

São, pois, inúmeras as razões pelas quais se deve estudar o latim. Outrossim, a nossa ascensão social requer de nós um vocabulário mais ampliado, aprimorado, inclusive mais preciso. Essa precisão implica conhecer, segundo Platão, “a verdade da palavra”, isto é, seu *étimo*. Por exemplo:

a) *comedere*> *comer*.No latim, *com**edere***significa “comer junto com outras pessoas”.

b) *volare*> *voar*.A queda do *l* não caiu em todas as palavras daí derivadas, como em *volátil*. O álcool é um líquido *volátil*, isto é, *ele pode voar*. E pode mesmo.

c)*Laborare*> *lavrar*. Do radical *labor* aparece em muitas palavras: *laboratório* “lugar em que se trabalha”, *laborioso* “trabalhoso”. A partir de *laborare*, podem-se acrescentar prefixos: co- ***co****laborar* “trabalhar com (alguém)”*,* e-***e****laborar* “planejar algo, trabalhando”; re- ***re****elaborar*: fazer novamente, trabalhando.

Tornar-se-ia enfadonho se fosse necessário dizer: “tive de fazer o trabalho novamente”, o período fica mais enxuto assim: “tive de reelaborar o trabalho”.

Vale pontuar que uma das palavras mais bonitas da língua portuguesa é *companheiro*. Do latim vulgar *cum* (com) + *panis* (pão) = *campanha* (forma antiga de *companhia*) + o sufixo *eiro* = *companheiro*: aquele que divide o pão com o outro, o que senta com o outro à mesa para comer e partilhar o pão. A propósito, a palavra *pão* é muito significativa. Jesus proveu de pão as multidões famintas. Num sentido mais lato, na oração do Pai Nosso, rogamos ao Pai “o *pão* nosso de cada dia”. Também no sentido lato, a palavra *companheiro* tem o sentido de união com o outro com vista a compartilharem sentimentos (alegrias e tristezas, por exemplo) em qualquer lugar e em qualquer momento. O importante é dar-se, material ou espiritualmente, ao outro. Entretanto, sem esse conhecimento, poucos empregam a palavra com precisão.

Outro motivo, portanto, de se aprender o latim é que conhecendo a etimologia das palavras saberemos melhor usá-las, seremos bons em ortografia, sem contar que, na defesa do conhecimento da cultura da nossa história, o estudo do latim é, sem dúvida, imprescindível; também o é para o desenvolvimento do raciocínio lógico.

> Raciocinar é, partindo de ideias conhecidas, diferentes, chegar a uma terceira, desconhecida, e é o latim, quando estudado com método, calma, e ponderação, o maior fator para aguçar o poder do raciocínio do estudante, tornando-lhe mais claras e mais firmes as conclusões (ALMEIDA, 1985, p. 9).

Em suma, sabendo latim, há possibilidades de melhor aprendizado de outras línguas, até mesmo do inglês e do alemão, que não são línguas neolatinas(e sim anglo-saxônicas), mas que até hoje recorrem ao latim constantemente na ampliação de seu vocabulário, em especial o relacionado às ciências. Ademais, a capacidade do raciocínio abstrato e a comunicação com outras culturas são possibilitadas por esse aprendizado. No caso do Latim Vulgar (*sermoplebius*), a sua influência está direta no português contemporâneo. Quem considera o estudo do latim desnecessário tem uma visão muito precária da nossa língua. Sem a base do latim, fazemos considerações infundadas sobre a nossa gramática.

> Estuda-se o latim não para ser camareiro, intérprete, correspondente comercial, mas para conhecer, diretamente, a civilização e a história de um

> povo, pressuposto necessário da civilização moderna, ou seja, para sermos nós mesmos e nos conhecermos de maneira consciente (PITA, 2002, p. 3).

É óbvio que os métodos antigos de ensino do latim devem ser substituídos por uma metodologia focada na percepção etimológica das raízes do português, na prática da análise sintática (raciocínio lógico), na ampliação de vocabulário e na curiosidade para entender outros momentos históricos e o desenvolvimento das sociedades e do pensamento até os dias de hoje.

Por consequência, o aluno melhorará na ortografia, na compreensão das flexões irregulares e das exceções, no questionamento da nomenclatura tradicional. Por fim, aumentará seu repertório histórico-filosófico, o que contribuirá para o estabelecimento de suas próprias analogias e para a defesa de suas ideias com mais discernimento e precisão. Para isso, há de se realizar um ensino contextualizado vinculado ao estudo histórico-cultural já que

> O objetivo é aprender a se servir de um instrumento que permite compreender textos de uma importância maior para a história de nossa civilização: por causa de sua qualidade intrínseca, e porque todos aqueles que os seguiram os imitam, os citam, os comentam e se inspiram sem cessar; é re-ver o passado, reavaliando o presente (UFSC, 2015, p. 2).

Considerações finais

> “Asas de um pássaro: o latim e o português devem voar juntos [...]” (ALMEIDA, 1985, p. 9).

Diante do exposto, podemos considerar o ensino do latim anacrônico? De uma língua morta? Na prática, qual a utilidade do latim? Ele é necessário para o crescimento intelectual do aluno? Em razão do que fora explanado, constatou-se que o latim, de fato, está vivo nas línguas neolatinas (portanto, está vivo na língua portuguesa).Ainda é fonte geradora de sólida compreensão linguística, cultural, filosófica e de toda uma civilização; é o cerne de nossa identidade.

Seguindo-se essa linha de intelecção, sustenta-se a necessidade do ensino de latim em defesa de melhor inserção em nosso idioma (história interna; recursos morfossemânticos). E, ainda, por meio de seu legado literário, o latim tem fornecido consistentes fundamentos à preparação humanista.Por ser componente de sua história e formação, o português, não deve alhear-se dele, que também lhe propicia explicações pertinentes. Nesse diapasão, é possível desenvolver o espírito

acadêmico-científico do aluno de letras, associando-se o aprendizado da sintaxe do português ao linguístico-sintático da língua latina.

Insiste-se, porém, que esse ensino deve facultar ao acadêmico, não somente partes estruturais da língua, mas da mesma forma a história, a sociedade, a cultura e a literatura do povo romano, aliando-as à herança deixada aos povos de língua neolatinas, incluindo-se aí a ampliação vocabular pelo conhecimento etimológico de palavras da mesma raiz. Como se atesta, o estudo do latim configura-se como o passaporte para muitas instâncias do conhecimento.

O latim não é mais uma língua falada (*parole*, conforme Saussure), mas como *langue*, ele não morreu. Na verdade ele não é um falecido, mas tem morrido (está sendo assassinado) a cada dia o seu ensino no país.

Referências:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Poesia completa e prosa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973.

FONSECA, Rívia Silveira; PIO, Thaíse Bastos.**Latim**: língua morta? Quem matou?. Aula 1. In **Latim genérico.** V. 1. Rio de Janeiro: Cederj, s/d.

FURLAN, Mauri. **Quem traduzirá a literatura latina no Brasil**. Santa Catarina: II Simpósio do grupo de Pesquisa Literatura Traduzida, 2005.

_____; COELHO, Fernando. **Língua Latina I.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução.** Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

LUNA NETO. Francisco Moreira. **A importância de estudar o latim para o aprendizado da sintaxe da língua portuguesa pelos discentes de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz** – UESC-BA. In Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: Cifefil, 2008.

PITA, Luiz Fernando Dias. **Latim e esperanto, via Internet**. Rio de Janeiro: Unigranrio/UCB, 2002.

UFSC. De língua latina Disponível em http://latim.paginas.ufsc.br/files/2012/06/De-Lingua-Latina.pdf. Acesso em 13/10/2015.

USP. Breve genealogia da língua latina. Disponível em http://www.usp.br/iac/pic/Aula%202%20-latim.pdf. Acesso em 13/10/2105.

A COMPREENSÃO DO SOCIAL-HISTÓRICO EM CASTORIADIS: os "modos de ser" e a autoinstituição da sociedade

Taís de Cássia Badaró Alves[3]

Resumo: Uma das muitas questões suscitadas pelo pensamento de Castoriadis – a compreensão do social-histórico fomenta o exercício necessário de se problematizar a História enquanto conhecimento. Para o filósofo, parece fundamental analisar o passado vivido em seus "modos de ser", por uma abordagem que investigue os projetos de autonomia e que não se constitua, meramente, em um relato racional. A compreensão das instituições passadas – segundo a proposta de Castoriadis –implica uma abordagem que considere a dinâmica de autoinstituição da sociedade, pela premissa fundamental de que a História é criação. O que se pretende, portanto, é valorizar os elementos apresentados pelo referido autor para a compreensão do social-histórico orientados por uma perspectiva que supere a ideia de determinação – condição estabelecida pelo filósofo para a possibilidade do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Social-histórico. História. Autonomia.Castoriadis.

Considerações iniciais

A construção do mundo antigo, em especial a vivência dos gregos, suscitou em Castoriadis[4]a problematização do que é possível ao ser humano pensar, bem como acenou para os limites de sua atuação. Para o filósofo, a afirmação da história como criação humana e a ampliação das perspectivas do pensar sobre essa criação concorreram para os fundamentos da compreensão da categoria de análise denominada "social-histórico". A abordagem proposta pelo filósofo se apresenta como possibilidade de exame crítico da instituição da sociedade – que passa, fundamentalmente, pela criação e recriação de valores e tudo o que define, como dito anteriormente, os seus "modos de ser". Para o filósofo grego, é ponto pacífico partir de uma compreensão histórica que verifique o processo de autoinstituição da sociedade[5] em uma declarada negação de qualquer determinação que antecipe, à ação humana, contornos e perspectivas. A abordagem promovida pelo filósofo – que

[3] Doutoranda pelo Programa de Sociologia Política da UENF; Mestre em História Social pela USS (Vassouras –RJ); Professora do Centro Universitário São José de Itaperuna e da UNIG – Campus V.

[4] Cornelius Castoriadis, filósofo contemporâneo, de origem grega, marcou os estudos no campo da Filosofia da Educação, com expressiva produção voltada para a relação entre Educação e projetos de autonomia.

[5] Essa perspectiva apresentada por Castoriadis fomenta o debate, no campo da Teoria da História, quanto aos determinismos apresentados em diferentes orientações teóricas do pensamento histórico.

neste texto é tomada como uma referência para a compreensão histórica – se faz sobre uma experiência particular em um tempo determinado: os gregos, na Antiguidade, especialmente no momento profícuo de elaboração dos projetos de democracia e de estruturação do pensamento filosófico.

Para o que mais interessa – a compreensão do vivido –, a História passa a ser entendida, desta forma,como uma construção grega; como produto do ato de inquirir, e fruto da inclinação para o "outro" em um tempo histórico determinado.

É importante observar que não se pretende – com esse exercício de pensar a compreensão do social-histórico em Castoriadis – esgotar todos os elementos que compuseram o processo de autoinstituição da sociedade grega para a autonomia. Considera-se, em especial, o que mais concorreu para a atitude de conhecer o "outro" e que acabou por fixar as bases para o conhecimento histórico.

Sendo assim ,em um primeiro momento, para o que pretende este artigo, destaca-se a singularidade dos gregos –apontada por Castoriadis – no processo de autoinstituição da sociedade. Na sequência, procura-se discutir as perspectivas apresentadas quanto a uma abordagem histórica, problematizando, de certa forma, o campo histórico.

Ao cabo dessas considerações iniciais e na esteira da amplitude das análises do filósofo, pensar o social-histórico implica pensar a validade dos "modelos" e, ao mesmo tempo, indagar-se acerca de um caminho para a autonomia.

1. A atitude dos gregos: o interrogar-se sobre o "outro"

> *[...] como podemos compreender as instituições do passado e/ou "estrangeiras"? E, a propósito, como e em que sentido podemos pretender compreender nossa própria sociedade? (CASTORIADIS,2002,p.281).*

Para além das análises que reduzem a complexidade de se tomar culturas e "modelos" do passado como objeto de investigação, em Castoriadis, encontra-se a iniciativa de valorizar – pelo enfoque na vivência dos gregos – a atitude fundadora de uma tradição: a interrogação acerca do "outro".

A superação do estranhamento e da exclusão do "outro" como objeto de conhecimento estiveram no cerne dessa atitude grega, constituindo-se como uma iniciativa original e particular a uma cultura. A esse processo, Castoriadis denominou

“rompimento da clausura” – dinâmica que se inscreveu no momento de construção da Democracia e da Filosofia na Grécia Antiga.

A trajetória dos gregos, analisada por Mossé (1997, p. 7), assinala ao mesmo tempo “[...] um destino tão brilhante e tão frágil [...]” e que sempre inspirou o conhecimento dessa experiência e dessa vivência – o que, para Castoriadis é referência de uma atitude singular. O “pensar sem restrição”, partindo do princípio de que para além de uma cultura e de certa visão de mundo já estabelecida e autoreferenciada, há o que conhecer, é um aspecto significativo. Esse exercício de voltar-se para o outro e para si próprio é uma evidência de que “O verdadeiro interesse pelos outros nasceu com os gregos, e não passa de um dos aspectos da atitude crítica e interrogadora que eles mantinham ante suas próprias instituições.” (CASTORIADIS, 2002, p. 279).

É importante perceber, como já foi observado, que, dentro de uma tradição histórica particular, nasceu uma atitude que pode ser tomada como o diferencial de uma cultura – não como um “modelo” no sentido mais absoluto da expressão – mas como um *gérmen* para a constituição da cultura ocidental. Para isso, concorre a observação de que a democracia não é um modelo institucional, como também não é um ‘regime’ no sentido estrito do termo. (CASTORIADIS, 1999).

Afirmar acultura grega como *gérmen*, segundo Castoriadis, implica estabelecer um dado comparativo, abrindo-se uma profunda reflexão acerca dos critérios segundo os quais se pode pensar a comparação entre sociedades, do ponto de vista qualitativo. No exercício da análise dos gregos e no cômputo mais geral dessa atitude fundadora, a questão do julgamento e da escolha – dinâmicas próprias ao processo instituinte da sociedade grega e da cultura ocidental – se apresentam como elementos de fundamental importância no projeto para a autonomia.

O reconhecimento do “outro” – na atitude dos gregos – esteve relacionado a uma concepção não unitária do mundo, e nessa atitude já referida, própria aos gregos de “rompimento da clausura”, configurou-se um projeto de autonomia.

Assim como se pode estabelecer uma indissociável relação entre a “abertura para o outro” – e a construção da filosofia e da democracia –, o conhecimento histórico se apresenta como mais um campo de atuação aberto ao homem, pela iniciativa dos gregos, e como mais um exemplar de sua atividade criadora tão valorizada por Castoriadis.

Dessa valorização da “atitude” dos gregos, este texto procura abordar, na sequência, os recursos para a compreensão histórica desenvolvidos na produção do filósofo.

2. A compreensão do social-histórico: das possibilidades para o conhecimento histórico em Castoriadis

> *[...] que história convirá ao século 21?* (CARDOSO, 2005, p.151).

No que se refere à compreensão do social-histórico, a interrogação expressa na epígrafe – há muito refletida, mas que mantém sua atualidade – retoma o debate acerca dos “modelos” para uma análise histórica. A abordagem de Castoriadis sobre os gregos e os fundamentos que dessa abordagem se podem inferir tornam-se relevantes para o campo das interrogações acerca da História na contemporaneidade – tema bastante vasto.Este texto, contudo, limita-se a incorporar algumas das perspectivas apresentadas pelo autor e, assim, de certa forma, pensar o ofício do historiador.

2.1 O social-histórico: a história como criação e o processo de autoinstituição da sociedade

O que se procura discutir, de modo mais geral, é em que medida Castoriadis fundamenta a possibilidade do conhecimento histórico. Para tal, procurou-se, em primeiro lugar, definir, segundo o filósofo, o social-histórico – objeto da compreensão histórica. Em seguida, abordar os elementos entendidos pelo autor, como aqueles que apontam para essa possibilidade.

É necessário considerar – sem a pretensão de esgotar as implicações dos conceitos – o fundamento estabelecido de ser a história uma dinâmica de criação, o que possibilita um contínuo processo de autoinstituição da experiência vivida. Essas noções implicam reconhecer, na esteira das considerações do filósofo, que não somos nada além do resultado de interações contínuas de pensamentos e ações produzidos no tempo.

Castoriadis denomina social-histórico a um movimento que consiste em todas as formas criadas e configuradas nas instituições que se estabelecem pela fixação de valores – ainda que de forma provisória – já que a História é incessante fluxo.

Sobre essa noção de “fluxo incessante”, “magma” – expressos na emergência de novas formas – se apresenta uma potência criadora e em constante movimento.

Como mecanismo próprio ao processo de instituição da sociedade, e que também cabe nessa reflexão, encontra-se o que Castoriadis denomina de “significações imaginárias” – um mecanismo de coerção. A noção de imaginário – tal como entendida pelo filósofo grego – não pode ser concebida como algo estático. Isso se dá pela potência criadora e renovadora (do magma) – que possibilita a dinâmica de criação e autocriação da sociedade. O exercício de apreender o que as coisas significam apresenta-se, assim, como um procedimento necessário ao exercício da compreensão do social-histórico. (CASTORIADIS, 1986).

É importante observar que a cultura historiográfica vem incorporando a noção de imaginário desde a década de 1980, aproximadamente, em um momento de profusão e abertura do campo histórico. Segundo essa perspectiva, as imagens visuais, verbais e mesmo mentais, produzidas por uma sociedade, vêm sendo, de forma recorrente, tomadas como objeto de estudo do historiador. Para ilustrar essas perspectivas no âmbito de ampliação do campo historiográfico é importante mencionar a chamada História das Mentalidades, que se apresentou como um domínio histórico voltado para a perspectiva da valorização dos “modos de sentir”.

> História das mentalidades, filha dileta da “escola dos *Annales*”[...] a *prima donna* da chamada Nova História,[...] a preocupação com “os modos de sentir e pensar” ocupou a atenção dos *annalistes* desde os primórdios da revista *Annales* [...](CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.129).

Claro está que muitos outros aspectos de definição e concepção sobre o social-histórico encontram-se formulados por Castoriadis. Os elementos que foram observados, ainda que de forma sucinta, se pretendem como delimitação do que o filósofo grego estabeleceu como objeto da investigação histórica. Na sequência, apresentam-se elementos da “atitude” do autor em foco, diante desse Saber.

2.2 A “atitude” historicista de Castoriadis: para uma compreensão do social-histórico

Algumas premissas do Historicismo podem ser consideradas, inicialmente, para efeito de aproximação com os fundamentos apresentados por Castoriadis – no caso mais específico da compreensão do processo vivido pelos gregos. Apesar do

caráter controverso da expressão Historicismo[6], para o que pretende este texto, sua utilização passa pela afirmação da premissa central que estabelece como objeto da investigação histórica, homens concretos sem suas relações concretas e particulares.

Para o Historicismo não há um homem universal, que supere a perspectiva da História; um homem que foi e é sempre o mesmo. Isso porque, segundo essa orientação, não há nenhum padrão universal de valores aplicável à diversidade do humano. Todos os valores são, portanto, históricos. Sendo assim, o Historicismo rejeita a razão intemporal, própria às filosofias da história[7], propondo no seu lugar uma "razão histórica". O reconhecimento das diferenças existentes na abordagem dos fenômenos naturais e dos fenômenos históricos é outro ponto de fundamental importância e que se encontram propostos em Castoriadis.

Sobre a História, tal como é entendida sob uma perspectiva historicista, cabe observar que

> [...] não é uma ciência de leis e essências, pois não há modelos supra-históricos dados *a priori* que garantiriam a racionalidade e inteligibilidade do processo histórico efetivo. A consciência história é finita, limitada, relativa a um momento histórico [...]. (REIS, 1999, p. 7).

A perspectiva historicista de que o mundo é incessante fluxo, com pontos de estabilidade – uma vez que os indivíduos se ligam por uma tradição comum – pode também ser aproximada dos fundamentos encontrados em Castoriadis, especialmente quando aborda a fixidez das formas – ainda que provisória – e que constituem o *eidos*[8]. Nesse aspecto, em Castoriadis, é fato que cada sociedade cria o seu conjunto de valores, que a mantém coesa. Por isso, é condição para a compreensão do social-histórico, apreender o que as coisas significam para as sociedades nas quais foram construídas.

[6]É possível falar em uma "virada relativista" no bojo do movimento historicista – e que corresponde à perspectiva segundo a qual a expressão é utilizada neste texto. Para melhor compreensão desse aspecto, ver Fontana (1998).

[7] Pensamento histórico que se apresenta como realização individual empreendida por filósofos que apontam um sentido para o curso dos acontecimentos, pela fusão das temporalidades passado, presente e futuro. Praticam o que Reis (2009) denomina evasão da temporalidade histórica.

[8]A expressão refere-se a uma essência ou forma que acaba por instituir-se no fluxo do processo de autoinstituição da sociedade.

Por fim, como mais um ponto de intercessão possível, encontramos no filósofo grego o reconhecimento de que juízos de valor interferem na compreensão das sociedades passadas. Aqui também se torna pertinente considerar a questão do julgamento e da escolha, uma vez que, para o filósofo, os julgamentos que fazemos e as escolhas que efetuamos, pertencem à história da sociedade na qual vivemos. Sob esse ponto de vista, a abordagem histórica implica julgar e escolher pelo recorte e a subjetividade que a acompanha.

Uma vez consideradas algumas aproximações com a perspectiva do Historicismo, cabe, por fim, discutir a configuração do pensamento histórico para Castoriadis e as possibilidades desse pensamento.

2.3 Da possibilidade e do "estatuto" do conhecimento histórico

Como ponto de partida, cabe observar que, para Castoriadis, é fundamental a reflexão sobre as condições sociais e históricas do próprio pensamento – o que justifica as aproximações ensaiadas na seção anterior com a perspectiva do Historicismo. Como mais uma evidência da vinculação do pensamento ao seu tempo, no tocante à História, é válido destacar:

> O historiador reflete o tempo em que vive, ainda que nem sempre se dê conta disso. O que chamamos a crise da ciência histórica do nosso tempo é um reflexo de outra crise mais profunda: a das expectativas de futuro que baseávamos numa concepção da história que parecia permitir-nos fazer previsões sobre o porvir. (FONTANA, 1998, p.268).

Sendo assim, quando se analisa a possibilidade da compreensão do social-histórico, recai-se na seara da História como conhecimento enos contornos de um enfrentamento de paradigmas que coloca em discussão o próprio estatuto da História. As referências buscadas em Castoriadis podem contribuir para esse contexto de enfrentamento e especialmente para a busca de perspectivas. Para o filósofo, todo o tipo de pensamento e todas as formas de racionalidade desenvolvidas pelas sociedades humanas são um resultado criativo social e historicamente determinável. São o que Castoriadis (1986) considera como a forma tomada pelas significações imaginárias dos indivíduos e que expressam os "modos de ser".

A premissa central de que a História é criação implica a rejeição da perspectiva de que há uma ordem total e "racional" (e, por conseguinte, "repleta de sentido") do mundo. Neste sentido, é negado à História – como a qualquer outro saber – a dimensão totalizadora. A história se apresenta, assim, não como um mero registro, mas fundamentalmente como uma investigação. Sobre a compreensão do social-histórico – que remete ao conhecimento histórico –, é importante considerar que, nesse campo, não há explicação no sentido das ciências físicas.Embora haja regularidades na vida social, como as significações,os valores funcionam como um magma propulsor de novas formas e outras significações. Toda significação possível é imaginária, ou seja, "ela não é nem racional (não pode ser constituída logicamente) nem real (não pode ser deduzida diretamente das coisas)." (CASTORIADIS, 1986).

O "modelo" proposto por Castoriadis, para a compreensão de uma determinada sociedade pressupõe o exercício de penetrar nas significações – elemento de coesão dessa sociedade. "Deste modo, compreender uma sociedade significa, em primeiro lugar e principalmente penetrar nas (ou reapropriar-se das) significações imaginárias sociais que mantêm coesa essa sociedade." (CASTORIADIS, 2002,p. 281).

No lugar de uma racionalidade, Castoriadis afirma uma imaginação criadora enquanto componente nuclear do pensamento e que se constituiu em "[...] tudo o que foi imaginado por alguém com força suficiente para conformar o comportamento, o discurso ou os objetos [...]." (Ibidem, p. 282).

O filósofo não pode deixar de enfrentar a questão da universalidade dos postulados científicos. Por sua vez, a objetividade considerada independente dos sujeitos sociais é abstrata, ideológica e mecanicista, pouco contribuindo para a análise da vida humana em sua dinâmica. Assinala, portanto, a impossibilidade epistemológica de se construir uma teoria definitiva para o homem e de constituir-se a história em um saber totalizado. A produção histórica que interessa ao filósofo é a que se constituem uma percepção da potencialidade criadora e transformadora existente nas sociedades sobre as quais a abordagem histórica se volta: a dinâmica da autonomia dos indivíduos.

Considerações finais

As inúmeras possibilidades de se abordar o pensamento de Castoriadis – especialmente no campo da História – impõem uma “escolha”. Neste trabalho, procurou-se discutir, sob alguns aspectos, como o filósofo fundamenta a possibilidade do conhecimento histórico. Para tal, procurou-se abordar a concepção de história do filósofo grego por dois ângulos: no tocante à história em sua acepção do vivenciado – a ação do indivíduo no tempo – e aos procedimentos para sua compreensão.

Como foi destacado, no corpo deste trabalho, a concepção do social-histórico passa pela perspectiva de se entender a história como criação de formas que se instituem no vivido sem que um fator externo à capacidade criadora do homem estabeleça contornos preconcebidos e trajetórias definidas de antemão.Nesse sentido, descarta-se – sob a perspectiva em destaque neste artigo – qualquer princípio de determinação sobre a vivência do homem, cabendo ao saber histórico uma abordagem que não se pretenda totalizadora e absoluta.

Esse pressuposto, como se procurou demonstrar, partiu da abordagem empreendida pelo filósofo sobre a vivência dos gregos em um contexto específico. O que importa, para Castoriadis, na dinâmica da compreensão histórica, é a possibilidade de se promover um exame crítico da atividade instituinte do homem – em um tempo e um espaço particular. Seguindo a máxima de que tudo é criação, a vivência e a compreensão desse vivido acenam para a possibilidade de elaboração (construção) de um Saber coadunado com as possibilidades do Ser.

Avaliar as proposições de Castoriadis, em sua concepção da História (conhecimento) diante do cenário historiográfico atual, possibilita valorizar a contribuição do filósofo para as abordagens históricas – não como expressão de uma postura de desconstrução total desse Saber, mas como exercício necessário ao ofício do historiador. O que fica, portanto, das proposições para a compreensão histórica – que não se esgotam nos argumentos apresentados – é a contribuição para uma cultura historiográfica que se pretende crítica e em permanente construção.

O exercício de refazer o caminho da compreensão histórica implica, especialmente, a rejeição dos postulados que afirmaram a cientificidade da História sob uma perspectiva totalizadora, mecânica e determinista. Resta o desafio para a História – tarefa não muito simples, mas necessária – de afirmar-se como um

conhecimento que não considere meramente o que está instituído, mas, sobretudo, que valorize a incessante capacidade de autoinstituição das sociedades.

Referências:

CARDOSO, C.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro. **Um historiador fala de teoria e metodologia.** Ensaios. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto.**Os domínios do homem. 2. ed. Tradução por José Oscar de Almeida Marques. Rio, Paz e Terra, 2002.

_____. **As encruzilhadas do labirinto V. Feito e a ser feito**. Tradução de Regina Vasconcelos, 1999.

_____.**Instituição imaginária da sociedade**. Tradução por Guy Reynaud. 2. ed., Rio, Paz e Terra, 1986.

FONTANA, Josep. **História –**análise do passado e projeto social. Bauru: São Paulo, EDUSC, 1998.

MOSSÉ, Claude. **Atenas –** a história de uma democracia. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina: Eduel, 2009.

CRÍTICA ÀS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Marcio de Oliveira Monteiro[9]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os modelos tradicionais de avaliação utilizados nas redes públicas de ensino de maneira a compreender os significados, a subjetividade, que assumem no contexto escolar, levando em consideração as principais práticas adotadas, no mundo contemporâneo, por docentes e dirigentes das Unidades Escolares. Desse modo, procura-se demonstrar como essas práticas encontram-se e estão inseridas num projeto de educação que reproduz o pré-conceito, modelos e estereótipos. Todavia, este artigo ressalta a importância da ação do gestor escolar nessa dinâmica pedagógica que deve estar pautada, sempre, nos meios e estratégias que favoreçam o desenvolvimento de práticas avaliativas inseridas no processo de construção da aprendizagem, nunca contra ele.

Palavras-chave: Avaliação. Ensino. Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

Longe está aquele que de modo profissional espera poder, de maneira isolada e a sós, desvelar incógnitas que, ao longo da história da educação, vêm sendo apresentadas como um grande desafio a ser superado.Entender a avaliação enquanto processo de aprendizagem, percebendo o educando como único, como cultural e, sobretudo, como humano, respeitando sua especificidade, seu momento, suas dificuldades, preconiza o clímax de todo o processo de pesquisa aqui depositado.

Pensar nos problemas experenciados pelos discentes no ambiente escolar é ação inevitável nos dias de pensamentos modernos e ditos inclusivos. O problema é que a realidade tem apresentado um cenário muito distante desse universo teórico quando parece ignorar fatores de ordem afetiva e emocional, produzidos em virtude de passos metodológicos excludentes e incompatíveis com as necessidades do discente.

Diante disso, uma questão-problema se apresenta enquanto motivação para a pesquisa em tela: de que modo as práticas avaliativas inseridas no projeto de Educação reproduzem o pré-conceito e os estereótipos que segregam e excluem os

[9] Mestre em Educação pela Universidade Autonoma de Assunção, Especialista em Supervisão Escolar (UNIVERSO), Especialista em História do Brasil (FIPH) e Especialista em Administração Escolar (UCAM), Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna. Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação/Itaperuna-RJ; Docente da disciplina de Prática de Ensino dos Cursos de Graduação de Letras e História do Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ. E-mail: diretoreap@yahoo.com.br

alunos? A relevância do estudo é constatada pelas reflexões e análises possibilitadas a partir das discussões dispostas de maneira sistêmica e crítica no texto deste artigo tendo em vista a figura do docente e do gestor enquanto referências de agentes de transformação na escola contemporânea.

Objetivamente, o estudo visa analisar como as práticas avaliativas inseridas no projeto de Educação reproduzem o pré-conceito e estereótipos que segregam e excluem a sua clientela, a partir dos significados que estes assumem no contexto escolar, levando em consideração as principais práticas adotadas atualmente pelos professores e dirigentes das escolas públicas. De modo específico, espera-se, entender como se dá o processo de avaliação nas Instituições públicas de ensino, bem como o papel dos gestores escolares em meio ao processo avaliativo e os tipos de avaliação.

A metodologia, do tipo bibliográfica, foi operacionalizada a partir de leituras de livros e artigos científicos sobre o tema e trazem as ideias de autores específicos na área de pesquisa, tais como: Caldeira (2000), Hoffmann (2008), Luckesi (2003), dentre outros.

Há que ser ressaltada a escolha equilibrada das seções definidas, que possibilitam um olhar aproximado dos fatos. Nesse sentido, pontua-se a necessidade de que a gestão escolar, professores, alunos e comunidade em geral entendam a importância da unidade no intuito de estabelecer melhorias de fato na vida escolar.

1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA

O ato de avaliar/julgar está presente em quase todas as situações da vida humana.Desde o momento em que entramos na infância até o fim de nossos dias avaliamos o outro, avaliamo-nos e somos avaliados. Assim também acontece na vida escolar, seja de maneira implícita seja explícita.

De fato, não há como fugir dos “julgamentos”. No entanto, é necessário salientar o modo como são realizadas tais avaliações. Afinal, a aprendizagem escolar, o ato de avaliar, vai para muito além de meros julgamentos, já que se faz por meio de princípios morais e sociais, uma vez que a Educação tem dentre seus objetivos a formação ou reprodução social. Desse modo, a avaliação não se trata de

um ato isolado no contexto escolar, mas sim de um ato que permeia todo o processo pedagógico, e assim deveria ser compreendido.

É comum na maioria das escolas, em especial na escola pública, que todo o desenvolvimento pedagógico – tanto no que se diz respeito ao planejamento de aulas feito por professores, quanto o planejamento pedagógico desenvolvido pelos gestores – gire em torno basicamente da avaliação, de modo quase epidêmico.

Daí ser corriqueiro, no ambiente escolar, ouvir-se dizer que os educadores estão preocupados com as notas de seus alunos. Afinal, se um discente não consegue uma "boa" nota ou um bom resultado, em determinada disciplina, entende-se que ele está fadado ao fracasso, ao título de péssimo aluno. Em outros casos, toda a sua vida escolar passa a ser vigiada para que se consigam descobrir os motivos que levaram o aluno ao fracasso naquela disciplina.

Nesse momento, os técnicos educacionais – gestores e coordenadores pedagógicos – entram em ação e junto aos professores procuram os motivadores das inaceitáveis notas baixas dos exames realizados no período letivo. Exames estes que, na maioria das vezes não, contemplam os alunos; exames que, em vez de qualificar e analisar o senso crítico do corpo discente, criam a tão conhecida dicotomia do "bom" e "mau aluno", do "bom" e "mau professor".

Percebe-se, assim, que a avaliação escolar é um ato extremamente forte e presente em todos os setores que compreendem a educação escolar, sob o qual gestores, professores e alunos estão submetidos, por vezes sem notarem, à reprodução da lógica avaliativa. Uma lógica na maioria das vezes inserida em modelos tradicionais e tecnicistas.

Do mesmo modo, percebe-se um processo avaliatório disperso, distante de enxergar no discente um ser dotado de habilidades e competências múltiplas: seja na área das exatas, das humanas, das artes, seja de qualquer outra área do conhecimento. Assim, e por isso, raramente se leva em consideração o cotidiano dos avaliados e as diferenças que eles têm entre si, elaborando avaliação e instrumentos padrão, como se houvesse aluno padrão, como se fossem todos iguais em experiências de vida e capacidades de compreensão e aprendizagem, negando-se o princípio da singularidade.

A lógica avaliativa reproduzida nas escolas não se trata de uma banal ferramenta inserida no campo da prática pedagógica. Ao contrário e de acordo com Caldeira (2000, p. 122),

> A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, consequentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

E isso facilita a compreensão de que o ato de avaliar não está livre de intencionalidades e muito menos se faz neutro. A avaliação na aprendizagem escolar é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica que ocorre por meio de condutas, atitudes e habilidades dos atores envolvidos. O processo avaliatório, que na maioria das vezes é meramente classificatório, parece reproduzir dentro da escola sistemas de hierarquia, de modo que os alunos que conseguem passar pelo crivo avaliativo encontram-se no topo da pirâmide, enquanto aqueles que não se adaptam atal sistema permanecem na base.

Como se pode constatar, as práticas pedagógicas que não buscam, através da diversidade, formar dentro da escola uma igualdade, um corpo discente unido e sólido, claramente capaz de belos projetos, são passíveis de trabalhar a segregação e a marginalização dos seus alunos. Como se esta segregação e marginalização não fossem suficientes em seus cotidianos para além dos muros da escola.

Para Esteban(2004, p. 16),

> A avaliação que impede determinadas vozes é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola. A análise da prática pedagógica mostra claramente que a avaliação, como prática construída a partir da classificação das respostas do aluno e alunas em erros ou acertos, impede que o processo de ensino-aprendizagem incorpore a riqueza presente nas propostas escolares, o que seria valorizar a diversidade de conhecimentos e do processo de sua construção e socialização. A avaliação funciona como instrumento de controle e de limitação das atuações (alunos/professores) no contexto escolar.

É de fundamental importância que professores e gestores fiquem atentos às classificações consequentes das avaliações que limitam e empobrecem o trabalho pedagógico desenvolvido, o qual se torna homogêneo a partir da negação das

diversidades e heterogenia cultural, social, cognitiva no grande processo de formação do cidadão.

O desejo de padronizar o acesso ao conhecimento, supondo uma condição única para todos os alunos, significa tratar a todos da mesma forma, na perspectiva de que todos devem ter o mesmo ritmo de trabalho, com o mesmo livro, o mesmo material; adquirir os mesmos conhecimentos, ao mesmo tempo, fazer as mesmas provas.Outrossim, a classificação não pedagógica acaba por aferir “pontos” com base em critérios não explicitados e fundamentados em atitudes como atenção, disciplina, docilidade, assiduidade, pontualidade, criatividade, participação, etc.

Desse modo, é preciso compreender que não se trata de ampliar o número de instrumentos avaliativos no período letivo trabalhado pelo professor. Mas é preciso dar significado a cada ação avaliativa, sem engessá-la apenas pelos resultados quantificáveis, mensuráveis.Convém que se enxergue para além de tais resultados, isto é, para estratégias pedagógicas que imprimam uma ideia dinâmica de recuperação, que venha a oferecer à escola dados para o planejamento de ações que tenham a proposta pedagógica como principal objetivo.

Neste momento de crítica, das práticas pedagógicas que cerceiam a avaliação escolar, devem ser salientados os processos históricos que levaram a utilização e o emprego dessas práticas, que se reproduzem atualmente de maneira velada e sorrateiramente nos estabelecimentos brasileiros de ensino.

2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO HISTÓRICO PEDAGÓGICO

O processo avaliativo ao longo dos séculos, focado no exame, na seleção, na classificação, quando analisado sob o teor da História, possibilita a compreensão acerca do ganho cognitivo que se tem ao se tentar resgatar o significado de avaliação nas concepções pedagógicas dominantes no contexto escolar. E possível também entender em que medida tais concepções se encontram, ainda hoje, presentes e dominantes, na atual prática de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

De acordo comLuckesi (2003, p. 16):

> A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII).

As primeiras práticas de avaliação são utilizadas a partir do século XVI, através de exames e provas utilizados nos colégios católicos dirigidos pelos jesuítas e posteriormente em escolas protestantes. Tais práticas estão inseridas no que chamamos de pedagogia tradicional.

Há registros de que há anos antes de Cristo, na China, utilizavam-se de exames para avaliação de homens que lutariam em exércitos. No entanto, a avaliação escolar, como conhecemos hoje, se estabeleceu com o advento da modernidade e tem seu ápice com a ascensão e consolidação da burguesia. Uma vez que, neste momento trabalho e estudo, tornam-se ferramentas de ascensão social. Conforme se dá o desenvolvimento do sistema capitalista, a avaliação permanece como peça para a sustentação do mesmo.

Dessa forma, afirma Afonso (2000, p. 30):

> É, portanto, ao longo do século XIX que se assiste à multiplicação de exames e diplomas, pondo em evidência o contínuo controle por parte do Estado dos processos de certificação. Como Karl Marx observou, o exame passa a mediar às relações mais amplas da cultura com o Estado, constituindo-se num vínculo objetivo entre o saber da sociedade civil e o saber do Estado.

Para o autor em epígrafe, a pedagogia tradicional cria raízes em nossas culturas e se estabelece até os dias atuais como ferramenta do sistema socioeconômico em que vivemos: o capitalismo. Assim sendo, os exames consistiriam numa forma de controlar e mediar o conhecimento adquirido e ter conhecimento, ou mesmo comprovar tê-lo.Passa a ser uma necessidade, um requisito inquestionável para se atingir a ascensão social e, dessa forma, facilitar o controle pelo estado capitalista, que determina quem e de que forma uma nação deve ser escolarizada.

A avaliação, nesse contexto, separa os avaliados em classes, no sentido de determinar quem está apto ou não a exercer e/ou a executar alguma coisa. Para Luckesi (2003, p. 47), “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação,

deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios".

Historicamente, é clara a percepção de que a avaliação sempre esteve voltada para o exercício do exame, da classificação e separação de educandos em classes de aprendizagem. Todavia, a sociedade escolar dita moderna e contemporânea ainda é tomada pelo tradicional, e nossos docentes e gestores educacionais reforçam esse paradigma, principalmente quando o sistema precisa limitar quantidade de instrumentos avaliativos a serem aplicados aos docentes.

Os discentes estão indo para a sala de aula no ímpeto de aprender a matéria da prova, e talvez por isso a "aula" esteja ficando chata e retrógrada. Não há uma ciência de serventia para a vida humana, uma ciência que os possibilitará uma vida menos medíocre e ignorante, capaz de informar para formar cidadãos críticos.

A avaliação classificatória faz com que a aprendizagem em sala de aula resuma-se ao conteúdo que será cobrado na prova. Dessemodo, formam-se alunos mecânicos e superficiais, e que em dias ou semanas após as provas já se esqueceram de todo o conhecimento adquirido em meses de ensino, tornando os profissionais da educação reféns de um projeto dominador e falho.

Nessa perspectiva, outra função tradicional que a avaliação assume no contexto escolar é a certificação, isto é, o diploma garante que o seu portador recebeu uma formação e, portanto, não necessita submeter-se a novos exames. Tratamos aqui de um padrão tecnicista, que visa à atribuição mera de diplomas. Nesse sentido critica Perrenoud (1999, p. 13) ao afirmar que

> Uma certificação fornece poucos detalhes dos saberes e competências adquiridos e do nível de domínio precisamente adquirido em cada campo abrangido. Ela garante, sobretudo, que um aluno sabe globalmente "o que é necessário saber" para passar para a série seguinte no curso, ser admitido em uma habilitação ou começar uma profissão.
> [...]
> A vantagem de uma certificação instituída é justamente a de não precisar ser controlada ponto por ponto, de servir de passaporte para o emprego ou para uma formação posterior.

Os modelos educacionais que se utilizam apenas da avaliação na modalidade classificatória e da certificação contribuem para a decadência do ensino, uma vez

que a nota, não a aprendizagem, torna-se imprescindível ponte para se chegar ao tão importante e sonhado certificado de ensino.

O ato de avaliar no presente, fundamentado num movimento proposto pela concepção pedagógica sublimada no tempo passado e ainda vigente, deveria servir de parâmetro perceptivo aos educadores, aos gestores, aos pensadores educacionais e legisladores, no sentido de provocar uma reflexão para o modelo de instituição escolar que temos no Brasil.

Afinal, docentes e gestores têm servido à permanência de uma prática escolar isolada e independente a serviço de um pensar e agir ideológico sobre educação, pautado na superioridade do intelecto, sob o qual o papel da escola pública, na prática, é o de reproduzir o pensamento hegemônico vigente.

É importante e necessário que a pedagogia escolar se fortaleça na formação da consciência do aluno-cidadão, capaz de analisar a sociedade passo a passo, os espaços, os sistemas, tempos, regras e práticas e ciências. No entanto, percebe-se que a geografia ruma justamente num caminho contrário, devido às normas em que o profissional é levado a seguir os Parâmetros Curriculares Nacionais, currículos mínimos, materiais didáticos e por suas próprias práticas em sala de aula que carregam na maioria das vezes uma miopia ou uma impossibilidade/inércia frente às barreiras invisíveis que cerceiam e limitam o agir educativo em virtude do educacional pouco esmerilado.

Por fim, entende-se a importância da escola repensar suas práticas avaliatórias, sem negar, todavia, a utilização estratégica de instrumentos avaliativos mensuráveis, quantitativos. O que é imperdoável para a escola é limitar todo processo de ensino e de aprendizagem aos números, quantificando competências e habilidades, ignorando o fato de que o homem/cidadão precisa ser visto sob o olhar holístico.

3 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Apesar de todo o pessimismo existente por detrás do modelo pedagógico a que os profissionais da educação estão submetidos, alguns gestores e docentes conseguem se distanciar de tais padrões e realizar uma prática educacional inovadora, corajosa e revolucionária. Para isso é preciso entender a importância da

avaliação no contexto escolar, como ela se divide e se define. Há três principais definições a respeito das avaliações escolares dispostas por meio das modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e a somativa.

De modo sistêmico, a avaliação diagnóstica tem por objetivo analisar os conhecimentos que cada aluno deve possuir em momentos específicos, a fim de que se iniciem novas aprendizagens.Nessa modalidade avaliativa é utilizado como prognóstico o desenvolvimento do discente em determinado conteúdo, prevendo se ele está preparado para novos e mais complexos níveis de aprendizagem.

A avaliação formativa, por sua vez, possui função semelhante à diagnóstica. Tendo esta, grande relevância na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 20 de dezembro de 1996. Sua finalidade é avaliar durante o processo de aprendizagem se os conteúdos e ensinamentos transmitidos foram ou não bem assimilados pelos discentes, se favorecem ou não o desenvolvimento de habilidades e competência a que se propõe. Ou seja, a avaliação formativa é tratada como uma ferramenta avaliativa, utilizada cotidianamente em sala de aula e consistiria no olhar atento do corpo docente em relação aos discentes, de modo rotineiro, viabilizando uma reengenharia educativa.Pode-se dizer que a avaliação formativa reorienta as próprias práticas de ensino utilizadas pelos docentes e gestores educacionais, que deverão ter seus olhos voltados, não para o produto final gerado pela aprendizagem, e sim para o que ainda pode e está sendo construído.

Por fim, a avaliação somativa é utilizada de tempos em tempos, periodicamente, com o intuito de conhecer os resultados obtidos, pelos discentes, através dos instrumentos avaliativos utilizados e, desse modo, permitir que os atores sejam classificados, rotulados.A avaliação somativa prioriza os resultados, e não o processo de aprendizagem em si, sendo utilizada para certificar e comprovar se o método de ensino é ou não funcional.

Neste sentido, o ato de avaliar deve estar sempre incluso no processo de ensino e aprendizagem e numa organização curricular. Não deve este, contudo, servir como ferramenta de segregação e classificação de educandos, reproduzindo a hierarquia de aprendizagem dentro e fora de sala de aula. O processo avaliatório deve estar sempre relacionado a um processo de construção e formação de práticas pedagógicas que viabilizem o melhor entendimento do discente em relação à ciência, sempre relacionada aos conhecimentos do seu cotidiano.

No entanto, o sistema de ensino público vigente, considera, na prática, a avaliação da aprendizagem uma ferramenta geradora de números, ou seja, trata o ato de avaliar como mero propulsor de resultados quantitativos da aprendizagem. Através de exames que pouco se assemelham com a realidade das escolas públicas, o estado e o sistema educacional a que somos submetidos almejam notas, boas notas de seus estudantes. Desejam que alunos, em sua maioria, consigam desenvolver capacidades distantes de suas necessidades e realidade.

Afinal, basta analisar o currículo mínimo que as escolas de todo o país devem cumprir para perceber que nosso sistema educacional não está preocupado em formar alunos/cidadãos pensantes, possibilitados a compreender-se enquanto seres humanos críticos inseridos na lógica tempo/espaço. Tampouco estão interessados com o processo de aprendizagem e suas problemáticas.

Deste modo, é difícil imaginar uma realidade escolar que fuja dos moldes tradicionais, classificatórios e quantitativos impostos pelo sistema educacional vigente. Complicado é enxergar o ato de avaliar inserido numa real prática que vise transformar resultados de avaliações em novas metodologias de ensino e instrumentos para superar as barreiras da aprendizagem. O problema é assim constatado por Hoffmann (2008, p.102):

> [...] Sob a roupagem de uma avaliação formativa, a avaliação classificatória ainda predomina em muitas escolas, substituindo-se os golpes únicos (antigos provões) por “provinhas” e tarefas que, no entanto, não têm por finalidade acompanhar a evolução dos estudantes, replanejar a ação educativa de forma a oferecer-lhes melhores oportunidades significativas de aprendizagem (avaliação mediadora).

Por várias razões é complicado imaginar nossa educação pública desta maneira. Uma vez que os profissionais de educação são submetidos à condições precárias de trabalho, onde os salários são baixíssimos e há pouco investimento para que os mesmos se aperfeiçoem, dificultando atingir uma educação realmente de qualidade.

Enquanto a lógica de aprendizagem for de um professor para cinquenta alunos, será realmente difícil trabalhar com práticas de ensino revolucionárias e eficazes. Desse modo, as práticas avaliativas, supra, discutidas, irão reproduzir-se, já que é muito mais simples e cômodo avaliar cinquenta alunos com exames padrões e

iguais para todos. Assim, salas cheias preconizam o padrão avaliativo, classificatório.

Enquanto nossas escolas públicas receberem bônus e gratificações do governo, de acordo com a quantidade de alunos que aprovam todos os anos ou de acordo com a média que os mesmos alcançam em avaliações sistemáticas de controle Governamental, a saber: SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PROVA BRASIL e outros tipos de avaliação; enquanto esses e mais fatos acontecerão em nosso sistema público de ensino, nossas escolas, métodos e práticas educacionais permanecem voltados para um ensino avaliativo, qualitativo, alienador e sem sentido.

Não se faz aqui apenas uma crítica aos modelos de avaliação escolar e o modo como estes são empregados. Critica-se de igual forma o sistema e as ideologias que circundam, cerceiam e introduzem as práticas avaliativas. Critica-se o modelo educacional que devemos seguir e reproduzir. Critica-se a avaliação escolar que reprova e aprova alunos, a avaliação da aprendizagem, que assim como a aprendizagem, colocam nossos alunos em gavetas.

Desse modo, é preciso entender o procedimento avaliatório, seu processo, como bem entende Lima (2008, p. 60), ao considerar que,

> O ato de avaliar pressupõe apreciar o estágio em que o sujeito se encontra. Não se pode confundir com mera contemplação, pois é uma observação cuidadosa de como ele está, de como se comporta e reage sozinho e no grupo. É a percepção da fase/estágio em que se encontra, considerando vários aspectos de sua dimensão humana.

Em uma pirâmide, aqueles que conseguem assimilar os tradicionais e muita das vezes alienantes conteúdos, encontram-se no topo desta pirâmide. Reproduzir esse modelo de avaliação de aprendizagem é o mesmo que fazer com que crianças e jovens desistam precocemente da vida escolar. Percebe-se, uma política cruel e de tratamento desigual que marginaliza e trata o cidadão como fracassado e incapaz, revitalizando o processo de avaliação escolar em seu caráter excludente.

Em contraponto à tantas críticas, é necessário que se tenha um olhar esperançoso e otimista em relação à aprendizagem escolar e suas avaliações. É totalmente possível que com o tempo, boas cabeças pensantes e críticas,

professores e gestores unidos pelo propósito de melhoria da educação, conselhos de classe com a participação dos discentes, pesquisas, possa se chegar à uma prática educacional mais eficaz e que rompa com os moldes tradicionais e arcaicos.

Considerações Finais

As críticas que serviram de reflexão à criação do texto, dispostas nesse artigo conduzem à compreensão de que nossas práticas educacionais/ pedagógicas não devem ser fundamentadas apenas com base em dados mensuráveis, sob o qual se buscou caracterizar. Até porque, enquanto educar for sinônimo de resultados, números... , as práticas de ensino serão consumidas pelo fracasso.

Diante de tudo o que se expôs ao longo de todo o texto, uma verdade se fez realçar, levando pesquisador e pesquisa a compreender de que modo as práticas avaliativas inseridas no projeto de Educação reproduzem o pré-conceito e estereótipos que segregam e exclui. O que certamente já pode ser respondido. Afinal, quando utilizada de maneira indiferente, sem compromisso com a recuperação do ser humano, a avaliação acaba por ser erva daninha.

Apesar dos tantos e variados problemas que o ensino público brasileiro enfrenta, o mesmo continua a ser uma esperança para os que desejam uma melhor realidade social, uma vez que será através de nossas escolas e práticas de ensino, que se poderá fazer de um aluno humilde e com poucas experiências, um ser repleto de consciência e capaz de se colocar no tempo e espaço.

É por meio de reflexões e críticas aos modelos de avaliação da aprendizagem, por exemplo, que será possível tornar um aluno sem expectativas, fadado à tristes notas baixas tiradas nos exames sem lógica e contexto, em um aluno capaz de assimilar a ciência através do diálogo com o cotidiano.

Um aluno que consiga através da aprendizagem perceber suas capacidades e desenvolvê-las, neste momento a prática avaliativa, terá a finalidade de perceber o crescimento deste mesmo aluno, sem julgá-lo, estereotipá-lo ou enquadra-lo em uma pirâmide hierárquica que não deveria existir no contexto escolar.

Outrossim, é necessário que a gestão escolar, professores, alunos e a comunidade em que está inserida a escola tenham relação continua e plena. Para que assim, se estabeleça melhorias de fato na vida escolar. Que todos esses

objetos sejam agentes capazes de tornar o ensino e, por conseguinte as práticas avaliativas, ferramentas de mudança social.

Referências:

AFONSO, Almerindo J. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino-aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 2000.

ESTEBAN, Maria Tereza. Pedagogia de Projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.).**Práticas avaliativas e aprendizagens significativas:** em diferentes áreas do currículo. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 81-92.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar:** respeitar primeiro, educar depois – Porto Alegre: Mediação, 2008.

LIMA, Lilian. **Escola não é circo, Professor não é palhaço:** intencionalidade e educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação dasaprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

USO E POSIÇÃO DO ADJETIVO: uma análise contrastiva nas línguas portuguesa e inglesa

Camila Féres Valinho[10]
Gabriela Peres Chagas[11]
Polyanna Pires Gomes[12]
Sonia Maria da Fonseca Souza[13]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as diferenças nas ocorrências com relação à ordenação referente ao adjetivo nas línguas portuguesa e inglesa. O estudo em questão trata das semelhanças e das diferenças presentes em ambas as línguas quanto à definição, ao uso, à classificação e à ordenação do termo adjetivo dentro de um sintagma nominal. Este artigo toma como base as gramáticas de língua portuguesa, como as do Bechara (2009), Azeredo (2010), Cunha; Cintra (2008) e gramáticas de língua inglesa como as de Parrot (2009) e Collier Macmillan (1975), além de artigos referentes ao tema. Através da pesquisa realizada chegou-se à conclusão de que existem divergências entre ordenação sintática com relação ao termo adjetivo na língua portuguesa e na língua inglesa assim como existem semelhanças. Portanto, o aprendiz de uma dessas línguas não pode deter-se somente em conhecer as palavras, mas também ter conhecimento a respeito da estrutura idiomática e da construção de orações segundo a gramática tradicional.

Palavras-chave: Adjetivo. Língua portuguesa. Língua inglesa. Ordenação.

Introdução

As semelhanças entre a língua portuguesa e a língua inglesa, assim como as diferenças, são casos que merecem ser observados e estudados. Diversas são as questões levantadas acerca da estrutura sintática em ambas as línguas, e ao decorrer deste trabalho serão abordadas situações nas quais a ordenação do termo *adjetivo*, em relação ao substantivo dentro de uma oração na língua inglesa, se assemelha à língua portuguesa.

Para que estas abordagens sejam realizadas de maneira esclarecedora, é necessário apresentar em primeiro lugar as definições de adjetivo tanto em língua portuguesa quanto em língua inglesa, juntamente à função que exerce na oração, a fim de informar ao leitor a importância de se usar tal termo e de que modo usá-lo.

[10] Graduanda do Curso de Letras do Centro Universitário São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: camilavalinho@gmail.com
[11] Graduanda do Curso de Letras do Centro Universitário São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: gabrielaperesg@gmail.com
[12] Graduanda do Curso de Letras do Centro Universitário São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: polyannapg@gmail.com
[13] Mestre em Educação. Área de concentração: Letras/Educação. Professora de Língua Inglesa do Centro Universitário São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: sonifon1@hotmail.com - Orientadora.

Outro aspecto também abordado em nossa pesquisa é a classificação do adjetivo nas duas línguas, quais são os tipos, suas finalidades e nomenclaturas. Para estes estudos de definição e classificação serão realizadas pesquisas na Nova Gramática do Português Contemporâneo (CUNHA; CINTRA, 2008), Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 2009), Gramática Houiass da Língua Portuguesa (AZEREDO, 2010) para informações relacionadas às normas de Português, e Grammar for English Language Teacher (PARROT, 2009) e Collier Macmillan English Program (COLLIER MACMILLAN, 1975) Inglês, entre outros autores e trabalhos.

Ainda valendo-se destes autores, o presente trabalho discute acerca da ordenação sintática do termo adjetivo, de sua posição nas orações em Português e Inglês, e a relação entre a ordenação dos termos e sua aplicação semântica.Com esta pesquisa pode-se estudar a causa de equívocos de sentidos e a dificuldade presente no ensino da língua inglesa para falantes (nativos) de língua portuguesa, devido à mudança de significados em relação à posição dos termos nas orações em ambas às línguas.

Portanto, é necessário o estudo do termo adjetivo para melhor compreensão da língua que se apreende para que não haja enganos e falta de entendimento da parte do falante e do leitor, e também para que seja possível conhecer melhor o termo adjetivo, sua função, sua classificação, seu uso e sua posição na oração, tanto em Português quanto em Inglês, pois são idiomas distintos, mas com a mesma origem latina, logo, possuem suas semelhanças mesmo sendo diferentes, cada uma com suas peculiaridades.

1 A definição do termo adjetivo na língua portuguesa

O termo adjetivo na língua portuguesa possui uma definição clara, porém, extensa. Diversos falantes da língua sentem dificuldade em como usá-lo: quando e para quê usar. Para que se compreenda melhor, é preciso primeiramente definir esse termo. “O adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo. Serve: 1º) para caracterizar os seres, os objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo [...]”. Essa definição da qual o adjetivo tem como função caracterizar um ser ou um objeto é comum entre os estudantes da língua, mas existem outras tantas maneiras de se

definir tal termo. Por exemplo: “2º) para estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência etc.” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 259).

O adjetivo é um elemento essencialmente modificador do substantivo, atribuindo características morfológicas que caracterizam e estabelecem uma relação com o substantivo. Para Cunha e Cintra (2008, p.259), quanto à caracterização ou classificação, o adjetivo pode apresentar uma qualidade, o modo de ser, o aspecto ou aparência e o estado. Já as relações entre substantivo e adjetivo podem ser de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência etc.

Os adjetivos de relação vêm geralmente pospostos ao substantivo. Caso venham antepostos podem provocar uma nova relação com o substantivo, atribuindo um novo significado ao sintagma nominal. Em alguns casos, podemos observar o adjetivo anteposto ao substantivo por uso de um recurso estilístico, no qual o locutor expressa um valor afetivo ou busca atribuir um significado especial ao substantivo (Foi uma boa ideia. – Foi uma ideia boa. / Raro prazer. – Prazer raro. / Querido amigo. – Amigo querido.). É necessário ressaltar que o termo adjetivo estabelece uma relação estreita com o substantivo na qual somente pode-se distinguir a respectiva função de ambos quando aplicados em uma oração.

Na língua portuguesa, os adjetivos são classificados em quatro categorias, sendo elas: primitivos (apresentam, por si mesmo, uma qualificação), derivados (possuem forma por meio de outros radicais), simples (são estruturados por um único radical) e composto (são formados por dois radicais ou mais). O adjetivo possui flexão de gênero e de número. E, ainda, de grau, por influência da gramática clássica, segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e muitos gramáticos seguidores da mesma linha. Inclui-se aí a posição assumida pelas autoras deste artigo.[14]

[14] Há outra linha de autores para os quais o grau atribuído a qualquer classe gramatical não se configura como flexão, e sim como processo de formação de palavras ou resultante de derivação, como explicam Silva e Koch (2003, p. 32): [...] morfemas como –ção, -mento, -inho, entre outros, não têm a mesma função em português que elementos como /-s/, /-a/ e /-va/, caracterizadores de número e gênero nos nomes e de modo e tempo nos verbos. Os primeiros formam palavras que enriquecem o léxico, servem como base para derivações posteriores e possibilitam ao falante a escolha de uma forma vocabular; os segundos são elementos de caracterização exclusiva e sistemática impostos pela própria natureza da frase (que nos faz colocar, por exemplo, um substantivo no plural ou um verbo na primeira pessoa do pretérito imperfeito) e não podem servir de base para formações derivacionais posteriores.

Quando flexionado em gênero, o termo adjetivo emprega o gênero do substantivo ao qual se refere. Os adjetivos possuem duas formas: biformes e uniformes. São biformes aqueles que apresentam formas distintas, uma para o masculino e outra para o feminino. Uniformes são os adjetivos que trazem apenas uma forma para os dois gêneros.

A respeito da flexão de número, o adjetivo adquire a forma de plural ou singular do substantivo ao qual está se referindo. Os adjetivos simples flexionam-se de acordo com o substantivo que modificam podendo assumir as formas de plural ou singular. Já com os adjetivos compostos formados por dois adjetivos, o segundo adjetivo é aquele que flexiona, e os adjetivos compostos em que o segundo componente é um substantivo são invariáveis em número.

A flexão dos adjetivos em grau é usada para comparar ou intensificar as atribuições feitas ao substantivo. Existem duas maneiras de flexionarem-se os adjetivos em grau: o grau comparativo e o grau superlativo. Em relação ao grau comparativo, o adjetivo é usado para comparar uma característica dada a dois ou mais seres, ou também, para atribuir mais características referentes a apenas um ser. Quando se discute sobre o grau superlativo, refere-se a intensificar uma característica atribuída ao ser de forma relativa ou absoluta.

Portanto, o adjetivo necessita ser esmiuçado para que se possa compreender de forma clara sua função e fazer o uso correto desse termo. Com esta finalidade, é imprescindível buscar a definição e as diversas facetas que os adjetivos possuem como visto acima.

1.1 A definição do termo adjetivo na língua inglesa

Seguindo a análise acerca do termo adjetivo, são destacadas algumas asserções sobre sua ocorrência na língua inglesa. A fim de estabelecer uma definição para o termo, apresentam-se as seguintes significações segundo os dicionários *online* referenciais[15]:

[15] 1. Cambridge Dictionary: “a word that describes a noun or pronoun.”;
2. Collins Dictionary: “a word imputing a characteristic to a noun or pronoun.”;
3. Macmillan Dictionary: “a word that gives information about a noun. Some adjectives indicate the qualities of a noun, for example ‘big’, ‘interesting’, and ‘weird’, and others classify a noun, for example ‘global’, ‘male’, and ‘electronic’.”;
4. Oxford Dictionary: “A word naming an attribute of a noun, such as sweet, red, or technical.”

1. Cambridge Dictionary: “uma palavra que descreve um substantivo ou pronome.”;
2. Collins Dictionary: “uma palavra atribuindo uma característica a um substantivo ou pronome”;
3. Macmillan Dictionary: “uma palavra que dá informação sobre um substantivo. Alguns adjetivos indicam as qualidades de um nome, por exemplo ‘grande’, ‘interessante’, e ‘estranho’, e outros classificam um nome, por exemplo ‘global’, ‘masculino’, e ‘eletrônico’.”;
4. Oxford Dictionary: “uma palavra designando um atributo de um substantivo, como doce, vermelho, técnico.” (tradução nossa)

De acordo com Collier Macmillan (1975, p. 134), o adjetivo forma a terceira maior classe de palavras em língua inglesa, apenas depois de substantivos e verbos, e sua definição para o termo engloba o uso de qualquer palavra que pode ser utilizada entre um nome determinante e outro nome e como um modificador do sujeito e um verbo de ligação.

Para Parrott (2009, tradução nossa, p. 12)[16], adjetivos são geralmente chamados de palavras descritivas porque eles fornecem informações sobre as qualidades de algo descrito em um substantivo, frase substantiva ou oração. Portanto, pode-se obter a determinação de adjetivo na língua inglesa como uma palavra que descreve um substantivo ou pronome, fornecendo informações a eles.

Os adjetivos assumem a função de qualificadores, sendo capazes de transmitir as características necessárias para a explicação ou definição clara do termo aos quais se referem, criando a concretização mental do interlocutor/leitor do substantivo ou pronome qualificado. Dessa forma, a comunicação ocorre de maneira mais eficaz, uma vez que foi possível identificar ou idealizar o objeto em questão. Tratando-se do Inglês como segundo idioma, torna-se mais essencial ainda o seu uso para a compreensão plena da mensagem, assim como em qualquer outro idioma estudado. Entretanto, sua utilização exacerbada pode causar confusão se não medida e aplicada corretamente.

Quanto à sua formação estrutural, os termos adjetivos são relacionados a verbos ou a substantivos, podendo ser constituídos com um radical acrescido de

[16] “Adjectives are often called ‘describing words’ because they provide information about the qualities of something described in a noun, a noun phrase or a clause.”

sufixo, formas do particípio, compostos (*multiword*) ou mesmo em suas disposições comparativas ou superlativas.

Os sufixos mais comuns acrescidos são os exemplificados no quadro abaixo:

-able	impeccable	*-ent*	inteligent	*-ory*	obligatory
-al	paternal	*-ful*	truthful	*-ous*	courageous
-ate	immaculate	*-ist*	Communist	*-some*	winsome
-an	Anglican	*-ive*	impressive	*-wise*	streetwise
-ant	fragrant	*-less*	useless	*-y*	misty

Tabela 1 – Sufixos comuns a adjetivos
Fonte: Parrott (2009, p.19)

A forma do particípio pode ter dois sufixos: -ing, vindo do *present participle* e usado geralmente para atribuir característica a algo; e -ed, em sua forma passada (*past participle*). *Verb: amaze / Adjectives: amazing; amazed.*

Por sua vez, os adjetivos conhecidos por *multiword adjectives* são aqueles compostos por dois vocábulos ligados por hífen, e comumente tem-se por segundo vocábulo um termo particípio (e.g. *well-done*).

Já as estruturas comparativa e superlativa apresentam acréscimo de letras (-er e -est, respectivamente) ao adjetivo caso ele seja considerado curto (*short adjective*), ou ainda pode ser precedido das palavras *more* ou *most*, se for classificado como adjetivo longo (*long adjective*). Assim como afirma Collier Macmillan (1975, p.135), essas qualidades podem ser apresentadas em maior ou menor grau, e consequentemente, os substantivos que os possuem podem ser comparados.

Há ainda os adjetivos que separam os nomes em categorias, como os referentes a nacionalidades (British – Inglês, Italian – Italiano).

2 Classificação do adjetivo na língua portuguesa

Na língua portuguesa as classificações do adjetivo podem variar de acordo com os autores. Abordaremos, então, apenas alguns para este estudo. Segundo Cunha e Cintra (2008, p. 259), os adjetivos podem caracterizar o substantivo

modificando seu termo inicial, indicando: uma qualidade ou defeito: homem carinhoso; o modo de ser: mulher simples; o aspecto ou aparência: chuva fina; o estado: casa desarrumada.

Já para Bechara (2009, p. 142),

> O adjetivo pertence a um inventário aberto, sempre suscetível de ser aumentado. A estrutura interna ou constitucional do adjetivo consiste, nas línguas flexivas, na combinação de um signo lexical expresso pelo radical com signos morfológicos expressos por desinências e alternâncias, ambas destituídas de existência própria fora dessas combinações.

Para ele, o adjetivo consiste em delimitar o substantivo, e essa delimitação pode acontecer de três modos: com adjetivos de explicação, de especialização e de especificação.

> Os explicadores destacam e acentuam uma característica inerente do nomeado ou denotado. Os especializadores marcam os limites extensivos ou intensivos pelos quais se considera o determinado, sem isolá-lo nem opô-lo a outros determináveis capazes de caber na mesma denominação. Os especificadores restringem as possibilidades de referência de um signo, ajuntando-lhe notas que não são inerentes a seu significado (BECHARA, 2009, p. 143).

De acordo com Cunha e Cintra (2008, p. 266), os adjetivos também podem “estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc.”. São chamados por eles de adjetivos de relação porque funcionam restringindo o substantivo, como nos exemplos a seguir: tempo: serviço diário (serviço de todos os dias); espaço: lixo hospitalar (lixo proveniente de hospital); matéria: acabamento acetinado (acabamento com efeito de cetim); finalidade: texto expositivo (texto com fim de expor algo); propriedade: casa paterna (casa do pai); procedência: livro alemão (livro vindo da Alemanha).

Além disso, mister se faz destacar a definição de Cunha e Cintra (2008, p. 259) quanto à relação dos adjetivos, que são caracterizadores e podem se atrelar quanto à sua subdivisão, mostrando que um mesmo substantivo pode ser classificado quanto à qualidade, ao modo de ser, ao aspecto, à aparência e/ou ao estado, como os exemplos a seguir: O homem era carinhoso, humilde, bonito e arrumado. / Aquela sala de aula é organizada, limpa, ampla e confortável.

Os adjetivos ainda podem se formar a partir de outra palavra, como um verbo, por exemplo, amoroso, bondoso e lamentável; ou um substantivo: anormal, azulado e mortal. Esses adjetivos recebem o nome de adjetivos derivados, que podem se formar de um substantivo, de um verbo ou até mesmo de outro adjetivo. Há também, os adjetivos pátrios e Cunha e Cintra (2008, p. 262), afirmam que eles são derivados de substantivos que "se referem a continentes, países, regiões, províncias, estados, cidades, vilas e povoados, bem como aqueles que se aplicam a raças e povos". A exemplo destes pode-se dizer, Brasil – brasileiro, São Paulo – paulista e Maranhão – maranhense.

Quanto aos gêneros, para Cunha e Cintra (2008, p. 266), os adjetivos classificam-se em biformes quando se flexiona para o feminino e masculino (boa – bom) e os uniformes que são iguais para os dois gêneros (hipócrita, israelita, maia). Para Bechara (2009, p. 146),

> O adjetivo concorda também em gênero com o substantivo a que se refere. Conhece, assim, os gêneros comuns ao substantivo: *masculino* e *feminino*. Todavia, esta distinção (em gênero e em número) tem diferente valor referencial no substantivo e no adjetivo; no substantivo, o gênero e o número modificam a referência, enquanto no adjetivo designam sempre a mesma qualidade e só se explicam como simples repercussão da relação sintática (concordância) que se instaura entre o determinado e o determinante, nada acrescentando semanticamente.

Segundo Azeredo (2010, p. 117), "o gênero de um substantivo é um traço gramatical que individualiza em face de outros substantivos [...]". Para ele, o adjetivo concordará em gênero e número com o substantivo ou pronome referido na sentença.

2.1 Classificação do adjetivo em língua inglesa

Por ser um termo qualificador, o adjetivo pode aparecer frequentemente em uma sentença mais de uma vez, ou seja, o uso de mais de um adjetivo é comum, pois se torna necessário em alguns casos aplicar mais de uma característica a um nome. Esta especificação de informação é essencial quando se deseja descrever algo fielmente, ou mesmo conceder tributos a um vocábulo.

A divisão dos adjetivos e dos termos que funcionam como adjetivo é extensa, sendo algum deles:

- Pronome Possessivo Adjetivo (*Possessive Adjective*) – e.g. *I bought my bag yesterday.*
- Adjetivo Interrogativo (*Interrogative Adjective*) – e.g. *Whose car is over there?*
- Adjetivo Demonstrativo (*Demonstrative Adjective*) – e.g. *Those guys play very well.*
- Adjetivo Distributivo (*Distributive Adjective*) – e.g. *Each student has his own notebook.*
- Adjetivo Quantitivo (*Quantitative Adjective*) – e.g. We need many potatoes for the salad.

Além desses, há os adjetivos compostos (*compound adjectives*) e os adjetivos qualitativos/descritivos (*qualitative/descripitive adjectives*), que serão analisados e não apenas citados.

Portanto, com o grande quantitativo de adjetivos existentes, a gramática tradicional inglesa divide-os em grupos de acordo com suas funções, como será visto na Figura 1.

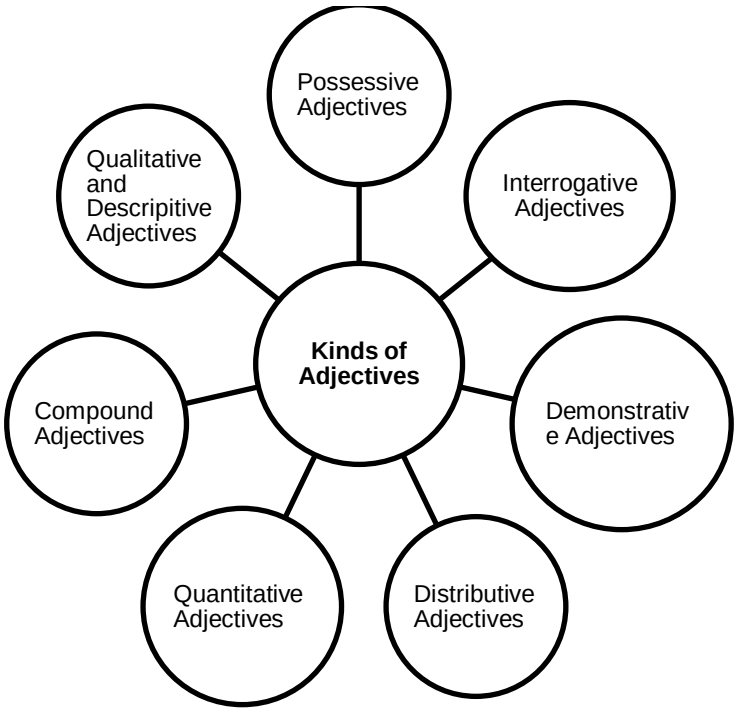


Figura 1
(Disponível em http://pt.slideshare.net/renupriya94/adjective-presentation;
Acesso em 27 de ago. 2015)

Os adjetivos compostos (*compound adjectives*; *hyphanated adjectives*) são adjetivos formados por duas ou mais palavras, mas mantêm uma única ideia geral

em relação a um substantivo, e para isso, são ligados por hífen. Comumente usados, apresentam em sua maioria de formação os casos abaixo:

- Períodos de tempo (*Periods of time*) – e.g. three-day[17] holiday;
- Advérbio + particípio do passado (*adverb* + *past participle*) e.g. a well-done homework;
- Substantivo + particípio do passado (*noun* + *past participle*) e.g. a hand-written article;
- Substantivo + particípio do presente (*noun* + *present participle*) e.g. a hand-helding game;
- Adjetivo + particípio do passado (*adjective* + *past participle)* e.g. a good-natured teacher;
- Adjetivo + particípio do presente (*adjective* + *present participle*) e.g. an easy-going friend;

Os *qualitatives/descriptives adjectives* são adjetivos que indicam julgamento e expressam a opinião do falante. Estes adjetivos podem expressar a opinião de quem irá escrever, falar ou descrever um substantivo. Tratando-se deste tipo de adjetivo qualitativo e descritivo, segundo Parrott (2000, p. 21), vale salientar quanto a sua ordenação que informações gerais vêm primeiro que informações específicas: e.g a *large French car*; opiniões vêm antes de descrições: e.g. *a wonderful high ceiling*.

Algumas dúvidas correspondentes aos adjetivos qualitativos e descritivos são quanto a sua ordenação na frase. Existem diferentes tipos de adjetivos qualitativos/descritivos e estes seguem a uma ordem conforme quadro 2 abaixo*,* e são estes os usualmente utilizados: tamanho (*size*); forma (*shape*); cor (*color*); origem (*origin*); material (*material*); uso (*use*).

Quadro 2

	1 Size	2 Shape	3 Color	4 Origin	5 Material	6 Use	Noun
A	small		Black				hat
Na		oval	brown		leather		ball
	big			English		serving	forks

[17] Vale ressaltar que eles permanecem em forma singular, mesmo tendo a ideia de plural, já que o adjetivo é invariável quanto a seu número.

Os adjetivos opinativos (*opinion*), ou também chamados de observação (*observation*), são os primeiros em uma qualificação com mais de um adjetivo, logo, estão à frente do tamanho (*size*) e todos os outros subsequentes. Há ainda outros tipos de termos adjetivos como idade (*age*), tipo ou temperatura (*type or temperature*) e qualificador (*qualifier*), que são termos modificadores de nomes e estariam respectivamente entre tamanho (*shape*) e cor (*color*), após a idade (*age*), e anterior ao substantivo (*noun*), após o uso (*use*).

3 A ordenação dos termos adjetivos em língua portuguesa e sua aplicação em semântica

Partindo da análise da língua inglesa em que a estrutura dos termos adjetivos segue um padrão rigoroso (tamanho, idade, forma, cor, origem, material e finalidade ou propósito), percebemos que na língua portuguesa não há um padrão assim. Pode-se dizer: A casa velha, marrom, de telha foi vendida. A casa marrom, velha, de telha foi vendida. Ou ainda: A velha casa marrom, de telha foi vendida. Observamos que o adjetivo não tem um lugar estabelecido na frase, mas nem por isso muda a semântica. Observa-se que o adjetivo também pode vir anteposto ao substantivo, mas apenas o adjetivo qualificador tem essa liberdade sem trazer novos conceitos para a frase.

Quanto à ordem dos sintagmas nominais, Bechara (2009) afirma que: “sendo a ordem direta um padrão sintático, a ordem inversa, como afastamento da norma, pode adquirir valor estilístico. E, realmente se lança mão da ordem inversa para enfatizar esse ou aquele termo oracional.” Ele ainda complementa que quando “queremos chamar atenção do nosso ouvinte, quebra-se a norma sintática e consegue-se o efeito estilístico desejado.”

Para Cunha e Cintra (2008, p. 280), os adjetivos “colocam-se normalmente depois do substantivo [...]” e podem também vir antepostos ao substantivo nestas ocorrências: são superlativos relativos (O melhor amigo dela sou eu.); são adjetivos monossilábicos formando expressões (O pior cego é o que não quer ver.); adquirem um sentido especial (Ele era um ótimo trabalhador.).

Assim como é possível a mudança na estrutura básica original de frases na língua portuguesa (sujeito – verbo – objeto), o deslocamento do termo adjetivo

também ocorre em alguns casos, podendo ser anteposto ou posposto ao vocábulo ao qual se refere. Consequentemente, sua locação causa efeitos diferentes no nome caracterizado.

Quando, em vez de SVO (sujeito/verbo/objeto), ocorre OSV (objeto iniciando o período oracional), é possível identificar uma intenção diferenciada do falante para com o interlocutor, como nas frases[18]: Eu estudo Português todos os dias. / Amo demais minha mãe. / Maria cozinha o almoço. Nessas orações, tem-se a ordem padrão do idioma, informando a ação praticada pelo sujeito e salientada pelo objeto. Entretanto, a inversão apresentando o objeto no início do período, atribui mais enfaticamente valor à sua presença na oração: Português, eu estudo todos os dias. / Minha mãe, amo demais. / O almoço, Maria cozinha. Os objetos pospostos enfatizam-se apenas com sua mudança de posição.

Dessa mesma forma, acontece com os adjetivos pospostos ao substantivo. Quando ele é antecipado e exposto antes do nome com o qual se relaciona, exprime caráter mais enfático que se posposto ao termo, como nas orações: 1) A alva luz atravessou a sala. – A luz alva atravessou a sala. 2) O grande problema foi a falta de água. – O problema grande foi a falta de água. 3) Cobri-me com a velha manta. – Cobri-me com a manta velha.

Como se pode observar, nas orações nas quais o qualificador aparece anterior ao termo referencial, o adjetivo enaltece sua informação. Analisando cada caso apresentado nos exemplos, entende-se que: 1) a alva luz é mais clara, pura e branca que luz alva; 2) o grande problema é maior, mais impactante que problema grande; 3) a velha manta é um objeto antigo, mas de afeto, contrário à manta velha, com sentido pejorativo de uma manta muito gasta já pelo uso excessivo. Pode-se notar que, em casos onde o termo adjetivo está anteposto ao substantivo, possui um caráter de afetividade. Já posposto ao nome, tem a condição de objetividade.

Entretanto, não são todos os adjetivos permitidos a transitarem nas orações. Os termos com os quais são unidos substantivos dependentes deles apresentam uma ordem única, geralmente com o substantivo anteposto, causando estranheza em sua ocorrência de outra forma, como em: queda livre, pólo aquático, buraco negro, fita adesiva e outros. Portanto, se salva o termo adjetivo qualificador a percorrer em duas posições na oração, anteposto ou posposto ao nome, podendo

[18] Atenta-se para a composição de frases com verbos transitivos diretos e/ou indiretos, nos quais são necessários complementos para o sintagma verbal.

modificar seu sentido, como visto na análise, ou permanecer com a mesma intenção de aspecto.

Há quatro tipos de adjetivos que são geralmente antepostos, como apresenta Garcia (2010, p. 46): os adjetivos ordinais e os hierárquicos (O *terceiro* colocado; o *último* concorrente), os possessivos (*meu* irmão), os anafóricos (A *própria* aluna relatou o fato.) e aqueles expressando restrição e seleção (O *único* filho vivo). Por conseguinte, os que não se enquadram nessas classificações são pospostos ao substantivo, como é normalmente empregado na língua portuguesa.

Sendo assim, pode-se falar "O menino é bonito", atribuindo-lhe uma característica física, mas se houver a inversão dessa ordem, e associado à entonação do locutor, essa frase pode ganhar um novo sentido: Bonito, menino! É uma frase muito utilizada quando se quer chamar atenção para algo errado que alguém está fazendo. Não há, então, uma caracterização do menino. Bechara (2009) apresenta essa estrutura (Adj. + Subst.) quando não há o desejo de indicar o sentido conveniente, mas para dar uma "significação figurada".

A língua portuguesa é muito rica e cheia de especificidades. Bechara (2009) aborda ainda o grande autor Machado de Assis que, ao falar sobre o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, afirma que elas "eram as de um *defunto autor* (=que escreve) e não de um *autor defunto* (=que morreu)." Vasconcelos (2005, p. 3) explica uma tradução dessa famosa frase de Machado, "nota-se claramente que a quase ausência da possibilidade de movimentação do adjetivo na língua inglesa faz com que sejam utilizados mecanismos sintáticos capazes de expressar naquela língua o que ocorre em português".

Cunha e Cintra (2008, p. 280) asseguram que, "quer para a precisão do enunciado, quer para a sua expressividade, o adjetivo impõe-se como termo imprescindível, mas a exigir de quem dele se utilize cuidados especiais, principalmente bom senso e bom gosto." Portanto, usa-se o adjetivo para configurar os seres e objetos de acordo com o que se deseja, buscando sempre a ponderação e o cuidado para expressar de fato qual a real intenção.

3.1 A ordenação dos termos adjetivos em língua inglesa e sua aplicação em semântica

Um questionamento frequente entre os estudantes de língua inglesa é referente à posição do termo adjetivo nas orações. Este termo apresenta-se, na maioria dos casos, anteposto ao substantivo. Quando há essa ocorrência, são chamados adjetivos atributivos (*A beautiful house.*). Entretanto, pode também ocorrer de o adjetivo se apresentar posposto ao substantivo por meio de um verbo de ligação. Estes recebem o nome de adjetivos predicativos (*The house is beautiful.*) ou por meio de locuções adjetivas (*A girl of respect.*). Muitos adjetivos podem ser tanto atributivos quanto predicativos, porém alguns são ou somente atributivos ou somente predicativos.

Os adjetivos predicativos apresentam uma característica referente ao sujeito ou objeto por meio de um verbo de ligação que pode estar explícito ou não. Estes adjetivos aparecem pospostos ao nome que estão caracterizando e por possuírem forma semelhante à ordenação sintática em língua portuguesa, os estudantes de língua inglesa geralmente não encontram tanta dificuldade de interpretação quando se deparam com esta ocorrência na sua língua materna (Português). Os adjetivos predicativos podem exercer funções como complemento do sujeito (e.g.: My mother is strong.), ou como complemento do objeto (e.g: She made her brother sad.).

Quanto aos adjetivos atributivos, podem ser definidos como aqueles que apresentam uma relação de característica mais direta ao substantivo, sem valer-se de verbos ou preposições. Este tipo de adjetivo na língua inglesa apresenta-se anteposto ao nome, o que se difere na língua portuguesa e, consequentemente, acarreta confusão e embaraço ao falante não nativo. Ainda sobre os adjetivos atributivos, uma ocorrência bastante comum na língua inglesa é o uso de diversos adjetivos caracterizando um único substantivo, e todos antepostos, colocados em sequência sem auxílio de preposição.

Em casos nos quais o adjetivo é restrito à posição atributiva, não há a caracterização referente ao substantivo diretamente. De acordo com Quirk e Greenbaum (1986, p. 121),

> [...] por exemplo, um velho amigo (que tem sido um amigo por um longo período de tempo) não necessariamente implica que a pessoa é velha, então não podemos relacionar *meu velho amigo* a *meu amigo é velho. Velho* refere-se à amizade e não caracteriza a pessoa. Neste caso, *velho* é somente atributivo (tradução nossa).

Os adjetivos que estabelecem uma relação de caracterização direta ao substantivo são chamados de inerentes. Os que não estabelecem esta relação são denominados não inerentes. Vale ressaltar que os adjetivos não inerentes aceitam também posição predicativa.

Um dos aspectos causadores de dificuldade ao aprendiz da língua inglesa é o fato de que na língua portuguesa, nas orações onde se encontram o substantivo e o adjetivo, a leitura é feita da esquerda para a direita. Já na língua inglesa, lê-se da direita para esquerda, caso observada a presença do vocábulo qualificador.

Outra dificuldade que pode vir a atrapalhar a interpretação do estudante de língua inglesa se dá quanto à forma estrutural dos adjetivos, o que não ocorre da mesma maneira em língua portuguesa. De acordo com Milanez (2009, p. 14)[19],

> [...] em inglês os adjetivos não possuem uma forma característica e pode ser difícil reconhecê-los meramente pela estrutura fonética, sendo necessário analisar a estrutura sintática em que estão inseridos. Na ocorrência de mais de um modificador e, principalmente, quando este tem origem substantiva ou verbal, as dificuldades de interpretação são ainda maiores.

Os adjetivos em inglês apresentam dificuldade para serem reconhecidos por falantes não nativos pela sua ordenação sintática ou pela presença de diversos adjetivos modificando um mesmo substantivo, principalmente quando estes são derivados de um próprio substantivo ou de um verbo. Entretanto, a presença de alguns sufixos, como – *able*, pode facilitar a compreensão do termo por remeter o leitor/falante ao termo do qual se deriva, como em *countable* (contável), *unforgettable* (inesquecível) e *comfortable* (confortável).

Nota-se que a maioria dos adjetivos na língua inglesa é anteposta ao nome que modificam. No entanto, em alguns casos, os adjetivos estão pospostos ao substantivo não só em função predicativa. Alguns pronomes indefinidos terminados em *-body, -one, -thing, -where*, por exemplo, aceitam somente adjetivos pospostos (e.g. I want to buy something cheaper.). Alguns adjetivos obrigatoriamente devem estar em posição posposta, pois pode ocorrer mudança de sentido caso estejam em outra posição, como afirmam Quirk e Greenbaum (1986, p. 116 – tradução nossa): “alguns adjetivos pospostos, especialmente os terminados em *-able* ou *-ible*,

[19] “For example, an old friend (‘one who has been a friend for a long period of time‘) does not necessarily imply that the person is old, so that we cannot relate *my old friend* to *my friend is old*. *Old* refers to the friendship and does not characterize the person. In that use, *old* is attributive only.”

conservam o sentido que eles têm em posição atributiva, mas transmitem a ideia de que o que estão denotando tem somente uma aplicação temporária."

Outros adjetivos que possuem um efeito alto ou baixo ao substantivo que estão modificando são chamados de adjetivos intensificadores. Tratando-se de semântica, podem-se notar dois ramos dos intensificadores: os enfatizadores e os amplificadores. Os que enfatizam têm como função ressaltar uma característica e os que amplificam apresentam uma característica em alta escala, crescente, mais abrangente. Os adjetivos enfatizadores somente apresentam-se em posição atributiva (*e.g.: a poor city*). Já os adjetivos amplificadores, quando em posição central, são inerentes, aceitam ambas as formas: atributiva ou predicativa (*e.g: the great war – the war was great*). Porém, quando os amplificadores apresentam-se não inerentes, estes são apenas atributivos (*e.g.: a complete idiot. - *the idiot is complete*).

Ainda outros adjetivos conhecidos como limitadores são aqueles que limitam e particularizam o substantivo (*e.g.: the only reason*). Esses adjetivos também ocorrem em posição atributiva ou predicativa. Alguns adjetivos, que também somente se apresentam em posição atributiva, são os relacionados a advérbios (*e.g.: an ocasional party*). Também falando sobre posições atributivas, vale salientar que os adjetivos derivados de substantivos só encontram-se em posição atributiva (*e.g.: a medical college*).

Já os adjetivos que ocupam posição estritamente predicativa podem ter uma relação mais próxima a verbos e advérbios. Esses adjetivos estão predispostos a se referirem mais a uma condição temporária que a uma característica (*e.g. She is afraid to go there.)* A maioria desses adjetivos pode estar acompanhado de um complemento, como: *e.g.: afraid (of, about), conscious (that, of*). É possível notar que alguns desses adjetivos assemelham-se semanticamente a verbos também, assim como em: *e.g. I am crazy about chocolate. – I love chocolate*.

Considerações finais

Com o estudo realizado, foi possível observar o que havíamos pensado previamente: as dificuldades que podem acontecer para a compreensão da tradução de orações das línguas inglesa e portuguesa, em especial com o adjetivo. Podemos

dizer que na Língua inglesa há uma padronização sistemática, em que os adjetivos vêm geralmente antepostos ao substantivo. Diferentemente, no português, temos uma estrutura mais flexível, em que os adjetivos não precisam seguir uma ordem específica, respeitando, porém, a anteposição ao substantivo, que pode ser feita sem alteração de sentido pelos adjetivos qualificadores.

Com este estudo, percebe-se que precisamos olhar com mais atenção a estrutura sintática nas traduções, pois ainda que haja o conhecimento do vocábulo, há algumas considerações a serem analisadas quanto à estrutura das frases e sua transposição de idioma.

De modo geral, observamos que os adjetivos na Língua Portuguesa vêm sempre pospostos ao substantivo, e quando estão posicionados antepostos ao verbo podem expressar um novo significado ou para enfatizar algo.

Concluiu-se, então, que o termo adjetivo é um vocábulo móvel em estruturas oracionais em Língua Portuguesa, mas sua mobilidade pode causar mudança de sentido e ênfase. Já na Língua Inglesa, o adjetivo é anteposto ao termo ao qual se refere, e com a ocorrência de uso de mais de um termo, deve seguir certa sequência de acordo com sua classificação por tipo. Portanto, para a aplicação correta de um tipo de vocábulo dos mais usados (e formador de uma das maiores classes de palavra), é preciso cautela à sua definição e colocação correta na frase, seguindo as normas previstas pela gramática tradicional de cada idioma, a fim de empregá-los sob as condições da norma padrão.

Referências:

ADJETIVE. In: English Dictionary. **Cambridge University Press**, 2015. Disponível em <http://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/adjective> Acesso em 24 de ago. 2015.

ADJETIVE. In: English Dictionary. **Collins**, 2015. Disponível em <http://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/adjective> Acesso em 24 de ago. 2015.

ADJETIVE. In: English Dictionary. **Macmillan**, 2015. Disponível em <http://www.macmillandictionary.com/dictionary/british/adjective> Acesso em 24 de ago. 2015.

ADJETIVE. In: English Dictionary. **Oxford**, 2015. Disponível em <http://www.oxforddictionaries.com/pt/defini%C3%A7%C3%A3o/ingl%C3%AAs/adjective?searchDictCode=all> Acesso em 24 de ago. 2015.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de Gramática do Português**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COLLIER MACMILLAN ENGLISH PROGRAM. **A Practical English Grammar.** 4. ed. Filipinas: English Language Services Inc. Macmillan Publishing Co., 1975.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

GARCIA, Afrânio da Silva. Deslocamento de adjetivos no sintagma nominal do português. 2010. 24 f. (p. 41 a 64). **Rev. Soletras,** Ano X, n. 20, jul./dez.2010 - Suplemento. São Gonçalo: UERJ.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e. **Linguística aplicada ao português**: morfologia. São Paulo: Cortez, 2003.

MILANEZ, Maria Kassimati. **A interpretação dos sintagmas nominais com adjetivos atributivos com alunos do inglês instrumental**. 2009. 158 f. Dissertação (Pós Graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal, Rio Grande do Norte, 2009.

PARROTT, Martin. **Grammar for English Language Teachers.** 14. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney. **A University Grammar of English.** 16. ed. Harlow, England: Longman House (Longman Group), 1986.

VASCONCELOS, Sérgio Paulo Gomes de. Problemas no ensino de adjetivos e locuções adjetivas para estrangeiros. In: II Congresso de Letras da UERJ/FFP, 2005, São Gonçalo. **Anais do II Congresso de Letras da UERJ/FFP**, 2005.

A *VEJA* E O SEU JEITO TUCANO DE SER: análise linguístico-textual de capas do gênero revista

Joane Marieli Pereira Caetano[20]
Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior[21]

Resumo: O presente estudo tematiza as relações discursivo-textuais presenciadas em gêneros textuais de cunho jornalístico da mídia brasileira. Diante da acepção original de gênero jornalístico, que o concebe a partir dos princípios de imparcialidade e objetividade discursiva, tem-se verificado que determinados veículos não seguem um direcionamento dicotômico entre imparcialidade *versus* parcialidade, mas apresentam certa relação de integralidade entre a necessidade de descrição objetiva dos fatos com as subjetividades de quem os narra. Assim, parte-se do seguinte questionamento: De que modo o ideário de imparcialidade jornalística se esvai na mídia brasileira? Utiliza-se como *corpus* de trabalho capas da revista *Veja* relacionadas ao assunto Política Brasileira, em especial, à representação dos principais grupos partidários na dinâmica contemporânea. Desse modo, objetiva-se, *a priori*, analisar os recursos linguístico-textuais empregados em tais veículos. Especificamente, pretende-se demonstrar como as estratégias textuais utilizadas no discurso corroboram com a construção de posicionamentos subjetivos da revista. Dentre as hipóteses, acredita-se que a revista *Veja*, objeto deste estudo, contribui argumentativamente para a construção da representação imagética de um partido político em detrimento de outro. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa inicialmente bibliográfica, tendo como aporte teórico Koch (1992; 2000; 2013), Marcuschi (2002; 2008) e Bakthin (2004), bem como de uma análise de dados baseada nos pressupostos da Análise do discurso francesa encontrada em Charaudeau (2009) e Maingueneau (2008).

Palavras-chave: Gênero Textual. Análise do Discurso. Política. Revista *Veja*.

Introdução

O Brasil é um Estado Democrático de Direito. Cada cidadão vale seu voto depositado em uma urna. A sociedade inteira, formada a partir da comunhão de diferentes indivíduos, que partilham o mesmo território, é responsável pelo estabelecimento de dirigentes eleitos, que executam, em tese, a vontade da maioria e legislam em favor dela.Entretanto, a preservação desse Estadodepende de algumas instituições. Entre essas, a imprensa, que se verifica aqui, mais precisamente,sua manifestação em uma revista impressa: a “Veja”. Em algumas capas da revista *Veja* são consideradas a posição e as intenções dos editores nas mensagens que transmitem.

Interessante destacar de antemão a função prototípica do gênero textual jornalismo, seguido pela premissa de que “todo gênero é marcado por sua esfera de

[20] Mestranda em Cognição e Linguagem (UENF); Especialista em Letras (UNIFSJ). Professora de Análise Textual (UNIFSJ). E-mail: joaneiff@gmail.com
[21]Graduando em Letras, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). E-mail: dinuccij@hotmail.com

atuação que promove modos específicos de combinar, indissoluvelmente, conteúdo temático, propósito comunicativo, estilo e composição" (ELIAS; KOCH, 2012, p. 107). Ao gênero jornalismo compete, em princípio, informar imparcialmente os cidadãos.Em "Da Democracia na América", Alexis de Tocquecille, no século XIX, já aludia à importância da imprensa para o estabelecimento e preservação da igualdade democrática. O sociólogo afirma que a "[...] imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade" (TOCQUEVILLE, 2005, p. 398). Por meio dela o exercício de poder se permite a todos.

> Em nossos dias, um cidadão oprimido só tem um meio de se defender: dirigir-se à nação inteira e, se ela lhe for surda, ao gênero humano. E só há um meio para fazê-lo, a imprensa. Assim, a liberdade de imprensa é infinitamente mais preciosa nas nações democráticas do que em todas as outras; só ela cura a maioria dos males que a igualdade pode produzir. A igualdade isola e debilita os homens; mas a imprensa coloca ao lado de cada um deles uma arma poderosíssima, de que o mais fraco e o mais isolado pode lançar mão. A igualdade tira de cada indivíduo o apoio de seus próximos; mas a imprensa lhe permite chamar em seu socorro todos os seus concidadãos e todos os seus semelhantes. A tipografia apressou os progressos da igualdade e é um de seus melhores corretivos (TOCQUEVILLE, 2005, p. 398).

Em seu trabalho, o visconde de Tocqueville, após longa visita aos Estados Unidos, redige no século XIX uma ode à democracia. Seu texto a defende, promove, quer vê-la chegando a todas as nações da Europa. Busca, contudo, ser razoável. Esclarece que mesmo o melhor remédio sempre traz algum efeito colateral. À democracia, o desamparo seria um desses efeitos; corrigido pela liberdade de imprensa.Assim, esclarece o valor de uma imprensa séria, que não se faça tendenciosa, que não modalize de acordo com os interesses de sua vontade. A informação chegando límpida aos cidadãos, para que eles tenham a liberdade de pesá-la, considerá-la sem que restem reféns da opinião engendrada por profissionais de conduta duvidosa das mídias diversas.

Na consideração das capas da revista *Veja* que aqui é feita, o leitor poderá observar e ponderar por si se houve ou não tentativa de manipulação. A opinião desta pesquisa é de que sim, houve. Diversas capas foram observadas, para cá trazidas algumas. O que se pôde perceber nelas é a busca pela desconstrução da imagem de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a opção por proteger a imagem de outro grupo partidário, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

1 As contribuições da Análise do discurso para se desvelar a (im)parcialidade jornalística

Neste estudo, parte-se da noção dialógica dos textos, proposta por Bakthin (2004), entendendo-os como produtos do processo de interação social entre os participantes de um enunciado. Nesse sentido, Koch (2013, p.22) concorda que "o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, a qual compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas da interação social".

Por mais vangloriosos e absolutos de certeza que possam parecer os insistentes discursos sobre a imparcialidade jornalística, verifica-se, desde os primados teóricos da Linguística do Texto e da Análise do Discurso, que tal afirmação constitui-se como falácia, uma vez que um discurso midiático não é desprovido de intencionalidades, conforme ratifica Charaudeau (2009, p. 26):

> Qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor (CHARAUDEAU, 2009, p. 26).

A análise de conteúdos da mídia apresenta-se, assim, recheada de oportunidades de constatação de pronunciamentos subjetivos, destoantes da proposta inicial do gênero jornalístico que, em princípio, constrói-se por intermédio da visão objetiva sobre os fatos. Portanto, devem-se questionar as intencionalidades contidasnas revelações empíricas da subjetividade diagnosticadas no texto jornalístico. Vale ressaltar as considerações de Pêcheux (1969, p. 71) a respeito das subjetividades articuladas à linguagem no discurso:

> [...] é um fato que esta oposição [língua versus fala] autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios postos a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso do impensável, o correlato necessário do sistema (PÊCHEUX, 1969, p. 71).

Os recursos linguísticos permitem, assim, o jogo discursivo, em que o locutor pode apoderar-se da língua como artifício de poder ao moldar aspectos textuais a depender do que deseja privilegiar. Sobre a "prática de escrever", Barthes (1978, p. 14) discorre que "o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro."

Para tanto, é requerido um campo investigativo que leve em consideração uma interpretação textual integrada, ou seja, espera-se aqui se interrogar a natureza da instância de recepção, na medida em que se traçam sondagens qualitativas do impacto do que é (im)perceptível pela audiência.

A questão da imparcialidade na produção de textos é revogada por Vogt (1980) ao afirmar que todo texto ou instância menor que este diz algo, mas o diz de um certo modo. Torna-se necessário recorrer aos pressupostos da Análise do Discurso justamente a fim de compreender que há a formação de uma cena enunciativa, na qual a construção de sentidos surge a partir de interações interpessoais em um "discurso que implica um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência" (MAINGUENEAU, 2008, p. 51).

Nesta concepção, as trocas dialogais entre enunciador e co-enunciador ou, conforme Koch (2000), locutor e alocutário, produzem vários níveis de significação, pois, segundoDucrot (1978), não basta estratificar o dito, mas verificar o nível do discurso, isto é, faz-se necessário compreender os jogos discursivos entre explícitos e implícitos. A atividade interpretativa passa a ancorar-se, então, na premissa de que

> [...] quem fala tem determinadas intenções, consistindo a intelecção justamente na captação dessas intenções, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações. Compreende-se o querer dizer como um querer fazer; desse modo, introduzem-se no sentido todas as intenções de ação [...] e admite-se que o locutor deseja, de algum modo, fazer conhecer essa intenção (KOCH, 2000, p. 24).

2O engajamento partidário revelado nas capas da revista *Veja*

Neste momento do trabalho, analisam-se algumas capas da revista *Veja*. Como já adiantado, ficou à pesquisa a nítida impressão de que este órgão de imprensa, a

despeito da obrigação de ser imparcial, de informar apenas, está comprometido com a causa política, sendo extremamente rigoroso às mazelas de um grupo enquanto se portacondescendentemente em relação a outro.

Os idealizadores das capas apresentadas não parecem em momento algum desejar esconder sua posição política pró-tucanos. Escancaram, em seus trabalhos, suas posturas antipetistas. Não se quer, aqui, condenar o envolvimento de particulares com a política partidária. O que se afirma é que a posição assumida não pode influenciar o exercício de profissão tão importante à saúde da democracia.

Ratifica-se: qualquer mídia tem não só o direito, mas também o dever de informar os cidadãos, membros da sociedade, de quaisquer desvios, prevaricações, negligências cometidas pelos seus representantes políticos. O que não pode ocorrer é que, assumindo uma postura partidária, dada mídia seja cruel em sua representação contra um e complacente em relação a outro.

Na primeira capa a ser analisada, articulam-se vários recursos imagéticos para a construção das significações. Objetiva-se, aqui, verificar as nuances discursivas identificadas neste constructo textual:



Figura 2 – Capa 01
Fonte: Site oficial da revista Veja

Nesta primeira, já há algumas questões a serem pesadas. A primeira delas: a edição é de junho de 1994. O Brasil estava às portas de sua eleição presidencial. O candidato do PT, Luiz Inácio “Lula” da Silva, de origem popular, concorreria contra o do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Embora se tenha apontado na imagem o suposto brilho do Partido dos Trabalhadores, a capa da revista faz alusão a certo medo, que reverberou em outras candidaturas do futuro presidente Lula. Assim, até para elogiar o PT a revista *Veja* encontrou maneira de positivar os receios de certa classe brasileira diante da possibilidade de assunção de um ex-operário ao Planalto. Sobre a antiga profissão do presidente Lula, deve-se atentar à mão que envolve a insígnia do Partido. Certamente, pela robustez, pelas unhas escurecidas, não acudia à cadeira de Sociologia de nenhuma grande universidade. É a mão de um trabalhador, e a possibilidade de alguém saído da classe dominada ascender ao maior cargo da República Federativa do Brasil, o terror que isso provocava e provoca em um pequeno grupo – a elite nacional – fica muito claro em “O Povo Brasileiro”, do antropólogo Darcy Ribeiro.

> [...] as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente (RIBEIRO, 2014, p. 21).

Mais uma vez, nesta segunda capa, oito anos depois, a tática do terror como estratégia argumentativa na produção de sentidos no discurso. Recorre-se à ideia de impor medo aos eleitores: o susto.



Figura 3 – Capa 02

Fonte: Site oficial da revista Veja

Dessa vez o discurso não venceria, entretanto. Nas urnas, os eleitores deram o voto de confiança ao candidato popular. Derrotando José Serra no segundo turno, Lula chegou ao Palácio do Planalto. Mas se observa de novo a tentativa da revista *Veja* de impedir a eleição do candidato petista.Darcy Ribeiro, novamente, explica essa postura no livro supracitado:

> Não é impossível que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força (RIBEIRO, 2014, p. 23).

Segundo Michel Foucault, todo discurso produzido e reproduzido ao longo do tempo é um discurso de poder. Esse discurso representa a vontade de uma classe e que se foi estabelecendo no decorrer da história. A história, selecionando memórias, foi sendo construída pelos grupos. Em “A Ordem do Discurso”, o filósofo diz que “[...] gostaria de tentar perceber como se realizou, mas também como se repetiu, se reconduziu, se deslocou essa escolha da verdade no interior da qual nos encontramos, mas que renovamos continuamente” (FOUCAULT, 2014, p. 58).

As verdades, segundo Foucault, são selecionadas, escolhidas. Vão sendo reforçadas ao correr do tempo. Consolidam-se. Por isso o zelo deve ser constante quanto ao que produz o jornalismo. A repetição contundente de um determinado discurso pode estabelecê-lo como indiscutível. Não se deve admitir na democracia a ausência do contraditório. Forças antagônicas são freios aos governantes que porventura abusem das posições em que estão; outorgadas pelo povo. A liberdade de imprensa deve ser preservada, mas deve ao mesmo tempo ser cobrada a postura equilibrada das mídias em sua atuação no cumprimento de seu dever social.

Ainda no ano 2002, um mês após utilizar a tática do terror, a revista *Veja* apelou aos estereótipos. Nesta terceira capa, buscou-se incutir na cabeça dos eleitores a ideia de que o torneiro mecânico, nordestino, de origem humilde, não estaria apto à Presidência da República.



Figura 4 – Capa 03
Fonte: Site oficial da revista Veja

Assim, apresentando fotos de governantes anteriores e através do texto, buscou-se demonstrar que a autoridade e a capacitação de um presidenciável estão ligadas às suas “qualidades individuais”. Sabe-se que, segundo a Constituição Federal de 1988, “todo poder emana do povo”, mas a impressão que a capa deixou é a de que esse “poder” reside numa imagem específica. Dessa forma, o então candidato Lula não estaria em condição de exercer um mandato digno, já que não cursara o nível superior, não sabia falar inglês, entre outras coisas. Alguns anos à frente, após sua eleição e reeleição, a diminuição da pobreza, da desigualdade e a aprovação pública do petista foram suficientes para desmentir esta edição da revista *Veja*.

Na próxima capa da revista *Veja* em análise, edição de maio de 1997, expõe-se o rosto do então Ministro Sérgio Motta. Amigo pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Motta teve seu nome envolvido no esquema de compra de votos dentro do Congresso Nacional. Exato: o mesmo esquema que, no Governo Lula, foi chamado de “mensalão”.



Figura 5 - Capa 04
Fonte: Site oficial da revista Veja

Tal prática corrupta que escandalizou o país já era praxes naquele tempo. No entanto, esta revista não relaciona de forma alguma o escândalo ao presidente Fernando Henrique. A imagem dele não estampa a capa. Não é mencionado seu partido. O ministro Sérgio Motta é utilizado como “boi de piranha”. Não há sequer uma menção na capa à possível “vista grossa” de FHC. Não há charges.Não há chacota. A imagem do PSDBista sai intacta desta edição da *Veja*.

Como levar a sério um órgão de imprensa, uma revista de tradição, de alcance nacional, que adote esse tipo de postura?Que maquie a verdade?Que a disfarce e a distorça à sua vontade, boa ou má? Não se cobra da revista que omita vexames ou deixe de tripudiar das vergonhas de corrupção, dos absurdos do governo petista. O que se exige é uma posição justa, equilibrada, frente aos fatos. Se há criatividade para a confecção de capas que visem à desconstrução dos presidentes de um partido, como se vê a seguir, deve haver a mesma capacidade inventiva para o desfazimento da imagem sóbria que se construiu ao longo dos anos dos candidatos do outro partido.

Abaixo, entre as duas capas há, claro, um diálogo, em específico, uma releitura intertextual sabiamente articulada por se tratar de uma manifestação discursiva

> constituída de elementos linguísticos intencionalmente selecionados e ordenados em sequência, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (KOCH, 1992).

A intertextualidade retratada pelas capas, capa “a” é de 2006 e a capa “b” é de 2015, constrói-se exclusivamente de imagens, em nenhuma das duas encontra-se texto escrito. E tais imagens falam. Querem tratar a cegueira dos presidentes petistas; ou dizer que estão perdidos, como crianças na brincadeira pueril da “cabra-cega”, como se evidencia pelo uso da faixa presidencial como “tapa-olho” típico desta brincadeira infantil.



Figura 6 - Capa A
Fonte: Site oficial da revista Veja



Figura 7 - Capa B
Fonte: Site oficial da revista Veja

Constitui-se em tais capas a intertextualidade, pois este fator da textualidade corresponde ao entrelaçamento de textos. Segundo Marcuschi (2008), retoma-se de algum modo o “discurso original”, partindo-se do que se chama de informação dada proveniente de experiências anteriores – “aquela que se encontra no horizonte da consciência dos interlocutores” (CHAFE, 1987) – para se construir um novo texto. Assim, a apropriação de uma capa de revista antiga relida em alusão a outro candidato, mas ambos do mesmo partido, induz que as ações de um político se repetem através do outro, em termos mais específicos, o não engajamento dos presidenciáveis diante de algumas problemáticas continua sendo uma tática do partido.

O ex-presidente e a atual, caricaturados, não viram nada ou não sabem de nada. Tateiam, mas não encontram. A grande questão: por que não se adota, em momento algum, a mesma postura contra o presidente FHC? Por que a sua imagem, ainda que uma caricatura sua, não é identificada à corrupção de seu

governo, sob seu nariz, envolvendo um amigo seu? Porque “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Palavras finais

A discussão da articulação linguístico-textual de pronunciamentos da revista *Veja* apresenta oportunidades de se revelar, assim, as “forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros” (POSSENTI, 2009, p. 38), visto que as intenções de determinados segmentos da mídia brasileira utilizam-se da linguagem para apelar para aargumentatividade de múltiplas ordens a fim de explicitar suas posições.

O ano de 2015 tem-se revelado complicado à política brasileira. Dilma Rousseff, presidenta eleita democraticamente, vai resistindo como pode às investidas, muitas vezes desleais, de seus opositores. Nesse contexto, o respeito à verdade é mais que imprescindível. O risco de rasgar-se a liberdade é, de fato, iminente. Tocqueville considera esse perigo real quando há duas forças tão equiparadas se digladiando em um Estado Democrático. O autor afirma que “quando uma sociedade vem a ter realmente um governo misto, isto é, igualmente dividido entre princípios contrários, ela entra em revolução ou se dissolve” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 295). Há, portanto, razão para temer os gritos pró-ditadura, que ecoam em algumas ruas do Brasil.

Vale discutir o comprometimento do veículo jornalístico como gênero textual de prática social, já que estes são, conforme Marcuschi (2002, p. 22), constructos textuais materializados utilizados em grande escala na vida diária das pessoas. Diante disso, o que se espera de qualquer mídia é um comprometimento real com os fatos, uma postura ética, que corresponda à importância de sua função. O jornalista, não interessa se formado ou não em curso de jornalismo, deve relatar os fatos com parcimônia. A atividade jornalística é de grande relevância à preservação da democracia, à proteção dos direitos individuais e coletivos e deve posicionar-se ao lado do povo, não ao lado de um ou outro partido político. Infelizmente, o que se tem observado da revista *Veja* não é essa conduta ilibada. As capas verificadas aí estão

para demonstrar isso. Seria extremamente interessante para todos os brasileiros que não fosse assim; mas é.

A despeito do que o historiador francês afirmou no século XIX, esta revista tem feito política partidária procurando manipular os eleitores. A construção de estereótipo que, segundo a revista *Veja*, é modelo para quem pleiteie a Presidência; a tentativa de assustar possíveis eleitores do PT, o desligamento da imagem dos políticos do PSDB dos escândalos de corrupção, e a sátira diante das mazelas do atual governo revelam o jeito tucano de ser da revista *Veja*. Haverá, logo, novas eleições; novas oportunidades para investigar a maneira de conduzir ou narrar os fatos, adotada pela revista. Fica nesta pesquisa o sinal de alerta: que os leitores tenham-no em mente ao se debruçarem sobre o que *Veja*ou outros veículos jornalísticos doravante apresentarem.

Referências

BAKTHIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2004.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. S. (ed). **Coherence and grounding in discourse.**Amsterdan: John Benjamins, 1987.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** Trad.: Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, O. **Pressuposição e Alusão.**Cultrix: São Paulo, 1978.

ELIAS, Vanda Maria; KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

KOCH, I. G. V. **A interação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Argumentação e Linguagem.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: Contexto, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação.**In: POSSENTI, S. et. al (Org.). São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Org.).**Gêneros textuais & ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

PÊCHEUX, M. **A análise automática do discurso.** Campinas: Pontes, 1969.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso:** ensaios sobre o discurso e sujeito. São Paulo: Parábola, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VOGT, C. A. **Linguagem, Pragmática e Ideologia.**São Paulo: Hucitec FUNCAMP, 1980.

NOVOS ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA O PROFESSOR DE INGLÊS NA ERA DA INTERNET

Joyce Vieira Fettermann[22]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar algumas maneiras como as redes sociais virtuais podem e têm auxiliado o docente de língua inglesa na aprendizagem do idioma, seja no âmbito linguístico, pedagógico, profissional, seja na sua interação e comunicação com seus pares. Para tanto, faz-se uma busca no Facebook para encontrar páginas e grupos que têm funcionado como suportes para o professor, levando-o a interagir com outros, com os quais possui interesses em comum. Realiza-se uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório (TRIVIÑOS, 1987), com o aporte de teóricos como Paiva (2001; 2005), Franco (2008), Recuero (2009), Pinto (2011) e outros. Considera-se, ao final, que através do uso do Facebook o professor pode fazer parte de uma rede de relações virtuais que lhe permite trocar ideias, aprender com colegas de profissão, formular novos conceitos a respeito de questões que envolvem o ensino do idioma com que trabalha, adquirir novos conhecimentos de forma colaborativa, sendo o protagonista de seu próprio conhecimento compartilhado.

Palavras-chave: Facebook. Aprendizagem. Interação. Comunicação. Professores de inglês.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, tornou-se visível em todas as áreas de atuação as tecnologias implantadas na vida das pessoas de forma rápida e transformadora. Este momento não é somente de novos equipamentos nas mãos dos alunos, mas também de novos estilos de ensino e aprendizagem. Assim, as novas tecnologias devem ser compreendidas como instrumentos culturais na prática pedagógica, que estão presentes na educação, no sentido de aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem e capacitar o indivíduo a viver na era digital, partilhando uma visão mais abrangente do mundo.

Nota-se que os alunos e a comunidade em geral deixaram de ser meros consumidores das redes sociais, e passaram a ser também intensos conhecedores e criadores delas, como ressalta Kenski (1998). Nesse sentido, Prensky (2004) sublinha que os alunos deste tempo são denominados nativos digitais, pois nasceram e cresceram em meio à efervescência tecnológica, e uma de suas características é a utilização, em larga escala, dos métodos digitais.

[22] Mestra em Cognição e Linguagem – UENF. Especialista em Língua Inglesa e Licenciada em Letras/Inglês pela UniFSJ – Itaperuna.

No contexto de ensino de língua estrangeira, principalmente de língua inglesa, esse cenário onde o aprendiz tem contato com toda parte do mundo, muitas vezes na palma das mãos, torna-se significante, uma vez que os passam a ter maior possibilidade de contato com nativos de países onde o idioma é falado, podendo acessar acontecimentos culturais virtualmente e tendo a oportunidade de praticar o que aprenderam previamente.

Portanto, o contexto apresentado levou esta autora a partir da hipótese de que os ambientes virtuais podem se configurar como espaços de aprendizagem também para o professor de língua inglesa, já que este deve estar em constante atualização quanto às particularidades da língua – como gírias, internetês em inglês, vocabulário, uso linguístico e outras –, ferramentas para utilizar em sala de aula, técnicas e abordagens que levem seus estudantes a atingir seus objetivos, além da possibilidade de interagir com colegas da profissão sobre assuntos em geral.

Assim, este artigo pretende demonstrar algumas maneiras como as redes sociais virtuais, em especial o Facebook, podem e têm auxiliado na aprendizagem do docente de língua inglesa.

1. NOVAS PERSPECTIVAS PARA O PROFESSOR DE LÍNGUAS

Segundo Littlewood (2004, p. 94),

> [...] os métodos comunicativos de ensino contribuem para que o aprendiz desenvolva sua própria personalidade no processo de aprendizagem. Eles também contribuem com o professor que deixa seu papel de professor, para se tornar um ser humano entre seres humanos.

Nessa linha de pensamento, o linguista Almeida Filho (2001) pontua que aprender uma língua é aprender a construir significados nela. Isso acontece em forma de interação social, unida à construção de conhecimento e troca de informações.

Desse modo, os professores de língua inglesa necessitam desenvolver uma atitude crítico-reflexiva, no sentido de repensar sua prática pedagógica, para que haja uma descentralização do saber, deixando de lado sua posição de transmissor de um conhecimento pré-estabelecido, e passando a ser o facilitador deste. Assim,

passam a contribuir para uma aprendizagem significativa que leva os alunos a produzirem conhecimentos.

Holden e Rogers (2001) apresentam novas habilidades que podem ser trabalhadas com alunos de línguas: habilidade de estudo ou de pensar, habilidade social e habilidade de autoconscientização. De acordo com esses autores, no uso da habilidade social, os alunos aprendem uns com os outros em colaboração. A habilidade de estudo/pensar é estabelecida quando o aluno faz uso da memória, desenvolve as regras gramaticais e já produz sentenças. Ao exercitar a habilidade de autoconscientização, o educando media as habilidades da língua e a autoconsciência.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as habilidades citadas possibilitam também o convívio dentro do ambiente das redes sociais virtuais, onde as informações são compartilhadas pelos usuários, que são estimulados a desenvolver o aprendizado, tornando-se mais ativos nesse processo.

Segundo as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (BRASIL, 1998), é de vital importância que haja uma aproximação das situações de aprendizagem ao cotidiano do aprendiz, abandonando, assim, um ensino meramente reprodutivo. Entende-se que a internet pode ser uma grande aliada nesta tarefa, uma vez que, atualmente, há uma variedade de ferramentas à disposição do professor, que podem ser utilizadas para sua própria busca por informações, como também para promover a independência de seu aluno que passa a manter uma busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento.

Assim, pode-se afirmar que o uso dessas novas tecnologias possibilita ao professor um ambiente propício para uma maior aproximação de novas aprendizagens através de ferramentas e recursos, além de ser possível interagir com diversos outros docentes de qualquer lugar do mundo a qualquer tempo, o que pode possibilitar uma troca voluntária de experiências e ideias.

2. A APRENDIZAGEM AUTÔNOMA DO PROFESSOR E AS FERRAMENTAS DA WEB

Diante da sociedade atual, chamada da informação (CASTELLS; CARDOSO, 2005), não se pode ignorar o papel que as novas tecnologias da informação e da comunicação têm desempenhado no contexto educacional. De maneira específica, o

ensino da língua inglesa também tem sido beneficiado com tantos recursos e ferramentas que podem ser utilizados.

Nota-se que a rede virtual obtém numerosa variedade de material para os aprendizes de língua inglesa, oferecendo-lhes um ambiente propício para a aquisição mais dinâmica e interativa do idioma, diferentemente do que costumava acontecer com os materiais tradicionais. Nessa perspectiva, Paiva (2005) salienta que o indivíduo que faz usos da tecnologia tem mais chances de aprender.

Através da comunicação via internet, aquele que se propõe a estudar uma língua-alvo pode interagir com falantes nativos ou outros aprendizes de todo o mundo. Esse espaço virtual torna-se, então, um ambiente onde é possível desenvolver a autonomia e construir o próprio conhecimento do idioma.

Félix (1998, p. 19) afirma que quanto mais as tecnologias vão se desenvolvendo, mais os materiais vão se tornando interessantes e interativos. Desse modo, os grandes avanços da internet têm possibilitado cada vez mais que os indivíduos sejam responsáveis por sua própria aprendizagem, escolhendo, dentre inúmeras ferramentas disponíveis na web, as que se coadunem melhor às suas preferências para poderem adquirir novos conhecimentos.

Nos dias atuais, percebe-se que a utilização de novas formas de comunicação tem auxiliado o professor de língua inglesa a adquirir novos conhecimentos de diversas maneiras. Entre elas estão os *chats*, blogs, redes sociais, como o Facebook e outras, que lhe permitem dialogar através da leitura e construção de textos, conversar por mensagens instantâneas, assistir e discutir vídeos e muito mais.

Da mesma forma, tornou-se possível a realização de diferentes funções online. Uma delas é aprimorar um idioma, e a interação parece ter um papel fundamental para que os docentes de língua inglesa se comuniquem com indivíduos ao redor do mundo, visto que hoje a internet oferece diversos ambientes para o aperfeiçoamento do uso de línguas e oferece situações reais de comunicação.

Nesse sentido, ao destacar a utilização das novas tecnologias educacionais como mediadoras que facilitam a autonomia do aprendiz, torna-se necessário adotar uma perspectiva sociointeracionista com base no diálogo.

Nesse processo, como salienta Franco (2008), a internet se tornou uma ferramenta fundamental, pois pode promover a interação entre professores-

professores, professores-alunos, alunos-alunos e alunos-professores, possibilitando que se construam conhecimentos através de aprendizagem coletiva e colaborativa.

Na concepção de Larsen-Freeman (2000, p. 164),

> [...] a aprendizagem colaborativa ou cooperativa envolve, essencialmente, alunos aprenderem uns com os outros em grupos. No entanto, não é a configuração de que distingue a aprendizagem, mas a forma com que os alunos e professores trabalham em conjunto que é importante.

Embora a tecnologia ajude o indivíduo a construir um conhecimento em grupo, Vygotsky (2015) afirma que a absorção dessa aprendizagem é feita de maneira individual, cada um constrói seu próprio conhecimento. A essa teoria ele deu o nome de Zona de Desenvolvimento Proximal[23].

Acredita-se que cada um pode, individualmente, dar suporte a outros na tarefa de aprender, à medida que assimila novas informações. Portanto, como afirma Paiva (2001), o estudante de língua estrangeira, através da ajuda de coaprendizes, pode obter sucesso em situações de comunicação, seja através da oralidade, seja da escrita nos espaços virtuais de interação e aprendizagem. Para isso, torna-se necessário levar em consideração o papel social da linguagem que, para a autora a que se faz referência, torna o aprendiz – neste caso, o professor de inglês – capaz de se comunicar com os outros e, possivelmente, fazer parte da comunidade de falantes do idioma que se pretende aprimorar.

3. O PROFESSOR DE INGLÊS E SUAS INTERAÇÕES NO FACEBOOK

Realizando uma busca pela rede social Facebook, é possível encontrar diversos grupos e páginas direcionadas a professores de língua inglesa. Desde trocar informações sobre o trabalho, aulas, materiais e planejamento, até divulgar eventos como cursos, workshops, webinários, congressos nacionais e internacionais na área, vagas e necessidade de emprego, além de *chats* online, tudo isso pode ser acessado no dado ambiente.

[23] Elaborado por Vygotsky, a Zona de Desenvolvimento Proximal é um conceito que possui dois níveis. O primeiro é o nível de desenvolvimento real, que acontece quando as funções de que o indivíduo aprendeu já estão consolidadas e aprendidas, ao qual consegue realizar por si só. Já o segundo nível potencial refere-se ao que o indivíduo pode aprender futuramente.
(Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky>. Acesso em 22 set. 2015).

Nesse sentido, através da pesquisa exploratória (TRIVINÕS, 1987), esta autora encontrou páginas e grupos criados para a interação e aprendizagem de professores de inglês nas esferas linguística e profissional (treinamento e capacitação). Foi selecionada a página *English Teachers* e o grupo BrELT – *Brazilian Teachers of English as a Foreign Language*, sobre a qual se fazem algumas considerações que podem ser observadas a seguir:

> *English Teachers* – página criada para professores, em que são encontradas pessoas de diversos países que discutem diariamente sobre assuntos como dicas para melhorar as habilidades em inglês, questões salariais e educacionais, formação, diplomas, suas crenças a respeito do processo de ensino e aprendizagem, entre outros.

A seguir, é possível observar uma postagem feita pelo administrador da página, que pergunta: “como um professor de inglês no exterior, você acredita que é pago justamente pelo trabalho que realiza toda semana (planejamentos, aulas, avaliação, serviço de babá, etc.)”?



Figura 1: Página *English Teachers* – Sobre pagamento
Fonte: https://www.facebook.com/englishteachersseries

Nos comentários dos participantes da discussão, pode-se ler sobre a insatisfação de professores no geral. Apenas um deles, do Japão, acredita que se um professor quiser trabalhar muito, focando mais no ensino e menos em preparação de aulas, ele conseguirá um salário de nível médio, decente, segundo o usuário da rede social.

Dessa forma, ressalta-se o potencial para interação e comunicação que as ferramentas da rede social Facebook proporcionam, devido à dinâmica que ela permite aos seus usuários (OLIVEIRA; TEDESCO, 2010), como pode ser visto na Figura 1.

Ao discutirem sobre um assunto pertinente aos professores, eles ainda podem descobrir informações de modo colaborativo, como afirmam Lee e Mcloughlin (2008), ampliar sua aprendizagem informal sobre o tema em pauta, sobre como sua realidade se aplica em outros países e, ainda, apresentar o que pensam sobre tal assunto.

Na discussão que segue, é perguntado aos membros da página o seguinte: “deveria ser exigido que todo professor de inglês tenha uma formação em nível superior [...]”?



Figura 2: Página *English Teachers* – Sobre Formação
Fonte: https://www.facebook.com/englishteachersseries

Algumas considerações devem ser destacadas sobre os comentários da figura apresentada. Por exemplo, uma integrante evidencia a diferença entre professores de inglês e assistentes. Em seu ponto de vista, os professores precisam de, pelo menos, um treinamento (como o certificado TESOL – *Teachers of English to Speakers of Other Languages*, para Professores de Inglês para Falantes de Outras Línguas), enquanto os assistentes não necessitam, por serem utilizados mais como recursos na aula.

Outros participantes destacam o conhecimento linguístico e a motivação como fatores importantes a serem considerados pelo professor. Por sua vez, fica evidente durante a troca de informações que as pessoas não acreditam que a formação de nível superior pode influenciar no ensino que o professor de inglês oferece.

Quanto a isso, a professora Paiva (1997) destaca que "o professor de inglês deveria ter, além de consciência política, bom domínio do idioma (oral e escrito) e sólida formação pedagógica com aprofundamento em linguística aplicada"[24]. Ainda, segundo a pesquisadora, o número de profissionais bem formados na área no Brasil é reduzido e, apesar de a formação ser de boa qualidade, muitas vezes se dá por esforço próprio, uma vez que os cursos de licenciatura ensinam sobre a língua, mas não oferecem conhecimentos mais aprofundados na área específica de aprendizagem da língua inglesa.

BrELT – *Brazilian Teachers of English as a Foreign Language*

EsSa comunidade se dedica aos profissionais do ensino de inglês no Brasil e tem o objetivo de discutir práticas e teorias, bem como compartilhar dicas e oportunidades, ajudando a construir uma comunidade TESOL mais forte e unida no país. O grupo também organiza o *BrELT Chat*, uma conversa quinzenal em que são discutidos tópicos relacionados à profissão e ao processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa, como se observa na página que segue.

[24] Disponível em http: < http://www.veramenezes.com/identidade.htm>. Acesso em 24 set. 2015.



Figura 3: BrELT *Chat* sobre carreira
Fonte: https://www.facebook.com/groups/brelt/?fref=ts

Em geral, essas conversas são realizadas através de comentários abaixo da postagem sobre o tema a ser discutido. Os participantes do grupo interagem entre si através de mensagens curtas, trocando ideias e discutindo o tópico, o que gera aprendizado e pode aprimorar sua prática.

No BrELT *chat* acima, os professores abordaram sobre cursos a serem feitos, investimentos na carreira, os contextos em que atuam, planejamento de aulas, autonomia profissional e outros. Interessante se faz notar que sempre há compartilhamento de ideias e opiniões, o que aproxima as realidades vivenciadas por cada pessoa que participa desses momentos de troca, como afirmou um

integrante do grupo: “Um prazer mt grande aprender com vcs. Várias coisas p/ eu pensar”.

As figuras a seguir oportunizam possibilidades de capacitação, divulgando um seminário na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e um webinário promovido pela organização BRAZ-TESOL (uma associação de professores de inglês para falantes de outras línguas no Brasil).



Figura 4: Sobre o Seminário de Línguas
Fonte: https://www.facebook.com/groups/brelt/?fref=ts



Figura 5: Webinário

Fonte: https://www.facebook.com/groups/brelt/?fref=ts

Destaca-se na figura 5 a possibilidade de interagir com o professor palestrante que falou de alguns mitos sobre a gramática em inglês, uma vez que a imagem é compartilhada no grupo, o qual é marcado na postagem. Isso pode permitir trocas posteriores de informação do participante com palestrante, o que amplia ainda mais a ideia de que se pode aprender nas redes.

O exposto acima corrobora o que assinalam Allegretti et al (2012, p. 56), ao defenderem que "a interatividade possibilita o aprendizado colaborativo, o diálogo, a negociação social e a construção coletiva de conhecimento", deslocando o aprendiz da função de receptor de conteúdos para a posição de construtores do conhecimento.

Recuero (2009) sublinha que as redes são compostas pelos atores e as relações que desenvolvem. Nessa perspectiva, torna-se relevante evidenciar o que afirmam Andrade e Vicari (2006), quando dizem que as relações interpessoais se iniciam no momento em que as pessoas adquirem confiança e consideração para com as outras. Nesse processo, a percepção do outro nesse ambiente é peça fundamental.

Portanto, evidenciam-se as relações criadas entre os usuários dessa rede que participam de grupos e páginas específicas, buscando uma proximidade com pessoas com as quais possuem algo em comum. Isso os leva a construírem, ao longo de suas participações nas discussões, postagens e, nos compartilhamentos, conexões que os aproximam virtualmente, fazendo com que, como corrobora Pinto et al (2011), as redes sociais, através da interação humana, propiciem a inclusão digital do indivíduo e a construção de seu conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, foi possível verificar como as novas tecnologias podem auxiliar o docente de língua inglesa em sua prática, tendo em vista que nos dias atuais há diversas pesquisas que demonstram a eficácia de recursos e ferramentas tecnológicas na aquisição de novos conhecimentos.

Os dados emersos neste artigo demostraram que a rede social Facebook, que está cada vez mais presente na prática pedagógica, se tornou um instrumento

significativo no aprendizado do professor e no ensino da língua inglesa oferecido aos seus alunos.

Nesse sentido, o professor pode fazer parte de uma rede de relações virtuais que lhe permite trocar ideias, aprender com colegas de profissão, formular novos conceitos a respeito de questões que envolvem o ensino do idioma com que trabalha, adquirir novos conhecimentos de forma interativa, protagonizando e compartilhando o seu próprio conhecimento.

Referências:

ALLEGRETTI, S. M. M. et al. **Aprendizagem nas redes sociais virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários**. Revista Contemporaneidade, Educação e Tecnologia. São Paulo, v. 01, n. 02, p. 54-60, 2012.

ALMEIDA, F. J. Aprendizagem colaborativa: o professor e o aluno ressignificados. In: ALMEIDA, F. J. (Coord.). **Projeto Nave.** Educação a distância. Formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: s.n., 2001.

ANDRADE, A. F. D.; VICARI, R. M. **Construindo um ambiente de aprendizagem a distância inspirado na concepção sociointeracionista de Vygotsky**. In SILVA, M. Educação Online. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua Estrangeira. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Org.). **The Network Society**: From Knowledge to Policy. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.

FELIX, U. **Virtual language learning.** Melbourne: Language Australia, 1998.

FRANCO, Claudio de Paiva. Novas tecnologias, novas perspectivas para o ensino-aprendizagem de língua estrangeira. **Cadernos de Letras** (UFRJ), v. 24, p. 145-156, 2008.

HOLDEN, S.; ROGERS, M. **O ensino da língua inglesa**. São Paulo: Special Books Services Livraria, 2001.

KENSKI, V. M. O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: VEIGA, I. P. A. (org). **Didática:** o Ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 1998.

LARSEN-FREEMAN, D. **Techniques and principles in language teaching**. Oxford University Press, 2000.

LEE, M. J. W; MCLOUGHLIN, C. **Harnessing the affordances of web 2.0 and social software tools:** can we finally make “student-centered” learning a reality? Artigo apresentado na World Conference on Educational Multimedia, Hypermedia and Telecommunications, Vienna, Áustria, 2008.

LITTLEWOOD, W. T. **Foreign and second language learning:** language acquisition research and its implications for the classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

OLIVEIRA, E. A.; TEDESCO, P. **i-collaboration**: um modelo de colaboração inteligente personalizada para ambientes de EAD. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 18, n. 1, p. 31-47, 2010.

PAIVA, V. L. M. O. A identidade do professor de inglês. **APLIEMGE**: ensino e pesquisa. Uberlândia: APLIEMGE/FAPEMIG, n. 1, 1997, p. 9-17.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **A WWW e o ensino de inglês.** Revista Brasileira de Lingüística Aplicada. v. 1, n1, 2001.

PAIVA, V.L.M.O. Autonomia e complexidade: uma análise de narrativas de aprendizagem. In: FREIRE, M.M; ABRAHÃO, M.H.V; BARCELOS, A.M.F (Orgs.). **Lingüística Aplicada e Contemporaneidade**. Campinas e São Paulo: Pontes e ALAB, 2005a. p.135-153.

PINTO, C. et al. **Vivendo e aprendendo no Facebook:** uma visão da usabilidade em redes sociais na sociedade do conhecimento. V Simpósio Nacional ABCiber – Dias 16, 17 e 18 de novembro de 2011. UDESC/UFSC. Disponível em http: < http://150.162.39.1/simposio2011/index.php/simposio2011/2011/paper/view/153>. Acesso em 24 set. 2015.

PRENSKY, M. Nativos digitais, Imigrantes digitais. Tradução do artigo “Digital natives, digital immigrants”, cedida por Roberta de Moraes Jesus de Souza; professora, tradutora e mestranda em Educação pela UCG. **On the Horizon**, NCB University Press, v.9, n.5, out. 2001.

RECUERO, R. **Comunidades virtuais em redes sociais na internet:** uma proposta de estudo. (Coleção Cibercultura). Porto Alegre: Sulina, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 12. tir. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. **Zona de Desenvolvimento Proximal**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky>. Acesso em 15 mar. 2015.

O SURDO NA REDE REGULAR DE ENSINO: integração X inclusão

Elielza da Silva Cruz Machado[25]

RESUMO: A pesquisa apresentada é de cunho bibliográfico, tem por objetivo analisar a inclusão de uma criança portadora de Deficiência Auditiva na sala de aula, e suas dificuldades em relação ao aprendizado da Língua Portuguesa. Durante os estudos observou-se que uma grande parte das dificuldades do aluno surdo no desenvolvimento de sua aprendizagem está relacionada à falta de compreensão da língua usada na escola, ou seja, a língua portuguesa, que se difere e muito da sua língua materna, a gestual. Mostrou-se também uma grande carência de profissionais realmente capacitados para atender tal necessidade em sala de aula. Portanto, faz-se necessária uma tomada de consciência por parte dos profissionais da Educação na busca de soluções para superar tal situação, evitando assim que o aluno seja excluído em sala de aula e que, por consequência, venha a abandonar a escola.

Palavras-chave: Socialização do surdo. Libras. Inclusão. Deficiência auditiva.

INTRODUÇÃO

Hoje se fala muito em escola inclusiva e da importância de se inserirem alunos portadores de necessidades especiais no âmbito escolar na rede regular de ensino. Buscou-se mostrar nesta pesquisa as dificuldades encontradas por crianças surdas que estão inseridas na rede regular de ensino.

Justifica-se abordar este assunto na intenção de mostrar que a escola deve ser um espaço social-inclusivo-democrático, devendo, portanto, oferecer uma educação igualitária, com respeito às diferenças e características de cada indivíduo. E ainda mostra que muitos dos alunos surdos tornam-se sub-educado, já que há uma dicotomia entre sua realidade (língua materna do surdo) e o que lhe é passado na escola (língua portuguesa).

Aborda-se, aqui, a preparação e adaptação da escola para receber o aluno com deficiência auditiva, no intuito de saber o seguinte: se essa escola está mesmo preparada para receber esse aluno, de forma a incluí-lo no ambiente pedagógico; se suas diferenças estão sendo respeitadas; se o professor está capacitado para atender tal aluno; se a escola lhe oferece um intérprete para facilitar seu aprendizado; ou se o aluno portador de deficiência auditiva, portanto, portador de

[25] Graduada em Normal Superior (FAETEC). Graduada em Pedagogia. (UNIRIO – CEDERJ). Especialista em Educação Inclusiva – LIBRAS (FAEL).

necessidades educativas especiais, é que deve se adaptar ao ambiente educacional.

Busca-se, também, neste trabalho, abordar as dificuldades encontradas por alunos com deficiência auditiva em relação ao aprendizado de língua portuguesa. Visto que esta se diferencia de sua língua materna, ou seja, da linguagem gestual usada por ele, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Tornou-se, ainda, pertinente falar aqui sobre a diferença entre integração e inclusão e a consequência que ambas podem gerar.

Perpassou durante o estudo, o direito do surdo ao bilinguismo: o direito de usar a língua gestual (que é sua língua materna), além da língua portuguesa (que é a língua materna dos ouvintes). Reflete-se daí a importância que um intérprete pode ter em sala de aula para um aluno portador da surdez.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é apresentar como as dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência auditiva, no que se diz respeito ao aprendizado de língua portuguesa, podem gerar a sua evasão escolar. A investigação aqui apresentada se deu por meio de pesquisa bibliográfica.

1 INCLUSÃO: tecendo algumas considerações

A escola deve ser reconhecida como um lugar democrático, portanto, um lugar para todos, sem distinção ou discriminação de nenhuma espécie. Mesmo assim, muitas vezes ocorre algum tipo de exclusão, voluntária ou não.

> Uma língua de sinais (como a Libras) e uma língua verbal (como o Português) além de apresentarem profundas diferenças tipológicas e genéticas como as encontradas entre, por exemplo, o árabe e o Português ou o chinês ou o português, apresentam também uma diferença tipológica devida ao veículo (ou canal) utilizado. Essa diferença acrescenta, no mínimo, uma dificuldade que corresponde a aprender mais uma língua profundamente diferente (GRANNIER, 2002, p. 51).

O ensino ao surdo ainda é muito precário. A falta de professores fluentes em Libras em todas as disciplinas e também a falta de intérpretes, muitas vezes, impedem o surdo de continuar seus estudos, o que gera uma grande evasão escolar de aluno surdo.

> Quando a criança com Necessidades Educativas especiais é meramente colocada na classe regular sem os serviços de apoio de que necessita e/ou quando se espera que o professor do ensino regular responda a todas as necessidades dessa mesma criança sem o apoio de especialistas, isto não é inclusão. Nem é educação especial ou ensino regular apropriado – é educação irresponsável […] (CORREIA, 2003, p. 38).

Portanto, a escola deve buscar lhe oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem independente da dificuldade do aluno. A escola deve ser um local de formação, não só profissional como também social. Segundo Scotti (1999, p.20), "a educação deve ser, por princípio liberal, democrática e não doutrinária. Dentro desta concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade".

Mas nem sempre isso é o que acontece com o aluno portador de deficiência auditiva. Em muitos casos ele é integrado na escola, mas isso não quer dizer que ele esteja nela incluído.

> A Educação Especial, em todo o mundo, a partir da integração, teve que ser reestruturada. Apesar da criação de salas com recursos para atender o aluno com necessidades especiais, ele continuava sendo considerado especial e tendo um atendimento segregado. O conceito de integração começou, então, a ser revisto, por ser considerado ultrapassado e a escola inclusiva foi, gradativamente, implementada em vários países (Estados Unidos, Canadá, Espanha, Portugal, Itália, Nova Zelândia) e o movimento se fez na direção da inclusão total (GLAT, 1998, p. 66).

Sassaki (1997, p. 43) completa: "Integração significa inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade". Assim, a responsabilidade pela adaptação é do próprio indivíduo surdo e não da escola.

Sobre inclusão, Ross (1998, p. 245) afirma que, "a inclusão é o processo através do qual a sociedade se adapta para incluir e capacitar as pessoas até então marginalizadas, permitindo a participação social ativa de todos".

> Inclusão trata justamente de aprender a viver com o outro. Significa estar com o outro e cuidar uns dos outros. Não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo (FOREST; PEARPOINT, 1997, p. 137).

Os autores lembram ainda, que a inclusão pode parecer um ato simples e de bom senso, no entanto, trata-se de algo bem complexo. A reação intensa diante da inclusão mostra que ela desafia nossas crenças sobre a humanidade e, segundo eles, "inclusão trata de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com nossa moralidade (FOREST; PEARPOINT, 1997, p. 138)".

Sabe-se que muitas vezes a criança é a única surda na sala de aula. Sabemos também que muitas vezes a comunicação não é fácil entre a criança, o professor e os colegas; e na maior parte das vezes a única pessoa com quem ela se comunica na escola é com o intérprete, isso quando a escola oferece um.

A inclusão justa e verdadeira só acontecerá quando as diferenças de cada indivíduo não forem esquecidas nem desconsideradas, mas respeitadas. Respeitar não é tratar como igual aquele que é diferente, mas sim buscar de forma diferenciada soluções para atender seus anseios e necessidades. Segundo Tartuci (2001), o tratamento igual aos diferentes acaba por se constituir na pior forma de injustiça.

> O objetivo da inclusão nas escolas é criar um mundo em que todas as pessoas se reconheçam e se apoiem mutuamente, e esse objetivo não é atingido por nenhuma falsa imagem de homogeneidade e em nome da inclusão. Ao contrário, precisamos observar cuidadosamente a maneira como as escolas têm caracteristicamente se organizado em torno das diferenças individuais e como desenvolveram outras alternativas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 408).

E é esse o tratamento que alunos surdos acabam recebendo em sala de aula. Ao serem inseridos na rede regular de ensino têm que se adaptar àquele ambiente, em que o comum é o uso da língua portuguesa, e não o da linguagem gestual.

Segundo Tartuci (2001), reduziu-se a distância entre as crianças que passaram a estar no mesmo espaço do outro, mas não lhes foram proporcionadas as mesmas possibilidades dos demais. O aluno surdo tem acesso à escola, mas continua privado da aprendizagem uma vez que as atividades são centradas na oralidade.

> [...] a inclusão não é somente útil para os alunos com necessidades especiais, ela representa também transformação positiva da escola para todos os alunos [...] a inclusão implica toda uma reforma na organização e funcionamento dos serviços destinados aos alunos especiais. O contexto da classe regular transforma-se no lugar central das aprendizagens e do ensino (SAINT-LAURENT, 1997, p. 69-70).

Nossa sociedade, por ser em sua grande maioria ouvinte, discrimina os surdos e sua maneira de se comunicar. Segundo Quadros (1997, apud BERNARDINO, 2000, p. 41),

> A língua de sinais não tem um status de importância na comunidade ouvinte em geral. É difundida a ideia de que são gestos, mímica, sinais icônicos com significado concreto, imediato, que não é uma língua que seja possível abstrair. Quem pensa assim nunca parou para observar a beleza da língua de sinais. Os surdos criam poemas, cenários inteiros com as mãos. Metáforas, hipérboles, ironias [...] surgem nas piadas que eles amam contar. E suas mãos riscam no ar movimentos que parecem uma dança, num primeiro momento, mas que, associadas às expressões faciais, aos movimentos dos olhos, do corpo, de todo o conjunto de parâmetros envolvidos na comunicação espaço-visual, ganham significados diversos.

O motivo de se querer impedir que uma criança surda seja “normal”, tendo um desenvolvimento linguístico cognitivo adequado dentre de sua realidade, tratando-a como se fosse um ouvinte, é uma grande forma de preconceito e discriminação, os quais são mantidos por ignorância e egoísmo. Como afirma Sánchez (1996, apud BERNARDINO, 2000, p. 41),

> Como pelo fato de serem maioria, os ouvintes tivessem o poder de impor uma ditadura inflexível sobre os surdos, decidindo que língua deverão usar, que educação deverão ter. Ditadura que pretende dominar por esta via não só os corpos, mas também as mentes daqueles que não são parte dessa maioria que se considera a si mesma normal e que deprecia aos que são diferentes.

No entanto, a educação hoje é considerada direito de todos e condição primordial para o pleno desenvolvimento da criança, portanto, da sociedade como um todo. Como é um direito de todos, entende-se que também é direito dos surdos.

Várias ações políticas vêm se concretizando em forma de leis que buscam um novo paradigma educacional que passe a valorizar as diferenças de cada aluno propondo uma educação de qualidade, na qual todos os alunos possam aprender juntos com o apoio necessário e com suas necessidades educacionais atendidas visando o seu êxito na escola e, por conseguinte, em todos os âmbitos da sociedade. Na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases) (Lei n. 9.394/96), o Capítulo V trata especificamente da Educação Especial em seus Artigos 58, 59 e 60.

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

> §1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
>
> Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
>
> I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
>
> III. professores com especialização adequada em nível médio superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
>
> IV. educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectuais ou psicomotora;
>
> Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.
>
> Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer n. 17, de 3 de julho de 2001, homologado pelo Ministro da Educação, em 15 de agosto de 2001, concebe a educação especial como

> [...] o conjunto de conhecimentos, tecnologias, recursos humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para assegurar resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais, devendo vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica e não apenas a um público-alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos que, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, dela necessitarem para o seu sucesso escolar (MEC-SEESP, 2004, p. 338).

Sabe-se, no entanto, que, na prática, a teoria se torna um pouco mais complexa e, na maior parte das vezes, os professores não tiveram a formação adequada para atender de maneira satisfatória esse aluno. Sobre o assunto, Botelho (2002) comenta que nunca houve escolas em que a língua dos alunos surdos e professores ouvintes fossem compartilhados. Assim, a interação social que permitiria

aumentar a quantidade e a qualidade dos elementos apreendidos sequer é estabelecida.

Muitos professores, por não estarem preparados e não saberem como agir, simplesmente isolam o aluno surdo em sala de aula e continuam o seu trabalho, que foi planejado e preparado para contemplar somente o aluno ouvinte. O ideal seria que a criança surda pudesse ter uma aula que pensasse também em suas necessidades e, sempre que possível, tivesse estímulos extras, tanto por professores surdos quanto por ouvintes.

Por um lado, integramos a criança surda numa turma regular e proclamamos a tão sonhada inclusão, mas por outro lado, parece que esse modelo de inclusão não deixa de ser uma máscara da própria exclusão. Já que se diz que ela está "incluída" na escola, mas, o que se vê é uma exclusão na própria sala de aula. Pode-se dizer assim que se faz necessária:

> [...] uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. Na escola capacita seus professores preparam-se, organizam-se e adaptam-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentam necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (BRASIL, 2001, p. 18).

É preciso que o professor comunique aos demais alunos que haverá um aluno surdo na sala, explique-os o que é surdez e quais adaptações serão necessárias para atender as necessidades desse aluno. Deve procurar traduzir para as crianças ouvintes aquilo que a criança surda quis transmitir através da língua gestual para ir estabelecendo uma comunicação entre os alunos e estimulá-los a procurar manter uma comunicação com o aluno surdo para que não se sinta excluído em sala de aula.

Assim, para que seja feita uma real inclusão das crianças com necessidades especiais no ensino regular, deve-se pensar em uma preparação adequada para os profissionais que estarão envolvidos nesse processo, principalmente o educador que irá contactar diretamente com essas crianças. Faz-se necessária, porém, a intervenção de profissionais especializados no processo pedagógico, pelo fato de

terem experiência e fundamentações teóricas que irão facilitar o trabalho pedagógico tornando-o mais eficaz.

2 O BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DO SURDO

A iniciativa de inserir o aluno surdo nas classes de ensino regular é justificada, por vezes, em termos de uma visão de integração, enquanto oferta de oportunidades educacionais uniformes e de tratamento do diferente como igual, mas é preciso que as diferenças sejam aceitas e respeitadas. Entretanto, Ferreira-Brito (1993) argumenta que essa solução é ilusória e que são necessárias condições educacionais diferenciadas. Ao surdo, não basta somente assegurar o seu acesso à escola e reconhecer a língua de sinais como sua língua. É preciso que haja uma ação que unifique o seu acesso à escola e, através da língua de sinais, ele tenha também acesso à aprendizagem, para que assim acorra sua permanência na escola (GÓES, 1999).

Entende-se por bilíngue o indivíduo que conhece e faz uso regular de duas línguas diferentes. No caso do surdo, seriam a língua de sinais e a língua portuguesa em sua modalidade escrita. Esse direito do surdo independe do grau de perda auditiva. Conhecendo e fazendo uso da língua de sinais e da língua portuguesa em sua modalidade escrita, serão desenvolvidas de maneira mais plena suas capacidades intelectuais e sociais.

Para Quadros (1997), o bilinguismo assume a língua de sinais como a primeira língua (ou língua materna) da criança surda e defende o direito dessa criança de ser ensinada nessa língua. A língua majoritária (ou língua portuguesa) é considerada como sua segunda língua. Tem como meta educacional viabilizar a prática alternada do uso dessas duas línguas no contexto escolar do aluno surdo.

A proposta *Bilíngue* não privilegia uma língua ou outra, busca oferecer condições ao indivíduo surdo de poder utilizar tanto a língua de sinais quanto a língua portuguesa, podendo o individuo escolher o que melhor lhe convém em diferentes situações.

Temos em uma sala de aula dois tipos linguisticamente distintos de alunos no tocante à língua portuguesa. Apesar dessas diferenças entre as línguas, o aprendizado da escrita pelos deficientes auditivos é facilitado se for precedido pelo da libras. Para realizar um ato de leitura ou escrita, a criança surda usa como

referência a língua de sinais, que domina melhor, buscando nesta os elementos para significar a outra língua.

Quanto maior é o acesso à língua de sinais pela criança surda, maiores são as suas chances de se apropriar da escrita consistentemente. Ao utilizar a libras, a criança amplia suas potencialidades cognitivas e conceituais na nomeação do mundo que a cerca, desenvolvendo uma aprendizagem mais significativa e duradoura. Ao fazer uso da libras como caminho para a escrita da língua portuguesa, o surdo terá mais facilidade em desenvolver a escrita e interpretar o significado desta.

Para o aluno ouvinte, a língua portuguesa é a língua materna; porém, para o surdo, é uma língua estrangeira. Trata-se, pois, de visões diferentes sobre o mesmo objeto. Por conseguinte, supõe-se que a metodologia de ensino para o aprendizado da leitura para esses alunos também deva ser diferente.

> [...] a atitude de preconceito está na direção oposta do que se quer para a existência de uma sociedade democrática e plural. As relações entre os indivíduos devem estar sustentadas por atitudes de respeito mútuo. O respeito traduz-se pela valorização de cada indivíduo em sua singularidade, nas características que o constituem. [...] O respeito mútuo tem sua significação ampliada no conceito de solidariedade (BRASIL, 2001, p. 10).

Autores como FERNANDES (1990) e BOTELHO (2002) apontam o aprendizado da língua portuguesa pelos surdos como um dos grandes problemas no seu processo de aprendizagem. Portanto, ensinar a língua portuguesa oral ou escrita para crianças surdas é uma tarefa muito complexa, mas com a aquisição da libras fica bem mais fácil.

> Para a criança ouvinte, parece a coisa mais simples ir adquirindo a língua de seus familiares e até outras línguas se ela tiver oportunidade de conviver com pessoas que usem essas línguas. Mas ensinar e aprender uma língua, oral ou escrita, para quem não tem língua nenhuma (como nos raros casos de crianças criadas sem contato com seres humanos ou, como o caso de crianças surdas, sem contato com línguas) é uma tarefa incomensurável e requer metodologia altamente especializada. Mesmo assim, os resultados nem sempre correspondem aos esforços empenhados. A situação é bem diferente, contudo, para a criança surda que já tem uma configuração linguística (em Língua Brasileira de Sinais – Libras, por exemplo). A tarefa também não é pequena, mas é bem mais viável e ela pode aprender português (português-por-escrito), com metodologia de ensino de segunda língua, em geral (GRANNIER, 2002, p. 49).

A Libras passou a ser reconhecida oficialmente no Brasil em 24/04/2002, por meio da Lei Federal n. 10.436/2002, regulamentada pelo decreto federal n. 5626/2005, que garantiu inúmeros avanços sociais importantes para as comunidades surdas brasileiras.

> Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
>
> Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

"A língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira." (MEC; SEESP, 2004. p. 19). A Língua de Sinais é para os Surdos o que a língua oral é para os ouvintes. Esta língua tem estrutura e gramática própria, não devendo assim ser confundida com uma simples reprodução da língua portuguesa através de sinais.

Ficou decretado também que as instituições de ensino superior deverão garantir a inclusão de Libras como disciplina obrigatória em um período de dez anos, em todos os cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia. E também que a modalidade Libras não substituiria a modalidade escrita da língua portuguesa.

Vale ressaltar que, no dia 01/09/2010, a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de sinais-Libras foi homologada através da Lei n. 12.319. "Tradutor-intérprete de língua de sinais – Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)." (MEC; SEESP, 2004, p. 11).

> Quando há carência de intérpretes de língua de sinais, a interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais fica prejudicada. As implicações disso são, pelo menos, as seguintes:
>
> a) os surdos não participam de vários tipos de atividades (sociais, educacionais, culturais e políticas);
>
> b) os surdos não conseguem avançar em termos educacionais;
>
> c) os surdos ficam desmotivados a participarem de encontros, reuniões, etc.

> d) os surdos não têm acesso às discussões e informações veiculadas na língua falada sendo, portanto, excluídos da interação social, cultural e política sem direito ao exercício de sua cidadania;
>
> e) os surdos não se fazem "ouvir";
>
> f) os ouvintes que não dominam a língua de sinais não conseguem se comunicar com os surdos (MEC; SEESP, 2004. p. 28).

O bilinguismo para a criança surda implica o uso da língua de sinais, usada pela comunidade surda, e a língua portuguesa em sua modalidade escrita. Quando possível, pode até ser adquirida também a fala. Lembrando que no segunda caso deve-se haver um acompanhamento de um fonoaudiólogo. Mas, isso não deve ser imposto como obrigação ao surdo. Sua língua materna é a de sinais. A libras vai muito além de gestos aleatórios ou mímicas,

> Linguagem – É utilizada num sentido mais abstrato do que língua, ou seja, refere-se ao conhecimento interno dos falantes-ouvintes de uma língua. Também pode ser entendida num sentido mais amplo, ou seja, incluindo qualquer tipo de manifestação de intenção comunicativa, como por exemplo, a linguagem animal e todas as formas que o próprio ser humano utiliza para comunicar e expressar ideias e sentimentos além da expressão linguística (expressões corporais, mímica, gestos, etc.).
>
> Línguas de sinais – São línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística. As línguas de sinais são visuais-espaciais captando as experiências visuais das pessoas surdas (MEC; SEESP, 2004, p. 8).

O surdo é um sujeito visual, ou seja, ele precisa que seus sinais sejam vistos para que possa estabelecer uma comunicação; pertence à outra comunidade, com cultura e língua diferente, porém inserida na comunidade ouvinte. Para o surdo, é essencial ter acesso a uma língua de sinais para garantir o desenvolvimento da linguagem e, consequentemente, do pensamento e, ainda, através dela aprender uma segunda língua, a língua da comunidade ouvinte. Ao aprender a língua da comunidade em que se está inserido, no caso do Brasil, o português, o surdo estará adquirindo sua autonomia, pois não mais dependerá inteiramente de um intérprete, “e poderá fazer valer os seus direitos diante da sociedade ouvinte” (QUADROS, 1997, p. 85).

A aceitação da escola de que a criança surda possa ser bilíngue facilitará a aprendizagem. A língua de sinais é a sua língua materna, é a via através da qual a

criança surda poderá ser atendida nas suas necessidades, quer dizer, comunicar-se, desenvolver as suas capacidades cognitivas, adquirir conhecimentos sobre a realidade externa, comunicar plenamente com o mundo e, a partir disso, com o apoio da família e da escola converter-se num membro do mundo surdo e do mundo ouvinte, adquirindo também a língua portuguesa como segunda língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se durante o estudo que um dos grandes problemas do aluno surdo em relação ao aprendizado da língua portuguesa é a falta de comunicação existente entre o professor e o surdo em sala de aula. É de suma importância a presença do intérprete no âmbito escolar, como agente facilitador/mediador da comunicação e, por consequência, do desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo.

Portanto, constatou-se que o aluno é que tem se adaptado à escola, e não o contrário. Dessa forma finaliza-se, este estudo ressaltando que se faz necessária uma tomada de consciência de todo o corpo docente e de profissionais que estejam direta ou indiretamente ligados à educação. É preciso haver uma real inclusão que respeite as diferenças/diversidades e direitos de todos, independente de suas necessidades de modo que se possa considerar “normal ser diferente”.

Referências:

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **Absurdo ou lógica?:** a produção lingüística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000. p. 41.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL, Base da Legislação Federal. **Lei 10.436/2002**(Lei ordinária) 24/04/2002. A Libra passou a ser reconhecida oficialmente no Brasil. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Flei%252010.436-2002%3FOpenDocument%26AutoFramed. Aceso em: 18/12/2010.

_____. Base da Legislação Federal. **Lei 12.319/2010**(Lei ordinária) 01/09/2010. Dispõe sobre a legalização da profissão de tradutor e interprete da Língua Brasileira de sinais – Libras. Disponível em

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Flei%252010.436-2002%3FOpenDocument%26AutoFramed. Acesso em 18/12/2010.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Organização e coordenação Marlene de Oliveira Gotti & et.al.. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

_____. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdo – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96**. São Paulo: Saraiva. 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Processo nº, 2300184/201-92, Parecer nº17/2001. Colegiado: CEB. Aprovado em 3/7/2001. Brasília, 2001. Disponível em http://www.mec.gov.br/cne/default.htm#.Educação especial. Acesso em 27/03/2009.

CORREIA, Luís de Miranda (Org.). **Educação especial e inclusão**. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo. Porto, 2003.

FERNANDES, Eulália. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Integração Social & Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, Maria Teresa Ègler. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon, 1997. p. 137-141.

GLAT, Rosana. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. In: **Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, 1998, Foz do Iguaçu. Anais... Brasília: Qualidade, 1998. p. 62-67.

GRANNIER, Daniele Marcelle. Português por escrito para usuários de Libras. **Revista Integração**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília. Ano 14, n. 24, 2002. p. 51-94.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos:** a aquisição da linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre, 1997. p. 85.

ROSS, Paulo Ricardo. Necessidades educacionais especiais: um projeto de educação inclusiva. In: **Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, 3. Foz do Iguaçu. Anais... Brasília: MEC/SEESPI, 1998. p. 243-247.

SAINT-LAURENT, L. A educação de alunos com necessidades especiais. In MONTOAN, Maria Teresa Ègler (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 67-76.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCOTTI, Annete Rabelo. Adaptação curricular na inclusão. **Integração**. Ano 9, n. 21, 1999**.**

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William (Org.). **Inclusão:** um guia para educadores. Porto alegre: Artes Médicas, 1999.

TARTUCI, Dulcéria. **A Experiência escolar de surdos no ensino regular**: condições de interação e construção de conhecimento. Dissertação de Mestrado. Piracicaba-SP: UNIMEP, 2001.

DOS CONCEITOS DE ESCRAVIDÃO: um olhar sobre um novo modelo de escravidão no Mundo Contemporâneo e sua aceitação no campo Historiográfico

Américo Junio Nicolau Nicolit[26]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo validar o fenômeno da Escravidão Contemporânea no campo historiográfico brasileiro. Para isso foram levantadas bibliografias das áreas jurídicas e sociais que aceitam e validam o fenômeno. Fez-se necessária a apresentação da Escravidão colonial em uma perspectiva clássica e revisionista, para então, estabelecer a contraposição entre as orientações que validam a utilização do conceito e as que rejeitam a denominação de trabalho escravo contemporâneo para retratar as relações presentes no mundo do trabalho em um momento mais atual. Por uma análise qualitativa, tais perspectivas foram articuladas tendo como referências principais Figueira (2011), Paiva (2009) e Saladini; Maranhão (2009).

Palavras-chave: Historiografia, Escravidão clássica, Escravidão Contemporânea

INTRODUÇÃO

A categoria escravo ou o fenômeno da escravidão não encontra, atualmente, a mesma intensidade de análises que em um dado contexto marcou um profícuo debate. A revisão de cânones consagrados na historiografia tradicional movimentou a produção acadêmica. Fundamental para este artigo é observar que a abordagem do tema é de grande pertinência mesmo nos dias de hoje, uma vez que a compreensão de como funcionou esse processo pode orientar a percepção para a reprodução – ainda que sob uma dinâmica nova – do fenômeno na contemporaneidade.

O presente artigo, portanto, está organizado em três seções. Em um primeiro momento, faz-se um debate acerca do conceito clássico de escravidão; em seguida, propõe-se uma conceituação do fenômeno denominado "Escravidão Contemporânea" nos campos jurídico e social que validam a utilização do referido conceito. Por fim, procura-se levantar a problemática referente à produção historiográfica sobre o tema a fim de demonstrar como esse debate se dá no cabo da história.

O que norteia este artigo, fundamentalmente, é a orientação de que um novo modelo de escravidão impera nos dias de hoje, ainda que com características bem

[26] Graduado em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna – RJ. Contato: americonicolit@hotmail.com

diferentes do modelo clássico. É a isso que se referem as ciências jurídicas e sociais. Validar o conceito de escravidão contemporânea é a questão central para a qual se volta, uma vez que o fenômeno é de grande importância para se entender as relações de produção do Brasil contemporâneo.

1. ESCRAVISMO COLONIAL: "ser escravo" em uma perspectiva historiográfica

Esta seção pretende apresentar as referências que se tornaram marcos da produção historiográfica acerca da escravidão colonial. Para tal, busca-se retomar aspectos apresentados como pontos essenciais para a compreensão do fenômeno. Consideramos pertinente abordar a questão do tráfico e a questão das relações entre senhor e escravo como elementos constitutivos que imprimiram sentido à escravidão. Tais elementos serão apresentados em um contraponto de perspectivas: as abordagens clássicas e as revisionistas.

1.1 O tráfico e a inserção do negro como escravo no Brasil

Os africanos foram trazidos para o Brasil exatamente pelas mesmas razões que os introduziram em outras partes do Novo Mundo. Onde quer que a economia estivesse organizada para suprir o mercado internacional com matérias-primas e sempre que houvesse dificuldade para recrutar trabalho nativo, os africanos forneceram o trabalho necessário (COSTA, 1999, p.187).

Os nossos colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, principalmente por sua lucrativa utilização na exportação açucareira nas ilhas do Atlântico. O fluxo de escravos vindo do chamado "Continente Negro" para o Brasil variou muito, de acordo com a necessidade de mão-de-obra. Estima-se que, entre 1550 e 1855, tenham entrado em portos brasileiros 4 milhões de escravos, sendo em sua maioria jovens e de sexo masculino (FAUSTO, 1995, p. 115).

> Parte desses milhões de escravos eram ilegais mesmo ainda não sendo abolida a escravidão. Isso acontece porque em 1831, a lei de 7 de Setembro declarou em seu 1º artigo que "Todos os escravos que entrarem no território ou em portos do Brasil vindos de fora ficam livres" (NABUCO, 2000, p. 78).

Certo é que essa lei foi criada por pressão inglesa e que, a partir de 1831, prevalecia o tráfico interprovincial. Mas, mesmo assim, grande parte dos escravos sulistas foram traficados depois 1831. Mesmo perante a legalidade, a maior parte dos escravos entre nós eram homens livres criminosamente escravizados, o que permite afirmar que mesmo estando de um modo geral sob aparato legal, já existiam no Brasil escravos ilegais (NABUCO, 2000, p. 79).

As regiões das quais advinham estes escravos africanos variaram muito. No século XVI, os negros vinham em sua maioria de portos da Guiné e do Daomé. A partir daí, as regiões mais ao sul da Costa africana como Congo e Angola com seus portos de Luanda, Benguela e Cabinda foram fornecedoras de escravos (SILVA, 2002, p. 230).

Um fator de grande importância cultural que é preciso compreender é o fato de que esses negros que chegavam ao Brasil eram de diferentes etnias. Em sua maioria, os povos africanos dividem se em dois ramos étnicos, os Sudaneses e os Bantos, uns provinham da África ocidental e outros da Equatorial e Tropical. Os maiores centros importadores de escravos eram Salvador e depois Rio de Janeiro, cada qual com sua organização (SILVA, 2002, p. 231).

Realizado os devidos apontamentos em relação ao tráfico de africanos para o Brasil, cabe agora ressaltar questões relativas à condição do “ser escravo no Brasil” segundo uma perspectiva clássica e uma perspectiva revisionista.

1.2 “Ser escravo no Brasil”: um debate historiográfico

Cumpre observar que existe um amplo debate acerca do sistema escravista brasileiro. Isso acontece por conta de existirem duas linhas historiográficas que descrevem o fenômeno, uma de origem clássica e outra de vertente revisionista. Ambas diferem radicalmente em relação às condições sociais e jurídicas do escravo e no tocante às relações entre senhor e escravo.

Vigorou por bastante tempo como principal debate na historiografia saber se a escravidão no Brasil teria sido branda ou violenta, amistosa ou cruel. Um dos principais conceitos decorrentes de tal análise - que predominou até meados do século XX – consistiu em enfatizar o caráter benevolente e não violento da escravidão ocorrida no Brasil (PROENÇA, 2006, p.1).

No esforço para superar preconceitos ainda vigentes acerca da inferioridade racial dos negros, procurando celebrar a mestiçagem e a influência africana na formação cultural brasileira, foi preponderante para a elaboração de uma perspectiva centrada nessa benignidade do sistema escravocrata brasileiro a interpretação feita por Gilberto Freyre, no início da década de 1930 – com a publicação de *Casa-grande e senzala* –, especialmente pela comparação que faz com outras sociedades escravistas: "Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América" (PROENÇA, 2006, p.1).

Segundo tal perspectiva, a escravidão brasileira é descrita através de uma visão patronal, em que os escravos eram amparados por um "senhor benevolente" e por um consenso composto por princípios religiosos, éticos e culturais que era mantido por entidades como a Igreja Católica e a sociedade, como se pode observar nas observações abaixo:

> A miscigenação racial, analisada por Freyre, proporciona elementos que favorecem o surgimento do mito de uma certa harmonia das raças, marcada por uma convivência de tolerância e amenidade, assim como por sincretismos de crenças. Segundo esta visão, a plasticidade portuguesa já vivenciada na metrópole, num contexto de hibridismo cultural – teria sido decisiva por formatar uma "índole bondosa e equânime" do povo brasileiro, gerando uma sociedade de tipo paternalista, configurada como que por uma vasta rede de parentesco, cujo aspecto se tornara preponderante na promoção desse "cativeiro brando", de relações harmoniosas (COSTA, 1999, p. 114).

Nos anos 1960 e 70, a temática da escravidão foi retomada de forma mais incisiva, passando a ocorrer contestação das visões sobre o chamado "cativeiro brando". A crítica dos autores revisionistas recaiu, sobremaneira, às postulações feitas por Gilberto Freyre. De acordo com essa crítica, o sociólogo pernambucano teria generalizado sua análise, em termos de espaço e de tempo, tomando como referência o que ocorrera apenas no nordeste canavieiro e no escravo doméstico, o que o levou a estender sua interpretação para as múltiplas realidades existentes no território brasileiro. Incorre-se, aí, num equívoco metodológico, que ignora a dinâmica do processo histórico e a historicidade do tema em seu devido espaço, tempo e circunstância.

Segundo Emília Viotti da COSTA (1999, p. 341), "na década de 1930, Gilberto Freyre e outros escritores, oscilando entre o progresso e a tradição, idealizaram a

vida rural e pintaram um retrato da escravidão que refletia a imagem que os proprietários de escravos faziam do sistema".

Durante a década seguinte, no entanto, estudiosos da realidade brasileira começaram a encarar o paternalismo como um mito criado pela classe dos fazendeiros e a enfatizar a severidade da escravidão no Brasil (GORENDER, 1980, p.17).

Essa corrente revisionista tinha como um dos principais enfoques a chamada "coisificação do escravo". De um modo geral a teoria do escravo como "coisa" defendia a ideia de que as condições difíceis da vida dos escravos teriam os destituídos do direito de pensar o mundo a partir de si mesmos, o que comprometia suas vontades, chances de organizações sociais e até a facilitação de uma introjeção da visão de seus senhores, como, por exemplo, acreditarem que o melhor caminho para a liberdade era a submissão.

> Nesta visão, o escravo estava sujeito ao poder e domínio de outro [...] Mediante a "coisificação social" a consciência do escravo apenas registrava e espalhava passivamente os significados sociais que lhe eram impostos [...] restava aos cativos a negação subjetiva da condição de coisa, que se exprimia através de gestos de desespero e revolta [...] o oprimido pode chegar a ver-se do mesmo modo que o vê o seu opressor, ou seja, reproduzir a ótica do opressor (PROENÇA, 2006, p. 4).

Porém, mesmo entre os revisionistas, existem divergências quanto aos elementos que constituíram a escravidão. Existe uma linha historiográfica que se afirmou na década de 1980, que vê os escravos como sujeitos de suas transformações sociais e agentes de sua libertação.

> A generalização do tráfico interno [...] tendia assim a levar os escravos a propor, de forma até então inusitada, um código geral de direitos dos cativos. Desde logo, esfacelava-se a própria essência da dominação escravista, que residia na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência de prerrogativas inerente a um estatuto de escravo (NOVAIS apud CASTRO, 2004, p. 360).

Um dos objetivos desse enfoque é revisitar valores, sociabilidades e mediações culturais tecidas nos processos de cativeiro, visando perscrutar as experiências escravas. Estudos ligados à demografia histórica constataram, por exemplo, que o matrimônio e a família eram instituições presentes entre os vários cativos, como parte da herança cultural dos negros que foi transplantada para o contexto do cativeiro (REIS, 2005, p. 13).

Em síntese, podem ser destacados dois principais enfoques desta perspectiva. Em primeiro lugar, ruptura com a ideia do “escravo-coisa”, politicamente anômico. Desconstroem-se modelos teóricos cristalizados nos quais a escravidão era explicada somente pela violência e pelo controle senhorial, que reduzia o protesto a mera reação diante da crueldade e violência sistêmica. Sendo assim, rompe-se com a imagem de cativo coisificado pela exploração do trabalho e pela violência física. Isso aponta para o estabelecimento de certas regras sociais próprias definidas pelos negros. O significado da liberdade foi assim forjado na experiência do cativeiro. Como exemplo, pode-se dizer que diante da compra e venda havia percepções e atitudes dos próprios escravos diante das situações de transferência de sua propriedade (PROENÇA, 2008, p.6).

Esse breve balanço de perspectivas confrontantes presentes nas análises acerca da escravidão moderna, contribuem não apenas para retomar-se o fenômeno em seu contexto clássico, mas para evidenciar o profundo debate que marca o conceito de escravidão. Diante do exposto, com base nas diferentes abordagens que se pode dar a um mesmo fenômeno, abre-se espaço para outra perspectiva de análise, em que se toma o conceito de escravidão para se pensar relações no mundo do trabalho contemporâneo.

2. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: as abordagens sociológicas e jurídicas

Nesta segunda seção será discutido o conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo nos campos das ciências sociais e jurídicas. Serão elencadas questões relacionadas sobre o que é Trabalho Escravo Contemporâneo e como identificá-lo.

A pesquisa propõe analisar bibliografias transdisciplinares, tendo como base investigativa a participação de grupos de estudos, seminários, palestras e cursos de extensão sobre o tema, muitos destes oferecidos pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2.1. Conceito Sociológico

Segundo esta perspectiva, um novo modelo de escravidão está em curso no Brasil contemporâneo. Desta forma, um grande erro ocorre quando falamos do conceito de escravidão no Brasil, pois a sociedade se mantém presa ao modelo clássico. O fato é que os fenômenos históricos somente são compreendidos em sua historicidade. É importante ressaltar que o modelo escravista foi utilizado na história de diferentes maneiras, de acordo com os valores culturais, sociais e econômicos da sociedade na qual ele se empregava.

Como exemplo dessa flutuação das categorias de acordo com o cenário histórico, cabe observar que, na antiguidade, o escravo era propriedade do *dominus*. Dessa forma, poderia ser vendida, alugada, doada ou eliminada, sendo considerada uma *coisa*. Para ser escravo não era necessário ser de outra raça: "a condição de escravo derivava do fato de nascer de mãe escrava, de ser prisioneiro de guerra, de condenação penal, de descumprimento de obrigações tributárias, de deserção do exército, entre outras razões" (BARROS, 2006, p. 50).

Assim acontece com o Trabalho Escravo Contemporâneo, um modelo de escravizar com características diferentes adaptadas ao modelo social contemporâneo.

> O escravo contemporâneo é um cidadão desprovido, na prática, de direitos que lhe confeririam a necessária dignidade. Ele, em tese tem status jurídico de cidadão, é sujeito de direitos e obrigações e deveria estar sendo protegido. No entanto, dele são retirados todos esses direitos trabalhistas e humanos. Portanto, ele é desumanizado. A vítima não se torna escravo do ponto de vista jurídico e clássico, porque ele não é sequer mercadoria (FIGUEIRA; PRADO, 2011, p.197).

Para muitos, a rejeição à noção de trabalho escravo contemporâneo decorre da manutenção de uma percepção que associa à noção de escravidão a imagem do negro amarrado ao tronco submetido ao açoite. As condições contemporâneas de superexploração na contemporaneidade não são reconhecidas como uma modalidade de escravidão. (FIGUEIRA, 2011, p. 281).

Logo, para uma perspectiva sociológica que se afirma, esses pensamentos estereotipados somente atrapalham na validação do fenômeno histórico, já que não é assim que as coisas acontecem. "O que encontraremos serão seres humanos brancos, negros, morenos, pardos sendo desumanizados e expropriados de seus direitos" (FIGUEIRA, 2011, p. 197).

2.2 Conceito Jurídico

No âmbito das concepções jurídicas, a exploração tem como vítimas aqueles seres humanos que geralmente vivem em precárias condições, sejam materiais, sociais ou culturais. São pessoas que partem em busca de trabalho e acabam por se submeter às condições equivalentes à de escravo. Segundo essa orientação, admite-se a utilização da categoria trabalho escravo, na contemporaneidade, o trabalho escravo se configura quando direitos mínimos que visam preservar a dignidade do ser humano trabalhador são violados. A escravidão contemporânea está presente quando um indivíduo se vê privado de sua liberdade de forma compulsória, seja em decorrência da retenção de documentos, pela violência ou em face de grave ameaça, seja em razão de dívidas ilegalmente impostas.

Considera-se crime reduzir alguém a condições análogas à de escravo. Isso fica claro no Art. 149 do Código Penal. A analogia a que se refere o artigo é a do conceito tradicional de escravidão. Porém, houve uma alteração no artigo com o advento da Lei 10.803, de 11 de Dezembro de 2003, que amplia as formas e os meios pelos quais o crime pode ser executado, trazendo uma nova ideia do que pode ser considerado condições análogas às de escravo.

Esse novo diploma legal, com o fim de reforçar a proteção penal dos bens juridicamente tutelados, determinou que o crime previsto caracteriza-se “quando a vítima for submetida a ‘trabalhos forçados’ ou à ‘jornada exaustiva’, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (BITENCOURT, 2007, p. 389).

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que o Trabalho Escravo é uma realidade social contemporânea que deve ser analisada juridicamente:

> O escravo contemporâneo encontra se em estado ou condição de um indivíduo que é constrangido à prestação de trabalho, em condições destinadas à frustração de direito assegurado pela legislação do trabalho, permanecendo vinculada, de forma compulsória, ao contrato de trabalho mediante fraude, violência ou grave ameaça, inclusive mediante a retenção de documentos pessoais ou contratuais ou em virtude de dívida contraída junto ao empregador ou pessoa com ele relacionada (SCHWARZ, 2008, p. 117-118).

O reconhecimento em âmbito nacional por entidades governamentais em relação ao Trabalho Escravo Contemporâneo pode ser visto de várias maneiras. Inúmeros são os tratados, pactos, declarações e convenções internacionais de proteção dos direitos humanos que repudiam o trabalho escravo e o identificam como “grave forma de violação dos direitos humanos”. No direito brasileiro, o repúdio a esta forma de exploração do ser humano está contido desde a Constituição Federal no artigo 5º, incisos III, XIII, XV, XLVI e LXVII, assim como nos artigos 149, 197, 203, 206 e 207, do Código Penal, “além de todas as normas internacionais ratificadas e internalizadas”, sem esquecer que a dignidade da pessoa humana foi elevada a fundamento da República Federativa do Brasil (RAMOS FILHO, 2008, p. 278).

Dessa forma, tem-se uma série de dispositivos legais que visam coibir as práticas de trabalho escravo, tanto na seara constitucional, trabalhista e penal, quanto nas diversas frentes internacionais, motivo este que demonstra a tentativa de se estancar tais práticas.

A perspectiva jurídica atenta para o fato de que, no Brasil, a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos. Segundo cálculos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas às condições análogas ao trabalho escravo. Os dados constituem uma realidade de grave violação aos direitos humanos, que envergonham não somente os brasileiros, mas toda a comunidade internacional. Consciente de que a eliminação do trabalho escravo constitui condição básica para o Estado Democrático de Direito, o novo Governo elege como uma das principais prioridades a erradicação de todas as formas contemporâneas de escravidão. E o enfrentamento desse desafio exige vontade política, articulação, planejamento de ações e definição de metas objetivas.

2.3 Trabalho Escravo Contemporâneo: uma realidade social

Ao propor uma análise tanto do âmbito social quanto jurídico do fenômeno Trabalho Escravo Contemporâneo, é possível compreender os parâmetros segundo os quais as diferentes áreas citadas os caracterizam. Sendo assim, é possível

desmistificar ideias que giram em torno do conceito, que comprometem sua compreensão, e aceitar a existência deste no cotidiano do trabalhador do Brasil contemporâneo – orientação seguida por este artigo.

Com base nesse debate busca-se, a partir de então, enfocar o ponto central que norteia a proposta desenvolvida: os contrapontos sobre a validação do fenômeno no campo historiográfico e a importância de se legitimar a utilização do conceito no âmbito da produção historiográfica e não apenas em outras áreas que já incorporam a discussão.

3 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

3.1 Vertentes historiográficas que rejeitam o conceito

Neste momento serão expostos argumentos de autores que rejeitam a existência do fenômeno na contemporaneidade, ou seja, não acreditam que possa existir um novo modelo de Escravidão no Brasil Contemporâneo. A citação abaixo expressa essa rejeição.

> Os casos do chamado “trabalho escravo” no Brasil contemporâneo, são, na verdade, casos de exploração ilegal da força-de-trabalho e, até mesmo, cárcere de pessoas que enganadas, iludidas, obrigadas e falsamente endividadas tornam-se trabalhadores submetidos ao mando ilegal de outras pessoas sem escrúpulos, mas que devem responder à lei, por crime previsto no Código Penal brasileiro (PAIVA, 2011, p.7).

O autor do trecho supracitado acredita que pelo fato de não existir a categoria trabalho escravo na Constituição Federal, o fenômeno e a conceituação são rejeitados. De maneira ainda mais enfática, o trecho abaixo consolida o ponto de vista do autor citado para descredenciar a utilização do conceito.

> Não há escravos, portanto, porque essa categoria foi legalmente erradicada no Brasil, em 1888. Ora, recriar a categoria “trabalho escravo” hoje significa, então, fazer reviver, fazer renascer o próprio escravo e é, também, transformar, pelas vias política, ideológica, militante e mesmo religiosa, mas não histórica, o trabalhador explorado em escravo (PAIVA, 2011, p.8).

Pelo que se pode ver, o autor acusa os que acreditam na existência de uma escravidão contemporânea de fazerem reviver e renascer o próprio escravo, e ainda em transformar o trabalhador explorado em escravo. Paiva apresentaria ainda um

suposto dilema, em que os próprios defensores do desaparecimento da escravidão no passado são, agora, os que tentam fazê-la ressurgir, assumindo o papel de seus reinventores. Ainda segundo Paiva, existe a preocupação em saber como resolver esse dilema e como corrigir essa inversão perversa.

Segundo Paiva (2011, p.8), estamos, assim, diante de um dilema terrível: o "escravo" moderno renasce exatamente pelas mãos de quem, no passado, lutou pelo seu desaparecimento. Isto é, seus antigos protetores e redentores teriam se transformado, hoje, em seus reinventores. Ainda de acordo com autor, é levantada a seguinte problemática: como compreender essa confusão histórica e como corrigir essa inversão perversa? Haveria certa insensibilidade intelectual no uso, hoje, de definições tomadas de empréstimo ao passado?

Muitos autores atentam contra a utilização do fenômeno escravidão como uma categoria existente nas relações de trabalho contemporâneo. Acreditam em uma generalização da utilização do conceito, em que a ideia de Escravidão Contemporânea incorre um pragmatismo político que vitimiza os trabalhadores, ao invés de considerá-los como agentes históricos.

> O conceito de escravo implica o de bem de capital, de posse material, conforme era entendido no Brasil e nos Estados Unidos do século 19, mão de obra essa à qual não se estendiam certos direito as condições de trabalho e de alimentação ou de alojamento do trabalhador agrícola sazonal. A condição de trabalho escravo importa em cerceamento total da liberdade e em restrição a qualquer exercício de cidadania as condições de trabalho e de alimentação ou de alojamento do trabalhador agrícola sazonal. . O primeiro deles é que o conceito de escravo implica o de bem de capital, de posse material, conforme era entendido no Brasil e nos Estados Unidos do século 19, mão de obra essa à qual não se estendiam certos direitos (REZENDE, 2009, p.105).

Segundo Gervásio Rezende (2009, p. 106), a expressão "trabalho escravo" corresponderia, literalmente, à expressão inglesa *slave labor*, mas se referindo exclusivamente à classe social dos trabalhadores, e não às condições de trabalho, ou seja, sem fazer nenhuma alusão ao fato da atividade de trabalho ser penosa ou cansativa, ou à qualidade de vida do trabalhador. Para tratar desses aspectos do trabalho, em inglês utiliza-se a palavra *work*. Assim dito, não há, nem em inglês nem em qualquer outra língua, uma expressão com a carga negativa derivada da expressão "trabalho escravo", assim como ela é empregada no português do Brasil.

De acordo com o pensamento do autor não se pode falar em mão de obra escrava na produção agrícola brasileira, pelo motivo da categoria não se englobar

no verdadeiro tipo de trabalho utilizado no Brasil. O autor ressalta ainda que o trabalho escravo não se classifica de acordo com as condições de trabalho, mas de acordo com a condição jurídica. É possível compreender que o autor se mantém preso ao conceito tradicional de escravidão, por algum motivo, que acaba por impossibilitar a aceitação de um novo modelo de escravidão no Brasil Contemporâneo, totalmente desprendido do conceito tradicional.

Franco Filho (apud BRITO FILHO, 2011, p. 140) rejeita totalmente a expressão "trabalho escravo", pois considera que não deve ser usado um termo com conotação de um fato que foi extinto formalmente pela Lei Áurea no Direito Brasileiro desde 1888.

No mesmo sentido, Jardim (2007, p. 30), embora reconheça que tal expressão tenha significação histórica importando fácil entendimento do assunto até para as pessoas leigas, assevera que o uso da denominação acarreta uma designação de um fenômeno social já encerrado.

Expostos os posicionamentos (de cunho historiográfico, econômico e jurídico) que comprometem e rejeitam a existência e a validação do tema, será realizada a seguir uma contraposição, apresentando posicionamentos que apostam na utilização da categoria "trabalho escravo contemporâneo" como algo inscrito no cotidiano e como fato histórico que merece ser estudado.

3.2. A utilização do conceito no campo historiográfico

Abolida a escravidão no Brasil, em 1888, acreditou-se que essa vergonhosa forma de exploração do homem pelo homem tivesse realmente desaparecido, mas o que se pode constatar é que apenas o direito de propriedade de uma pessoa sobre outra foi abolido, tendo em vista que a exploração do ser humano persiste, ainda que de forma dissimulada.

Em relação à classificação do fenômeno no que diz respeito ao enquadramento de ser ou não considerado Trabalho Escravo Contemporâneo, as posições variam muito, de acordo com cada situação. Em relação a isso, Neide Esterci pontua:

> As classificações se fazem de acordo com o contexto, os critérios e as posições dos diversos atores envolvidos ou que se pronunciem em cada caso. [...] Mas, observa-se que não há consenso necessário entre atores que ocupam posições estruturais semelhantes. Podem ser diferentes, por

> exemplo, as atitudes e as percepções expressas por instâncias e órgãos governamentais, num mesmo momento ou em momentos diferentes. [...] Mesmo entre trabalhadores de uma mesma unidade produtiva, registram-se percepções diferentes acerca da dominação e da exploração a que estão sujeitos (ESTERCI, 1994, p. 111).

Após intensos debates e pesquisas, é possível compreender a validade do fenômeno da Escravidão contemporânea. É um fenômeno com características diferentes, de caráter social, e que mesmo sendo considerado novo é presente no cotidiano brasileiro. O que resta entender agora é o porquê de sua inexistência no campo historiográfico. Assim como qualquer fato histórico, existem os que não adotam o fenômeno, que contestam sua validade e até julgam ser um puro pragmatismo político.

Contudo, a Escravidão Contemporânea já provou sua existência, tanto em âmbito nacional quanto internacional. É possível encontrar menção ao fenômeno nos textos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nos textos da Liga das Nações. No nível nacional, nada melhor para validar o fenômeno do que os dois Planos de Erradicação do Trabalho Escravo criados pelo Governo Federal e a Revisão de alguns artigos do Código Penal, como é o caso do Artigo 149.

Diante de grandes movimentações que giram em torno do fenômeno, é preciso perguntar: onde está a História se não registrando os liames desse fato que é presente no cotidiano do trabalhador?

É fato que a produção historiográfica em torno do novo modelo de Escravidão se apresenta de forma incipiente. Historiadores se recusam a entender e analisar o fenômeno, mantendo-se às margens da história.

Essa afirmação é possível, como já foi dito, pelo fato de não existir em um cunho historiográfico um debate acerca do tema, sendo que as ciências vizinhas dedicam significativo espaço ligado ao tema, o que leva novamente à grande contradição, do posicionamento “neutro” ou pouco engajado da história.

Um dos elementos utilizados pelos autores que desconsideram o tema é o fato da categoria não estar prevista constitucionalmente. Porém, na contemporaneidade, a condição de escravo é muito mais ampla do que a tradicional. Para ser considerado escravo neste novo modelo de Escravidão não se tem como condição única ser propriedade de alguém, nem necessariamente estar previsto na Constituição. Em uma clara orientação que referenda o conceito, encontramos:

> Quando examinamos os textos produzidos pela Liga das Nações e pelas Nações Unidas, e outros documentos pertinentes ao tema, vemos que a escravidão é definida no direito internacional do seguinte modo: “o estado ou a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, alguns ou todos os atributos do direito de propriedade”. É importante observar que a formulação não fala em "propriedade", mas em "atributos do direito de propriedade". (SCOTT, 2013, p.4).

O conteúdo da citação acima permite compreender que o conceito de escravidão perante os órgãos internacionais se reformulou, o escravo não é somente uma propriedade de outrem, mas sim aquele que se mantém preso a outro em condição de escravo por diversos motivos: cerceamento parcial de liberdade, dívida, e mesmo através de uma escravidão mascarada, em nome da igualdade entre os homens.

> O fim da escravidão, que antes era legalmente permitida, deveria realmente significar um marco na história das conquistas do ser humano, já que todos os homens, por serem iguais, devem respeitar uns aos outros, e não explorá-los. No entanto, verifica-se que, independente da sua abolição no campo jurídico (término do direito de propriedade sobre o homem), na prática a referida exploração ainda pode ser constatada. (SALADINI; MARANHÃO, 2009, p.3)

Por fim, como saldo das reflexões propostas, cabe observar que a existência do fenômeno nas relações de produção na contemporaneidade é fundamental para o combate da escravidão. Enquanto permanecer mascarada por características de maus-tratos ou somente um simples descumprimento da lei, a banalização em torno do tema persistirá. Cabe à história apreender os fatos que giram em torno do fenômeno e registrar a existência de um novo modelo de escravidão com peculiaridades reformuladas e diferentes do modelo clássico a fim de contribuir para a conscientização dos que são mantidos como vítimas do sistema.

CONCLUSÃO

O balanço de perspectivas proposto por este artigo retoma a Escravidão Colonial sob uma leitura de fundamentações clássicas e revisionistas. Os autores de referencial Clássico diferem de uma nova vertente revisionista em no que diz às relações entre senhor e escravo no período colonial brasileiro – se dotadas de um conteúdo mais violento ou mais brando.

A contraposição acima referida foi utilizada para se dimensionar a complexidade da discussão que cerca a caracterização e a compreensão do fenômeno da escravidão.

Polêmica ainda maior se encontra na utilização do conceito “Escravidão Contemporânea” para denominar um fenômeno que não encontra ampla aceitação, especialmente no campo historiográfico.

Nos âmbitos das ciências sociais e jurídicas é possível ver a importância dada ao fenômeno da Escravidão Contemporânea e sua pertinência no cotidiano do trabalhador. Diferente disso, o campo historiográfico pouco se volta em relação ao tema e, quando aborda, prevalece um caráter de rejeição.

Entre os autores que rejeitam o tema pode ser encontrada a justificativa de que uma vez abolida a escravidão jamais ela poderia existir novamente, já que do ponto de vista legal, “todos os homens são iguais”. A utilização do conceito teria implicações políticas.

Os autores que defendem o tema acreditam em um novo modelo de escravidão, totalmente diferente do clássico, com características reformuladas, de modo que para ser escravo não se tem como condição primeira ser propriedade de outrem.

Sendo assim, o presente trabalho buscou a validação do fenômeno da “Escravidão Contemporânea” no campo historiográfico e a conscientização de sua importância no cotidiano do trabalhador.

Referências:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho.** 2 ed. São Paulo: LTr, 2006.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial, v. 2, 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho com redução à condição análoga à de Escravo:** Análise a Partir do Trabalho Decente e de seu Fundamento. 2 ed. São Paulo: LTr, 2011.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Em **busca de uma definição jurídico-penal de trabalho escravo**. São Paulo: Loyola, 1999

CASTRO, Flávia Lages. **História do Direito**: Geral e Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

COSTA, Emilia Viotti Da. **Da Monarquia a República**. São Paulo: UNESP, 1999

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FIQUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes. **Trabalho Escravo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Maud X, 2011.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 1980.

JARDIM, Philippe Gomes**. Neo-escravidão**: as relações de trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Curitiba: Universidade do Paraná, 2007.
.
NABUCO. Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **A questão do Trabalho Escravo**. Disponível em: <http://www.oabsp.br/boletim-informativo/trabalhista/edição-05-desembro-de-2005/a-questao-do-trabalhoescravo-dra-sonia-mascaro nascimento/?searchterm=trabalho% 20escravo> Acesso em: 24 outubro. 2013

PAIVA, Eduardo França. **Trabalho compulsório e escravidão**: usos e definições nas diferentes épocas. São Paulo: Loyola, 2011.

PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão No Brasil: debates historiográficos contemporâneos. São Paulo: Ática, 2006.

RAMOS FILHO, Wilson. Trabalho degradante e jornadas exaustivas: crime e castigo nas relações de trabalho neo-escravistas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. n. 61, p. 269-298, jul.-dez. 2008.

REIS, João José. **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

REZENDE, Gervásio Castro. Uma crítica à crença generalizada de que existe "trabalho escravo" na agricultura brasileira. **Revista Jurídica Consulex**. ano XIII, n. 294. 15 abr. 2009.

SCOTT, Rebecca J. Trabalho escravo contemporâneo e os usos da História. In **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis 2013. Disponivel em: http://www.escravidaoeliberdade. com.br/site/index.php? option=com_ content&view=article&id=132&Itemid=63. Acessado em 21 de out. de 2013

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo**: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008.

SALADINI, Ana Paula Sefrin; MARANHÃO; Carolina Augusta Bahls. **Considerações sobre o trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Cristiane de Melo Mattos Sabino Gazola. **Do escravismo colonial ao trabalho forçado atual**: a supressão dos direitos sociais fundamentais. São Paulo: LTr, 2002.

Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil.

Elaine Borges Tardin[27]
Murilo Tebaldi Barbosa[28]
Polliana da Costa Alberone Leal[29]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar, ainda que brevemente, a conquista do espaço público feminino, destacando o mundo do trabalho e a luta constante pela emancipação da mulher. Por meio de esquemas inconscientes e pré-reflexivos, perpetuou-se a visão de que a mulher deveria estar restrita ao espaço privado e subjugada à autoridade masculina. Isto perdurou por séculos. Porém, os movimentos feministas em diversos países e contextos, inclusive no Brasil, colocaram em xeque estas e outras questões até então vistas como naturais. Portanto, nos propomos a discutir e refletir sobre tais questões.

Palavras-chave: trabalho, submissão, emancipação feminina, espaço público.

Introdução

Das diversas áreas das Ciências Sociais, um dos temas que vem se consolidando cada vez mais no espaço acadêmico certamente é o de gênero. Porém, ao falarmos de gênero estamos nos referindo exclusivamente às mulheres? Certamente que não.

O conceito de gênero foi formulado pelo movimento feminista norte-americano na década de 1970. Tal conceito rejeita o determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter social. Ou seja, entende que as relações entre os sexos não se dão por um aspecto natural e puramente biológico, mas são construídos histórico e socialmente. E exatamente por este motivo, tais relações são mutáveis. Entendido por Joan Scott (1995, p. 86) como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma

[27] Doutoranda e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, (UENF). Especialista em História do Brasil e graduada em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna. (UNIFSJ). Coordenadora do projeto de iniciação científica “Mulheres na guerra: militarismo, feminismo e representações tradicionais de gênero”, vigente no ano de 2014. Contato: elainetardin@yahoo.com.br

[28] Graduado em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna, RJ. Integrante do projeto de iniciação científica “Mulheres na guerra: militarismo, feminismo e representações tradicionais de gênero”, com vigência no ano de 2014. Contato: murilotebaldi@hotmail.com

[29] Graduanda em História do Centro Universitário São José de Itaperuna, RJ. Integrante do projeto de iniciação científica “Mulheres na guerra: militarismo, feminismo e representações tradicionais de gênero”, com vigência no ano de 2014. Contato: pollianaalberoneleal@hotmail.com

primeira se significar as relações de poder", o conceito de gênero nos auxilia a compreender como as relações e práticas sociais se constroem, seja entre pessoas do mesmo sexo ou do oposto. Aliás, o aspecto relacional é fundamental nos estudos deste campo.

Assim, ao falarmos da história das mulheres também estamos nos referindo à história dos homens, pois a reflexão sobre gênero só pode ser de fato compreendida se compararmos a relação entre os sexos nos contextos histórico e social.

As interações entre homens e mulheres devem ser constantemente repensadas, uma vez que diferentes contextos históricos definiram quais deveriam ser os papéis designados para homens e mulheres de uma forma excludente, enfatizando uma divisão sexual do trabalho e da vida social. É perceptível como os padrões antigos acabam ainda por condicionar as diferenças entre os sexos, perpetuando assim a desigualdade de condições.

O presente trabalho propõe fazer uma breve análise sobre a trajetória feminina, desde a submissão ao sexo masculino (com destaque para o período entre os séculos XVIII e XX) à luta pela emancipação feminina, destacando os movimentos feministas que lutaram (e ainda lutam) pela igualdade de condições entre homens e mulheres, como por exemplo, a conquista do espaço público e condições laborais igualitárias. Vale ressaltar ainda que enfatizaremos o contexto brasileiro nos séculos XX e XXI, nos questionando de que forma as mulheres ainda não alcançaram a tão sonhada igualdade de condições.

I. A condição submissa feminina: do século XVIII ao XIX

As reivindicações pela igualdade de condições entre homens e mulheres é perceptível desde o século XVIII, com destaque para da obra de Mary Wollstonecraft, "Vindicação dos direitos da mulher", em 1792. Apesar de acreditar que no mundo físico o homem era superior à mulher, denunciava que os homens aproveitavam-se desta superioridade para "nos afundar ainda mais, tornando-nos objetos atraentes por um momento". O século XVIII iria inaugurar uma série de debates que seriam difundidos no século XIX, em que se pode perceber o nascimento da luta pela emancipação feminina. Porém, também foi um século de

afirmação do poder masculino sob o feminino. Neste contexto, destaca-se a obra do filósofo Jean-Jacques Rousseau, Emílio ou Da Educação, publicado em 1762.

A Sofia, de Emílio: o protótipo de mulher ideal

A obra de Rousseau "Emílio, ou Da Educação", publicada em 1762, aborda temas políticos e filosóficos referentes à relação do indivíduo com a sociedade, explicando como o indivíduo pode conservar sua bondade natural e viver virtuosamente a realidade social. É um dos livros mais citados ao se refletir sobre a educação, pois rompe com a pedagogia da essência e defende a pedagogia da existência, ou seja, está preocupada com o homem real, não imagético.

O livro é composto em cinco "livros": os três primeiros são dedicados à infância de Emílio, o quarto à sua adolescência, e por fim, o quinto refere-se à educação de Sofia – a "mulher ideal" e futura esposa de Emílio.

Apesar de sua denúncia contra um ideal de sociedade intelectualizada e formalizada, opondo-se assim contra o absolutismo monárquico, e contra toda uma ordem social baseada na ostentação, no luxo, no artificialismo, na imoralidade dos costumes e no ceticismo parisiense (Paiva, 2011, p.23), Rousseau não avança no sentido da igualdade de gêneros em sua obra. Vale lembrar que o filósofo é fruto de seu tempo, e por isso não podemos emitir juízo de valor analisando com os olhos dos tempos atuais.

O livro V, que trata da companheira ideal de Emílio, inicia-se com uma visão clássica da religião judaico-cristã: a de que a mulher é uma auxiliadora do homem, que não deve ficar só. É interessante que, enquanto Emílio (representando os homens) é a representação do individualismo romântico e da liberdade em sociedade, a mulher é retratada como uma criatura dependente, pois depende de sua família, seu marido e da sociedade, que a todo momento a julga por sua aparência e ações.

A "natureza"[30] feminina, por ser fraca, deveria servir para agradar ao homem. A posição sustentada por Rousseau (2004, p. 527) é bem clara quanto à "natureza" feminina: "pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por

[30] O movimento feminista vai colocar em xeque a visão de natureza, uma vez que gênero se pauta na construção social e histórica, e não há processos concebidos como naturais. Por isto utilizamos o termo entre aspas, por acreditarmos que não haja uma natureza genuinamente masculina e feminina.

seus filhos, estão à mercê dos julgamentos dos homens". De acordo com esta visão, a mulher é biologicamente inferior ao homem e lhe deve obediência. Além da suposta inferioridade física, há algumas oposições morais entre homens e mulher, segundo Rousseau, como podemos observar na tabela abaixo:

Homem	**Mulher**
Ativo e forte	Passiva e fraca
Ataque	Defesa
Audácia	Timidez
Modéstia	Vergonha
Desejos ilimitados	Desejos moderados

Pela comparação de atributos masculinos e femininos desta tabela, podemos perceber como, segundo esta visão, cabe à mulher o espaço privado e ao homem o público, uma vez que fraqueza e vergonha não são atributos admiráveis em uma figura que transita pelo espaço público. Assim, a mulher era condenada ao lar e aos deveres domésticos por uma suposta natureza que a havia determinado daquela forma: "o domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza" (Rousseau, 2004, p. 428). A "natureza" feminina deveria ser constantemente controlada, e isto vem desde a infância. Há diferenças cruciais na educação de meninos e meninas: enquanto os meninos eram respeitados em suas vontades particulares, as meninas eram "treinadas" desde a tenra infância para que aprendam a obedecer.

Em relação ao casamento, Rousseau afirma que nada mais natural uma mulher existir em função de sua família, e há diferenciação no nível privado: o homem que trai sua mulher com outras é injusto e bárbaro, mas a mulher que assim procede acaba com a família. Além disso, Rousseau defende que mulher deve ter sempre um cuidado especial com sua aparência, com sua moral, com a forma como os outros a enxergam. Não basta ser, tem que parecer.

Segundo Rousseau, não há a possibilidade de concorrência entre marido e mulher: a escolha deve ser sempre do homem, pois assim se preservaria a harmonia

do casal. Isto fica claro quando o filósofo se refere à religião da mulher, que deve ser necessariamente ser a mesma do marido.

Passemos ao tema central de Emílio: a educação. Uma vez que Rousseau percebe as diferenças entre homens e mulheres de uma forma inconciliável, também há a distinção entre a educação masculina e feminina. Ao contrário do que ocorre com a educação masculina, a mulher deve apenas aprender o “que lhes convém saber” (Idem, p. 432). Mas o que seria a educação ideal para a Sofia de Rousseau?

Uma vez que para Rousseau a mulher nasceu para gerar filhos saudáveis e ser agradável ao marido, "toda a educação da mulher deva ser relativa à do homem” (Idem, p. 433):

> Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos; do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os costumes destes, suas paixões, seus gostos, seus prazeres, e até sua felicidade. (...) Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que devemos lhes ensinar já na sua infância.

Logo, a mulher não deve ser inculta. Pelo contrário: Rousseau afirma que não convém a um homem educado casar-se com uma mulher sem educação, até mesmo porque ela instruirá seus filhos. Porém, não devemos nos iludir: a mulher deve ser educada, mas nunca deve demonstrar que sabe mais que o marido. Jamais deve deixar de se submeter a ele ou deixar de agradá-lo constantemente. Uma vez que a igualdade de condições não é necessária ao casamento (p. 488), a mulher jamais deve demonstrar algum tipo de superioridade, afinal, “uma mulher intelectual é o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo o mundo. Da altura sublime de seu belo gênio, ela desdenha todos os seus deveres de mulher e sempre começa por se fazer homem” (p. 491). Eis um aspecto relacional no que se refere à educação feminina: ela deve ser educada para a glória de seu marido e família, não para si própria, uma vez que para Rousseau, a dignidade da mulher está em ser ignorada, pois seus prazeres estão na honra de sua família (idem). Por meio desta citação podemos perceber que se a mulher abandonar suas prerrogativas “naturais” e cada vez mais parecer com o homem na inteligência, na visão de Rousseau, isto seria lutar contra a própria natureza feminina. Pierre Bordieu (2011, p. 84), ao analisar a dominação masculina, afirma:

> O acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *Double bind* (duplo laço): se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da "feminilidade" e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação.

Por fim, ao mesmo tempo em que Rousseau acha necessário uma mulher ser educada, em momento algum deverá possibilitar às mulheres um "empoderamento[31]" na vida econômica, social e política. Assim, perpetua-se e justifica-se a submissão feminina.

II. A luta feminina e o surgimento do movimento feminista

Segundo Alves e Pitanguy (1985), foram várias as manifestações de luta por igualdade da mulher para com o homem ao longo da história. As autoras destacam o caso das norte-americanas Ann Hutchinson e Abigail Adams que, no decorrer do processo de independência dos Estados Unidos da América buscavam, tanto na religião quanto pela lei, respectivamente, respaldo para a introdução da mulher equiparando-se ao homem, no sentido em que direitos e liberdade de expressão são iguais a ambos. Entretanto, tais manifestações não tiveram êxito algum, sob acusação de inferioridade "natural" da qual as mulheres possuem, sendo sujeitas a diversas punições, como o banimento do meio religioso calvinista a qual pertenciam.

Em comparação ao castigo de Hutchinson, este foi brando em relação a diversos castigos ao longo da história devido a insurreição de mulheres a favor de liberdade e igualdade. Como exemplo temos Olympe de Gouges, escritora francesa que foi condenada e guilhotinada em 1793, acusada de "ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo." (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 34). Mediante sua obra "Os Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791", De Gouges apresentava um texto jurídico original que lutava pela igualdade jurídica, política e social das mulheres. Apesar de derrotada, De Gouges lança sua semente, e aquele século marcaria o inicio da luta feminina e sua organização política para a busca e defesa de seus direitos.

No século XIX, com o auge do capitalismo industrial, novas frentes de luta feminista apareceram e, neste caso, reivindicando a participação feminina nos meios

[31] Empoderamento é o neologismo de "*empowerment*", que neste sentido significa o aumento de força política de um grupo socialmente minoritário.

de trabalho. Hobsbawm (2003) afirma que foi a partir da Revolução Industrial, com a ausência de homens nas fábricas e a necessidade crescente de mão de obra, que as indústrias acabam inserindo as mulheres em atividades, antes feitas apenas pelo sexo oposto, quebrando, mesmo que involuntariamente, uma barreira rumo ao reconhecimento feminino, sendo então percebida. Iniciou-se assim a mudança do padrão da sociedade, dando a mulher um papel a mais em suas funções, pois ela deixa de ser apenas filha, esposa e mãe, e passa a ser trabalhadora. Foi neste momento que de fato ocorreu uma mudança cultural na sociedade ocidental, dando um passo importante para a posterior emancipação da mulher.

Em voga naquele contexto, estava a luta das operárias. Como representantes da classe, Jeanne Deroin e Flora Tristan lutavam pela educação das operárias de forma que fossem inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, tendo autonomia para trabalhar, ter sua liberdade para escolha de trabalho (meio fabril ou doméstico), sem a intervenção masculina.

Era neste momento de revoltas operárias, ao redor do mundo industrializado, que as mulheres, bem organizadas politicamente, buscavam a inserção no mercado de trabalho. O fato é que “através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 41). Entretanto, “a deterioração da formação profissional feminina (...) vem delegar-lhe, em geral, as tarefas menos qualificadas e mais subalternas da produção fabril.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 38). Sendo assim, não há como desvincular a luta feminista pelo mercado de trabalho da luta por uma melhor educação, algo que será discutido com maior destaque posteriormente.

A luta feminina não se restringia somente ao mundo do trabalho. De acordo com Lúcia Avelar (2001, p.11), outras mudanças na sociedade também foram importantes para essa nova mentalidade feminina, iniciada organizadamente no século XIX:

> Destacam-se entre essas mudanças o surgimento de novos tipos de família, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais, as conquistas das mulheres ao longo do século XX e o amadurecimento de uma consciência feminista, mudanças estas que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais se assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada.

Ainda no século XIX o pensador inglês Stuart Mill lançaria uma obra no mínimo corajosa para a época, “A sujeição das mulheres”, de 1869. Apesar do foco de seu livro ser a sujeição feminina em um contexto histórico marcado pela dominação masculina, os argumentos defendidos por Mill vão além da questão feminina: ele pensava que a emancipação feminina era condição necessária para o progresso da humanidade como um todo, relacionando-a à justiça, liberdade e progresso.

Já no capítulo I Stuart Mill afirma que não está correta a subordinação legal de um sexo a outro, uma vez que este é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano. Ao contrário, deveria haver um princípio de igualdade perfeita, “sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro” (2006, p. 15). Este início já demonstra a proposta renovadora do autor, e o mesmo reconhece que esta tarefa não é nada fácil, pois as ideias da sujeição feminina foram construídas e protegidas por velhas instituições e costumes, e estão de tal forma arraigadas na sociedade que a submissão feminina é percebida como natural.

Stuart Mill questiona a “lei dos mais fortes” que se utilizava para justificar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, afirmando que no contexto moderno e com o progresso da civilização esta lei já deveria ter sido abolida. Ou seja, é curioso notar como padrões obsoletos ainda eram (e são) utilizados como justificativa para a sujeição feminina, mesmo que tenha havido mudanças significativas na sociedade.

Com relação à educação feminina, destaca-se que o contexto histórico do século XIX (Inglaterra a partir de 1847) começou a ser modificado a partir de aulas para as mulheres em Londres. O próprio Stuart Mill se apresenta como um revolucionário para sua época ao afirmar que o intelecto da mulher não é inferior ao homem. Logo, as mulheres poderiam ocupar os cargos que são ocupados por homens, pois elas possuem as mesmas capacidades intelectuais. Desta forma, o autor coloca em xeque a divisão sexual do trabalho. Porém, mesmo assim, a profissão feminina deveria seguir os padrões de sua natureza específica, a saber, funções ligadas ao lar, como enfermeiras, professoras – o papel auxiliador.

Para Stuart Mill, a submissão feminina em relação ao homem era pior do que uma relação de escravidão, uma vez que de o homem exigia, além da obediência,

afeto. Então, a mulher estava sofrendo uma forte opressão tanto no domínio privado (pelo pai ou marido), quanto no domínio público, uma vez que não havia leis que salvaguardassem seus direitos.

Em relação ao casamento, Stuart Mill afirma (2006, p. 49) que ele é o "destino apontado pela sociedade para as mulheres, o objetivo para o qual elas são educadas e elas deveriam alcançar este propósito, exceto aquelas que são pouco atraentes para serem escolhidas". Assim, o costume antigo do pai escolher o marido para a filha impedia totalmente a mulher do controle de seu destino, tornando-se muitas vezes um instrumento de troca monetária. Mill afirma que a livre escolha do marido pela mulher, apesar de não ser suficiente, é uma forma paliativa de lidar com o casamento. Ainda afirma: "o casamento é o único cativeiro real admitido pela nossa lei. Não existem escravos legais, exceto a dona de casa em cada lar". (p. 114)

De uma forma mais organizada e reivindicativa, surge o chamado movimento feminista. Foi Charles Fourier, filósofo francês, que pela primeira vez utilizou o termo feminismo em 1837. Certamente, não é um termo homogêneo, mas sofreu alterações e importantes destaques ao longo do tempo. De acordo com Alves e Pitanguy (1985, p. 8-9):

> (...) o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. (...) busca repensar e recriar a identidade do sexo sob uma ótica em que o individuo, seja homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" e "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade.

Pode-se entender, portanto, que tal movimento não busca a ascensão da mulher para se tornar superior ao homem, tendo como respaldo as opressões sofridas e falta de espaço na sociedade ao longo da história humana, mas sim a busca pela igualdade (entre homens e mulheres, em diversos objetivos) e pela liberdade (que possa exercer suas vontades e desejos sem o impedimento "natural" do homem, a quem é dita, "subordinada").

O movimento feminista foi dividido em "ondas", sendo "a primeira onda" conhecida basicamente pela luta pelo sufrágio feminino. O movimento ganhou força no século XIX e início do XX, e foi reconhecido pela mobilização de mulheres que exigiam o seu direito à cidadania sem questionar os outros papéis domésticos, destacando principalmente o seu caráter político, o direito ao voto (votar e ser votada), direito à educação com ensino igual ao dos homens, habilitando assim, a

participação das mulheres na política e posteriormente a ocupação delas nos mesmos cargos dos homens, além do direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual.

O feminismo de “primeira onda” foi mal recebido pela sociedade, pois não se esperava que as mulheres saíssem de suas casas e lutassem por direitos igualitários. Assim, as mulheres que ousavam lutar eram ridicularizadas, sendo chamadas de mal amadas, solteironas, rancorosas ou mesmo mulheres-homens, como se pode perceber pela figura 1:



Figura 8: Revista da Semana (RJ), nº11, 25/04/1914, p.20.

No início do século XX o movimento feminino que mais chamou a atençãotanto da mídia quanto da opinião pública foi o grupo *Women’s Social andPolitical Union* – WSPU, ou, como ficariam conhecidas, as*suffragettes*.

As *suffragettes* inglesas eram constantemente ridicularizadas pelas sociedades conservadoras em diferentes países, e tinham como principal objetivo a conquista do voto (sufrágio) pelas mulheres, que passou a ser a grande bandeira do movimento feminista de “primeira onda” (ABREU, 2002, p.460):

> as sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim.

Assim, no início do século XX o movimento feminista tinha seu foco no voto. Porém, o século traria novos desafios à emancipação feminina, não se restringindo somente às questões políticas, mas sociais, econômicas e particulares. Com novos desafios, o movimento feminista passa a aderir novas demandas.

III. As conquistas femininas do século XX: rumo à igualdade?

Até o inicio do século XX, com os anos 1910 e 1920, era inimaginável a mulher fora do seu ambiente "natural": a casa, além de receber e guardar os títulos de "filha", "esposa", e "mãe" como "as *únicas* identificações valorizadas da mulher na sociedade" (SCOTT, 2012, p. 15). No caso do Brasil, uma forte característica familiar trazida desde o período colonial – que, embora o século XXI, ainda haja uma presença marcante no meio social – é o sistema familiar patriarcal, ou seja, o ícone da família estava voltada a figura masculina, neste caso, a paterna, o pai, e os demais membros estavam submissos a este – inclusive a mulher (esposa e mãe); o casamento era estritamente monogâmico e indissolúvel. Além disso, a própria mulher era privada de vontades próprias que poderia afetar à família.

O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (SCOTT, 2012, p. 16)

Entretanto, se dá no desenvolver deste século relevantes conquistas para a mulher em sua busca pelo espaço público. Para Carla M. Pinsky e Joana M. Pedro (2012), tal século deveria ser chamado de "século das mulheres". Nada mais justo do que afirmar essa assertiva, pois foi no desenvolver deste que avançou – e muito – os movimentos feministas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. De certo, vários foram os fatores histórico-sociais para se entender o motivo dessas vastas lutas em prol da mulher: guerras mundiais (1914-1919) – (1939-1945), que promoveram, em curto prazo, a introdução das mulheres no meio fabril, enquanto homens iam para frente de batalha nas trincheiras. Na verdade, durante as duas guerras mundiais a mulher havia saído de seu espaço privado para nutrir a máquina de guerra dos Estados Unidos e em diversos países. Campanhas publicitárias governamentais eram realizadas a fim de impulsionar a ida feminina para as fábricas, sendo a mais famosa expressa pela figura 2:



Figura 2: "We can do it!" Howard Miller, 1943.

Com o passar dos anos, a mentalidade da sociedade ia mudando, devido a diversos avanços, tais deles com o surgimento da *Belle Époque*[32], que se tornou de grande importância para o cenário social brasileiro e que afetou, também, o arranjo familiar (SCOTT, 2012, p. 16):

> Em meio às campanhas por modernização, um novo modelo de família começou a ser preconizado. Nele, a vontade dos indivíduos (por exemplo, com relação à escolha do cônjuge) ganhava um pouco mais espaço, deixando de estar totalmente subordinada aos interesses coletivos da família comandada pelo patriarca.

Com um novo arranjo familiar, necessitava também de uma "nova mulher". Esta, agora, começava a ganhar mais "voz" dentro do seu meio social limitado, embora ainda restrita a seus costumes: mãe cuidadosa e esposa dedicada. Esta era a imagem da "família conjugal moderna". (SCOTT, 2012).

O estourar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – considerando também a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – teve forte influência na reorganização social e, principalmente, ao redor do mundo. Os homens, maridos e pais de família se tornavam agora soldados combatentes nas trincheiras europeias, deixando seus afazeres para o combate. Esta, então, foi uma oportunidade necessária para as mulheres saírem de seu ambiente tido como "natural" (o lar, a família) para as fábricas, de modo que a produção não parasse. Neste momento, não era uma questão de vontade, mas sim necessidade em um âmbito geral. Embora o Brasil não participasse ativamente na guerra, as mulheres já ocupavam os postos de trabalho em meios fabris, graças ao processo de industrialização que ocorria no país,

[32] Palavra em francês que significa "Bela Época". Foi um período de transformações culturais que se estendeu até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), que influenciava principalmente nas artes, como pintura, arquitetura etc., como também na intelectualidade da sociedade europeia. Ocorreu no Brasil no mesmo período, estendendo-se até a década de 1930.

precisamente no início do século XX. Todavia, a mesma situação do cenário mundial acontecia no país: as mulheres perdiam seus postos de trabalho nas fábricas e voltavam a ser primordiais no lar, com o advento do fim da Segunda Guerra, no qual os homensretornavam para seu "lugar de direito": o mundo do trabalho.

Sendo assim, Ana Scott problematiza: "Será que podemos concluir que as operárias deixaram o trabalho nas fábricas para voltarem inteiramente para o lar e para o cuidado de seus filhos? Elas teriam aderido ao modelo familiar preconizado pelas classes dominantes?" (2012, p. 18). Um fator importante a ser considerado vem a ser uma resposta plausível, como justificativa para a época: os imigrantes que vieram para o Brasil no início do século, que fugiam ou saiam da Europa arrasada pela guerra, viam no Brasil uma oportunidade de crescimento e estabelecimento financeiro, o que levou a muita mão de obra masculina imigrante tomar os locais de trabalho das mulheres nas fábricas.

Com a falta de oportunidade de trabalho das mulheres neste meio fabril, já que eram explicitamente descartadas, a busca por uma maior independência financeira e profissional – embora na mentalidade da época somente o homem era capaz de sustentar sua família – se deu nos centros comerciais. Esta era vista como uma tarefa mais apta para a mulher. Costumava-se de ver nas décadas de 1930 em diante, mulheres comerciantes que vendiam seus produtos agrícolas. No comércio de rua, entre os vários tipos de ambulantes, muitas mulheres comercializavam verduras, legumes, frutas, flores, ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixes, leite, pão, entre outros produtos. (...) Também havia as leiteiras, que cotidianamente percorriam um roteiro determinado, visando a freguesia com seus animais (vacas e cabras), oferecendo leite tirado na hora. (MATOS, BORELLI, 2012, p. 129)

Outras profissões, como cozinheiras, faxineiras, costureiras e babás particulares eram muito comuns, pois assemelhavam a trabalhos domésticos e eram vistos como algo prazeroso de ser feito pela mulher, além de ser uma tarefa "natural" a ser cumprida.

Uma profissão muito importante a ser destacada é a do magistério. É no início do século XX, precisamente a partir de 1930, que este ramo era altamente propício para a atuação feminina: trabalhava apenas meio expediente (seja horário da manhã ou a tarde apenas), dando tempo para conciliar com a tarefa de casa, além do que era incumbido a mulher, como mãe, ensinar seus filhos as questões como ética,

moral e um bom convívio social (MATOS; BORELLI, 2012). Embora muitas dessas profissões ser de caráter autônomo, diferentemente do magistério, que necessitava de uma formação educacional, com o passar dos anos os novos arranjos sociais impunham características ligadas também ao âmbito profissional. Cada vez mais, a importância de ter um nível de escolaridade alto favorecia na hora de obter um bom emprego, tanto para homens quanto mulheres. Entretanto, havia muitas barreiras para a educação feminina, que a impedia de crescer acadêmica e profissionalmente, estando fadada a permanecer com profissões "do lar".

Vale ressaltar que o período pós-Segunda Guerra foi marcada por campanhas governamentais realizadas para que as mulheres voltassem para seu "lugar natural": o lar. Justificavam que seria uma injustiça privar a mulher de seu trabalho doméstico uma vez que já não havia a necessidade dos tempos de guerra. Muitas mulheres retornaram para seus lares, mas a semente da independência financeira havia sido plantada, e colheria seus frutos, de forma mais evidente, a partir da segunda metade do século XX, com ênfase nas décadas de 1960 e 1970, de relevantes transformações para as mulheres.

Pinsky e Pedro (2012) delimitam dois momentos dos movimentos feministas, com referência ao Brasil, ao qual as chamam, antes da década de 1960, de "a era dos modelos rígidos", e depois, "a era dos modelos flexíveis". Data-se de tal década – em especial o ano de 1962 – por ter sido incluído no mercado brasileiro a pílula anticoncepcional, como afirma Ana Silva Scott (2012): "(...) a partir dos anos 1960 que as mulheres no Brasil passam a ter acesso a meios contraceptivos mais eficientes (...)". Sendo assim, as mulheres obtiveram uma maior liberdade sobre o corpo, uma maior autonomia para tomar decisões sobre si mesma. Não desvalorizando as décadas anteriores de luta, mas no decorrer dos anos 1960 e, em especial, os anos 1970, que o movimento feminista no Brasil ganha uma nova roupagem, uma nova ótica de luta: fora as manifestações sobre trabalho e direito ao espaço público. Há também a busca pelo direito do corpo, do prazer, do sexo feminino em evidência na sociedade, não sendo algo de "segundo plano", mas sim concretizando uma nova representação de uma classe social. A partir de 1960, o movimento de "segunda onda" no Brasil, como ficaria conhecido, caracterizou-se pela ampliação de demandas das mulheres, incluindo as reivindicações referentes à sexualidade, ao corpo, à educação e ao trabalho. As feministas davam ênfase ao fim

da discriminação e a total igualdade entre os sexos, criticando a ideia de satisfação em apenas cuidar dos filhos e do lar, buscando igualdade e questionando mais profundamente seu papel na sociedade, assumindo a ideia da mulher como um indivíduo dotado de direitos e não mais como objeto masculino. Além disso, a luta feminista teve como objetivo trazer para o espaço público as reivindicações que até então eram consideradas de ordem privada, causando uma profunda reflexão política a respeito da divisão público/privado.

Considerações finais

A luta pela igualdade feminina permanece sendo um desafio a ser superado mesmo no século XXI. A modernidade e o processo globalizacional não significam melhores condições de vida para grande parte da população, ao contrário, trazem novos desafios às minorias sociais.

No caso brasileiro, em que o patriarcalismo ainda subsiste no imaginário popular, percebe-se a permanência da desigualdade laboral entre homens e mulheres. De acordo com o IBGE ano-base 2014, apesar do aumento real do rendimento feminino, elas ganham em média 68% a menos que os homens[33], mesmo que sejam mais escolarizadas. O que diferenciaria uma mulher de um homem em uma contratação uma vez que a mesma é ainda mais escolarizada? A resposta para esta pergunta pode ser justificada pela dominação masculina e por esquemas inconscientes e pré-reflexivos que beneficiam o homem por este ser taxado de livre e independente. Para o imaginário social brasileiro, um homem é uma opção mais confortável para o trabalho por não ter licença maternidade, nem tampouco deve faltar o trabalho para levar o filho ao médico, uma vez que esta seria uma obrigação natural feminina, em uma visão patriarcal. Sabemos que esta visão acaba por excluir mulheres que muitas vezes sequer possuem filhos, mas que sofrem este tipo de preconceito simplesmente por serem mulheres. A dominação masculina ainda é um forte entrave para a igualdade de condições entre homens e mulheres, seja no mundo do trabalho, no espaço doméstico ou na vida em sociedade. Torçamos por um tempo em que a mulher não seja condenada

[33] Pesquisa do IBGE disponível em disponível em http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2747 Acesso em novembro de 2014.

simplesmente por sua condição biológica, mas que seja de fato reconhecida por suas capacidades intelectuais.

A busca pelo empoderamento feminino deve permear todos os espaços sociais, perpassando por instituições como escola, família, Igreja, e no mundo acadêmico e do trabalho. Baseados nas reflexões aqui expressas, nos perguntamos qual é afinal o lugar da mulher na sociedade. A resposta é simples: no lugar em que quiser estar.

Referências:

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. ***Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos***. *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores.* Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em:http://hdl.handle.net/10400.3/380 Acesso em outubro de 2014.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. ***O que é feminismo***. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. ***A dominação masculina***. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2011.

COUTO, Priscilla Alves Juvino. **Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. ***Espaço feminino no mercado produtivo***. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 126-147.

MILL, J. S. ***A sujeição das mulheres***. Coleção Grandes Obras do pensamento universal, vol 39. São Paulo: Escala, 2006.

NADER, Maria Beatriz. ***Mulher: do destino biológico ao destino social***. Vitória: EDUFES, 2001.

PAIVA, Wilson Alves. ***Emílio: texto e contexto.*** Revista portuguesa de pedagogia, Ano 45-2, 2011, p. 5-26. Disponível em: http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1339/787 Acesso em setembro de 2014.

PERROT, Michelle. ***Sexuação da história***. In: HIRATA, Helena (org). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo, UNESP, 2009.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOTT, Ana Silvia. ***O Caleidoscópio dos arranjos familiares***. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 15-42.

SCOTT, Joan. ***Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.*** Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

"HOMEM E MULHER OS CRIOU": A igualdade intergêneros do "Jardim do Éden" ao pensamento feminista

Pois em Deus não há parcialidade. (BÍBLIA, 2000, Romanos2:11).

Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior[34]

RESUMO: Este trabalho opõe-se ao entendimento vulgar de que o cristianismo deve defender a primazia dos homens em detrimento das mulheres. Demonstra que o ideal divino preconizado pelo "Novo Testamento" é a igualdade intergêneros. Para isso, vai ao próprio texto bíblico, já que é ele o principal alicerce em que se fundamenta a fé cristã. Depois, passando por Tocqueville (2005), Mill (2006), Bourdieu (2002), Priori (2008) e Beauvoir (1970), demonstra que a ideia original de harmonia entre homem e mulher é também o melhor, à luz da ciência, e que só fará gerar bons frutos para a sociedade, se for restaurada.

Palavras-chave: Cristianismo. Bíblia. Feminismo. Mulher.Machismo. Dominação.

Introdução

Muito embora esteja já aí o terceiro milênio da Era Cristã, a mentalidade imperantepermaneceretrógrada. Conquanto a era seja cristã, sustentama primazia osvalores vinculados ao "Antigo Testamento"; mesmo os que semprepareçam, sobretudo em pleno século XXI, discutíveis. Dentre esses valores, verifica-se, neste artigo, aquele que impõe os mais pesados fardos àsmulheres. Fardos que colocam metade da população do planeta em segundo plano frente à proeminência outorgada aos machos da espéciepor eles mesmos; também pela maioria das fêmeas, que assimilaram o discurso do machismo, tomando-o por natural e incontestável.

Rastreia-se na Bíblia, respeitada pelo cristianismo como palavra de Deus – fundamento primeiro da prática religiosa cristã –, a origem de um suposto direito masculino de dominação sobre as mulheres. Daí partindo, reponde-se à seguinte questão-problema: são indiscutíveis os argumentos da fé institucionalizada que legam às mulheres a posição de subalternas em sua relação com os varões?A resposta a essa indagação impôs a necessidade de se refletirem versículos do "livro sagrado". Mas, mais que isso, a desconstrução de um paradigma milenar exigiu que se considerasse aqui o feminismo, seu objetivo principal: fundar a igualdade entre os

[34] Graduando do Curso de Licenciatura em Letras do Centro Universitário São José de Itaperuna; bolsista no projeto de iniciação científica "Gêneros e Relações de Poder: o feminismo em perspectiva", do Centro de Iniciação Científica e Extensão daquela instituição de ensino. E-mail: dinuccij@hotmail.com Este trabalho foi orientado pela Professora Mestre Elaine Borges Tardin, coordenadora do projeto de iniciação científica.

sexos.Teve-se, claro, o cuidado de apresentar os benefícios supervenientes ao estabelecimento de um novo modelo para a relação intergêneros.

Assim, a fim de atender à exigência da pesquisa, este texto desdobra-se em duas seções. Na primeira, “O paradoxo argumentativo cristão”, reflete-se o sentimento religioso cristão, que aponta para um ideal. Ideal a ser perseguido para que se restabeleça o paraíso perdido, que rematerializaria o pensamento original da divindade para a espécie humana. Na segunda seção, “A lógica do argumento feminista”, apresentam-se as reflexões de filósofos, sociólogos e feministas que defendem a liberdade da mulher, sugerindo a equalização de seus direitos aos dos facultados historicamente aos homens. É observada a violência simbólica, que limita a ação delas, acuando-as em sua feminilidade, o que impede a igualdade plena, tão importante ao avanço da sociedade democrática.

1 O paradoxo argumentativo cristão

A influência da moral cristã sobre a formação dos valores nas sociedades ocidentais é indiscutível. Extravazando paredes de qualquer templo, de qualquer ordem eclesiástica, essa moral imiscui-se nas instituições democráticas; forja indivíduos que, não sendo declaradamente cristãos, sujeitam-se a normas inclinadas a dogmas,teoricamente,incontestáveis.Sobre essa força da fé nas instituições humanas, bastaria observar o mundo a fim de constatá-la real. Em cada debate que se estabelece, qualquer pouco criticismo apreende, do fundo de opiniões que às vezes se querem passar por científicas, um fundamentalismo assentado em crenças. Essas crenças estabelecem costumes que direcionam as leis, sempre atendendo a vontade de uma classe (TOCQUEVILLE, 2005).

Acerca do sentimento da religião cristã e de seu poder, Alexis de Tocqueville, que em suas palavras ao longo de “Da democracia na América” manifesta sua particular cristandade, não se furta ao dever de aludir à atuação, para ele estranhamente antidemocrática, de sua religião. Assim considera com propriedade o historiador na referida obra:

> [...] por um concurso de estranhos acontecimentos, a religião se encontra momentaneamente engajada entre as forças que a democracia derruba, e muitas vezes acontece-lhe rejeitar a igualdade que ela ama e amaldiçoar a liberdade como se fosse uma adversária, enquanto que, tomando-a pela

> mão, poderia santificar os esforços que esta empreende (TOCQUEVILLE, 2005, p. 17).

Para a adequada recepção do discurso religioso cristão, é interessante ter em mente essa postura,considerada antiliberal pelo historiador francês,dos intérpretes da Bíblia.Eles, defensores da posição do homem como cabeça, difundem sua ideologia machista. Referendam a subserviência feminina, justificando-a em uma suposta origem divina à qual todos devem respeito; a despeito de serem partícipes de um Estado, em tese, laico. No Gênesis, dizem as Escrituras:

> Não é bom que o homem esteja só; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda". [...] Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a trouxe a ele. Disse então o homem: "Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada. (BÍBLIA, 2000, Gênesis 2:18, 21-23).

Dispensando o debate científico, o texto descreve detalhadamente o aparecimento da mulher, segundo o Criacionismo. Note-se, entretanto: a divina menção à carência masculina, o procedimento cirúrgico empreendido pelo “Criador” – arranca um pedaço de Adão – e a declaração adâmica diante da figura feminina não incitam qualquer postura assoberbada contra a fêmea da espécie humana.Adão diz sem meias palavras: “osso dos meus ossos e carne da minha carne”. A relação de intimidade a que remete o espanto do primeiro homem, ao ver a primeira mulher, não pode, em hipótese alguma, servir de sustentação à ideia de hierarquia entre gêneros. A mensagem presente na fala é de que, a partir de então, passava a existir outro ser tão importante quanto o homem.

Além disso, o capítulo primeiro do livro de Gênesis, no qual não se detalha a criação da mulher, deixa a ideia da criação da espécie humana de uma vez por todas. Não a de um gênero primeiro, o masculino; e de um segundo, o feminino. Tem-se a nítida impressão de que o “Criador” apresenta homem e mulher, sem antes ou depois. Observe-se:

> Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão".Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.Deus os abençoou, e

> lhes disse: "Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra". (BÍBLIA, 2000, Gênesis 1:26-28).

Cabe considerar que, ao dizer “domine”, em momento algum este“Criador” sevolta apenas ao macho. Fala ao homem e à mulher. Os dois são criados à imagem de seu Deus. Devem, em igualdade de condições, dominar e subjugar os outros seres viventes. Além disso, uma vez que a ordem de procriação é dada ao casal, não se pode admitir, absolutamente, que a obrigação de zelar pela prole recaia apenas sobre da mulher.

Contudo, era ainda tempo de pureza. Após o evento chamado pelos cristãos de “queda”, quando a mulher, tentada pela Serpente, come da fruta da árvore proibida e depois a oferece ao homem, a coisa muda de figura. O ideal divino de equidade se desfaz e a sentença proferida recai sobre a mulher no peso esmagador da mão de um macho: "Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará" (BÍBLIA, 2000, Gênesis 3: 16c).

Complexo que se admita o olhar fatalista para essa realidade; admitir-se imutável a condição pós-queda. Se a intenção da fé cristã é conduzir a humanidade ao estado original, quando lhe era franqueado o acesso ao Éden, jardim das delícias, por que não perseguir também esse estado na construção da igualdade entre os gêneros? A rejeição a essa igualdade não parece paradoxal?

Um exemplo material da necessidade de reconstrução do ideal divino está na passagem em que o Cristo, sendo-lhe apresentada uma mulher apanhada adulterando, desfaz o circo armado pelos “mestres da lei”.

> Os mestres da lei e os fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério. Fizeram-na ficar em pé diante de todose disseram a Jesus: "Mestre, esta mulher foi surpreendida em ato de adultério. Na Lei, Moisés nos ordena apedrejar tais mulheres. E o senhor, que diz? "Eles estavam usando essa pergunta como armadilha, a fim de terem uma base para acusá-lo. Mas Jesus inclinou-se e começou a escrever no chão com o dedo.Visto que continuavam a interrogá-lo, ele se levantou e lhes disse: "Se algum de vocês estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar pedra nela".Inclinou-se novamente e continuou escrevendo no chão.Os que o ouviram foram saindo, um de cada vez, começando com os mais velhos. Jesus ficou só, com a mulher em pé diante dele (BÍBLIA, 2000, João8:3-9).

Não se pretende, com base na citação acima, forçar o entendimento de que Jesus era condescendente com o adultério. Há outros textos em que ele deixa clara

sua posição contrária a essa prática. Todavia, deve-se ressaltar que os fariseus não conduziram um casal aos pés do Mestre, apenas uma mulher (a lei judaica mandava que ambos fossem apedrejados).Essa mulher que, à luz do Velho Testamento pertencia a um homem, devia-lhe fidelidade e obediência, estava sob seu domínio, recebeu do “Filho de Deus”a defesa necessária. Os que a acusavam, todos homens, são lembrados pelo Messias de sua condição idêntica à dela: a condição de pecadores.

Vale lembrar, por fim, que esse Jesus Cristo, chamado Messias, Filho de Deus, o princípio e o fim, nasceu, segundo o relato bíblico, independente da intervenção de qualquer homem. Em suas veias, pode-se conjecturar, não correu sangue de figura masculina alguma. Ele vem à terra, segundo os cristãos, através de uma mulher agraciada pelo Espírito. Ela, a quem se orientam pedidos aos quais, dizem, o Filho sempre atende. Quanto a José, pai de Jesus, sua história transita à margem. Os Evangelhos mal o citam. Tudo encerra em Maria, a mãe, que deve ser digna de tantos direitos quanto qualquer homem que pise a face da Terra.

O que se pôde destacar, brevemente, nesta primeira parte foi isto: a origem humana em equilíbrio, homem e mulher correspondentes da imagem divina; a condição de dominação produzida pela “queda”, que fundamenta o discurso machista da sociedade cristã; e a incongruência dos argumentos cristãos, que determinam a busca pelo retorno ao ideal, mas que descartam, ao mesmo tempo, a incidência dessa busca sobre o padrão hierárquico estabelecido entre os gêneros. Na próxima seção são expostas algumas reflexões do feminismo. Considerações racionais, sólidas, que põem em xeque o, há anos, estabelecido.

2 A lógica do argumento feminista

Há muito, muito tempo, tem-se acreditado positiva a divisão hierárquica entre os sexos. Como visto na seção anterior, no mundo ocidental essa crença é demasiado antiga. Esse arcaísmo traz consigo um enorme problema: é contemplado qual ente sacro, indiscutível, que não pode ser transmutado. Então, por mais inconsistentes, afirmações velhas, como as proferidas pelos machistas, tendem a sublevar frente a qualquer consideração, ainda que sóbria ou lúcida. Entretanto, é necessário correr risco às sanções sociais. Cometer a ousadia de pensar. Ser livre,

de fato, mesmo que isso custe algum conforto. E, diante do crescimento advindo desse ato de pensar, assumir uma posição leal diante do conhecimento. Não se pode deixar de admitir o quão complexo é abraçar a liberdade, construir a si próprio.

O mesmo Tocqueville, citado na seção anterior, faz uma referência à prisão em que vivem os que se dobram a paradigmas estabelecidos por terceiros.

> Porque aquele que aceita obedecer servilmente em certos casos a alguns de seus semelhantes, aquele que lhes entrega sua vontade e submete a eles seu próprio pensamento, como pode pretender ser livre? (TOCQUEVILLE, 2005, p. 227).

O pensador, considerando a condição em que viviam os povos nas sociedades aristocráticas, afirma: “o pobre é familiarizado, desde a infância, com a ideia de ser mandado. Para onde quer que dirija seus olhares, vê imediatamente a imagem da hierarquia e o aspecto da obediência” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 221). Pode-se inferir que isso ocorre a muitas mulheres em plena contemporaneidade. Esta é a regra: o homem é a cabeça; ao homem cabe a liderança; a mulher é a “costela”; a decisão final pertence a ele; se ela não admite isso, pode morrer sozinha. A sociedade busca, então, educá-la para o lar, para o cuidado dos filhos e para a obediência ao marido.

Isso tudo constitui o que Pierre Bourdieu (2002) chamou *violência simbólica*. O sociólogo discorre a respeito dessa violência muitas vezes silenciosa, que não se pode ver; tão sutil que muitas a assimilam sem que o percebam, mas que é real e que opera discretamente fazendo perpetuar a histórica posição superior do masculino, em detrimento ao que qualquer mulher, por melhor que seja, tenha a oferecer

O próprio Jean-Jacques Rousseau (1995), conhecidamente à frente de seu tempo, que prezou pela igualdade, pela liberdade e pela fraternidade, ao tratar a causa das mulheres, concluiu a necessidade de sua educação ser relativa à dos homens. Legou princípios inovadores à educação dos mancebos. Mas, ao tratar a educação da menina – “Sofia”, no caso –, esclarece a necessidade de impor a ela saberes que favoreçam ao menino, a “Emílio”. Rousseau juntava sua voz à de outros pensadores de seu tempo, ratificando o absurdo da desigualdade, tão prejudicial às mulheres; tão confortável aos homens. Utilizava, nessa empresa, argumentos que hoje sabemos esdrúxulos, que vinculavam a vida pública do homem

ao seu órgão sexual projetado para fora, e a vida doméstica que sobrava à mulher, ao fato de ter uma vagina. É até possível entender que esses argumentos, tão falaciosos, tenham vigorado no século XVIII; o que não se pode, todavia, conceber é que vençam *per saeculasaeculorum*.

Alguém pode chamar à atenção o fato de que muitas mulheres vivem bem em suas vidas domésticas. Sim. Contudo, não se pode, partindo daí, generalizar. Um sem número desdobra-se, pratica jornada dupla sem qualquer apoio real dos homens, os quais pensam que uma ou outra atividade em casa é “coisa de mulher”. Há, claro, bons homens, bons pais, bons esposos, mas como bem disse John Stuart Mill, “as leis e as instituições precisam ser adaptadas, não para os homens bons, mas para os maus” (MILL, 2006, p. 55).O autor inglês, um dos mais importantes pensadores liberais do século XIX, defende a igualdade intergêneros. Ele encara a sociedade e percebe nas relações entre casais infelizes a cruel servidão da esposa ao esposo. A pior espécie de servidão, ele considera: pior que qualquer outro tipo de escravidão, já que a mulher se considera obrigada à conjunção carnal, e digna do inferno, se concebe divorciar-se. Em virtude disso, defendendo a equalização de direitos entre homens e mulheres, diz Stuart Mill:

> Acredito que a igualdade de direitos reduziria a autoabnegação exagerada que é o ideal artificial atual do caráter feminino e que uma boa mulher não seria mais sacrificada do que o melhor dos homens; mas, por outro lado, os homens seriam muito mais abnegados e dedicados do que são agora porque eles não seriam mais ensinados a idolatrar sua própria vontade como se fosse uma coisa formidável assim como é a lei, na realidade, para um outro ser racional.
> Não há nada que os homens aprendam com tanta facilidade quanto esta egolatria: todas as pessoas privilegiadas assim como todas as classes privilegiadas são assim. Quanto mais descemos na escala da humanidade, mais intenso se torna este fato; e, principalmente naqueles que não são e nunca podem esperar ser exaltados por alguém, exceto por uma esposa e filhos infelizes. (MILL, 2006, p. 65).

O que se percebe da citação é que observar a família em seu estado àquela época, estado que pouco se alterou de lá para cá, levou o autor a concluir que o alicerce em que se fundamentava o Estado não era nada firme. Mesmo hoje, a estrutura que,teoricamente, sustenta a vida em sociedade, a família pode não refletir qualquer coisa muito saudável, já que é composta, muitas vezes, por um déspota, por uma escrava e por crianças infelizes que crescem aprendendo que isso tudo é

intransponivelmente normal. Desse jeito, sob essa fórmula, fica difícil mesmo defender o que algumas vozes insistem em chamar de família tradicional.

O que se deve esperar da igreja cristã, se é fato que quer difundir valores, é que esteja engajada na luta contra as desigualdades, contra a dominação independendo de onde se exerça. O cristianismo, que afirma serem todos iguais diante de Deus, deve somar forças aos que, pelo bem da humanidade, desejam ver homens e mulheres, ambos como seres humanos, apenas. Cabe a todos, juntos, desfazer o olhar fatalista para a realidade. As coisas não são assim e pronto.

Algum conhecedor das “Escrituras” pode dizer que esta pesquisa esqueceu-se de citar Paulo, o apóstolo. E diria que há nele, bem no “Novo Pacto”, fundamento para a obediência das mulheres. Mas, mais uma vez, serve a esta investigação John Stuart Mill. Em dado momento, seu texto reflete:

> Talvez tenham dito que a religião impõe a obrigação da obediência; assim como todo fato estabelecido, que é intolerável para admitir qualquer outra justificativa, sempre nos é apresentado como uma ordem da religião. A Igreja, na realidade, recomenda tal obrigação em seus formulários, mas seria difícil obter tal injunção do Cristianismo. Sabemos que São Paulo disse: ‘Esposas, obedeçam aos vossos maridos’; mas ele também disse: ‘Escravos obedeçam aos seus senhores’. Não era tarefa do apóstolo Paulo, nem era condizente com seu objetivo, a propagação do Cristianismo, provocar alguém para revoltar-se contra as leis existentes (MILL, 2006, p. 70).

Se as mulheres estão fadadas à obediência eterna aos maridos, dever-se-ia depreender daí que a escravidão é um fato admissível. Sabe-se que a exploração escancarada de um ser humano por outro jamais encontrará guarida no pensamento do cristão autêntico. Por que se admitiria a dominação do homem sobre a mulher? Por que se conceberia a sujeição da mulher? Por que se abraçaria a ideia de obediência, que tantos homens imaturos ainda prezam? Como construir esse Éden de Deus sem o restabelecimento da condição original de igualdade?

Um dos problemas inerentes ao estatuto da desigualdade é a crença que se assentou no instinto do macho. O homem como ser instintivo não se saciaria com uma mulher, apenas. Sua esposa, então, a casta, a santa, serve-lhe como mãe de seus filhos. Na rua o homem encontra o prazer. Mas essa liberdade em busca do prazer não se dá a ela; só a ele. Essa libertinagem dos homens casados, sempre perdoável. Mas uma *Bovary* (personagem de Gustave Flaubert) é sempre execrada pela parcela maior da sociedade, mesmo da contemporânea.

Outra personagem da literatura, Capitu é também vítima eterna do julgamento de muitos. Poucos, entretanto, são capazes de observar o desleixo e a casmurrice,por assim dizer, do Dr. Bento Santiago, seu esposo. Versando acerca do tempo em que foi redigido o romance “Dom Casmurro” por Machado de Assis, Mary del Priori diz o seguinte:

> Embora não haja estatísticas sobre o assunto, é de se imaginar que as relações extraconjugais fossem correntes depois do casamento. O adultério se perpetuava como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o resto do tempo, era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina, vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousava a perenidade do casal. Ela era a responsável pela felicidade dos cônjuges (PRIORI, 2008, p. 41).

Um pouco de franqueza e se há de reconhecer: pouca coisa mudou. Hoje ainda, o homem que tem muitas mulheres é louvado pela sociedade como um “garanhão”. A mulher que tem muitos homens é tratada como uma prostituta. Muitos homens casados têm persistido em viver como solteiros. Mas é óbvio que dá neles o desespero pensar que, enquanto eles saem, talvez suas esposas não estejam em casa rezando o terço ou assistindo à última novela das nove. O discurso de dominação reproduzido pelo cristianismo contribui para que esse isso mude?

Cabe levar em conta o entendimento vetusto de que as mulheres, habitantes de um corpo mais fraco, devem ter cerceado seu raio de atuação. Argumento desconstruído brilhantemente por Beauvoir (1970). A autora observa que nas sociedades humanas, em que todos são dotados de capacidade cognitiva, e sob a égide do capitalismo, em que o que determina a força não é a estrutura física, mas a situação econômica e social, músculos não são indispensáveis.

Considerações finais

O Brasil é um estado democrático, toda a manifestação religiosa deve ser respeitada. Os cristãos compõem, inquestionavelmente, a maioria dos brasileiros. Entretanto, Grande parte dessa maioria desconhece profundamente a “Bíblia Sagrada”, texto que fundamenta sua fé. Isso permite que interpretações equivocadas, reproduzidas há longo tempo, tornem-se cada vez mais sólidas. Um

grande erro, como visto, reside no entendimento machista de que a mulher tem que acomodar-se a um segundo lugar, obedecendo cegamente ao marido e restringindo sua opinião à vida doméstica; aceitando que a última palavra pertence ao macho.

Este trabalho deixa alguma reflexão acerca desse suposto direito masculino à primazia, rezado por algumas cartilhas da religião cristã. Ficou esclarecido que o texto bíblico, devidamente rastreado, não deixa margem a essa interpretação que parece, infelizmente, ter a preferência das lideranças de toda as denominações do cristianismo. O acesso a este artigo deve levar o leitor a questionar a hermenêutica empreendida por alguns na confecção dos dogmas de sua religião. A busca pelo retorno ao ideal, ao padrão Éden. Sendo, de fato, esse o interesse cristão, não se pode admitir a exclusão da igualdade intergêneros. Cumpra-se a vontade de Deus.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Nova Versão Internacional. São Paulo: Bíblica Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Coimbra: Almedina, 2006.

PRIORI, Mary del. Capitu ou a mulher sem qualidades. In: **Quem é Capitu?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jackes. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da democracia na América:** Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA GULLAR, RUA DOS PRAZERES, 497 – CIDADÃO DO MUNDO

> *Mas o artista verdadeiro resiste ao oportunismo do momento, não desiste da audácia de tentar fundar o permanente e criar o maravilhoso. (GULLAR, 2006, p. 45).*

Prof. Me. Renato Marcelo Resgala Júnior*
renatoresgalajr@gmail.com
Acadêmico Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior**
dinuccij@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta brevemente vida e obra do poeta Ferreira Gullar. Demonstra de que forma sua origem humilde contribuiu para a formação de uma personalidade sensível às mazelas sociais. Portanto, este artigo alude ao engajamento do poeta, à sua atuação política, à dureza do regime ditatorial e ao exílio. Revela, com brevidade, a magnitude alcançada pela escrita do maranhense que, por sua poesia, foi transportado da condição de menino pobre da Rua dos Prazeres à posição de cidadão do mundo.

Palavras-chave: Ferreira Gullar; Literatura; Memória; Cultura; História.

Sobre poesia e realidade

Neste artigo, propomo-nos a analisar determinadas relações dialógicas (história e literatura), a partir da poética de Ferreira Gullar e seu tempo de inserção cultural.

A coerente compreensão do texto literário transita pelo conhecimento do autor, em quem tem origem a obra. Nele, homem comum, feito artista, torna-se aquele que é capaz de interpretar a realidade, antes de tudo.

Sua tarefa: descrevê-la e, por vezes, confrontá-la, propondo sua contínua reinvenção. Segundo Michel FOUCAULT (2014, p. 26), "o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real". Instiga esta *persona*, a figura do escritor, que, estando sujeito ao seu tempo e às circunstâncias em que se inscreve, produz o singular.

---

* Doutorando em Ciências da Educação – Universidade Americana (Assunção – PA). Mestre pelo Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura (UFSJ). Professor de Literatura Comparada, Teoria literária e Literatura Portuguesa do curso de Letras do Centro Universitário São José de Itaperuna.

** Graduando do Curso de Licenciatura em Letras do Centro Universitário São José de Itaperuna.

Mesmo o fazer poético não é diferente – ofício envolvido por certa aura misteriosa; sendo inerente, à grande poesia, esta capacidade: trabalhar as emoções dos indivíduos.

O poeta, como qualquer outra pessoa, está sujeito às vicissitudes de seu tempo. A história e a sociedade, as questões econômicas incidem sobre ele, afetando sua produção. Refletindo ou refratando a realidade, a poesia revelará, com sensibilidade, questões relativas ao contexto em que foi redigida. Claro que, sob a pena de cada poeta, os fatos históricos que afetarão seus versos estarão em comunhão com a maneira daquele artista, particularmente, acreditar o mundo.

Para o poeta Ferreira Gullar,

> [...] a poesia, como qualquer outro fenômeno social, está sujeita a determinações do espaço e do tempo históricos, mas o modo como essas determinações atuam sobre a produção do poema é absolutamente impossível prever-se. [...] as relações de causa e efeito se dão através de complexíssimas mediações, mas também devido à intervenção de um fator individual que é a personalidade do escritor. [...] quanto mais criadora for essa personalidade, menos passivamente se comportará [...] (GULLAR, 2006, pp. 157-158).

A contextualização da produção literária, como se percebe, não conduz para um unidimensionalismo estético – uma arte sintética, unívoca, posto que intransigente. Cada artista manifesta sua obra única por causa da ímpar formação de sua personalidade em seu contexto particular de inserção histórica. Fato inconteste, observável e, ao mesmo tempo, intrigante. A história e a sociedade, apesar de açambarcarem o autor, não são capazes de agrilhoar, não funcionam como moldes para sua arte. Esta seria, pois, a tal 'libertação artística'. Oswald de Andrade e Manuel Bandeira, por exemplo: amigos e contemporâneos produziram literaturas ricas, os dois; mas distintas, para longe de quaisquer, teorias ou paradigmas que as quisessem sufocar.

Este artigo considera a vida de Ferreira Gulllar desde suas origens no Maranhão. Engaja-se com ele, passando brevemente pelo Centro Popular de Cultura (CPC)[1], alistando-se no Partido Comunista, chegando ao exílio e seu regresso, ao Brasil, para a maximização do reconhecimento merecido por sua produção literária. Apesar dessa vida movimentada, sempre em trânsito, do poeta – desde a infância –, segundo Alfredo Bosi:

> Há uma personalidade poética bastante coesa no interior da obra de Gullar, que, à força de dizer-se, acaba nos dando o sentimento vivo de um tom, a visão de uma paisagem estilística, a identidade de um rosto. (BOSI, 2003, 171).

A imprescindível leitura do poeta maranhense dará algum entendimento da força presente nessa obra. A paixão pelo Brasil, por seu povo; sua relação com o Maranhão apresentada na nostalgia de seus versos mais difíceis. A convivência mútua de todo seu percurso, nos acordes de sua poesia, apresenta ao seu leitor a história viva, que pulsa e sofre, que se indigna contra a opressão e a desigualdade social. Não se dará cabo, aqui, da potência vibrante que é a poesia de Ferreira Gullar. Não existe esta pretensão. Quer-se apenas deixar algumas noções acerta de seu trabalho e, quem sabe, remeter algum leitor aos seus livros, que isso é, de fato, o mais importante.

As origens de Gullar

Para descobrir os alicerces sobre os quais está posta a "personalidade poética" de Gullar, é preciso voltar no tempo. Até São Luís do Maranhão, à Rua dos Prazeres, 497 – casa de dona Alzira, à Rua do Coqueiro, de Afogados. À sua vida de nordestino, nascido numa casinha humilde; porta, janela e telhas velhas, ao lado de uma padaria em plena revolução de 1930. De seus "Primeiros anos", diz o autor:

> Para uma vida de merda
> nasci em 1930
> na Rua dos Prazeres
>
> Nas tábuas velhas do assoalho
> por onde me arrastei
> conheci baratas formigas carregando espadas
> caranguejeiras
> que nada me ensinaram
> exceto o terror" (GULLAR, 2008, p. 298).

Do meio da pobreza, Gullar dá seus passos iniciais em direção aos 85 anos, completados no dia dez de setembro deste ano (2015). De São Luís, que é "[...] a matriz do seu mundo poético [...]" (BOSI, 2010, p. 171), para a maturidade e a consagração. Da infância pobre na casa do quitandeiro Newton Ferreira, onde não

havia livros, até sua expansão em poemas que conheceriam, mais tarde, o mundo. Acima, nos versos citados, o reflexo do desgosto que ao jovem Gullar causava a situação em que nascera e crescia: distante das possibilidades, pertencentes a um pequeno grupo da sociedade brasileira. Sociedade composta, *grosso modo*, por pessoas humildes para as quais muito pouco, ou nada, estava disponível.

Quando tinha 13 anos, José de Ribamar era, ainda, um refém de seu material de escola. Isso o levou, mais tarde a afirmar (2006, p. 147): "[...] pensava que todos os poetas já haviam morrido, e mesmo assim, entreguei-me entusiasticamente a esse ofício de defuntos"[2].

Ainda assim, foi uma resposta positiva a texto produzido na escola que despertou o pequeno Ferreira Gullar para a sua vocação literária, como conta Antônio Carlos Secchin:

> [...] obtém nota 9,5 numa redação sobre o Dia do Trabalho, desenvolvendo a ideia de que exatamente nessa data ninguém trabalha. Para a nota máxima, faltou apenas meio ponto, retirado pela mestra devido a dois erros de português. Não obstante, a partir daquele momento, estimulado pelo entusiasmo que a professora manifestou pelo texto, José de Ribamar Ferreira começou a trilhar o caminho que o transformaria, poucos anos depois, em Ferreira Gullar (SECCHIN, 2014, p. 1).

Nos livros, José de Ribamar descobriu o mundo para além da sua Rua dos Prazeres. Passou, então, a se sentir um marginal, limitado por sua condição. Porque viveu esta realidade dura e excludente, fez-se simpático aos que, depois dele, viviam como escabelo do sistema. Sua infância e os obstáculos já nela enfrentados, iam, aos poucos, construindo o menino que logo se transformaria no artista envolvido com seu povo em suas lutas, como, de fato aconteceu.

Maturidade e Engajamento

Ferreira GULLAR (2006, p. 141) declara-se "[...] foragido e sobrevivente. Alguém que conseguiu escapar do anonimato, que vem do sofrimento menor da tragédia cotidiana e obscura [...]". O poeta reconhece, em diversos versos, o passado de que escapou como lugar estranho, existência vazia de significação. Num poema, chama-o "Mundo sem voz, coisa opaca" (GULLAR, 2008, p. 237). Demonstra entender que outros estão, enquanto ele escreve, sujeitos a essa

opacidade. Como ele, em sua infância escassa de recursos. Reféns do sistema, à margem da educação. Resultantes que são da exploração existem calados em seu estado de subvivência. Quer o poeta, vencedor do silêncio que oprime, fazer de seus versos voz dos que não têm voz. E explica: "[...] porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz" (GULLAR, 2006, p. 142).

Gullar, contudo, é mais que esse lirismo voz do povo. "Ao lado do poeta [...] convivem o dramaturgo, o ficcionista, o biógrafo, o cronista, o tradutor, o teórico e crítico de arte, o ensaísta, o artista plástico, o memorialista" (SECCHIN, 2014). De 1949, quando lança "Um pouco acima do chão" até os dias atuais, desfila seu brilhantismo e sua sensibilidade também na crônica, no teatro e nas artes plásticas. No decorrer das décadas de 50 e 60, engajou-se, participando ativamente do Centro Popular de Cultura (CPC), grupo ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE). Recusando a apatia, o poeta de origem humilde e de passado sem voz, entregava-se à missão de, por intermédio de sua escrita, contribuir para a equalização da sociedade. Em 1975 alcança, no "Poema Sujo", o apogeu. Estava, então, limitado à Argentina; seu passaporte cancelado em todas as páginas. O exílio tornara-se tão violento que Ferreira Gullar decide visitar a infância. As privações do presente remetiam às pretéritas, como se estas fizessem as de outrora mero murmúrio de recordações, i.e., de tempos também difíceis, mas vividos no Maranhão, em sua pátria, junto dos seus. Pensando ser iminente sua morte, sua escrita é convulsiva: evoca o que passou e disseca a condição do poeta e a situação em que se encontravam Brasil e América Latina. O texto é "reconhecido como obra ímpar da poesia brasileira do século XX" (SECCHIN, 2014). Fica evidente, nos versos abaixo de sua obra prima, a nostalgia do desterrado; que se refere ao passado duro, comparado ao presente desesperador, como lugar de esperança:

> Num cofo no quintal na terra preta cresciam plantas e rosas
> (como pode o perfume
> Nascer assim?)
> Da lama à beira das calçadas, da água dos esgotos cresciam pés de tomate
> Nos beirais das casas sobre as telhas cresciam capins
> mais verdes que a esperança (GULLAR, 2008, p. 236).

Ferreira Gullar caminha para fora de si, vai além das conjecturas. Atua sua escrita em favor das classes oprimidas da sociedade brasileira e latino-americana. Karl Marx (1845), em suas "Teses sobre Feuerbach", considerara essa necessidade de transcender as reflexões. Para o filósofo, o pensamento precisa materializar-se na *praxe*, afim de que não se disperse na inutilidade. Afirma: "Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo" (MARX, 1999, p. 8). Envolvendo-se ativamente num processo de escrita alinhada a um engajamento literário, o poeta maranhense manifesta sua retórica poética; voltada para o diálogo com a condição social dos homens.

Os cordéis de Gullar são testemunhas de seu comprometimento social. Neles, o artista descarta o rebuscamento estético, abre mão do requinte para, na simplicidade, falar aos mais simples, aos desfavorecidos da terra. A mensagem é transmitida de forma direta, como se pode ver no trecho abaixo do poema "Quem matou Aparecida":

> No dia que a paciência
> do favelado acabar,
> que ele ganhar consciência
> para se unir e lutar,
> seu filho terá comida
> e escola para estudar.
> Terá água, terá roupa,
> terá casa pra morar.
> No dia que o favelado
> resolver se libertar (GULLAR, 2008, p. 123).

Gullar, poeta de origem humilde, estava envolvido com a causa dos humildes. Sua voz, como a de outros grandes brasileiros (como a voz do eminente educador Paulo Freire), não se unia à daqueles que acreditavam no fatalismo da existência. A voz de Ferreira Gullar tinha (e tem) outra semântica. É a voz da insurgência, da luta, da libertação tão necessária à forja da igualdade real, sobre a qual se estabelece, de fato, a muito sonhada democracia.

No tempo da Ditadura

Quando em primeiro de abril de 1964 a sede da UNE foi invadida e incendiada, o *cepecista* Gullar não era, ainda, membro do Partido Comunista. Dada a gravidade da circunstância, entende ser relevante fazê-lo. Assim, naquela noite primeira de regime militar, o poeta se alista. No poema “Maio 1964”, Ferreira Gullar reflete o mal que se abatera sobre o país com a assunção dos militares ao poder. Os atos institucionais sufocando a democracia, o autoritarismo, que impunha prisões sem o devido processo legal, a naturalização das injustiças, a marginalização dos trabalhadores; tudo em alguns poucos versos:

> Amo
> a vida
> que é cheia de crianças, de flores
> e mulheres, a vida,
> esse direito de estar no mundo,
> ter dois pés e mãos, uma cara
> e a fome de tudo, a esperança.
> Esse direito de todos
> que nenhum ato
> institucional ou constitucional
> pode cassar ou legar.
>
> Mas quantos amigos presos!
> quantos em cárceres escuros
> onde a tarde fede a urina e terror.
> Há muitas famílias sem rumo esta tarde
> nos subúrbios de ferro e gás
> onde brinca irremida a infância da classe operária. (GULLAR, 2008, 169).

Em “Agosto 1964”, Gullar também faz alusão à ditadura militar. Considera a censura, que o afetava diretamente em seu ofício. A injustiça consubstanciada nas desigualdades, nas punições imerecidas e severas, nas humilhações e torturas; no terror imposto pelos generais.

> Ao peso dos impostos o verso sufoca,
> a poesia agora responde a inquérito policial-militar.
>
> Digo adeus à ilusão
> Mas não ao mundo. Mas não à vida,
> Meu reduto e meu reino.
> Do salário injusto,
> da punição injusta,
> da humilhação, da tortura,
> do terror,
> retiramos algo e com ele construímos um artefato

um poema
uma bandeira (GULLAR, 2008, p. 170).

Vale notar que, diante do quadro imoral que se instalara, o poeta, mesmo abatido, mesmo sofrendo como os outros explorados do Brasil, preservava uma chama: o sonho de ver erguida uma pátria, de fato; onde a vida se equilibrasse numa balança fiel, que não pendesse para o lado dos abastados. Tentaram calá-lo ou, ao menos, podá-lo. Mas Gullar declara o caráter da poesia.

SUBVERSIVA

A poesia
quando chega
não respeita nada.
Nem pai nem mãe.
Quando ela chega
de qualquer de seus abismos
desconhece o Estado e a Sociedade Civil
infringe o Código de Águas
relincha
como puta
nova
em frente ao Palácio da Alvorada.

E só depois
reconsidera: beija
nos olhos os que ganham mal
embala no colo
os que têm sede de felicidade
e de justiça

E promete incendiar o país (GULLAR, 2008, p. 337).

Nos tempos mais difíceis, o poeta pôs-se ao lado do povo brasileiro. Declarou-se mais um lutando contra a opressão, contra o suplício, contra o pau de arara, contra o choque elétrico. Foi uma voz que falava pelos seus, que não admitia calar-se. Gullar, que se tornara já um erudito, de livros já publicados e reconhecidos pela crítica, homem do mundo, reconhecia sua brasilidade, seu compromisso de igual com o sua gente.

Gullar recente e atualmente

Nestes últimos anos, restaurada a democracia, pelo conjunto de sua obra, Gullar alcançou reconhecimento ainda maior de seus pares, estudiosos e leitores. “De Ferreira Gullar pôde escrever Vinícius de Moraes que é o último grande poeta brasileiro” (HOLANDA, 2008). O poeta recebe o Prêmio Machado de Assis, em 2005; o título de Doutor *Honoris Causa* (UFRJ) e o Prêmio Camões em 2010; em 2014 é eleito para assumir a cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Ivan Junqueira (SECCHIN, 2014). Segundo o escritor e professor Augusto Sérgio Bastos,

> Sua obra, ao longo dos últimos cinquenta anos, se alçou a um patamar de excelência raras vezes alcançado na língua portuguesa. [...] Confirma essa consagração uma pesquisa realizada junto a cerca de 100 intelectuais brasileiros em fins da década de 1990, onde Gullar foi apontado como o mais importante poeta vivo do país, com mais de 70% de indicações. [...] seus livros de poemas, traduzidos e editados em muitos países a partir de 1965: Suíça, Venezuela, Argentina, Equador, Alemanha, Peru, Estados Unidos, Espanha, Colômbia, México, Cuba, Holanda, França e Suécia (BASTOS, 2008, pp. 7, 8).

Além disso, pela excelência de seu trabalho que sempre falou em favor da humanidade, o poeta foi indicado duas vezes para receber o Prêmio Nobel. Concorreu em 2002 e, recentemente, em 2011. “Indiscutivelmente, o Prêmio Nobel é o maior galardão internacional na área de Química, Física, Fisiologia e Medicina, Paz, Economia e Literatura” (SOERENSEN *et al,* 2004, p. 18). Ter o nome lembrado para premiação de tamanho vulto internacional é algo que denuncia a grandeza do escritor maranhense.

Considerações Finais

Sobre o ofício literário, Machado de Assis, num tempo em que o sentimento de nacionalidade vibrante percorria as ruas, já afirmara: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1994, p. 3). Ferreira Gullar, sem sombra de dúvida, tem a bênção do maior escritor brasileiro de todos os tempos. A maneira de entender o Brasil e a preocupação em transformá-lo colocam-no ao lado dele.

As dificuldades enfrentadas por José de Ribamar Ferreira por certo contribuíram para que ele se tornasse um homem sensível aos outros. Seus versos remetem à sua condição original, vencida por sua leitura e por sua literatura. Sua escrita atesta seu envolvimento com a sociedade brasileira, com as pessoas de sua época; seu íntimo desejo de ver surgir, da minimização das desigualdades, um mundo mais justo. Em um ensaio, pontua:

> [...] pretendo que a poesia tenha a virtude de, em meio ao sofrimento e ao desamparo, acender uma luz qualquer. Uma luz que não nos é dada, que não nasce dos céus, mas que nasce das mãos e do espírito dos homens (GULLAR, 2006, p. 152).

Ferreira Gullar, homem de passado humilde, fez-se sensível às mazelas sociais, às injustiças que, estando em toda parte – na infância, na perseguição, no exílio – falam em sua escrita. Sua origem e as condições às quais foi exposto contribuíram, indiscutivelmente, para que sua poesia alcançasse a magnitude que, como visto neste breve artigo, alcançou. Muito vale debruçar-se sobre sua obra. Sobretudo sobre seus versos que, mais que ensinar história, fazem senti-la da maneira adequada: como gente. Sob a ótica humana do poeta que a apreendeu.

Notas

1 - “Foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma arte popular revolucionária’.” Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura.>.

2 - Abre-se, aqui, este parêntese para dizer desse absurdo que é o conteúdo de muitos livros didáticos: geralmente remetendo, apenas, a autores distantes, no tempo e no espaço, da realidade dos estudantes aos quais deve servir. A obra de Ferreira Gullar é contemporânea e atual; no entanto, pouco discutida – até mesmo, lida – pelos próprios professores de literatura.

Referências:

ASSIS, Machado de. **Notícia Atual da Literatura Brasileira**: instinto de nacionalidade. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: < http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf>.

BASTOS, Augusto Sérgio. **Itinerário do Cronista**. In: Toda Poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BOSI, Alfredo. **Céu Inferno**: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora 34, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GULLAR, Ferreira. **Sobre arte Sobre Poesia**: (uma luz do chão). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____, Ferreira. **Toda Poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Apresentação**. In: Toda Poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>.

SECCHIN. Antônio Carlos. **Essa voz somos nós**: discurso de recepção ao acadêmico Ferreira Gullar. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2014. Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br>.

SOERENSEN, Bruno *et AL.* **Cem Anos Pela Estrada do Progresso**: um século de Prêmio Nobel. Adamantina: Edições Omnia, 2004. Disponível em: < http://www.fai.com.br/portal/_arquivos/_itens_home/f4d68c485f4a430cea6dcee295a9a36a.pdf>.

MEMÓRIA E LINGUAGEM: apontamentos sobre a História Diacrônica da Língua Inglesa

Carolina de Souza Moreira[35]
Maristella David Gomes[36]
Renato Marcelo Resgala[37]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo investigar a história do idioma inglês ao longo de sua trajetória. Para tanto, abordar-se-ão os estágios pelos quais a língua transitou, enumerando os eventos pertinentes que colaboraram para a sua formação e evolução.Para esse entendimento foram consultados estudiosos como Baugh e Cable (2002), Schütz (2013), Le Goff (1990), Bruniera (2005),entre outros que se preocuparam em abordar sobreo tema em questão. Durante seu processo de evolução, a língua inglesa foi marcada por três períodos: *OldEnglish* (Inglês antigo); *MiddleEnglish* (Inglês Médio) e *ModernEnglish* (Inglês Moderno). Para cada um desses serão utilizados fragmentos de obras literárias escritas em cada época para analisar e comprovar a estrutura do idioma inglês. Todas as etapas percorridas por essa língua foram essenciais para que ela alcançasse sua estrutura linguística moderna, que atualmente é estudada e reconhecida por muitos povos.Por isso, este trabalho, direcionado em 05 (cinco) etapas analíticas em torno dos processos diacrônicos, torna-se necessário para aqueles que desejamconhecer a história da língua inglesa, a fim de que se entenda o motivo pelo qual essa língua conquistou tanta representatividade e *status* nos dias atuais.

Palavras-chave: Língua Inglesa. História da Linguagem. Diacronia. Memória Cultural; Literatura.

Introdução

O profundo conhecimento de um idioma exige penetrar até suas raízes; conhecer suas origens. Para que isso seja possível, é necessário o estudo das influências linguísticas, culturais e literárias relacionadas aos eventos históricos que o modificaram e o representaram desde sua concepção até seu estado atual.

Toda língua está sujeita a mudanças, e é certo que vários fatores podem contribuir para seu processo evolução. Sabendo que a linguagem é competência

[35]Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). (carolina_italva@hotmail.com)
[36]Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). (maristella_david@yahoo.com.br)
[37]Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura (Universidade Federal de São João Del Rei-MG). Professor de Literatura Comparada, Teoria literária e Literatura Portuguesa do curso de Letras e de Literatura Brasileira do curso de Pós-Graduação Lato-sensu em Estudos linguísticos e literários do Centro Universitário São José de Itaperuna-RJ.
.

inerente ao ser humano, pode-se afirmar que uma língua sofre modificações para atender às necessidades de cada indivíduo, facilitando o processo de comunicação.

O inglês contemporâneo é resultado da interseção de várias línguas. No presente trabalho, faz-se uma análise diacrônica, abordando os eventos pertinentes que contribuíram para a formação, variação e adaptação pelas quais a Língua Inglesa(doravante LI) passou até chegar à sua composição atual.

1. Língua Inglesa – aspectos históricos

Neste primeiro momento, busca-se lançar luz sobre a história da LI, para que se observem nos capítulos subsequentes, de forma mais detalhada, os estágios pelos quais a língua transitou. Rastreia-se, nesta seção o caminho percorrido pelo inglês ao longo dos tempos.

Tendo a história por instrumento amparador, esta pesquisa foi capaz de evidenciar que, em seu processo de formação, o inglês foi influenciado pela cultura de vários povos. Nesse contexto, Le Breton(2005) afirma que,

> [...] de modo semelhante à maioria das línguas europeias modernas, talvez até mais que as outras, o inglês é uma língua compósita, que reúne contribuições celtas, latinas, francesas, germânicas, para falar exclusivamente das principais [...]

Por essa afirmação, depreende-se que, por meio da atuação desses povos na região bretã, a LI obteve contribuições culturais e linguísticas relevantes não só para a formação do idioma, mas também para a formação dos costumes de todos os falantes dessa língua.

Assim, pode-se certificar que a língua é um constructo histórico-social, que estrutura-se a partir das interações humanas. Ou seja, a história de uma língua está intimamente ligada à dos povos que a falam, à memória dos indivíduos e dos grupos sociais. Os falantes presenciam e constroem a história cultural e linguística de sua sociedade. (BAUGH & CABLE, 2002, p.1)

Bruniera (2005) confirma a importância do passado para a compreensão da língua, ao afirmar que: “Conhecer um pouco da origem das línguas significa entrar em contato com a história da humanidade, com as disputas políticas que marcam essa história e que revelam a alternância de poder entre tribos, povos e nações.”

O que a autora quer esclarecer é que as relações, beligerantes ou não, entre sociedades distintas, refletem na contaminação das línguas instrumentalizadas. Claro que, havendo hierarquia de poder, a etnia dominada termina por absorver, na língua, mais que a etnia dominante.

Para entrar em contato com a história da LI faz-se necessário constatar quais povos e quais culturas a influenciaram desde sua origem. Os celtas, por exemplo, tiveram um relevante papel no nascimento dessa língua.

2. A influência celta

Originalmente, os celtas foram um dos primeiros povos a ocupar a região da Grã-Bretanha. Originaram-se de populações que já habitavam a Europa desde a Idade do Bronze. Com eles se inicia a história da LI.

De acordo com Schütz (2013), os celtas se estabeleceram nessa região por volta de 1.200 a 600 a.C. marcando presença nas Ilhas Britânicas e em algumas regiões da Europa por aproximadamente oito séculos.

A estrutura linguística dessa sociedade pertencia à família indo-europeia. Com a diáspora desses povos pelo continente, surgiram vários dialetos derivados das línguas indo-europeias, tornando-se, no decorrer de sua história cultural, grupos de línguas distintos. Dessa forma, o celta falado na região da Bretanha se diferenciou do falado nas demais regiões da Europa, conforme afirma Schütz (2013).

Os celtas colaboraram em diversos aspectos para a formação da cultura bretã. O *Halloween*, por exemplo,se origina de uma das suas muitas tradições de cultura oral e popular. Além de aspectos culturais propriamente ditos, eles tiveram participação na formação de alguns vocábulos da LI. Como exemplifica Marques (2013):

> [...] uma das contribuições para a civilização Bretanha foi a criação dos nomes dos dias da semana, eles juntaram palavras que faziam referência aos elementos da natureza com a palavra day (moon + day = Monday; sun + day = Sunday). Os Celtas foram os primeiros povos de que se tem conhecimento de que acrescentaram suas características linguísticas ao inglês.

Apesar de ser um marco na história da LI, a presença linguística que esse povo deixou foi apagada com o tempo. Algumas explicações podem esclarecer o motivo para que isso tenha ocorrido. Uma delas pode ser o fato de que os celtas não

utilizavam a escrita para registrar suas contribuições ao idioma. Essa é um meio importante para representar a cultura de um povo e registrar sua memória fazendo com que ela se perpetue (LE GOFF, 1990). Nesse sentido, Chadwick (1991) acrescenta*: "*Os celtas não usavam a arte escrita para nada, nem no processo final de sua independência. Eles escolheram gravar seu passado oralmente e se comunicavam com outras nações boca a boca" (Tradução nossa).

Outra explicação se deve à forma de como eles foram expulsos da região bretã por povos germânicos, os quais lhes impuseram a sua língua fazendo com que restassem poucos traços linguísticos celtas no inglês (SCHÜTZ, 2013).

Durante seu processo de evolução, a LI foi marcada por três períodos: *OldEnglish* (Inglês antigo); *MiddleEnglish*(Inglês Médio) e *ModernEnglish* (Inglês Moderno). Essas etapas cronológicas são compostas por mais de 1500 anos de histórias e por influências culturais que transformaram a LI em exemplo de conquistas e batalhas as quais fizeram com que o idioma alcançasse sua estrutura linguística que atualmente é estudada e reconhecida por muitos povos (MARQUES, 2013).

3. OldEnglish

O período denominado *OldEnglish*, também conhecido como anglo-saxão,tem início no século V. Nesse período, a LI contou com grandes contribuições linguísticas de povos germânicos (anglos, saxões e jutos). Antes que esses se estabelecessem na região, os romanos tiveram um papel relevante na história desse lugar.

Nos anos de 55 e 54 a.C. ocorrem as primeiras invasões na Bretanha por povos romanos, que colonizaram a região habitada pelos celtas e, segundo Schütz (2013), firmaram-se nela por aproximadamente três séculos e meio, tornando-a parte do seu Império. Por conta de problemas enfrentados na metrópole, os romanos ocuparam-se da defesa de seu território e retiraram-se da Britânia, deixando os celtas vulneráveis a ataques de outras tribos.Com a saída deles, os celtas ficaram expostos a ataques de outros povos.

Com intuito de combater a invasão de povos inimigos, os celtas buscaram ajuda nas tribos germânicas para defender seu território. Esses povos, por

conseguinte, aproveitaram-se da fragilidade dos nativos e se assentaram em áreas produtivas massacrando e expulsando-os para outras áreas. Essas invasões marcam o início do Período *OldEnglish* com as contribuições culturais e linguísticas que os povos germânicos deixaram para o idioma inglês.

Segundo Baugh e Cable (2002), as mudanças linguísticas ocorridas em uma língua viva são mais percebidas em seu vocabulário. Palavras antigas dão lugar a novos vocábulos, sem contar a mudança de significado das já existentes. Esse fenômeno incidiu também sobre o *OldEnglish*, fazendo com que muito do seu antigo léxico fosse perdido.

Comparado ao *ModernEnglish*, o *OldEnglish* apresenta vultosas diferenças. Não se pode ler este idioma sem um conhecimento especializado. Em geral, as diferenças observadas do *OldEnglish* para o inglês contemporâneo estão na ortografia, na pronúncia, no léxico e na gramática. Em sua obra *The history of the English Language* (A história da Língua Inglesa), Baughe Cable (2002) demonstra essa diferença por meio de alguns exemplos:

> The pronunciation of Old English words commonly differs somewhat from that of their modern equivalents. The long vowels in particular have undergone considerable modification. Thus the Old English word stānis the same word as Modern English stone, but the vowel is different.A similar correspondence is apparent in hālig—holy, gān—go, bān—bone, rāp—rope, hlāf—loaf, bāt—boat. Other vowels have likewise undergone changes in fōt (foot), cēne (keen), metan (mete), riht (right), hū (how), and hlūd (loud), but the identity of these words with their modern descendants is still readily apparent.[1]

"*Beowulf*" também manifesta com eficiência as distinções entre a escrita do *OldEnglish* e do *ModernEnglish* .Considerado um marco da literatura medieval, é o primeiro e o maior poema escrito naquele período. A história possui cerca de 3.000 linhas, além de ser a primeira obra épica inglesa. O nome de seu autor é desconhecido. (THORNLEY & ROBERTS, 1984, p.7)

A seguir, a comparação de dois trechos do poema *Beowulf*, um escrito em *OldEnglish* e outro em *Modern English*[2]:

OldEnglish	**ModernEnglish**
Hwæt! WéGárdena in géardagum *þéodcyningaþrymgefrúnon·* *húðáæþelingasellenfremedon*.	*Listen! We --of the Spear-Danes in the days of yore,* *of those clan-kings-- heard of their glory.* *how those nobles performed courageous deeds.*

É possível perceber que as relações sintáticas, ou sintagmáticas, são praticamente preservadas na adaptação que consta na coluna da direita. Entretanto, comparando os vocábulos da escrita antiga e da moderna, são gritantes as alterações morfológicas. Tais alterações, modificadoras das palavras, tornam o *OldEnglish* ininteligível ao falante comum do *ModernEnglish*.

Uma relevante característica desse período, na opinião Baugh e Cable, é a raridade de palavras derivadas do latim – o que difere de atualmente, uma vez que o inglês se compõe de uma parte muito significativa do idioma latino. A escassez de vocábulos desta origem, no *OldEnglish*, torna-o mais distante da realidade de leitores atuais.

O *OldEnglish* teve fim com a Batalha de *Hastings*, em 1066. Esse evento histórico foi um dos que mais tiveram efeito sobre o idioma, de acordo com Baugh e Cable. É nele que se inicia o *MiddleEnglish*, que será tratado com brevidade no capítulo que segue.

4. MiddleEnglish

A Batalha de *Hastings* foi a disputa entre o exército normando comandado por Guilherme “o Conquistador”, Duque da Normandia (Norte da França) e o exército anglo-saxão, dirigido por Harold Godwin. Essa guerra teve como motivação a conquista da Bretanha (Inglaterra). Utilizando a argumentação de Ferrarese e Reis (2011) descrevem-se a seguir os fatores que motivaram essa batalha.

Após a morte de Eduardo “o Confessor”, rei da Inglaterra durante o período de 1042 a 1065, o reino encontrava-se diante de uma grande crise em seu cenário político. Eduardo possuía descendência normanda e inglesa, e não havia deixado um sucessor direto para ocupar o seu lugar no trono.

Guilherme era um jovem guerreiro, líder político da Normandia e sobrinho de segundo grau de Eduardo. Já Harold pertencia a uma família originalmente anglo-saxônica de grande influência política. Era um cavaleiro inglês, que se declarou rei da Inglaterra – sem o consentimento de Guilherme – ao tomar conhecimento da morte de Eduardo.

> Da luta entre estes dois homens pela coroa, deste momento decisivo da história da Inglaterra, seria criada uma extraordinária fonte histórica, bem

> como surgiria uma monarquia forte, cujas influências podem ser percebidas hodiernamente. (FERRARESE & REIS, 2011, p.1).

Na visão de Schütz (2013), esse acontecimento histórico representou uma grande reorganização política da Inglaterra, além de ter alterado o curso da LI, renovando a própria história da língua. A mescla da cultura franco-normanda com a anglo-saxônica ocorreu durante aproximadamente três séculos e resultou em uma considerável aquisição vocabular para o idioma Inglês.

Muitos dos vocábulos de origem francesa, que foram incorporados pela LI, ganharam novos sentidos, principalmente para suprir a necessidade de alguns nomes sem equivalentes em LI. A língua francesa influenciou diversos ramos da ciência, tais como: direito, economia, religião, ciência, culinária, entre outros.

O documentário *The adventure of English*, de 2003, lista alguns exemplos de palavras oriundas do francês que foram inseridas no *MiddleEnglish*: *justice* (justiça), *jury*(júri), *sentense* (sentença), *stable* (estável) *progress* (progresso),*abbey* (abadia), *clergy* (clero), *religion* (religião), *salmon*(salmão), *biscuit* (biscoito), *sugar* (açúcar), *apetite* (apetite). Estima-se que, durante o período em que os franceses dominaram a Inglaterra, mais de dez mil palavras francesas mesclaram-se; adaptando-se, reestruturando-se e se adequando ao idioma local.

Com o passar do tempo, as disputas entre normandos e ingleses findaram-se. Os Franceses deixaram como herança a influência linguística. No final do século XV, a LI já havia prevalecido, até mesmo por ser utilizada pela maioria da população. No dizer de Schüttz (2013), “até mesmo como linguagem escrita, o inglês já havia substituído o francês e o latim como língua oficial para documento.”

Complementando Schüttz, Baugh e Cable (2002) consideram esse fato essencial para a origem do *corpus* da literatura inglesa do *MiddleEnglish*, que alcançou seu apogeu na Idade Média. Para eles, o período de 1350 até 1400 foi considerado um período de grandes escritores individuais, o principal deles é Geoffrrey Chaucer, maior poeta inglês antes de Shakespeare.

Durante o *MiddleEnglish*, a literatura inglesa refletiu, com precisão, as mudanças ocorridas no idioma através de produções literárias que garantiram um grande enriquecimento vocabular à língua, como, por exemplo,a obra *The CanterburryTales*, do próprioChaucer.

The Canterburry Tales (Os Contos de Cantuária) é uma coleção de vinte e quatro histórias que tem inicio a partir de uma romaria que vinte e nove peregrinos, aos quais se associa o próprio Chaucer, fazem juntos à cidade de Cantuária, para uma visita ao túmulo de Santo Tomás Beckett. Uma das características dessas histórias é o de expor aos olhos da sociedade um vasto e animado panorama da vida medieval. Chaucer, em seus contos, é sensível aos problemas e às mazelas sociais, nada escapava à sua observação e à sua sátira. (VIZIOLI in CHAUCER, 1988, p. 7-8).

Sabendo da importância das obras desse autor para a constatação do período *MiddleEnglish*, segue abaixo um trecho de sua obra, exemplificando a escrita do período *MiddleEnglish*, comparando-a ao *ModernEnglish*:

MiddleEnglish	**ModernEnglish**
Whilom, as olde stories tellen us, *Ther was a duc that highte Theseus:* *Of Atthenes he was lord and governour,* *And in his tymeswich a conquerour* *That gretter was ther noon under the sonne.*	*Once, as old histories tell us,* *There was a duke who was called Theseus;* *He was lord and governor of Athens, And in his time such a conqueror* *That there was no one greater under the sun.*

Está claro que as diferenças notadas na comparação do *OldEnglish* ao *ModernEnglish* são mais significativas. Se comparadas às diferenças entre *MiddleEnglish* e inglês atual, as distinções morfológicas não são tão acentuadas nesta comparação quanto naquela.

Mesmo com tantas influências do francês, a LI não deixou de ser a língua oficial, e a consequência desse fato histórico foi a apuração do seu léxico, configurando o início de um novo período – *ModernEnglish* (MARQUES, 2013 p.30).

5. ModernEnglish

O *ModernEnglish* inaugura-se, aproximadamente, a partir do ano de 1500 e estende-se até a atualidade. Ele simbolizou a unificação e padronização da língua, porém ainda com diferenças de pronúncia e expressões que variam de forma diatópica e diacrônica, o que é normal em qualquer língua. Do ponto de vista de Schutz (2013), “O advento da imprensa em 1475 e a criação de um sistema postal

em 1516 possibilitaram a disseminação do dialeto de Londres – já então o centro político, social e econômico da Inglaterra".

Durante a transição do *MiddleEnglish* para *ModernEnglish* também ocorreu o fenômeno lingüístico que ficou conhecido por *GreatVowel Shift* (A Grande Mudança Vocálica). Uma mudança sistemática na pronúncia das vogais que aconteceu entre metade de século XV até cerca de meados do século XVI, que modificou praticamente todos os sons vocálicos da LI revolucionando sua fonologia.

Interessante, nesse período, é o fato de essas mudanças ocorridas na oralidade do idioma não seguiram as reformas ortográficas; dessa forma explica-se a grande dessemelhança que ocorre entre a falta de correlação da pronúncia com a ortografia do idioma atual,como caracteriza D'Eugênio (1982, p. 319, apud SCHUTZ, 2013):

> [...] a ortografia do inglês mudou em apenas pequenos detalhes, enquanto que a sua pronúncia sofreu grandes transformações. O resultado disto é que hoje em dia temos um sistema ortográfico baseado na língua como ela era falada no século 18, sendo usado para representar a pronúncia da língua no século 20. (Tradução de Schutz).

Assim como Chaucer contribuiu para a formação do *MiddleEnglish*, no *ModernEnglish*, tem-se William Shakespeare como principal figura literária que representou o idioma da época com relevante colaboração para o desenvolvimento do mesmo. Em suas obras, o escritor deu novos sentidos a vocabulários já existentes na língua, transformou substantivos em verbos, verbos em adjetivos, adicionou prefixos e sufixos às palavras e também criou novos vocábulos. (SCHÜTZ, 2013). A seguir alguns neologismos criados por Shakespeare:

a) *aerial* – etéreo (Otelo, O Mouro de Veneza);
b) *Bloodstained* – manchado de sangue (I Henrique IV);
c) *Bedroom* – Quarto; Criado com o intuito de descrever um local onde se dorme no chão; (Sonho de Uma Noite de Verão);
d) *Birthplace*– Local de Nascimento (*Coriolanus*).

Embora alguns pesquisadores acreditem que aproximadamente dois mil vocábulos criados por Shakespeare já estivessem em utilização antes de sua existência, de acordo com o linguista David Crystal (apud COELHO, 2015), estima-se que cerca de 1,700 dos 2,000 neologismos sejam da sua total autoria.

Conhecer um pouco da formação da LI é fundamental para entender que os fatos históricos influenciaram sobremaneira nos primeiros estágios do idioma inclusive na preservação de traços ortográficos que tanto distanciam da pronúncia atual; é fundamental ainda tal conhecimento para a compreensão de como se deu a aquisição de novos vocabulários, sobrelevando o fato da infiltração do idioma latino em seu léxico.

Durante o século XVI e XVII o verbo auxiliar *do* foi incorporado definitivamente pela língua sendo usado para frases interrogativas e negativas. Já no século XVIII o uso da dupla negação passou a ser considerado erro gramatical.

Assim como em qualquer outra língua, mudanças estão sempre acontecendo. Neste período em que se encontra a língua inglesa atualmente, ainda ocorrem mutações que vão além de uma análise diacrônica. A língua está sempre evoluindo, e quanto mais tempo passa, mais exemplos poderão ser acrescentados a este trabalho.

Considerações Finais

Este artigo buscou refletir a LI como produto social.Pôde-se certificar que sua evolução está intimamente ligada à história dos povos que a falam. Trata-se, a língua, de um reflexo histórico, que se estrutura a partir das ações do homem na sociedade.

Foram diversas influências desencadeando, ao longo do tempo, variações linguísticas que modificaram seus aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. As diversas culturas que contribuíram para o processo de formação do inglês garantiram-lhe grande afinidade com outras línguas. Isso facilitou seu processo de globalização, tornando-o língua mundial.

A influência, não só francesa, mas latina, de maneira geral, em tempos pretéritos, explica a grande semelhança do idioma Inglês até mesmo com a Língua Portuguesa. Esta, assim como o francês, tem origem no latim. Por isso, um *expert* em Português certamente reconhecerá a identificação entre muitas palavras do léxico de sua língua materna e muitas palavras do léxico da LI.

A literatura também apresenta um papel muito importante para a representação da identidade linguística do inglês. Nela se podem comprovar as

características da escrita em cada período. A relevância da arte literária para a língua vai além do caráter comprovatório, integrando sua evolução. Chaucer e Shakespeare, por exemplo, foram pioneiros ao fazer de suas obras um acréscimo para língua, produzindo neologismos e novos sentidos para as palavras.

O leitor, por certo, reconhecerá o quão instigante é o estudo a que este artigo se propôs. O desenvolvimento de uma língua, a relevância dos fatos históricos dos contextos diversos que a produziram, tudo conclama a novas leituras do assunto. Mostrou-se aqui, com brevidade, um pouco do mundo de informações que devem interessar a qualquer estudioso da LI, de forma específica. Este texto quer, com certeza, estender-se em novas pesquisas.

Notas

[1] - A pronúncia das palavras do *OldEnglish* comumente se difere um pouco das suas equivalentes modernas. As vogais longas, em particular, tem sido objeto de modificação considerável. Assim, a palavra do *OldEnglish*<u>*stān*</u>equivale ao mesmo que <u>*stone*</u> do *ModernEnglish*, mas a vogal é diferente. A correspondente semelhante é evidente em *hālig—holy, gān—go, bān—bone, rāp—rope, hlāf—loaf, bāt—boat.*. Outras vogais igualmente sofreram alterações como em *fōt (foot), cēne (keen), metan (mete), riht (right), hū (how), e hlūd (loud)*, mas a identidade dessas palavras com seus descendentes modernos ainda é facilmente aparente. (TRADUÇÃO NOSSA)

[2]- O trecho do poema Beowulf foi retirado do site:http://www.heorot.dk/beowulf-rede-text.html, de Benjamim Slade, que reproduziu o poema com a autorização da British Library Board, que retém os direitos autorais da obra.

Referências

BAUGH, Albert; CABLE, Thomas.**History of The English Literature**. Londres: Routledge&Kegan, 2002,5ª edição. Disponível em: http://faculty.mu.edu.sa/public/uploads/1360684875.785%D8%A7%D9%84%D9%83%D8%AA%D8%A7%D8%A8%20%D8%A7%D9%84%D9%85%D9%82%D8%B1%D8%B1.pdf Acesso em: 17 de maio de 2015

BRUNIERA, Celina. **Origens do Inglês:** História da língua inglesa. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/ingles/origens-do-ingles-historia-da-lingua-inglesa.htm> Acesso em: 17 de maio de 2015.

LE BRETON, Jean-Marie. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 12-26.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**.Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MARQUES, Letícia. **Análise diacrônica da Língua Inglesa em textos literários**. Licenciatura em Letras. UEG/UnU de Jussara. 2013. Disponível em:<http://www.cdn.ueg.br/arquivos/jussara/conteudoN/1208/Monografia,_Leticia.pdf> Acesso em: 17 de maio de 2015

SCHÜTZ**,** Ricardo. "História da Língua Inglesa." **EnglishMade in Brazil.** Disponívelem**:** www.sk.com.br. Acesso em: 17 de maio de 2015.

THE ADVENTURE OF ENGLISH: The Biography of a Language. Série de 8 episódios criada e apresentada Melvyn Bragg. Inglaterra: ITV/Athena, 2003/2009. DVD, NTSC, colorido, sonoro, inglês. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=D9HxXjqWdoQ&list=PL8B97E6A3F56735CD>. Acesso em 30 de ago. 2015

THORNLEY, G.C. and ROBERTS Gwyneth.**An Outline of English Literature**.Londres: Longman, 1984.

VIZIOLI, P. Apresentação e Notas. In: CHAUCER, G. **Os contos de Cantuária**. Tradução direta do Médio Inglês e notas de Paulo Vizioli. T. A. Queiroz, Editor. São Paulo: 1988.

PROTOCOLO DE DOR TORÁCICA

Natanael Ramos Cruz[38]

Joelma de Oliveira Pinto [39]

Resumo: A busca das Unidades de Dor Torácica é por um modelo de estratégia diagnóstica capaz de proporcionar qualidade assistencial com o menor custo possível, isto é, que seu custo efetivo faça jus à quantidade de vidas que salva. Nesse campo, diversos estudos têm demonstrado que isto é possível, desde que devidamente utilizadas as estratégias (protocolos) diagnósticas que venham a acelerar o processo de assistência com elevada precisão, reduzindo com isso, não somente o tempo de permanência do paciente na unidade hospitalar como também a taxa de internação, muitas vezes desnecessária. Nesse sentido, este trabalho procura demonstrar os métodos recomendados para a avaliação diagnóstica precisa para pacientes com dor torácica na emergência especializada.

Palavras-chave: Dor Torácica. Emergência. Unidade de Dor Torácica

Introdução

Segundo dados do DATASUS e do Ministério da Saúde do Brasil, a ocorrência de óbitos relacionados à dor torácica na rede pública e na conveniada com o SUS chegava perto – no caso de doença isquêmica do coração – dos 77.000 em 1999 – número esse que inclui 58.000 mortes por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) (BRASIL, 2014). Em 2002 o número de internações por IAM na rede pública de saúde e na conveniada com o Sistema Único de Saúde (SUS), foi de 37.650, destes 6.250 óbitos nas unidades de saúde (16,6%). De acordo com tabulação de 2012, a taxa de internações para internações hospitalares cuja causa é doença isquêmica do coração (D29) somente no SUS foi de 12,52 num universo de 10.000 habitantes (BRASIL, 2012).

O protocolo para dor torácica exige, além dos equipamentos já bastante conhecidos, uma equipe de profissionais qualificados para tal atendimento e pessoal de recepção capaz de discernir prioridades, pois de nada adianta uma equipe bem

[38]Graduação: Enfermagem, Universidade Iguaçu(UNIG) 30 de junho de 2007. Pós-graduado em Enfermagem do Trabalho, Universidade Iguaçu (UNIG) conclusão em 2007. Pós-graduado em Enfermagem em Cardiologia, Universidade Iguaçu (UNIG) conclusão em 2013. Membro da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista - SBHCI - Departamento de Enfermagem. Membro Aliado da Sociedade Brasileira de Arritmias Cardíacas - SOBRAC - Departamento de Enfermagem. Contato: nataramoscruz@yahoo.com

[39]Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: joo.msu@gmail.com

composta com médicos plantanostias cardiologistas no atendimento inicial se o paciente não consegue adentrar em tempo hábil na unidade de emergência.

1 Unidades de dor torácica

1.1 Função

As unidades de Dor Torácica foram criadas na década de 1980, e desde então são reconhecidas como um aperfeiçoamento da assistência em centros de emergência (Lee & Goldman, 2000). Essas unidades têm num primeiro momento, por excelência prover o acesso rápido e evidentemente prioritário ao paciente que chega à emergência apresentando dor torácica. Ao mesmo tempo, tais unidades fornecem estratégia diagnóstica e terapêutica ainda na emergência, visando rapidez, alta qualidade dos primeiros cuidados, eficiência e, contenção de custos (BASSAN, et al., 2002).

As Unidades de Dor Torácica (UDT) podem ou não estar dentro da Sala de Emergência, porém devem estar próximas a esta. Segundo a Associação Brasileira de Cardiologia, deve ter uma área real física e leitos devidamente demarcados para esse fim, mas também podem atuar como uma estratégia operacional padronizada, desde que utilize protocolos assistenciais específicos, algoritmos sistematizados ou árvores de decisão clínica pela equipe de médicos emergencistas (BASSAN et al., 2002). No entanto, segundo a mesma entidade, é preciso que equipe de médicos e enfermeiros da emergência seja treinada e habituada com urgências e emergências cardiovasculares.

2 O diagnóstico da dor torácica

2.1 Histórico e diagnóstico como diferencial

A provável gravidade das condições clínicas manifestadas concomitantemente à dor torácica é bastante variável, razão pela qual é primordial a rapidez e precisão no diagnóstico.

A dor torácica pode ou não ter alto potencial de fatalidade, dependendo da causa, por isso o diagnóstico emergencial preciso e rápido. É a tomada de decisão

da equipe médica emergencista é que definirá a liberação ou a internação do paciente no hospital e o início do tratamento imediato (GRAFF, et al*.,* 1995).

O IAM e angina instável, agrupados como síndrome coronariana representa um quinto (1/5) das causas de dor torácica nas salas de emergência (GRAFF, et al., 1995) e, por carregar significativa morbimortalidade o atendimento inicial (na emergência) é sempre feito buscando confirmar ou afastar tal diagnóstico.

Vários estudos disponibilizados, entre eles de Bassan et al., (2000) e Ryan (1997) tem por objetivo determinar a exatidão diagnóstica e a proficuidade do histórico clínico e do Eletrocardiograma (ECG) em pacientes acolhidos na emergência com dor torácica para o diagnóstico de IAM .

O exame físico no escopo da doença coronariana aguda é relativamente expressivo. Todavia:

> Alguns achados podem aumentar a sua probabilidade, como a presença de uma 4ª bulha, um sopro de artérias carótidas, uma diminuição de pulsos em membros inferiores, um aneurisma abdominal e os achados de sequela de acidente vascular encefálico (BASSAN et al., 2002. p.4).

Do mesmo modo, doenças consideradas como não coronarianas, mas que causam dor torácica podem ser diagnosticadas suspeito pelo diagnóstico físico. Caso do prolapso (deslocamento) da válvula mitral, da pericardite, da embolia pulmonar entre outras.

As principais causas da dor torácica que devem ser levadas em consideração no diagnóstico diferencial, no caso de dependência de história clínica, no exame físico e nos dados laboratoriais se dividem em cardíacas e não cardíacas. As cardíacas se subdividem em: isquêmicas, que são: angina estável, angina instável, IAM, e as não-isquêmicas: dissecção aguda da aorta, a pericardite e as valvulares. As não cardíacas se subdividem em gastroesofagiana: refluxo gastroesofagiano, espasmo esofagiano e úlcera péptica. As não cardíacas e não-gastroesofagianas têm-se: pneumotórax, embolia pulmonar, musculoesquelética e psicoemocional.

2.2 Exame físico e avaliação de risco

Panju et al., (1998) descreve a dor torácica na síndrome coronariana aguda como uma dor, um desconforto, uma queimação ou uma opressão que se localiza na região precordial ou retroesternal, que pode irradiar-se para o ombro e/ou por

qualquer um dos braços (esquerdo, direito ou ambos) pescoço ou mandíbula, mas sempre acompanhada de diaforese, náuseas, vômitos e dispneia. Essa dor, segundo os autores, pode durar algum tempo, mas sempre variando entre dez a vinte minutos, podendo ceder, como ocorre nos casos de angina instável, ou, como ocorre nos casos de IAM perdurar por mais de trinta minutos. Mas há casos em que o paciente apresenta sintomas atípicos, a exemplo de mal estar, indigestão, fraqueza ou somente sudorese, sem nenhuma dor. Idosos e mulheres costumam apresentar dispneia (queixa principal) no IAM, podendo apresentar ou não dor (SOLOMON et al.,1989).

A dissecção aguda da aorta incide com maior frequência em pacientes hipertensos, em portadores de síndrome de Marfan ou naqueles que passaram por um traumatismo torácico recente. Estes pacientes se apresentam com dor súbita, descrita como “rasgada”, em regra começando no tórax anterior e irradiando-se para o dorso, pescoço ou mandíbula.

No exame físico pode ser detectado um sopro de regurgitação aórtica. Podendo haver um expressivo aumento do pulso ou de pressão arterial entre os braços.

A embolia pulmonar é bastante variável em relação à suas manifestações clínicas e nem sempre típicas da doença. O sintoma mais rotineiramente encontrado é a dispneia, vista em 73% (setenta e três) dos pacientes, sendo a dor torácica (na maioria das vezes súbita) encontrada em 66% (sessenta e seis) dos casos (JOURILES, 1998). Todavia, no exame clínico o paciente pode queixar-se de dispneia, taquipneia e cianose.

A dor torácica no pneumotórax espontâneo em regra localiza-se no dorso ou ombros e é acompanhada de dispneia. Grande pneumotórax pode produzir sinais e sintomas de insuficiência respiratória e/ ou colapso cardiovascular (pneumotórax hipertensivo) (PANJU et al.,1998). No exame físico pode se encontrar dispneia, taquipneia e ausência de ruídos ventilatórios na ausculta do pulmão afetado.

O sinal clínico mais comum da pericardite é a dor torácica, geralmente de origem pleurítica, de localização retroesternal ou no hemitórax esquerdo. Porém, diversamente da isquemia miocárdica, piora quando o paciente respira, deita ou deglute, e melhora na posição sentada e inclinada para frente. No exame físico pode

ser observada febre e atrito pericárdico, o que não deixa de ser um dado patognomônico (PANJU et al., 1998).

O prolapso da válvula mitral é uma das causas de dor torácica repetidamente encontrada no consultório médico e, também, na sala de emergência. A dor tem localização bastante variada, incidindo na maioria das vezes em repouso, sem, contudo, ter qualquer relação com os esforços, e descrita como pontadas, porém, sem irradiações. O diagnóstico é realizado através da ausculta cardíaca típica, na qual o médico encontra um clique meso ou telessistólico seguido de um sopro regurgitante mitral e/ou tricúspide (BASSAN, *et al*., 2002).

A estenose aórtica também causa dor torácica, assemelhando-se à da doença coronariana (OTTO, 1998). A presença de um sopro ejetivo aórtico e hipertrofia ventricular esquerda no ECG indica estenose aórtica, porém, não ignora a possibilidade de síndrome coronariana aguda (BASSAN et al., 2000).

Na miocardiopatia hipertrófica a dor torácica incide em 75% (setenta e cinco por cento) dos pacientes sintomáticos, podendo ter características anginosas. No exame físico pode ser encontrada uma quarta bulha e um sopro sistólico ejetivo aórtico. O diagnóstico é realizado com o auxílio do ecocardiograma transtorácico. O ECG em geral expõe hipertrofia ventricular esquerda, com ou sem alterações de ST-T (BASSAN, et al., 2002).

As doenças do esôfago podem disfarçar a doença coronariana crônica e aguda. Em estudos publicados em 1999, pacientes com refluxo esofagiano podem exibir desconforto torácico, na maioria das vezes relacionado a queimação (pirose), mas que esporadicamente é definido como uma sensação opressiva, localizada na região retroesternal ou subesternal, podendo ou não irradiar-se para o pescoço, braços ou dorso, quando não, os mesmos sintomas também podem estar associados a regurgitação alimentar, podendo melhorar quando o paciente é colocado ou coloca-se em posição ereta ou com o uso de antiácidos, mas também com nitratos, bloqueadores dos canais de cálcio ou repouso (FENNERTY, 1999; ACHEM; DEVAULT, 1999).

A dor da úlcera péptica em geral se localiza na região epigástrica ou no andar superior do abdômen, mas às vezes pode ser mencionada pelo paciente na região subesternal ou retroesternal. Tais dores ocorrem comumente após uma refeição,

melhorando com o uso de antiácidos. É na palpação abdominal que geralmente o médico encontra dor na região epigástrica.

A ruptura do esôfago é, por suas próprias consequências, uma doença grave e incomum na sala de emergência. Sua causa quase sempre é por vômitos irrefreáveis, tal qual na síndrome de Mallory-Weiss. Nesses casos o exame clínico mostra dor torturante em cerca de 83% (oitenta e três por cento) dos casos, de localização retroesternal ou no andar superior do abdômen, quase sempre acompanhada de um componente pleurítico à esquerda. Representa alta morbi-mortalidade e é de evolução irremissível se não tratada a tempo. O diagnóstico é firmado quando os resultados radiográficos de tórax revela um pneumomediastino, ou um derrame pleural à esquerda, de aparecimento súbito. Em estudos de Cohen e Parkman (2000) um enfisema subcutâneo é visto em 27% (vinte e se por cento) dos casos.

Jouriles (1998) define que em prospecção avaliativa em pacientes com dor torácica não relacionada a trauma, febre ou malignidade, 30% (trinta por cento) da população examinada teve o seu diagnóstico consolidado como decorrente de costo-condrites. Em regra esta dor tem particularidades pleuríticas por ser provocada ou acentuada pelos movimentos dos músculos e/ou articulação, produzidos pela respiração. O exame por palpação cuidadosa das articulações ou músculos envolvidos quase sempre reproduz ou provoca a dor.

A dor psicogênica não tem fundamento orgânico, sendo gerada por mecanismos psíquicos, tendendo a ser prolixa e imprecisa. Habitualmente os sinais de ansiedade são detectáveis e com frequência se observa uso abusivo e inadequado de analgésicos.

2.3 O eletrocardiograma e o monitor de tendência do segmento ST

O eletrocardiograma (ECG) desempenha papel fundamental no diagnóstico de pacientes com dor torácica, não só pelo seu baixo custo, mas também pela sua ampla disponibilidade e relativa facilidade de interpretação (PANJU et al., 1998).

A incidência de síndrome coronariana aguda em pacientes que se apresentam com dor torácica e avaliadas pelo ECG são de aproximadamente 5% (BASSAN et al., 2000).

Vários estudos vêm demonstrando que a sensibilidade do ECG de admissão para IAM varia de 45% a 60% quando o supradesnível do segmento ST como critério diagnóstico é utilizado (GOLDMAN et al., 1982), demonstrando que quase a metade dos pacientes com IAM não são diagnosticados com apenas um ECG na emergência. Segundo Bassan *et al*., (2000) esta sensibilidade poderá ser aumentada para 70% a 90% se a equipe médica utilizar as alterações de infradesnível de ST e/ou alterações isquêmicas de onda T, e para até 95% quando se realizam ECGs seriados com intervalos de 3 a 4horas nas primeiras 12 horas pós entrada no hospital.

A precisão do ECG de admissão para afastar o IAM varia de 80 a 95%. Seu valor preditivo positivo para IAM gira em torno de 75-85% quando se utiliza o supradesnível do segmento de ST como critério diagnóstico, e o valor preditivo negativo é de cerca de 90 a 95% (GOLDMAN et al., 1982).

Embora a possibilidade de IAM em pacientes com o ECG normal seja pequena (5%), o diagnóstico de angina instável é possível (tais pacientes evoluem de 5 a 20% para IAM ou morte cardíaca ao final de 1 ano) (BASSAN et al.,2000a).

Pela natureza dinâmica do processo trombótico coronariano, um único ECG normalmente não é suficiente para avaliar um paciente com forte suspeita clínica de isquemia aguda do miocárdio. O segmento ST têm se demonstrado como de valiosa importância na identificação precoce de isquemia de repouso. Em pacientes com dor torácica, sua sensibilidade para detectar pacientes com IAM foi expressivamente maior do que a do ECG de admissão (68% *versus* 55%, $p<0,0001$), com uma elevadíssima especificidade (95%), o mesmo se observa para o diagnóstico de síndrome coronariana aguda (sensibilidade = 34%, especificidade = 99,5%) (FESMIRE ,1998).

A precisão diagnóstica do monitor de ST tem se revelado muito boa também na detecção de reoclusão coronariana pós-terapia de reperfusão. Além disso, a demonstração de estabilidade do segmento ST mostrou 100% de sensibilidade e especificidade para detecção de obstrução coronariana subtotal em relação à obstrução total, além de ser utilizado para estratificação de risco em pacientes com angina instável e/ou dor torácica de baixo risco e etiologia desconhecida. Recomenda-se seu uso para todo paciente com dor torácica visto na sala de

emergência deve ser submetido imediatamente a um ECG, o qual deverá ser prontamente interpretado (Bassan *et al*., 2002)

2.4 Marcadores de necrose miocárdica e mioglobina

Os marcadores de necrose miocárdica têm um papel importante não só no diagnóstico como também no prognóstico da síndrome coronariana aguda.

A mioglobina é uma proteína encontrada tanto no músculo cardíaco como no esquelético, que se eleva precocemente após necrose miocárdica, podendo ser detectada no sangue de vários pacientes, já na primeira hora pós-oclusão coronariana.

A mioglobina tem uma sensibilidade diagnóstica para o IAM significativamente maior, que a da creatinofosfoquinase-MB (CK-MB) nos pacientes que procuram a sala de emergência com menos de 4horas de início dos sintomas[40] (BASSAN et al., 2002).

2.5 Outros métodos diagnósticos e prognósticos

Os métodos diagnósticos e acessórios disponíveis nas salas de emergência com fins de avaliação de pacientes com dor torácica são: (a) teste ergométrico: recomendado nas Unidades de Dor Torácica, devido ao baixo custo, disponibilidade e fácil interpretação; (b) cintilografia miocárdica: Deve ser realizada imediatamente após a chegada do paciente à sala de emergência. Embora de uso limitado nas salas de emergência, devido aos altos custos e demora na sua realização e indisponibilidade de metodologia; (c) ecocardiograma: Recomenda-se o uso desse método nos pacientes com dor torácica suspeita de etiologia isquêmica, mas que já foram avaliados na sala de emergência.

Considerações Finais

[40] A creatinofosfoquinase é uma enzima que catalisa a formação de moléculas de alta energia, por isso é encontrada em tecidos que as consomem (músculos cardíaco e esquelético e tecido nervoso).

O protocolo para dor torácica nas salas de emergência não sofreram mudanças significativas ao longo do tempo. No entanto, um pessoal bem treinado, capaz de priorizar o atendimento com dor torácica, uma equipe médica e de enfermagem com treinamento continuado no manejo de pacientes com dor torácica e, principalmente, disponibilizada tão somente para esses pacientes é o diferencial entre a vida e a morte de um ser humano.

O protocolo para dor torácica exige: eletrocardiograma com 12 derivações, leito com equipamento para monitorização eletrocardiográfica contínua, aparato para reanimação cardiorrespiratória, mercadores séricos de necrose miocárdica: CK-MB e troponina e resultados em até duas horas, teste ergométrico, agilidade em terapias de reperfusão coronariana em pacientes com indicação de trombólise e angioplastia transluminal coronariana, testes de estresse e cintilografia.

Referências

ACHEM, S. R.; DEVAULT, K. R. Unexplained chest pain at the turn of the century. *Am J Gastroenterol* , p. 5-8, 1999.

BASSAN, R et al. Dor torácica na sala de emergência: a importância de uma abordagem sistematizada. *Arq. Bras. Cardiol* , p. 13-21, 2000.

_____. Eficácia de uma estratégia diagnóstica para pacientes com dor torácica e sem supradesnível do segmento ST na sala de emergência. *Arq Bras Cardiol* , p. 405-411, 2000a

_____. *I Diretriz Dor Torácica na Sala de Emergência* (Vol. Suplemento II). Brasília: Arq. Soc. Bras. Cardol, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. *DATASUS*, 2012. disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2012/d29.def Acesso em: 16 junh. 2014.

_____. Ministério da Saúde do Brasil. *Funasa; CENEPI; SIMSB.* Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>. Acesso em: 14 jun. 2014.

COHEN, S.; PARKMAN, H. Disease of the esophagns. In: L. Goldman, & J. (. Bennett, *Cecil´s Textbook of Medicine*, p. 654-658, 2000.

FENNERTY, M. Gastroesophageal reflux disease. Presentation and approach to treatment. *Gastroenterol Clin North Am.*, p. 861-873, 1999.

FESMIRE FM, P. R. Usefulness of automated serial 12-lead ECG monitoring during the initial emergency department evaluation of patients with chest pain. *Ann Emerg Med* , p. 3-11, 1998.

GOLDMAN, L et al. A computer-derived protocol to aid in the diagnosis of emergency room patients with acute chest pain. *N Engl J Med* , p. 588-596, 1982

GRAFF, L. American College of Emergency Physicians Information Paper. Chest pain units emergency departments - a report from the short term observation section. *Am. J. Cardiol.*, p. 1036-1039, 1995.

JOURILES, N. Atypical chest pain. The difficult diagnosis. *Emerg Med Clinics N A* (16), p. 717-741, 1998.

LEE, T.; GOLDMAN, L. Evaluation of the patient with acute chest pain. *New England J Med.*, 1187-1195, 2000.

OTTO, C. Aortic stenosis: clinical evaluation and optimal timing of surgery. *Cardiol. Clinics* , p. 353-373, 1998.

PANJU, A et al. Is this patient having a myocardial infarction? *JAMA* , p. 1256-1963, 1998.

RYAN, T. Refining the classificatin of chest pain: a logical next step in the evaluation of patients for acute cardiac ischemia in the emergency department. *Ann Emerg Med* , p. 166-168, 1997.

SOLOMON, C.G et al. Comparison of clinical presentation of acute myocardial infarction in patients older than 65 years of age to younger patients The Multicenter Chest Pain Study experience. *Am J Cardiol* , p. 772-778, 1989.

USO IRRACIONAL DE ANTIBIÓTICOS NA INFÂNCIA: contribuição do profissional farmacêutico para a promoção da saúde

Claudinéia Maria José Marquioti[41]
Lucas Couto Lanes[42]
Geane Freitas Pires de Castro[43*]

RESUMO: Com a descoberta do primeiro antibiótico, a penicilina, tornou-se possível combater infecções bacterianas graves, todavia, seu uso exacerbado promoveu a resistência de bactérias, como o *Staphylococcusaureus,* há várias classes de antibióticos. O uso irracional destes medicamentos promoveu o surgimento de bactérias multirresistente, principalmente devido ao número exagerado de prescrições em crianças, acarretando o escurecimento dos dentes, pela interação destes fármacos com o cálcio da dentina, além de inúmeros efeitos adversos, como distúrbios gastrointestinais, e aumento do índice de toxicidade, causados pelo seu uso incorreto. Devido ao arsenal terapêutico disponível hoje, a preocupação com o uso irracional destes fármacos, passou a ser global, sendo que estes estão entre os medicamentos mais prescritos no século XX. Os antibióticos B-lactâmicos estão na lista dos mais utilizados em pediatria, por possuírem ação bactericida e bacteriostática potentes contra bactérias causadoras de infecções, como a respiratória aguda, que está entre a principal causa de mortalidade infantil. Neste contexto a atenção farmacêutica busca a orientação no momento da dispensação, como forma de minimizar os erros de administração, afim de possibilitar a resposta terapêutica desejada. A interlocução entre os prescritores, dispensadores e indústria farmacêutica, com o apoio dos órgãos regulamentadores, buscam protocolos terapêuticos e estratégias para medidas de controle da resistência bacteriana em relação ao uso irracional de antibióticos na infância.

Palavras-chave: Multirresistência.Prescrição Pediátrica.Antibioticoterapia.

Introdução

A penicilina foi o primeiro antibiótico, descoberto por Alexander Fleming, médico inglês, em 1928, na Inglaterra. Fleming observou a inibição do crescimento de *Staphylococcus aureus* emuma placa de cultura, identificado como*Penicilliumnotatum.* Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se o estudo em torno deste medicamento, pois os soldados ficavam muito feridos e apresentavam inúmeras infecções. Desde então a penicilina foi amplamente utilizada (CHAUD, *et al.*, 2004, p. 65-68).

[41]Graduanda do Curso de Farmácia do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: claudineiamarquioti@hotmail.com.
[42] Graduando do Curso de Farmácia do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: lucas-lanes@hotmail.com.
[43]*Especialista em Gestão Escolar. Graduada em Farmácia. Professora do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: gege_freitas@yahoo.com.br – Orientadora.

Em pouco tempo, surgi à resistência a nova droga, bactérias produtoras de penicilinase, conhecidas hoje como B-lactamases, começaram a apresentar uma grande resistência a terapêutica, exigindo que fossem utilizadas altas doses da mesma. Pois a penicilina não era usada somente no combate a infecções, como também no tratamento da dor de dente, febre e dores de cabeça, ocasionando a resistência de cerca de 50% das cepas de *Staphylococcus aureus* (OLIVEIRA, 2008, p. 192-196).

Com o passar dos anos desenvolveu-se novos antibióticos, o que pareceu resolver o problema, mas logo, constatou-se a resistência de algumas bactérias, principalmente as gram-positivas.Hoje já existem bactérias multirresistentes, que não são sensíveis a qualquer tipo de antibiótico (QUEIROZ, *et al*., 2012, p. 132-134).

Esta resistência se deve ao uso irracional e abusivo destes medicamentos, prescritos na maioria das vezes, de maneira irresponsável, principalmente ao se tratar de crianças, as prescrições pediátricas devem ser criteriosas e reduzidas, pois os antibióticos estão no topo da lista dos medicamentos mais prescritos, no século XX, para infecçõesrespiratórias agudas, que hoje é a principal causa de mortalidade infantil.Neste contexto, o uso adequado do antibiótico se torna fundamental para o êxito da terapêutica (RIBEIRO, *et al.*, 2013, p.216-2019).

Deste modo, o presente trabalho consiste em abordar o uso abusivo e irracional de antibióticos na infância, ressaltando as atribuições farmacêuticas, com o objetivo de questionar sobre os critérios utilizados para a definição, escolha e necessidade da utilização de antibióticos em crianças. Este trabalho foi elaborado usando a metodologia de pesquisa bibliográfica e em artigos científicos, baseada na contribuição de diversos autores.

1 Farmacologia dos Antibióticos

Muito utilizados na prática pediátrica, tanto hospitalar quanto ambulatorial, os antibióticos são prescritos em sua maioria para quadros febris, comuns na infância, o que ocasiona, muita das vezes, no diagnóstico incorreto, já que a maioria das doenças infantis, como as infecções de vias aéreas superiores, são causadas por vírus (PAGANOTTI, *et al*., 2013, p. 141-142).

Os antibióticos podem ser bactericidas, os que matam as bactérias, representados pelos B-lactâmicos, metronidazol e vancomicina, ou podem ser

bacteriostáticos, que impedem o crescimento das bactérias,onde encontraremos os macrolídeos, clindamicina, tetraciclinas, entre outras drogas que atuam de forma eficiente na maioria das infecções, inibindo o crescimento bacteriano. Porém em alguns casos, como em pacientes com sistema imune deficiente, será necessário o uso do antibiótico bactericida (MOTA, *et al.*, 2010, p.169).

A medida que se aumenta a variedade dos antibióticos, surge a necessidade de se conhecer seu mecanismo de ação, ressaltando suas indicações e efeitos.Estão divididos em dois grupos, segundo seu mecanismo de ação: alguns atuam sobre a membrana celular, o que torna a célula mais exposta às forças osmóticas. Outros atuam mais profundamente, ocasionando o bloqueio da síntese protéica, prejudicando o metabolismo bacteriano (AUTO, 2008, p. 41-42).

A parede celular é de grande importância para as bactérias, pois é composta de peptídeoglicano[44], que proporciona estabilidade a ela.

Ao se administrar um medicamento desta classe, ele se ligará as proteínas ligadoras de beta-lactâmicos, que realizarão o bloqueio da ação da transpeptidase, o que impedirá a união das cadeias peptídicas que estão ligadas na estrutura do peptideoglicano, assim, não ocorrerá a formação do componente heteropolimérico (SOARES, 2011, p. 571-595).

1.1 Drogas que atuam na parede celular bacteriana

Atualmente, a penicilina, ainda é amplamente utilizada, devido a sua eficiência, e por apresentar baixa toxicidade, tanto a penicilina G (injetável), quanto a penicilina V (via oral), são indicadas em casos de infecções por estreptococos, meningococos, enterococos, pneumococos, estafilococos não produtores de beta-lactamases. (QUEIROZ, 2012, p. 132-134)

De acordo com Soares, (2011, p. 571-582), os antibióticos beta-lactâmicos são os mais utilizados, existem quatro sub-classes destes:

1.Penicilínicos, derivados da penicilina, como a amoxilina, ampicilina e penicilina G e V; salientando que apesar de pertencerem todasa família da penicilina, cada uma possui seu espectro de ação;

[44] Formado por dois tipos de açúcares e alguns aminoácidos, confere rigidez à parede celular das bactérias gram-positivas, e ajudando na estrutura da parede das gram-negativas, estando entre as membranas interior e exterior dessas bactérias.

2.Cefalosporínicos de primeira, segunda, terceira e quarta geração, por exemplo, as cefalotina, cefalexina e cefazolina;

3.Carbapenêmicos, são aqueles que apresentam maior espectro de ação, dentre eles estão: imepenemo, meropenemo e ertapenemo;

4.Monobactâmicos, é o único monocíclico da classe dos beta-lactâmicos, não possuem muita atividade anti-bacteriana, sendo que o único medicamento comercializado é o azetreonam.

1.2 Drogas que inibem a síntese da parede celular

Atuam inibindo a síntese da parede celular, pois ao se ligarem ao terminal D-alanil-D-alanina, formam uma estrutura irregular, ao inibir a transglicosilase, provocam o enfraquecimento do peptídeoglicano, ocasionando a lise, e a morte do microorganismo. Dentre as mais usadas estão à vancomicina, teicoplamina, fosfomicina e bacitracina (SOARES, 2011, p. 571-595).

1.3 Farmacocinética

Demonstra a ação do fármaco em nosso corpo, através dos mecanismos de absorção, distribuição, metabolização e excreção do medicamento, passando por início da ação, efeitos e vias de excreção dos metabólitos.(GOODMAN e GILMAN, 2012, p.17-18).

A absorção do antibiótico, seja ela à nível sanguíneo ou linfático, dependendo do local de entrada, sua velocidade dependerá da solubilidade do fármaco, assim como, do fluxo sanguíneo do local de administração.(SOARES, 2011, 124)

Na distribuição, estes fármacos serão transportados conforme os fluídos corporais carrearem até os locais de ação. Uma vez absorvidos, serão distribuídos de acordo com suas propriedades químicas.O organismo utiliza a metabolização para inativar o fármaco, sendo que praticamente todos os antibióticos sofrem metabolização, sendo a mais comum no fígado, ressaltando que algumas passam pelo pâncreas, baço ou rins. A intenção da biotransformação é aumentar a solubilidade para melhor eliminação do fármaco. (GOODMAN e GILMAN, 2012, p.17-18).

Os B-lactâmicos são eliminados, em sua maioria, por via renal, apenas uma pequena parte por via biliar (GOODMAN e GILMAN 2012, p.17-18; SOARES, 2011, p. 571-595).

1.4 Farmacodinâmica

Refere-se a atuação do fármaco no organismo, demonstrando a resposta farmacológica e a intensidade desta resposta (GOODMAN e GILMAN 2012, p.17-18).

Os antibióticos B-lactâmicos possuem atividade lenta, que tem de ser maior que a concentração mínima inibitória (CMI), que é o mínimo da concentração que o fármaco deverá ter para inibir o crescimento bacteriano(BUFFÉ, *et al.*, 2001, p. 98).

Em sua maioria, os B-lactâmicos são excelentes bactericidas, eliminando 99,9% das bactérias (BUFFÉ, *et al.*, 2001, p. 98).

2. Atenção farmacêutica na dispensação de antibióticos

A assistência farmacêutica (AF), é compreendida segundo a Política Nacional de Medicamentos (PNM), como um: “grupo de atividades relacionadas com o medicamento, destinadas a apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade”(BRASIL, 1999, p. 09-14).

Tradicionalmente, o estabelecimento farmacêutico se resume em apenas dispensação de medicamentos, deixando a desejar a qualidade do atendimento ao paciente (PEREIRA, 2008, p. 602-603).

Segundo a Resolução Conselho Federal de Farmácia:

> Cabe ao farmacêutico, na dispensação de medicamentos:
> a)entrevistar os pacientes, a fim de obter o seu perfil medicamentoso;
> b)manter cadastro defichas farmacoterapêuticas de seus pacientes, possibilitando a monitorização das respostas terapêuticas;
> c)informar, de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos e alertar para possíveis reações adversas;
> d)informar sobre as repercussões da alimentação e da utilização simultânea de medicamentos não prescritos;
> e)orientar na utilização de medicamentos não prescritos (BRASIL,1997, art. 4º).

O conceito de atenção farmacêutica (AF) surgiu para definir uma nova era na construção da farmácia clínica, pois se desenvolve no contexto da assistência farmacêutica, mas compreende segundo o Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica (2002, p. 24) "[...] atitudes, valores éticos, comportamentos,habilidades, compromisso, e co-responsabilidades na prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, de forma integrada a equipe de saúde [...]".

Nos países desenvolvidos a atenção farmacêutica já é uma realidade, promovendo a redução dos agravos, principalmente em pacientes com patologias crônicas.Os modelos mais utilizados de atenção farmacêutica são: o método Dádere o modelo de Minnesota, ambos possuem suas diferenças em relação aos problemas farmacoterapêuticos(PEREIRA, 2008, p.602-603).

O método Dáder(SILVA, *et al*., 2013, p. 694),baseia-se em seis problemas relacionados a medicamentos, como descrito no quadro abaixo:

Necessidade
PRM 1: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por não utilizar a medicação de que necessita.
PRM 2: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por utilizar um medicamento de que não necessita.
Efetividade
PRM 3: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma inefetividade não quantitativa da medicação.
PRM 4: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma inefetividade quantitativa da medicação.
Segurança
PRM 5: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma insegurança não quantitativa de um medicamento.
PRM 6: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma insegurança quantitativa de um medicamento.

Fonte: SILVA, *et al*., 2013, p. 694.

O modelo de Minnesota baseia-se na não aderência ao tratamento, por parte do paciente, como um problema farmacoterapêutico. Sendo que este pode ser definido como qualquer evento que ocorra com o paciente envolvendo a

farmacoterapia, resultando em interferência na evolução do tratamento.(PEREIRA, 2008, p. 603-604).

Os dois modelos se diferem basicamente por o método Dáder se basear na não aderência ao tratamento, levando aos problemas relacionados aos medicamentos (PRMs), e o modelo de Minnesota enfatiza a não aderência como um potencial problema farmacoterapêutico (PEREIRA, 2008, p. 603-604).

3. Prescrição médica X representantes da indústria farmacêutica

Segundo o Sistema Único de Saúde (SUS), “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”, o que inclui diversas ações dos serviços públicos de saúde e o acesso a assistência farmacêutica (BRASIL, 1990, art. 2º).

A Portaria n°3.916 de 30 de outubro de 1998, afirma que toda a população tem acesso a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade e ao menor custo possível. Para este fim, foi criada a Relação de Medicamentos Essenciais (RENAME), que busca atender a toda a população, dispensando os medicamentos considerados básicos e essenciais para a saúde do cidadão. Porém, apesar dos direitos e de toda a estrutura criada pelo sistema público de saúde, a indústria farmacêutica vem criando fortes impactos sobre tal sistema, com investimentos em marketing e propagandas cada vez mais sofisticadas de medicamentos elaborados e não padronizados, o que está levando a consequente aumento do uso desses medicamentos por toda a população, visando garantir o lucro das indústrias e dos médicos que os indicam (LEITÃO, *et al.,* 2012, p.296).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) relata que ocorre o uso racional de medicamentos quando: “Os pacientes recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas, em doses adequadas as suas necessidades individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade” (AQUINO, 2007, p.733).

Contudo, está ocorrendo um grande conflito entre a indústria farmacêutica e a classe média dos consumidores, visto que com os convênios e a lucratividade criada pela indústria com a classe médica ao prescrever ou indicar um medicamento de sua demanda, tem se tornado cada vez mais comum o interesse pelo lucro, esquecendo dos direitos de cada cidadão, o que abrange estudos de bioética,

sociologia e direitos humanos sobre o assunto, além de comprometer a prática médica, uma vez que esses medicamentos muitas das vezes mais caros fazem com que os pacientes não consigam dar continuidade ao tratamento, o que pode ocasionar diversos problemas de saúde pública (LEITÃO*, et al.*, 2012, p.296-301).

Segundo o Código de Ética Médica esclarecido na Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) n°1.931/2009.

É vedado ao médico:

> [...]permitir que interesses pecuniários, políticos, religiosos ou de quaisquer outras ordensinterfiram na escolha dos melhores meios de prevenção, diagnóstico ou tratamento disponíveis e cientificamente reconhecidos no interesse da saúde do paciente ou da sociedade; é vedado também ao médico exercer a profissão apresentando alguma interação com a indústria farmacêutica ou dependência pela farmácia ou qualquer outra organização destinada a fabricação, promoção e comercialização dos produtos de prescrição médica, qualquer que seja sua natureza (BRASIL, 2009, art. 20 e o art. 68).

Diante de tais fatos, dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de 2002, mostram que o mau uso dos medicamentos correspondem a 27% das intoxicações no Brasil, levando à cerca de 16% de casos de morte por medicamentos. Ainda segundo informações da OMS, 50 a 70% das consultas médicas geram prescrições de medicamentos, 50% desses medicamentos prescritos são usados ou dispensados de forma inadequada, 75% das prescrições de antibióticos são inadequadas e 53% de todas as prescrições de antibióticos nos Estados Unidos(EUA) são feitas a crianças de 0 a 4 anos, o que acarreta no grande crescimento de resistência bacteriana (AQUINO, 2008, p.733-735).

Com isso, o uso indiscriminado e irresponsável de antibióticos tem levado a predominância de espécies de bactérias cada vez mais resistentes, mostrando que o principal culpado é o próprio homem, seja devido sua falta de informação, ou pelo uso irracional e suas atitudes inconsequentes. A prescrição destes fármacos em crianças que apresentam apenas um quadro de infecção viral, tem se tornado fato corriqueiro em todos os consultórios médicos, o que torna o tratamento ineficaz. Além disso, o uso de antibióticos de amplo espectro para tratar infecções de otite e amigdalite, são prescritos diariamente, com inúmeros erros na dosagem e na

prescrição dos medicamentos, tornando o tratamento caro e com provável internação do paciente (FIOL*, et al.*, 2010, p.68-69).

Para que ocorra segurança ao paciente, vários aspectos devem ser levados em conta para prevenir e eliminar os danos causados por tais erros na área da saúde. Normalmente, o erro é causado por uma ação não intencional da equipe multidisciplinar, ocorrendo geralmente de alguma falha durante a realização da assistência ao paciente, podendo ocorrer em qualquer momento, como por exemplo, na prescrição, na dosagem ou nos horários (TEIXEIRA, *et al.,* 2010, p.140-143).

Os erros na prescrição englobam todas as classes de medicamentos, sejam antidepressivos, analgésicos, antiinflamatórios e antibióticos; e são inúmeros os fatores que levam a estes, como a falta de informação e conhecimento sobre a terapêutica, prescrição e nomenclaturas confusas e de difícil entendimento, inadequada avaliação sobre os pacientes, cálculos de dosagens incorretas e formulações inapropriadas, formam as principais causas de erros na prescrição (TEIXEIRA, *et al.,* 2010, p.140-143).

Porém, para minimizar tais erros é importante a presença do farmacêutico clínico, que estará disposto a fornecer informações para promover o uso racional dos medicamentos, além do monitoramento da prescrição, preparo e administração destes fármacos, evitando erros que possam atrapalhar o tratamento e a adesãofarmacoterapêutica(TEIXEIRA, *et al.*, 2010, p.143-144).

A participação do profissional de farmácia no contato direto com os pacientes, seja na dispensação, no acompanhamento ou na orientação ao uso, é de suma importância para a otimização do tratamento; levando o paciente à adesão e ao uso racional dos medicamentos. Esse contato entre paciente e prescritor, e o apoio prestado pelo farmacêutico ajudam a minimizar os erros de prescrição, evitando o surgimento de bactérias resistentes, quando se tratando do uso de antibióticos, e contribuem para um bom resultado na terapêutica (LIMA*, et al.*, 2008, p.216-221).

4. Consequências do uso de antibióticos: perspectivas futuras

O uso irracional de antibióticos tornou-se um problema em saúde pública, devido ao aumento do nível daresistência bacteriana. Além disso, outros efeitos causados pelo uso destes fármacos em larga escala, é a destruição da flora fisiológica normal do organismo, sem contar com o alto custo financeiro causado por

terapias fracassadas, pois uma vez que o resultado não tenha sido alcançado, provavelmente converterá em nova consulta, novos exames, internações e ocupação de leitos(SILVA, *et al.*, 2014, p. 10-13).

No Brasil, ainda não existe nenhuma políticaespecífica para regular a prescrição de medicamentos em pediatria. Segundo (FURINI, *et al*., 2009, p. 177-178)"[...] as crianças não fazem parte de estudos clínicos pré-comercialização dos medicamentos e assim, sua ação e segurança nesses usuários não são totalmente conhecidas [...]".

Por isso, ocorrem diariamente, inúmeras prescrições inadequadas em pediatria, principalmente as que estão hospitalizadas, e devido a escassez de medicamentos específicos para esta faixa etária, o índice toxicológico é aumentado, acarretando risco de morte (COSTA, et*al.*,2009, p.229-235).

O grau de metabolismo de uma criança é muito reduzido em relação ao adulto, por isso, os medicamentos são processados de maneira diferente, principalmente em bebês, onde a barreira hematoencefálicaé mais permeável, e órgãos como rins e fígado, ainda estão em desenvolvimento, tornando-se reduzida a eliminação dos medicamentos (PINTO, *et al*., 2005, p. 54-55).

A dose ideal é um fator primordial para o êxito da terapêutica, pois a redução da dose destinada ao adulto, não é suficiente,sendo necessário que, a mesma seja calculada de acordo com o peso, idade e condições imunossupressoras do paciente, além de ter que avaliar a dosagem em tratamentos mais longos, assim a dose deverá ser alterada de acordo com o crescimento e desenvolvimento da criança.A posologia incorreta pode acarretar à queda da concentração plasmática do antibiótico, ocasionando a ineficácia do tratamento, resultando em resistência bacteriana. Por outro lado, também pode causar reações adversas ao medicamento, ocasionando a não adesão ao tratamento (MAGALHÃES*, et al.*, 2013, p. 5-18).

Ouso de dois ou mais antibióticospodem ser utilizados em alguns casos, mas deve-se levar em consideração a potencialidade desta interação, podendohaver consequências para ambas as partes,microrganismos e hospedeiro(LOURO, *et al.,* 2007, p. 1043-1046).

Em pacientes pediátricos, alguns antibióticos, principalmente da classe das tetraciclinas, devem ser utilizados com certa cautela, pois estes podem provocar o escurecimento dos dentes, principalmente em crianças na fase de formação

dentária,devido à interação das tetraciclinas com o cálcio da dentina(PINTO, *et al*., 2005, p. 54-55).

Estudos indicam que a amoxicilina, seja em sua forma pura ou associada ao clavulanato, é o antibiótico mais utilizado em crianças, devido à alta frequência doemprego conjunto de fármacos da mesma classe terapêutica e sua sobredose nas prescrições, ocorrendo aumento significativo nos efeitos adversos. A sobredose da amoxicilina pode potencializar efeitos gastrointestinais, levando anáuseas, vômito e diarreia, além de ocasionar interrupção do tratamento, pelo efeito que estes causam. Outro antimicrobiano muito prescrito é o sulfametoxazol+trimetropina, que também provocam distúrbios gastrointestinais, além de cefaleia, tonturas, distúrbios mentais e visuais. A cefalexina é outro fármaco muito utilizado no tratamento de infecções bacterianas, e sua dose elevada está associada à náusea, vômito, dores epigástricas, diarreia e hematúria(PAGANOTTI,*etal*., 2013, p. 441- 444).

4.1 Controle da Resistência

Para que haja um melhor controle da resistência bacteriana devem existir duas etapas fundamentais: as medidas de controle e o uso racional dos antimicrobianos.

As medidas de controle devem ser implantadas para minimizar a disseminação dos microorganismos resistentes. Dentre elas estão: a higienização das mãos, monitoramento de pacientes infectados pelas bactérias multirresistentes e a conscientização sobre o uso abusivo do antimicrobiano (OLIVEIRA, *et al.,* 2008, p.194-195).

Alguns microorganismos se tornam resistentes à algumas classes de antibióticos, tornando-se multirresistentes. As mais comuns são:*Pseudomonasaeruginosa e Acinetobacterbaumannii*, são resistentes aos carbapenêmicos;*Enterococcus spp.,* são resistentes à vancomicina;Enterobactériasprodutoras de ESBL (beta-lactamase de espectro ampliado);*Staphylococcus aureus*, são resistentes a oxacilina ou metilcilina (SANTOS, 2004, p. 65-69).

As bactérias possuem um tempo muito curto de reprodução, por isso, respondem rapidamente a mudanças no ambiente, quando se introduz antibióticos

nesse meio, elas se adaptam e tornam-se resistente à estes fármacos(SANTOS, 2004, p. 65-69).

Os microorganismos multirresistentes podem ser introduzidos neste ambiente de duas formas: por pacientes já infectados ou por pressão seletiva resultante do uso de antibióticos, pacientes imunodeprimidos são mais suscetíveis à desenvolver infecções causadas por esta classe multirresistente de bactérias (OLIVEIRA, *et al.,* 2008, p. 194-196).

Nos hospitais, a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), deverá implementar sua política de controle em relação aos patógenos multirresistentes, de acordo com a realidade da instituição (SANTOS, 2004, p. 65-69).

5. Considerações finais

A situação atual, se deve, e muito, ao uso indiscriminado dos antibióticos, o que resultou na seleção de microorganismos altamente resistentes.

Para reverter este quadro, medidas devem ser tomadas a nível mundial, prescritores e dispensadores, órgãos regulamentares, juntamente com a indústria farmacêutica e a sociedade no geral, devem se conscientizar, o uso responsável do antibiótico proporciona benefícios para o tratamento, quando este é feito da forma correta, porém seu uso inadequado acarretará em resistência bacteriana, dentre outras consequências de seu uso abusivo.

Tanto a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) quanto a Organização Mundial da Saúde (OMS), têm realizado campanhas a fim de amenizar o crescimento da resistência bacteriana, sendo possível implementar medidas de controle, protocolos terapêuticos e promoção do uso racional dos antimicrobianos.

A atenção farmacêutica propõe um profissional mais participativo com relação a comunidade e a saúde pública. A orientação individualizada, se torna imprescindível, ressaltando as peculiaridades existentes em cada fármaco, que poderá levar aos efeitos colaterais esperados, assim como, sua interação com alimentos, bebidas e outros fármacos, estas medidas converterão no êxito da terapêutica.

Deste modo, compreendemos que para minimizarmos o uso irracional dos antibióticos em crianças será preciso maior responsabilidade na prescrição, e atenção especial na hora da dispensação pelo profissional farmacêutico.

Referências

AQUINO, S.D. Por que o uso racional de medicamentos deve ser prioridade? **Revista de ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 733-735, 2008.

AUTO, H.F.; CONSTANT, J.M.C.; COSTANT, A.B.L. **Antibióticos e Quimioterápicos**. EditoraEdufal, 5. ed., p. 41-42, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 09-14, 1999. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/política_medicamentos.pdf>>. Acesso em: 22 de mai. 2015.

_____. Secretaria de Políticas de saúde. **Portaria nº 3.916/98 GM**. Ministério da saúde, Brasília, DF, p. 5-22, 1998.

_____. **Resolução CFM nº 1.931, de 24 de setembro de 2009**. Aprova o código de ética médica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder executivo Brasília, DF, cap.3, art. 20, Cap.8, art.68, p. 7-12, 2009.

_____. **Resolução CFF nº 308, de maio de 1997**. Dispõe sobre a assistência farmacêutica em farmácias e drogarias. Brasília, DF, p. 754-755, 1997.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, DF, 20 set. 1990.

BUFFÉ, C.; ARAÚJO, B.V.; COSTA, T.D. Parâmetros farmacocinéticos e farmacodinâmicos na otimização de terapias antimicrobianas. **Revista caderno de farmácia**, v. 17, n. 2, p. 98, 2001.

CHAUD, M.V.; GREMIÃO, M.P.D.; FREITAS, O. Reflexão sobre o ensino farmacêutico. **Revista de Ciências Farmacêuticas**, v. 25, n. 1, p.65-68, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/68057>>. Acesso em: 28 de mai. 2015.

CONCENSO BRASILEIRO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA-PROPOSTA. **Atenção Farmacêutica no Brasil: "trilhando caminhos."** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, DF, p. 24, 2002.

COSTA, P.Q.; REY, L.C.; COELHO, H.L.L. **Carência de Preparações medicamentosas para uso em crianças no Brasil**. **Jornal de Pediatria**, v.85, N. 3, p. 229-235, 2009.

FIOL, F.S.D. *et al*. Perfil de prescrições e uso de antibióticos em infecções comunitárias. **Revista da comunidade brasileira de medicina tropical**, v.43, n. 1, p. 68-69, 2010.

FURINI, A.A.C.; LIMA, A.L.Z.; ATIQUE, T.J.C. Análises de Indicadores de Prescrições em crianças de 0-12 anos em São José do Rio Preto. **Revista Brasileira de Farmácia**, v.90, p. 177-178, 2009.

GOODMAN, L.; GILMAN, A. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. Editora AMGH LTDA, São Paulo, 12. ed. p. 17-30, 2012.

LEITÃO, L.C.A.; SIMÕES, M.O.S.; FRANÇA, I.S.X.A Saúde Pública e a Indústria Farmacêutica: Implicações Bioéticas na Produção do Cuidado. **Revista Brasileira de Ciência da Saúde**, v. 16, n. 3, p. 296-300, 2012.

LIMA, A.P.C.S. *et al*.Utilização de um sistema de gerenciamento de benefícios farmacêuticos (PBM) para a caracterização do perfil de prescrição e aquisição d antibióticos. **Revista brasileira de ciências farmacêuticas**, v. 44, n. 2, p. 216-221, 2008.

LOURO, E.; ROMANO-LIEBER, N.S.; RIBEIRO, E. Eventos adversos a antibióticos em pacientes internados em um hospital universitário. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, p. 1043-1046, 2007.

MAGALHÃES, T.C. *et al*. **Aspectos críticos da prescrição de medicamentos em pediatria**. Evidencia, Joaçaba, v.13, n. 1, p. 5-18, 2013.

MOTA, L. *et al.* **Uso racional de antimicrobianos. Hospital Estadual de Ribeirão Preto**, p. 169, 2010.

OLIVEIRA, A.C.; SILVA, R.S. **Desafios do cuidar em saúde frente à resistência bacteriana: uma revisão**. Revista eletrônica de enfermagem, v. 10, n. 1, p. 192-196, 2008.

PAGANOTTI, A.M.*et al*. Prescrição de antibióticos a crianças atendidas no inverno em Unidade de Saúde de município paulista. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 34, n. 3, p. 441- 444, 2013.

PEREIRA, L.R.L.; FREITAS, O. A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v.44, n. 4, p. 602-604, 2008.

PINTO, M.C.G.L. *et al*. Manchamento por tetraciclina: como tratar?**Revista da faculdade de odontologia de Porto Alegre**, v. 46, n. 1, p. 54-55, 2005.

QUEIROZ, G.M. *et al*. Multirresistência microbiana e opções terapêuticas disponíveis. **Revista brasileira de clínica médica**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 132-134, 2012.

RIBEIRO, F. *et al*. Prescrição Antibiótica no serviço de urgência pediátrica de um Hospital Nível II da região Centro. **Revista de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto**, vol.22, n.4, p. 216-219, 2013.

SANTOS, N.Q. A resistência bacteriana no contexto da infecção hospitalar. **Revista texto contexto enfermagem**, v. 13, n. 1, p. 65-69, 2004.

SILVA, A.F.; *et al*. **Problemas relacionados aos medicamentos em idosos fragilizados da zona da mata mineira**, Brasil, p. 694, 2013.

SILVA, A.L.C.; HERTEL, V.L. **Perfil Epidemiológico de crianças hospitalizadas em uso de antibióticos**. Revista eletrônica de enfermagem do Vale do Paraíba, v. 1, n. 6, p. 10-13, 2014.

SOARES, V. H. P. **Farmacologia Humana Básica**. Muriaé: Senac, 1. ed., v. 1, p. 571-595, 2011.

TEIXEIRA, T.C.A.; CASSIANI, S.H.B**. Análise de causa raiz: avaliação de erros de medicação em um Hospital Universitário**, p. 140-144, 2010.

A INFLUÊNCIA DOS PADRÕES DE BELEZA VEICULADOS PELA MÍDIA, COMO FATOR DECISÓRIO NA AUTOMEDICAÇÃO COM MODERADORES DE APETITE POR MULHERES NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA-RJ

Josileyde Ribeiro Dutra[1][45]
Sonia Maria da Fonseca Souza [2]
Mariana Chiesa Peixoto [3]

Resumo: O uso de medicamentos sem a devida orientação de um profissional de saúde pode acarretar diversos resultados adversos e indesejáveis para o usuário. Entre os efeitos já relatados pela literatura especializada observa-se o mascaramento de graves sintomas pertencentes a algumas doenças, sendo ainda possível em certos casos o agravamento do quadro clínico. Os moderadores de apetite consistem em drogas sintéticas que em sua maioria são derivados anfetamínicos que atuam diretamente sobre o Sistema Nervoso Central. Atualmente é cada vez maior a busca pelo ideal estético de corpo perfeito veiculado pela mídia. Nesse intento é comum observar pessoas que não respeitam os limites de seus corpos e de sua saúde tentando alcançar, a qualquer custo, esse padrão de beleza, sendo este geralmente magro e esbelto. Ao realizar a pesquisa quantitativa através de questionário foi possível notar que a faixa etária e o gênero mais atingido pelos padrões de beleza instituídos pela mídia, são as mulheres entre 25 e 50 anos que fazem uso principalmente da anfetamina e dos derivados anfetamínicos, geralmente de dois a seis meses, e grande parte das entrevistadas apresentaram reações adversas a esses medicamentos.

Palavras-chave: Autoimagem. Obesidade. Anfetamina. Autoestima.

Introdução

A procura pela manutenção da beleza consiste em uma preocupação que permeia o universo feminino há vários séculos. Já no Egito antigo as mulheres usavam maquiagem, dietas e diversos artifícios para manterem uma aparência agradável e socialmente aceita.

A evolução dos meios de comunicação auxiliou consideravelmente na democratização da informação; contudo, também serviu para difundir modelos e padrões sociais, criar novos costumes e por muitas vezes ditar regras. Essa influência exercida pela mídia sobre o comportamento social pode ser observado principalmente no mundo da moda e em toda a indústria da beleza, onde é comum estabelecer padrões praticamente inatingíveis, com intuito de fomentar o consumo

[45] [1]Professora da Universidade Iguaçu *campus* V em Itaperuna/RJ. E-mail: jo.dutras@hotmail.com – Orientadora.
[2] Professora do Centro Universitário São José de Itaperuna/RJ e da Universidade Iguaçu Campus V em Itaperuna//RJ . E-mail: sonifon1@hotmail.com
[3] Farmacêutica em Miracema/RJ. E-mail: marianapeixoto15@hotmail.com

de produtos que prometem auxiliar no processo de adequar o indivíduo aos padrões veiculados como belo.

Devido seu contexto sociocultural e histórico, as mulheres representam a camada da sociedade mais vulnerável a esses padrões veiculados através da mídia para o conceito do belo, chegando a se submeterem a diversos sacrifícios como dietas rigorosas, extensos programas de exercícios e a prática da automedicação, tudo para atingir um padrão de beleza física que é veiculado pela mídia como sendo requisito fundamental para que o indivíduo seja aceito socialmente.

Nesse processo de automedicação as mulheres que buscam a qualquer custo atingir os altos padrões estabelecidos como belo, fazem uso abusivo de moderadores de apetite sem atentarem para os riscos que a utilização desses medicamentos, não supervisionada por um profissional competente, pode trazer para sua saúde.

Diante desse fato esta pesquisa busca constatar a relação entre a automedicação das mulheres que buscam um “corpo perfeito” e a imagem veiculada pela mídia, permitindo ainda responder se é possível estabelecer uma relação destes padrões de beleza com o uso abusivo de moderadores de apetite pelo público feminino no município de Miracema-RJ.

Desse modo a pesquisa busca de estabelecer o conceito de obesidade, os riscos que envolvem a automedicação, principalmente no que concerne aos moderadores de apetite, a relação entre o uso abusivo de emagrecedores e a imagem do “corpo perfeito” veiculada pela mídia além de compreender como esta afeta as mulheres do município de Miracema-RJ.

A relevância social do tema proposto é evidenciada no fato do grande poder que os veículos de comunicação possuem atualmente, sendo capazes de difundir suas mensagens para milhões de espectadores ao mesmo tempo, além de influenciarem diretamente na formação cultural de grande parte desses indivíduos.

Profissionalmente a importância do estudo é revelada no fato de que o farmacêutico na maioria das vezes é o profissional responsável por orientar os usuários de medicamento sobre a sua correta utilização, inclusive esclarecendo dúvidas que por vezes não são sanadas em consultório. Além disso, é o profissional responsável pelo controle nas vendas de medicamentos, devendo, portanto, se

preocupar e coibir a prática da automedicação que expõe o usuário a diversos riscos.

A presente pesquisa, no que propõe seus objetivos, é descritiva investigando como os padrões de beleza transmitidos pela mídia atual influenciam no processo decisório de automedicação das mulheres do município de Miracema-RJ. Para tanto, o estudo se apoia em duas vertentes, sendo a primeira qualitativa, através de revisão literária de livros, artigos científicos, jornais, revistas e material disposto na internet que verse sobre o tema em análise; a segunda vertente utilizará dados quantitativos que serão fornecidos através de entrevista com mulheres do município onde responderão um questionário sobre a utilização de moderadores de apetite. A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2013 e se encontra disposta em títulos e subtítulos com intuito de favorecer o estudo sistêmico acerca do tema proposto e promover a coesão e coerência dos dados compilados.

2 Revisão bibliográfica

2.2 Obesidade

Em linhas gerais a noção de obesidade reporta-nos para o excesso de gordura acumulada no organismo, que se encontra localizada principalmente no tecido subcutâneo. Os parâmetros seguidos para dizer se uma pessoa é obesa orientam-se pela superação de 20% do peso apropriado para a estatura do indivíduo.

Caetano et al. (2005) dispõe que a obesidade é considerada uma síndrome multifatorial na qual a genética, o metabolismo e o ambiente, interagem assumindo diferentes quadros clínicos, nas diversas realidades socioeconômicas. Atualmente, é considerada uma condição de elevada prevalência, que suscita a atenção do clínico, do pesquisador, assim como dos que trabalham na área social e sanitária.

Sobre o processo de acúmulo de gordura, percebe-se que quando uma pessoa ingere uma quantidade de calorias superior às necessidades energéticas de seu organismo esta é armazenada nos adipócitos sob a forma de triglicerídeos. Atualmente a obesidade se mostra como a desordem alimentar mais comum. Contudo, nem toda obesidade encontra-se diretamente relacionada ao consumo excessivo de calorias, devendo ser em alguns casos ponderados os distúrbios

hormonais, como no caso dos hormônios tireoidianos, sendo no caso o responsável pelo quadro de obesidade, o hipotireoidismo.

O Ministério da Saúde ao editar os Cadernos de Atenção Básica, define a obesidade como um agravo que relaciona diversos fatores da vida do indivíduo, tais como: biológicos, ecológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos. O determinante mais imediato do acúmulo excessivo de gordura e, por consequência, da obesidade, é o balanço energético positivo. O balanço energético pode ser definido como a diferença entre a quantidade de energia consumida e a quantidade de energia gasta na realização das funções vitais e de atividades em geral. O balanço energético positivo acontece quando a quantidade de energia consumida é maior do que a quantidade gasta (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p.19).

A etiologia da obesidade é multifatorial estando relacionada a diversos elementos como: genética, ambiente e comportamento. Nesse contexto é possível compreender que uma criança que possui pais obesos, também possuirá uma maior probabilidade de se tornar obesa. Contudo, observa-se que apenas uma pequena parcela dos casos diagnosticados como obesidade se deve a fatores genéticos. Desse modo, é importante que se volte à atenção para o ambiente e o estilo de vida adotado pelo indivíduo que se encontra obeso, que tendem a contribuir mais significativamente para a instalação desse quadro.

> Os fatores que levam um indivíduo ao balanço energético positivo variam de pessoa para pessoa. Embora existam evidências sugerindo a influência genética no desenvolvimento da obesidade, esses mecanismos ainda não estão plenamente esclarecidos. Acredita-se que fatores genéticos possam estar relacionados à eficiência no aproveitamento, armazenamento e mobilização dos nutrientes ingeridos; ao gasto energético, em especial à taxa metabólica basal (TMB); ao controle do apetite e ao comportamento alimentar. Algumas desordens endócrinas também podem conduzir à obesidade, como por exemplo, o hipotireoidismo e problemas no hipotálamo, mas estas causas representam menos de 1% dos casos de excesso de peso.
>
> A associação entre a ocorrência de obesidade entre membros de uma mesma família é conhecida, acreditando-se que isso possa ser devido tanto a fatores genéticos quanto aos hábitos de vida. A ocorrência de obesidade dos pais leva a um risco aumentado de ocorrência de obesidade, chegando a um risco quase duas vezes maior (80%) para os indivíduos com pai e mãe obesos (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p.19).

A sociedade atual preconiza o consumo alimentar exagerado e principalmente de alimentos ricos em açúcares simples, gordura saturada, sódio e conservantes, e pobres em fibras e micronutrientes. Além desse consumo de alimentos pouco

saudáveis, a rotina acelerada que as pessoas vivem, principalmente nos grandes centros urbanos, contribui para uma má alimentação e consecutivamente para o desenvolvimento da obesidade. Somam-se a estes fatores os avanços tecnológicos que facilitaram o desempenho de diversas funções do cotidiano, mas que em consequência diminuíram o gasto energético para a execução dessas mesmas tarefas, contribuindo para um saldo positivo da balança energética.

Quanto ao diagnóstico da obesidade, existem diversos exames que auxiliam nesse processo, dentre eles:

> AVALIAÇÃO DO PADRÃO OURO
> No passado, o padrão ouro para avaliar o peso era a pesagem dentro d´água (peso submerso ou hidrostático). Mais recentemente, técnicas de imagem tais como ressonância magnética, tomografia computadorizada e absorciometria com raios-X de dupla energia (dexa) têm sido alternativas, mas o custo e a falta dos equipamentos necessários impedem o uso dessas técnicas na prática clínica. Alternativas como a medida da prega cutânea, ultrassonografia, análise de bioimpedância e espectroscopia por raios infravermelhos são disponíveis e relativamente baratas.
> MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS
> A mais favorável medida de massa corporal tradicionalmente tem sido o peso isolado ou peso ajustado para a altura. Mais recentemente, tem sido notado que a distribuição de gordura é mais preditiva de saúde. A combinação de massa corporal e distribuição de gordura é, provavelmente, a melhor opção para preencher a necessidade de uma avaliação clínica. Deve ser notado, a princípio, que não há avaliação perfeita para sobrepeso e obesidade.
> IMC (Índice de Massa Corporal)
> O ponto de corte para adultos tem sido identificado com base na associação entre IMC e doença crônica ou mortalidade. A classificação adaptada pela World Health Organization, é baseada em padrões internacionais desenvolvidos para pessoas adultas descendentes de europeus (GODOY-MATOS; OLIVEIRA, 2004, p.03).

O diagnóstico preciso da obesidade não é um procedimento único e simples, normalmente ele depende da interação de dois ou mais exames. O exame mais utilizado mundialmente para o diagnóstico da obesidade é o que mede o Índice de Massa Corpórea (IMC); contudo este exame padece de críticas por não ser capaz de fazer distinção entre a massa gordurosa e a massa magra, e por não refletir a distribuição da gordura corporal. Desse modo “a combinação de IMC com medidas da distribuição de gordura pode ajudar a resolver alguns problemas do uso do IMC isolado” (GODOY-MATOS; OLIVEIRA, 2004, p.04).

2.3 O risco da automedicação

Antes de tratarmos especificamente dos riscos que o uso abusivo e sem acompanhamento médico de medicamentos podem trazer para a saúde do paciente, faz-se necessário compreender o que significa o termo automedicação. De forma que se forme uma estrutura que permita a plena compreensão de todos os elementos em análise.

Segundo Kovacs e Brito (2006 apud NOVELLI et al., 2011, p. 17) a automedicação pode ser definida como o uso de medicamentos sem prescrição médica, onde o próprio paciente decide qual fármaco vai utilizar. Inclui-se nessa designação também, a prescrição ou indicação de medicamentos por pessoas não habilitadas, como amigos, familiares e mesmo balconistas de farmácia. Neste último caso, caracteriza-se exercício ilegal da medicina.

De acordo com pesquisa realizada por Silva; Souza e Santos Neto (2008) observou-se que o Brasil é o quinto país do mundo em consumo de medicamentos, estando em primeiro lugar na América Latina. Tais dados estão intimamente ligados à automedicação, que também são apontados pela pesquisa como fator que pode estar relacionado a mais de 24 mil mortes causadas por intoxicação medicamentosa.

O uso de medicamentos sem a devida orientação de um profissional de saúde pode acarretar diversos resultados adversos e indesejáveis para o usuário. Entre os efeitos já relatados pela literatura especializada observa-se o mascaramento de graves sintomas pertencentes a algumas doenças, sendo ainda possível em certos casos o agravamento do quadro clínico.

Silva; Souza e Santos Neto (2008, p. 67) ainda afirmam que o uso indiscriminado de medicamentos pode ocasionar aumento da resistência bacteriana aos antibióticos pelo uso incorreto e até mesmo uma hemorragia cerebral devido à combinação de um anticoagulante com um simples analgésico. Além disso, a pessoa pode apresentar alergia a determinados ingredientes da fórmula medicamentosa e, em consequência, desenvolver uma intoxicação.

Tem-se observado ainda que as dificuldades que as pessoas encontram, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil, em ter acesso aos consultórios médicos, contribuem para que estas passem a seguir recomendações de pessoas não capacitadas, como parentes ou vizinhos, e até mesmo fontes como internet e televisão para tratar o que consideram ser “pequenos problemas de saúde”.

Diante desse contexto, é importante que toda farmácia tenha um farmacêutico responsável para orientar os pacientes quanto às dúvidas sobre os medicamentos. E a legislação brasileira determina através da Lei nº 5.991 de 17 de dezembro de 1973, em seu artigo 15, como obrigatório a presença do técnico responsável inscrito no Conselho Regional de Farmácia durante todo o horário de funcionamento para que drogarias e farmácias possam realizar a venda de medicamentos.

Em relação à importância da orientação fornecida pelo farmacêutico ao paciente como prevenção ao uso abusivo de medicamentos Silva; Souza e Santos Neto (2008, p. 70) relatam que as instruções sobre como e quando tomar os medicamentos, a duração do tratamento e o objetivo da medicação devem ser explicados pelo médico e pelo farmacêutico a cada paciente. Além disso, o nome do medicamento, a indicação para a qual foi prescrito e a duração da terapia devem ser registrados em cada rótulo, de modo que o medicamento possa ser facilmente identificado em caso de superdosagem. Uma instrução para “uso conforme recomendado” pode economizar o tempo gasto para redigir as prescrições, mas quase sempre leva a uma falta de aderência, confusão para o paciente e erro de medicação.

Diante dos textos apresentados é possível observar que determinado fármaco pode produzir uma efeito benéfico para um usuário, o que não implica em dizer que necessariamente produzirá o mesmo efeito em todos os usuários, podendo este, dependendo das circunstâncias, produzir inclusive um efeito maléfico. Tais variações evidenciam a necessidade de que haja um profissional especializado, capaz de conscientizar o consumidor sobre os verdadeiros riscos da automedicação, pois conforme apregoado por Paracelso já no século XVI “A diferença entre um remédio e um veneno está só na dosagem”.

2.4 Definição de moderadores de Apetite

Os moderadores de apetite consistem em drogas sintéticas que em sua maioria são derivados anfetamínicos que atuam diretamente sobre o Sistema Nervoso Central (SNC), mais precisamente sobre as regulações do hipotálamo reduzindo a fome. Dias (2013, p. 01) define anorexígenos ou moderadores de apetite são medicamentos à base de anfetamina, com a finalidade de induzir a falta de apetite,

ou seja, são os tão solicitados remédios para emagrecer. Esses remédios podem causar efeitos colaterais como: humor instável, dor de cabeça, depressão nervosa, irritabilidade, dentre outros. Tais efeitos dependem do tempo de uso e do organismo de quem usa.

Conforme a definição apresentada por Dias (2013) percebe-se que os anorexígenos agem sobre o SNC comunicando ao hipotálamo que o corpo está saciado e o hipotálamo por sua vez informa ao organismo que não precisa mais ingerir alimentos. Diante desse déficit de nutrientes o organismo passa a utilizar suas reservas de energia, provocando por consequência o emagrecimento.

Cabe mencionar que conforme a Resolução nº 52 de 06 de outubro de 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) dispõe que

> Art. 1º Fica vedada a fabricação, importação, exportação, distribuição, manipulação, prescrição, dispensação, o aviamento, comércio e uso de medicamentos ou fórmulas medicamentosas que contenham as substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários (BRASIL, 2011, p. 01).

No que concerne aos medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, a mesma resolução veda a sua prescrição em doses diárias superiores a 15mg/dia, devendo ser utilizado receituário B2 obrigatoriamente para a sua prescrição conforme pode ser observado pela previsão do artigo segundo e terceiro da Resolução nº 52 de 06 de outubro de 2011, a Anvisa.

> Art. 2º Fica vedada a prescrição, a dispensação e o aviamento de medicamentos ou fórmulas medicamentosas que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários acima da Dose Diária Recomendada de 15 mg/dia (quinze miligramas por dia).
> Parágrafo único. A prescrição, a dispensação e o aviamento de medicamentos ou fórmulas medicamentosas que contenham a sibutramina, respeitada a dosagem máxima estabelecida no caput, deverão ser realizados por meio da Notificação de Receita "B2", de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 58, de 05 de setembro de 2007, ou a que vier a substituí-la, ficando condicionados às medidas de controle definidas nesta Resolução.
> Art. 3° Somente será permitido o aviamento de fórmulas magistrais de medicamentos que contenham a substância sibutramina nos casos em que o prescritor tenha indicado que o medicamento deve ser manipulado, em receituário próprio, na forma do item 5.17 do Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 67, de 08 de outubro de 2007, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em farmácias, que deve acompanhar a Notificação de Receita "B2" (BRASIL, 2011, p. 01).

Conforme notícia veiculada pelo CRF-SP (Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2013), desde o final de 2011 a Anvisa decidiu por restringir a circulação dos moderadores de apetite ou anorexígenos do mercado. Contudo, a sibutramina, embora também tenha tido a sua restrição cogitada, continua a ser comercializada, sobre regras mais rígidas, como por exemplo, através da assinatura de termos de responsabilidade por médicos e pacientes, além da obrigatória informação sobre os seus possíveis efeitos adversos. Nessas restrições somam-se ainda o tempo de validade da receita que antes era de 60 dias, passou a ter validade de apenas 30 dias.

2.5 Mecanismo de ação dos moderadores de apetite

A maioria dos moderadores de apetite conhecidos deriva-se da anfetamina (Alfa – Metil – β – Fenetilamina), que consiste em uma amina simpática não catecolaminérgica mais potente na estimulação do SNC, cuja sintetização foi possível após a descoberta da efedrina em 1933. Inicialmente a anfetamina foi utilizada pela medicina devido ao seu poder estimulante no combate à depressão. Contudo, ao longo do tempo os pacientes que fizeram uso prolongado desse fármaco começaram a apresentar sintomas de anorexia e perda de peso. Em face do seu efeito estimulante e por provocar dependência química, a anfetamina passou a ser usada de forma abusiva por muitas pessoas, fato este que motivou a sua retirada do mercado.

Existem diversas substâncias derivadas da anfetamina, dentre elas as mais utilizadas para o tratamento da obesidade são: o femproporex e a dietilpropiona (anfepramona). Contudo, no Brasil conforme citado no tópico anterior a resolução nº 52 de 06 de outubro de 2011 da Anvisa, a comercialização dessas substâncias foi proibida, fazendo com que a sibutramina se tornasse o emagrecedor mais utilizado, muito embora essa mesma resolução imponha um controle rígido sobre a sua comercialização.

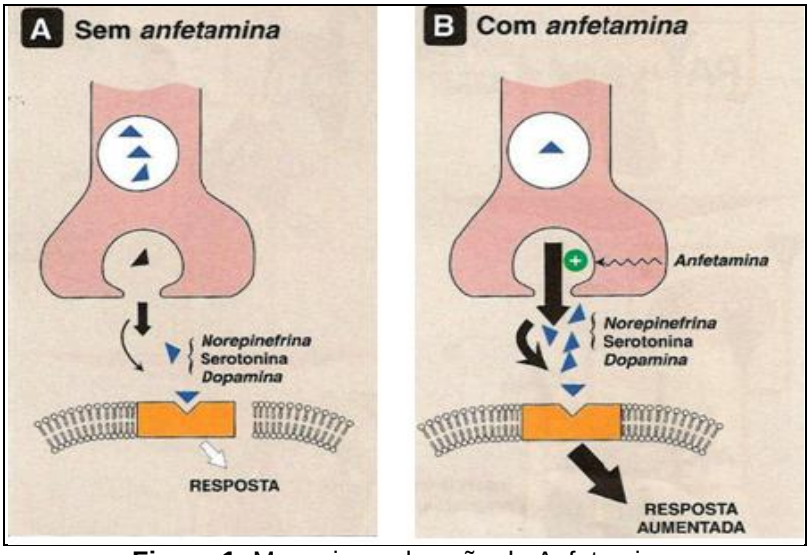


Figura 1- Mecanismo de ação da Anfetamina.
Fonte: (FINKEL; CUBEDDU; CLARK, 2010, p. 432)

Segundo os estudos de Finkel, Cubeddu e Clark (2010) as anfetaminas geram efeitos sobre o SNC e sobre o Sistema Nervoso Periférico de forma indireta, pois ambos necessitam do aumento das catecolaminas nas fendas sinápticas. Assim, as anfetaminas produzem seu efeito liberando estoques intracelulares de catecolaminas. A anfetamina também inibe a MAO (monoamina oxidase), com isso, níveis elevados de catecolaminas são facilmente liberados nas fendas sinápticas. Nesse contexto, Goodman e Gilman (2010, p. 232) explicam mais detalhadamente o mecanismo de ação da anfetamina.

> A anfetamina parece exercer a maioria ou todos os seus efeitos sobre o SNC através da liberação de aminas biogênicas de seus locais de armazenamento nas terminações nervosas. O seu efeito de alerta, seu efeito anorético e, pelo menos, um componente de sua ação locomotora estimulante são presumivelmente mediados pela liberação de norepinefrina dos neurônios noradrenérgicos centrais. Esses resultados podem ser evitados em animais de laboratório mediante tratamento com α – metiltirosina, um inibidor da tirosina hidroxilase e, portanto, da síntese de catecolaminas. Alguns aspectos da atividade locomotora e do comportamento estereotipado induzidos por ela representam, provavelmente, a consequência da liberação de dopamina das terminações nervosas dopaminérgicas, particularmente no neoestriado. É necessária a administração de doses mais altas para produzir esses efeitos comportamentais, e isso está correlacionando com a necessidade de maiores concentrações para liberar a dopamina de fatias do cérebro ou de sinaptossomas *in vitro*. Com doses ainda mais elevadas de anfetamina, ocorrem distúrbios da percepção e comportamento psicótico franco. Esses efeitos podem ser decorrentes da liberação de 5 – hidroxitriptamina (serotonina, 5 – HT) dos neurônios serotoninérgicos e da dopamina no sistema mesolímbico. Além disso, a anfetamina pode exercer efeitos diretos sobre os receptores centrais de 5 – HT.

Observado o mecanismo de ação da anfetamina, percebe-se que seus principais efeitos comportamentais são devidos ao aumento da liberação da dopamina, da norepinefrina e da serotonina na fenda sináptica, com isso, ela estimula todo o eixo cerebrospinal, córtex, tronco cerebral e bulbo, aumentando assim, o estado de alerta, diminuindo fadiga, apetite e também causando insônia.

As anfetaminas podem ser utilizadas terapeuticamente para: distúrbio de hiperatividade com déficit de atenção (DHDA), narcolepsia, prevenção e reversão da fadiga, analgesia, aumenta a frequência respiratória e depressão do apetite.

Sobre a depressão do apetite Goodman e Gilman (2010, p. 232) explicam que a anfetamina e substâncias semelhantes têm sido utilizadas no tratamento da obesidade, embora a racionalidade desse uso seja, quando muito, questionável. A perda de peso observada em seres humanos obesos tratados com anfetamina deve-se quase inteiramente a uma redução da ingestão de alimentos e, apenas em pequeno grau, a um aumento do metabolismo. O local de ação situa-se, provavelmente, no centro da fome no hipotálamo lateral. A sua injeção nessa área, mas não na região vetromedial, suprime a ingestão de alimentos. Nos seres humanos, verifica-se o rápido desenvolvimento de tolerância à supressão do apetite. Por conseguinte não se observa habitualmente uma redução contínua do peso em indivíduos obesos sem restrição dietética.

A anfetamina e seus derivados anfetamínicos apresentam toxicidade e efeitos adversos devidos geralmente à extensão de suas ações terapêuticas e, em geral, resultam da super dosagem. Dentre esses efeitos adversos, consistem: tontura, tremor, reflexos hiperativos, loquacidade, irritabilidade, insônia e algumas vezes euforia. Também ocorrem: confusão, alterações da libido, ansiedade, delírio, alucinações paranoides, estados de pânico e tendências suicidas ou homicidas, principalmente em pacientes com transtornos mentais. Esses efeitos podem ser produzidos em qualquer indivíduo se forem ingeridas quantidades suficientes de anfetaminas por um período prolongado. Também ocorrem efeitos cardiovasculares: cefaleia, calafrio, palidez ou rubor, palpitação, arritmia cardíaca, dor anginosa, hipertensão ou hipotensão e colapso circulatório, ocorrendo também sudorese excessiva. Além dos efeitos gerais e dos cardiovasculares, também ocorrem os efeitos sobre o Trato Gastrintestinal (TGI) incluindo: boca seca, gosto metálico, anorexia, náusea, vômito e cólicas abdominais. No geral, a intoxicação fatal acaba

terminando em: convulsões e coma, sendo os principais achados patológicos, hemorragias cerebrais (GOODMAN; GILMAN, 2010).

Até a proibição estabelecida pela resolução nº 52/2011, o Mazindol também era um dos fármacos mais comercializados no intuito de proporcionar o emagrecimento através da inibição do apetite.

"O mazindol apresenta uma estruturam molecular diferente dos medicamentos anfetamínicos. É considerado um imidazoisoindol, não sendo um fármaco do tipo fenetilamina" (BRASIL, 2011, p. 32).

> O mazindol é um supressor do apetite tricíclico e possui ação similar aos antidepressivos: desipramina e maprotilina. Apresenta ação inibitória na recaptação da serotonina e norepinefrina e inibe a dopamina. O mazindol também inibe diretamente a atividade de neurônios sensitivos a glicose no hipotálamo lateral. Isso resulta em uma inibição da secreção gástrica, que contribui para a supressão do apetite. Acredita-se que sua ação se deve à facilitação da atividade elétrica na área septal do cérebro. Devido a sua ação no centro da fome (no hipotálamo), o mazindol promove uma supressão do apetite pela redução da ingestão alimentar, inibição da secreção gástrica, inibição da absorção da glicose e aumento da atividade locomotora (BRASIL, 2011, p. 32).

O uso prolongado e em altas doses de Mazindol pode provocar reações adversas que compreendem: constipação, secura na boca, taquicardia, nervosismo ou inquietude e alterações do sono. Embora seja menos frequente, também é possível constatar diarreias, tonturas, sonolência, cefaleias, aumento da sudorese, náuseas ou vômitos, palpitações e sabor desagradável na boca.

É importante destacar que entre os fármacos utilizados para provocar à redução de peso através da inibição do apetite, a sibutramina é o único que ainda possui a sua comercialização permitida pela Anvisa. Deve ser observado que esta substância não possui outra utilidade se não o controle da obesidade e a redução de peso, ao contrário das anfetaminas e do Mazindol que podem ser utilizados para outros fins, principalmente devido ao seu potencial como estimulante.

Os efeitos terapêuticos da sibutramina se dão por meio da inibição da recaptação da noradrenalina, dopamina e serotonina. Segundo a Abbott Laboratórios do Brasil (2013, p. 04) o mecanismo de ação da sibutramina se processa da seguinte forma:

> A sibutramina exerce suas ações farmacológicas predominantemente através de seus metabólitos amino secundário (M1) e primário (M2), que são inibidores da recaptação de noradrenalina, serotonina (5-

> hidroxitriptamina, 5-HT) e dopamina. O composto de origem, a sibutramina, é um potente inibidor da recaptação de serotonina. Em tecido cerebral humano, M1 e M2 inibem também a recaptação de dopamina in vitro, mas com uma potência três vezes mais baixa do que a inibição da recaptação de serotonina ou noradrenalina. Amostras plasmáticas obtidas de voluntários tratados com sibutramina causaram inibição significativa tanto da recaptação de noradrenalina (73%) quanto da recaptação de serotonina (54%), mas sem inibição significativa da recaptação da dopamina (16%).

Segundo Machado (2011) a sibutramina não possui a função de controlar o apetite, mas apenas de promover a saciedade mais rapidamente. Dessa forma, as pessoas que utilizam esse fármaco comem menos, não por não terem fome, e sim, por se saciarem mais rápido. O autor ainda destaca que: “Na prática médica, a sibutramina aumenta a saciedade e funciona melhor para pacientes compulsivos, enquanto as anfetaminas apresentam bons resultados naqueles que sentem muita fome antes das refeições” (MACHADO, 2011, p. 01).

Ademais, entre os efeitos colaterais percebidos sobre o seu uso inadequado se incluem ocorrência de palpitações, aumento da pressão sanguínea e do risco cardíaco. Quando comparado com os demais fármacos utilizados para o emagrecimento, observa-se que a sibutramina é um fármaco mais moderno e mais pesquisado recebendo desse modo um numero maior de testes. Em geral este medicamento é utilizado inicialmente nos tratamentos de emagrecimento, sendo substituído pelas anfetaminas apenas no caso do paciente não responder satisfatoriamente ao tratamento com sibutramina, sendo oportuno mencionar que os dois medicamentos não devem ser utilizados simultaneamente. Nesse contexto, frente as proibições estabelecias pela resolução 52/2011 da Anvisa, “Sem as anfetaminas no mercado, os pacientes não terão outra opção. A resposta e eficácia dependem da carga genética. Alguns reagem bem à sibutramina, outros não” (MACHADO, 2011, p. 01).

2.6 A relação entre o uso abusivo de emagrecedores e a imagem do “Corpo Perfeito” veiculada pela mídia

É cada vez maior a busca pelo ideal estético de corpo perfeito veiculado pela mídia. Nesse intento, é comum observar pessoas que não respeitam seus limites e tentam alcançar esse padrão de beleza veiculado como modelo e que geralmente compreende um corpo esbelto e magro, tornando-se usuários e dependentes dessa

classe medicamentosa por muitos anos. Azevedo (2007, p. 01) através de pesquisa percebeu que na expectativa de atingir resultados bastante satisfatórios e em curto prazo, sem a necessidade de investir muito tempo e esforço físico na modelação do corpo, percebe-se o intenso crescimento na venda de medicamentos para o emagrecimento, o aumento das cirurgias plásticas (sendo a maior demanda de jovens), clínicas de estéticas cada vez mais frequentadas, a realização contínua de dietas rigorosas, muitas vezes prejudiciais à saúde.

Nesse mesmo entendimento Melo e Oliveira (2011) através de pesquisa sobre a utilização de moderadores de apetite por mulheres puderam concluir que na sociedade atual a beleza se tornou uma espécie de ditadura, onde a conquista da “felicidade” passa pela “domesticação” do corpo, mesmo que a saúde seja colocada em risco. Nesse contexto, o medicamento assumiu o sentido de coisa "benéfica" e apareceu entre aquele grupo de mulheres como solução para uma situação ou estado maléfico/indesejado prévio. O medicamento foi apresentado como uma mercadoria indispensável na busca pelo ideal – no caso, o corpo magro. O corpo, por sua vez, foi representado como algo a ser moldado, como um objeto necessário à conquista da "felicidade".

É interessante observar que a vaidade e a busca por um corpo magro a qualquer custo, inclusive fazendo uso indiscriminado de medicamentos, têm estreita relação com a busca desmedida por padrões de beleza praticamente inatingíveis, grandemente veiculados pela mídia atual.

3 Materiais e métodos

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, um conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica foi elaborada através de livros e artigos publicados em periódicos da área da saúde, no qual iniciou uma vasta busca por autores que abordassem o tema proposto para que a pesquisa tivesse embasamento real e atual.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, permitindo assim compreender o problema no meio em que este ocorre, não criando situações artificiais que marca a realidade ou então que levam ao equivoco de interpretações.

O público alvo constitui-se de 31 professoras da rede de ensino público do município de Miracema – RJ, realizada em fevereiro de 2013, sendo utilizado nesta pesquisa instrumentos de coleta de dados, sendo este um questionário estruturado entregue às funcionárias para que respondessem em casa e entregassem no dia posterior.

Nesta entrevista foram recolhidas informações como: qual moderador de apetite utilizado; qual o tempo médio de uso; qual orientação para uso desse medicamento; quais efeitos colaterais foram causados; a interferência da mídia na decisão por fazer uso de tais medicamentos; como este medicamento está atuando na autoestima da entrevistada; e por fim, qual faixa etária das entrevistadas.

Os dados foram coletados pela pesquisadora, entrevistando as professores da rede de ensino das escolas públicas no município de Miracema/RJ, e não houve nenhum tipo de resistência por parte das entrevistadas.

4 Resultados e discussão

A primeira questão trata da faixa etária das usuárias de moderadores de apetite, sendo demonstrado pela pesquisa:

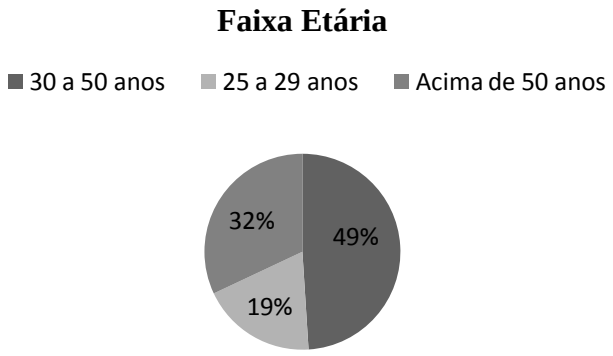


Gráfico 1- Faixa Etária das entrevistadas.
Fonte: Dados da Pesquisa

Depois de estabelecer a principal faixa etária das usuárias, a pesquisa dedicou-se a investigar quais são os moderadores de apetite mais utilizados, podendo ser constatados os seguintes:

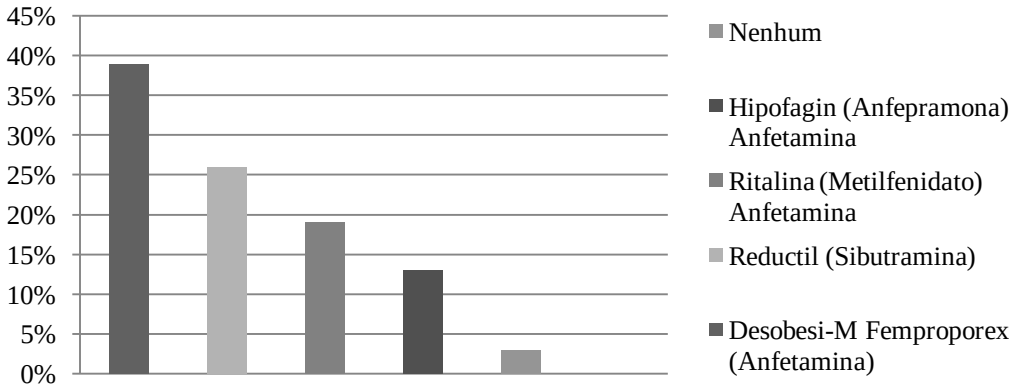


Gráfico 2 - Moderadores de apetite utilizados.
Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo o Ministério da Justiça (2005, p. 01) "O Brasil é um dos maiores consumidores de medicamentos anfetamínicos e a maior parte dos usuários são mulheres que os utilizam para o emagrecimento". Esse fato também pode ser constatado pela pesquisa que teve três derivados da anfetamina entre os moderadores de apetite mais utilizados.

Quando questionadas sobre o tempo de uso dos emagrecedores, pode-se perceber que 64,4% responderam que fazem ou fizeram uso desses medicamentos pelo período de 2 a 6 meses, e que apenas 22,54% fizeram uso por período inferior a dois meses, sendo também que 35,42% já fizeram uso de outros moderadores de apetite, porém 51,52% disseram que nunca fizeram uso de outro emagrecedor.

As respostas, quando questionadas sobre a principal influência em fazer uso de moderadores de apetite como meio de emagrecimento, puderam ser observadas no seguinte gráfico:

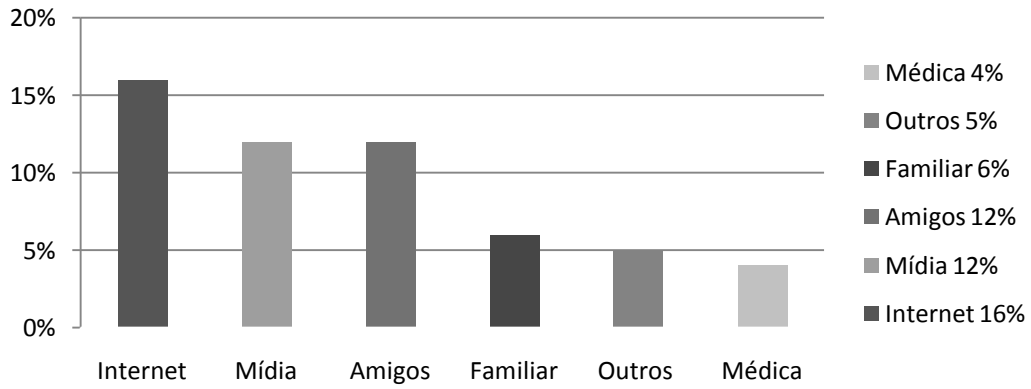


Gráfico 3 - Principal meio que influenciou o uso de moderadores de apetite.
Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme mencionado anteriormente os padrões de beleza veiculados pela mídia levam diversas pessoas ao desespero por não conseguirem se adequar a tais padrões. Diante dessas circunstâncias fazem uso indiscriminado de diversas substâncias sem que haja um acompanhamento profissional e sem que sejam levados em consideração os efeitos adversos que podem resultar do consumo destes.

> A dependência de moderador de apetite é mais grave, mulheres em busca do corpo ideal, padronizado pela mídia, tomam esses medicamentos abusivamente, muitas dessas drogas, contém em suas substâncias, componentes que podem causar dependência igual à cocaína. A pessoa dependente pressiona o médico para receitar mais remédios relatando sintomas que são da síndrome de abstinência e não da doença em si (SANTOS; CARRAPATO, 2002, p.06).

Quando questionados sobre reações adversas aos moderadores de apetite, 34% responderam que sofreram de insônia, 23% agitação, 17% sonolência, 9% náusea e 17% relataram não terem sentido reação adversa que pudesse ser atribuída ao uso do medicamento.

Por fim, ao serem indagados sobre a sua autoestima 45.8% das entrevistadas disseram que melhorou a sua autoestima, muito embora 41.86% tenham admitido que não ocorreu melhora da autoestima.

Considerações finais

A pesquisa pôde constatar que realmente existe uma relação entre o uso abusivo de moderadores de apetite (emagrecedores) pelas mulheres no município de Miracema/RJ e a imagem de “corpo perfeito” veiculada pela mídia, como pode ser visto através dos dados apresentados no capítulo de resultados e discussão neste artigo. Na maioria dos casos a obesidade ocorre devido a um desequilíbrio entre o consumo e o gasto de calorias. No entanto, nem sempre as pessoas que recorrem à utilização de moderadores de apetite como mecanismo para a redução de peso, encontram-se na faixa de sobrepeso. Essas pessoas constituídas em sua maioria por mulheres recorrem à utilização desses medicamentos por desejarem atingir aos altos padrões de beleza veiculados pela mídia. Contudo, nessa busca por um “corpo perfeito”, acabam negligenciando o fato de que os moderadores de apetite são medicamentos, e como tais quando usados de forma indiscriminada e

sem o devido acompanhamento profissional são capazes de produzir muitas reações adversas.

Nesse contexto a pesquisa percebeu ainda que os moderadores de apetite consistem em drogas sintéticas que em sua maioria são derivados anfetamínicos que atuam diretamente sobre o SNC, mais precisamente sobre as regulações do hipotálamo reduzindo a fome.

É importante levar em consideração o aumento da prevalência da obesidade no país como um fator importante na saúde pública, e também o abuso na automedicação de moderadores de apetite, como demonstrado nesta pesquisa, causador de diversas reações colaterais indesejáveis, cabendo ressaltar os riscos da automedicação, não só dos emagrecedores, como também de qualquer tipo de medicação. A mídia, ou de maneira global, a "comunicação", é uma ferramenta poderosa considerando seu poder de manipulação da informação, sendo um veículo formador de opinião, mudando conceitos e crenças, interferindo assim na cultura. E isso ficou demonstrado nesta pesquisa em que a mídia, a internet e também amigos, interferiram de uma forma bastante significativa para a automedicação das professoras da rede de ensino público no Município de Miracema/RJ.

Referências:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. **REDUCTIL, cloridrato de sibutramina monoidratado.** Disponível em: <http://www.buscabulas.com.br/bula/554/Bula-Reductil-Abbott-Laborat%C3%B3rios-do-Brasil-Ltda-/cloridrato-de-sibutramina-monoidratado->. Acesso em: 17 de mai de 2013.

AZEVEDO, Shirlaine Nascimento de. **Em busca do corpo perfeito:** um estudo do narcisismo. Curitiba: Centro Reichiano, 2007. Disponível em: <www.centroreichiano.com.br/artigos.htm>. Acesso em: 28 de abr de 2013.

BRASIL. **Lei no 5.991, de 17 de dezembro de 1973**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm>. Acesso em 15 de abr. de 2013.

BRASIL, ANVISA. **Avaliação de Eficácia e Segurança dos medicamentos Inibidores de Apetite.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/anorexigenos/pdf/Nota_Tecnica_Anorexigenos.pdf >. Acesso em: 19 de abr de 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Obesidade.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL, ANVISA. **RESOLUÇÃO - RDC Nº52, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/anorexigenos/pdf/RDC%2052-2011%20DOU%2010%20de%20outubro%20de%202011.pdf >. Acesso em: 20 de mai de 2013.

CAETANO, Caroline et al. **Obesidade e Aspectos Psicológicos:** Maturidade Emocional, Auto-conceito, Locus de Controle e Ansiedade. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA – SP. **Audiência Pública em 9/10 debaterá a proibição dos medicamentos inibidores de apetite. Medida completou um ano.** Disponível em: <http://portal.crfsp.org.br/noticias/3865-inibidores-de-apetite.html>. Acesso em: 23 de mai de 2013.

SNC FINKEL, Richard; CUBEDDU, Luigi X.; CLARK, Michelle A. **Farmacologia Ilustrada.** São Paulo: Artmed, 2010.

GOODMAN & GILMAN. **As bases Farmacológicas da Terapêutica.** Editora MAC GRAW HILL, 2010.

GODOY-MATOS, A. F.; OLIVEIRA, J. **Sobre peso e Obesidade:** Diagnóstico (2004). Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Projeto Diretrizes. Disponível em: <http://www.projetodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/089.pdf>. Acesso em: 23 de mai de 2013.

MACHADO, Lívia. **Entenda o mecanismo de ação da sibutramina e das anfetaminas** (2011). Disponível em: <http://saude.ig.com.br/. Acesso em: 15 de mai de 2013.

MELO, Cristiane Magalhães de; OLIVEIRA, Djenane Ramalho de. **O uso de inibidores de apetite por mulheres**: um olhar a partir da perspectiva de gênero. Ciência e saúde coletiva, 16(5), p. 2523 – 2532, 2011.

MINISTERIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. **Anfetaminas**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br>. Acesso em: 01 jan. 2005.

NOVELLI, Gisele Marina et al. **Auto medicação em universitários da fundação educacional de Fernandópolis e não universitários de um bairro do município de Marinópolis - SP**. Monografia, 2011, 47f. Fundação Educacional de Fernandópolis, Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fernandópolis.

SANTOS, Thais Carvalho; CARRAPATO, Josiane Logizia**. As consequências do uso de substâncias psicoativas no aspecto biopsicossoacial**. Revista Eletrônica da Toledo Presidente Prudente, São Paulo, n., p.6-7, 01 jan. 2002.

SILVA, Alexandra et al. **Fatores de risco nos distúrbios do equilíbrio corporal e da audição em universitários:** prevalência de comorbidades e uso de

medicamentos. Disponível em: <http://www.uniban.br/pesquisa/iniciacao_cientifica/pdf/ciencias_vida/reabilita/fatores_risco_medicamentos.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2013.

SILVA, Jennyff L.; SOUZA, Hudson W. O.; SANTOS NETO, Marcelino. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia,** vol 5(1), 67-72, 2008.

USO INDISCRIMINADO DOS BENZODIAZEPÍNICOS:
a contribuição do farmacêutico para um uso consciente

Joana Darc Lima de Oliveira[46]
Lisiane Amim Mota Lopes[47]
Geane Freitas Pires de Castro[48]

Resumo: Os benzodiazepínicos foram introduzidos na medicina clínica, acidentalmente nos anos 60 e com o decorrer dos anos, passaram a ser largamente prescritos uma vez que apresentam uma grande eficácia terapêutica além de serem seguros. Os benzodiazepínicos são medicamentos que promovem efeitos através de interações com receptor alostérico do ácido gama-amino-butírico, promovendo a diminuição da ansiedade, hipnose, relaxamento entre outros. Sua ação varia conforme sua farmacocinética, podendo ser principalmente de curta ou longa duração, produzindo maior ou menor efeito de dependência, abstinência e ou tolerância, que se tornaram os problemas mais alarmantes quanto ao uso destes fármacos. Esta classe de medicamentos teve uma grande ascensão ao longo dos anos, se tornando um dos medicamentos mais vendidos no mundo, porém, utilizados de modo irracional, surgindo deste modo à necessidade da imposição de uma lei que tivesse como objetivo principal o controle do uso destes fármacos, surgindo à Portaria 344/98 cujo intuito é promover o uso racional destes medicamentos, ressaltando o papel do farmacêutico, e minimizar ou até mesmo exterminar os riscos do uso inadequado dos benzodiazepínicos. Sendo assim, o presente trabalho analisou o uso indiscriminado dos benzodiazepínicos, destacando a maneira pela qual o profissional farmacêutico deve auxiliar no controle do uso exacerbado dos mesmos.

Palavras-chave: Ansiolítico. Hipnótico. Uso irracional. Papel do farmacêutico.

Introdução

Os benzodiazepínicos (BZDs) tiveram sua introdução na medicina clínica nos anos 60, sendo, o clordiazepóxido, o primeiro medicamento a ser descoberto, acidentalmente, pelo doutor Leo H. Sternbach (BERNIK, 1999).

São utilizados como ansiolíticos e hipnóticos além de possuir ação miorrelaxante e anticonvulsivante. Esta classe de medicamentos apresenta uma capacidade baixa de produzir depressão fatal do Sistema Nervoso Central (SNC), (GOODMAN & GILMAN, 2005), no entanto, uma razoável margem de segurança e incontestável eficácia terapêutica.

[46] Graduanda do Curso de Farmácia Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), em Itaperuna/ RJ. E-mail: j.doliv@hotmail.com
[47] Graduanda do Curso de Farmácia Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: lisiane_amim@hotmail.com
[48] Especialista em Gestão Escolar. Graduada em Farmácia. Professora do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: gege_freitas@yahoo.com.br – Orientadora.

Deste modo, os BZDs, tiveram uma grande aceitação médica e passaram a ser amplamente prescritos em substituição aos fármacos anteriormente utilizados para ansiedade, os barbitúricos, que apresentavam inúmeros efeitos adversos e indesejáveis, uma vez que afetavam a capacidade intelectual e motora do paciente, além de apresentarem riscos de superdosagem, que ocorriam em doses próximas da faixa terapêutica (BERNIK, 1999).

No final dos anos 70 pesquisadores começaram a detectar o uso indiscriminado dos BZDs que contribuiu para o surgimento de efeitos indesejáveis e nocivos a saúde do paciente como a dependência, tolerância e abstinência (NATASY *et al*., 2008).

Com o número crescente do uso crônico dos BZDs, surgiram preocupações com relação ao controle dessas drogas, assim, o consumo destes medicamentos é controlado, atualmente, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através de sua comercialização e prescrição, incluídas na Portaria 344 de 12 de maio de 1998 (BRASIL, 1998).

Estudos demonstraram que 50 milhões de pessoas, aproximadamente, fazem uso diário dos BZDs, as incluindo entre as drogas mais vendidas no mundo, representando 50% dos psicotrópicos prescritos, (NATASY *et al*., 2008); e que cada clínico têm em sua lista 50 pacientes dependentes de BZDs, sendo que metade destes pacientes gostariam de parar com o seu uso (PETHER, 1993).

Este consumo abusivo ocorre devido à falta de tolerância da humanidade para lidar com stress, seja no serviço, trânsito ou até na sua própria casa procurando a resolução instantânea de seus problemas cotidianos, através de um comprimido, além de inúmeros outros motivos que proporcionam a popularidade e uso irracional destes medicamentos como sua segurança por exemplo.

Neste contexto, com tantos empecilhos, o farmacêutico se torna essencial uma vez que o cliente chega para adquirir o medicamento com inúmeras dúvidas, reservando a este profissional promover uma dispensação segura, através de orientações indispensáveis, evitando, deste modo, problemas futuros relacionados aos BZDs, melhorando a qualidade de vida dos pacientes e proporcionando melhores resultados quanto ao uso racional desta classe de medicamentos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o uso abusivo de drogas hipnóticas e ansiolíticas da classe dos BZDs e ressaltar a importância da contribuição do

profissional farmacêutico no controle do uso indevido destes medicamentos, a partir de artigos, periódicos e bibliografias dos principais estudos dentro da literatura relacionados ao assunto relatado neste artigo.

1 Farmacologia dos Benzodiazepínicos

Em meados dos anos 50, um cientista americano, Leo Sternback, nos Estados Unidos da América, fazia um estudo com pacientes esquizofrênicos, utilizando como medicamento o clordiazepóxido. Na síntese deste medicamento, obteve-se uma mudança inesperada e então não se alcançou a ação antipisicótica esperada pelo medicamento e sim a redução da ansiedade destes pacientes em estudo (BERNICK, 1999).

Então a partir dos anos 60 o clordiazepóxido, comercializado com o nome Librium, foi largamente prescrito já que proporcionava resultados mais seguros que os barbitúricos uma vez que não induziam a depressão respiratória significativa.

Esta classe de medicamentos recebe este nome devido sua estrutura química que consiste em um anel aromático, que tem quatro grupos substituintes principais que podem ser modificados sem alterar sua atividade (SOARES, 2011).

1.1 Farmacodinâmica dos benzodiazepínicos

Esta classe de medicamentos age no sistema de neurotransmissão do ácido gama-amino-butírico (GABA), que é o principal neurotransmissor inibitório, sendo que 20%, aproximadamente, dos neurônios do SNC são gabaérgicos (SWEETMAN, 2005).

Os BZDs promovem seus efeitos através de interações alostéricas com seu receptor, cujo nome é o mesmo do neurotransmissor, GABA, do tipo A. Este complexo GABA-A é formado por cinco subunidades proteicas, sendo dois do tipo alfa, dois do tipo beta e um gama, estando localizados no córtex, cerebelo e estruturas límbicas (RANG & DALE, 2012).

Os BZDs se ligam nos receptores GABA-A, mais precisamente na sua porção alfa, não atuando diretamente no receptor GABA, com isso ocorre uma potencialização no momento em que o neurotransmissor se liga ao seu receptor.

Tendo ocorrido à ligação do receptor GABA-A, pelo GABA tem-se a abertura do canal de cloreto, proporcionando o influxo deste íon, resultando na hiperpolarização da membrana e consequentemente diminuição da excitabilidade da célula (RANG & DALE, 2012).

Os BZDS, além de serem agonistas alostéricos fracos, apresentam uma maior segurança terapêutica uma vez que só produzem efeito caso o sistema gabaérgico esteja íntegro, diferentemente dos barbitúricos que ativam diretamente o canal cloreto deprimindo inclusive o sistema respiratório, acarretando em uma menor segurança terapêutica (SEIBEL & JUNIOR, 2000).

1.2 Farmacocinética dos benzodiazepínicos

As diferenças de início, intensidade e duração de efeitos entre os BZDs são explicados a partir de sua farmacocinética (RANG & DALE, 2012).

Estes medicamentos podem ser administrados por via oral, intravenosa, intramuscular e transmucosa, sendo que por via oral e intravenosa tem-se uma absorção melhor. As taxas de absorção oral dos BZDs se diferenciam pela sua lipossolubilidade, sendo diferente na determinação da taxa com que os BZDs penetram no SNC (SOARES, 2011).

De modo geral a lipossolubilidade dos BZDs é alta, isto é, são rapidamente absorvidos uma vez que atravessam com facilidade a barreira hematoencefálica, sendo assim sua taxa de absorção se torna determinante do início de ação após a ingestão de uma única dose (BERNIK, 1999).

Os BZDs possuem uma boa absorção pelo trato gastrointestinal, atingindo uma concentração plasmática de pico em aproximadamente uma hora, no entanto, alimentos e terapia associada a fármacos que alteram o pH gástrico podem interferir na absorção destes medicamentos aumentando-a ou a diminuindo (GOLAM 2009, OGA, 2008).

Conforme o tempo de meia vida, os BZDs podem ser divididos em compostos principalmente de meia vida longa como diazepam, clonazepam, clordiazepóxido e meia-vida curta, por exemplo, alprazolam e lorazepam (RANG & DALE, 2007).

Os BZDs de meia vida longa apresentam as seguintes vantagens: dose menos frequente, menor variação na concentração plasmática e fenômenos de

abstinência menos grave, apesar de apresentarem desvantagens como o acúmulo de medicamentos no organismo, aumentando assim o risco de comprometimento psicomotor e aumento de sedação diurna (MEDEIROS, 2004).

Por outro lado, os medicamentos de meia vida curta não se acumulam no organismo e tem menor sedação diurna, sendo mais utilizados como indutores do sono, já que não tem efeito de sonolência ao acordar, enquanto os de meia vida longa são mais utilizados como ansiolíticos, uma vez que, permanecem no organismo por mais tempo (GOODMAN & GILMAN, 2005).

Além disso, vale ressaltar que a dose utilizada com o objetivo de efeito ansiolítico é menor que a utilizada como hipnótico.

1.3 Indicação terapêutica

Devido sua margem de segurança ser alta, os BZDs tiveram uma grande ascensão nas últimas décadas, sendo que apresentam 20 tipos de compostos disponíveis para uso clínico, que por possuírem ação rápida são empregados no tratamento imediato da insônia, ansiedade aguda, agitação e ansiedade associada, porém tem um grande risco de dependência tanto psicológica quanto física dificultando sua utilização por um longo prazo (SADOCK, 2007).

Além de exercerem efeitos ansiolíticos para alívio de ansiedade e estado de agressividade, os BZDs têm ação hipnótica induzindo e mantendo o sono, miorrelaxante, anticonvulsivante e anestésico. Devem ser indicados de acordo com orientação do médico e conforme a individualidade de cada paciente, devendo ser prescritos quando outros métodos alternativos não tiverem obtido resultados satisfatórios (MEDEIROS, 2004). O alprazolam, BZD de meia-vida curta, além de possuir ação hipnótica e sedativa também apresenta atividade antidepressiva. Segundo Rang & Dale (2012, p. 535)

> O clonazepam é usado para tratar epilepsia, assim como o diazepam, que é administrado por via retal em crianças no caso de crises agudas e por via intravenosa para controlar crises convulsivas que coloquem em risco no estado de mal epilético.

1.4 Efeitos adversos e contraindicação

Segundo Rang & Dale (2012, p.536) “Os benzodiazepínicos em superdosagem aguda são consideravelmente menos perigosos que outros ansiolíticos/ hipnóticos.”

Apesar disso, podem acarretar efeitos adversos quando utilizados concomitante com cimetidina, antibióticos macrolídeos, antidepressivos atípicos e principalmente quando utilizados com outras drogas depressoras do SNC como o álcool e barbitúricos, pois, estas drogas podem aumentar a absorção dos BZDs proporcionando um maior efeito sedativo (SOARES, 2011).

Os efeitos indesejáveis das drogas que induzem e mantém o sono, resultam da depressão do SNC como tontura, sedação, queda de discernimento e coordenação motora e mental, amnésia anterógrada, ataxia e letargia, podendo dificultar o processo de aprendizagem e memória.

Além dos efeitos depressores do SNC podem surgir outros efeitos colaterais como náuseas, diarreia, incontinência urinária, impotência sexual.

Mesmo administrados antes de dormir o paciente pode apresentar sonolência diurna, devendo ressaltar o uso por idosos, que podem apresentar um grande risco de quedas, fraturas, acidente, intoxicação e efeitos colaterais. Por este grupo de pessoas serem mais sensíveis aos efeitos sedativos e hipnóticos, é indicado aos mesmos à metade da dose utilizada por um adulto mais jovem.

É importante ressaltar o fato de que os BZDs atravessam a barreira placentária apresentando risco ao feto, levando a chances de anomalias congênitas e problemas neonatais como depressão respiratória leve no recém-nato, além disso, alguns medicamentos desta classe podem ser excretados no leite materno.

Pacientes que dirigem e que trabalham com equipamentos, máquinas perigosas é preciso de grande cuidado na administração dos BZDs, para que não promova consequências desastrosas.

Uma grande vantagem em relação a outros depressores do SNC é o fato de os BZDs possuírem um antagonista eficaz para neutralizar os efeitos de superdosagem, cujo nome flumazenil. Grande parte dos pacientes com intoxicação aguda precisa ficar em observação até que a depressão do SNC desapareça, sendo que nestes casos não é indicado a emese, mas sim lavagem gástrica em até uma hora após a ingestão, caso tenha sido ingerida a droga recentemente, pode-se utilizar o carvão ativado (SEIBEL & JUNIOR, 2001).

2 Uso indiscriminado

No princípio a elevada eficácia terapêutica e sua baixa capacidade de depressão do SNC foram os principais motivos para a rápida aceitação da prescrição médica dos BZDs. No entanto no final dos anos 70 através de pesquisas notou-se o aparecimento de efeitos indesejáveis em relação ao uso abusivo destes medicamentos (NATASY *et al*., 2008).

Uma grande preocupação em relação ao uso dos BZDs é seu potencial de levar a tolerância e a dependência, podendo ser caracterizado pela síndrome de abstinência, causados principalmente pelo uso indiscriminado desta classe de medicamentos (MEDEIROS, 2004).

O uso indiscriminado dos BZDs se consolidou através da facilidade de adquirir receituário médico sem precisar em diversos casos de consulta formal, segurança em seu uso, a compra destes medicamentos sem receita especial da cor azul do tipo B1, baixo custo dos mesmos, automedicação, má indicação, falta de informação ao paciente, automedicação, distribuição gratuita pelo governo, imagem positiva conferida por usuários dependentes, somada a falta de prescrição adequada, que caracteriza um grande problema concomitante com receita falsificada, rasurada, incompleta, sem data ou vencida (NASTASY, et al., 2008).

Deste modo o uso irracional destes medicamentos gera a dependência, que se tornou um problema de grande proporção uma vez que os pacientes em inúmeros casos simulam doenças, fazem bajulações, sedução e inclusive ameaças "*se eu não tomar esse medicamento vou morrer*", *"se eu não tomar esse medicamento eu não durmo"* para conseguir um receituário especial.

Esta classe de medicamentos deve ser indicada apenas em casos que houver a real necessidade do paciente, em que a ansiedade faça parte da sua personalidade, interferindo no seu dia-a-dia, em um prazo curto de duração de tratamento, de acordo com a individualidade de cada paciente, sempre sob orientação e prescrição médica, devendo ter como opção outros métodos alternativos que não seja um fármaco, como acompanhamento de um psicólogo por exemplo (NASTASY, et al., 2008).

3 Tolerância e dependência

A tolerância é a primeira manifestação do uso crônico dos BZDs, que ocorre quando há a administração repetida de uma determinada droga, de modo que seja necessária uma maior dose da droga para se obter o mesmo efeito, enquanto a dependência seria caracterizada pela perda de controle sobre o consumo de um fármaco gerando prejuízos tanto para o próprio indivíduo como para o mesmo na sua vida social (LARANJEIRA & CASTRO, 1999).

Segundo Rang & Dale (2012, p.596) “a tolerância descreve a queda no efeito farmacológico na administração repetida de uma “droga” que se desenvolve ao longo do tempo e proporciona o estado de dependência.” Segundo Wafford *apud* Rang & Dale (2012, p. 537):

> Ocorre tolerância (*i.e.,* doses progressivas necessárias para produzir o efeito procurado) com todos os benzodiazepínicos, assim como dependência, que é seu principal inconveniente. A tolerância parece representar mudança em relação aos receptores, mas o mecanismo não foi bem compreendido.

De acordo com Rang & Dale (2012, p. 594) a dependência de um determinado medicamento refere-se à condição humana na qual a utilização da *“droga”* se torna compulsiva, tendo prioridade sobre outras necessidades e, geralmente, com consequências adversas perigosas.

A dependência dos BZDs está relacionada com a sua farmacocinética, ou seja, com sua alta lipossolubilidade e capacidade de se distribuir pelo tecido cerebral, meia vida biológica, dose diária e tempo de uso.

Quando estes medicamentos são utilizados por mais de 12 meses o risco de dependência varia entre 25 a 40%, podendo ocorrer em dias ou semanas, sendo mais rapidamente em fármacos de meia vida curta e maior lipossolubilidade, por outro lado os fármacos de ação lenta, distribuição lenta e com alta taxa de ligação as proteínas plasmáticas e de demora da biotransformação, geralmente proporciona sintomas de abstinência de menor intensidade (OGA, 2008).

Vale ressaltar que a dependência física se caracteriza pela síndrome da retirada ou da abstinência, em que ao interromper a administração do medicamento o indivíduo apresenta efeitos adversos ao longo de um período, sintomas estes que

podem ser revertidos ao introduzir novamente a droga ou outra da mesma classe terapêutica (BERNIK, 1999).

Por outro lado a dependência psicológica está ligada a capacidade de um fármaco de reforçar os comportamentos associados ao seu consumo, como ser capaz de bajular, mentir como intuito de adquirir receituário para obtenção da droga, falsificação do mesmo, uma vez que para o dependente a prioridade em sua vida é o medicamento.

Deste modo, em tratamentos de curta duração a eficácia dos BZDs é bem documentada, por outro lado existem inúmeros pacientes que fazem o mau uso destes medicamentos, excedendo o tempo máximo de tratamento de 4 a 6 semanas, resultando com este uso abusivo, no aumento da probabilidade de riscos de efeitos indesejáveis como a tolerância, dependência e abstinência.

4 Síndrome de abstinência

A síndrome de abstinência é caracterizada como o resultado de adaptações fisiológicas reversíveis que ocorre devido à exposição a um fármaco (LARANJEIRA & CASTRO, 1999). Os sintomas de abstinência como alteração da percepção, sudorese, taquicardia, vertigens, perda de peso, sensação de calor, irritabilidade, insônia, pesadelo, inquietação, cefaleia, ansiedade, tremor, fadiga, diminuição de concentração, insônia de rebote ocorrem devido à diminuição de benzodiazepínicos endógenos pelo uso crônico destes medicamentos.

Estes sintomas surgem para os BZDs de meia vida-curta em torno de 2 a 3 dias após a retirada do medicamento, e de 5 a 10 dias após a suspensão do uso dos de meia vida longa, podendo ocorrer também posteriormente à diminuição da dose desta classe de medicamentos, e em casos de utilização destes medicamentos em doses terapêuticas (MILLER, 1995).

A abstinência refere-se ao surgimento de sintomas decorrentes da interrupção ou redução do uso dos BZDs, enquanto, sintoma de rebote é caracterizado pelos sintomas os quais determinou o médico a prescrever o medicamento ao paciente, porém ainda mais intensos, podendo ocorrer mesmo após a utilização de uma única dose, e em poucos dias posteriormente a retirada do medicamento, podendo haver dificuldade médica ao diferenciar o sintoma de rebote com o reaparecimento da ansiedade (LARANJEIRA & CASTRO, 1999).

Todo o processo de retirada dos BZDs em muitos casos é de forma lenta, uma vez que exige alguns cuidados como a retirada de forma gradual da medicação, conhecida como desmame, sendo a técnica mais efetiva e indicada, uma vez que a mesma evita a síndrome de abstinência além de ser de baixo custo e fácil execução. Na maioria dos casos os médicos preferem reduzir um quarto da dose por semana, sendo que 50% iniciais da retirada dos BZDs ocorrem mais facilmente em aproximadamente duas semanas, o restante é necessário um tempo maior, sendo essencial o apoio também psicológico na grande maioria dos casos (SEIBEL, JÚNIOR, 2001).

Caso não se obtenha sucesso com a técnica de desmame pode-se utilizar BZDs de meia vida mais longa como diazepam uma vez que é rapidamente absorvido e tem metabólitos de longa duração (desmetildiazepam) sendo assim apresenta uma redução mais suave nos níveis sanguíneos (GOODMAN & GILMAN, 2005).

5 Contribuição do farmacêutico no uso racional dos Benzodiazepínicos

Os BZDs é o grupo de medicamentos mais consumido no mundo, sendo tanto prescrito de forma indiscriminada quanto utilizada. Deste modo, se tornou necessário uma postura eficaz na restrição do uso e compra destes medicamentos (BERNIK,1999).

O Brasil foi incluído em medida de controle da prescrição e venda dos BZDs pelas autoridades de saúde no início de 1974, o que anteriormente era feita sem receituário médico. Logo depois, criaram a Portaria 344/98 onde os BZDs foram incluídos na lista B1, sujeito a notificação da receita B (azul), sendo um documento que permita a liberação do medicamento nas instituições autorizadas, com a receita para posterior inspeção e controle pela ANVISA, com o objetivo de evitar interações medicamentosas, uso irracional, abusivo e indiscriminado (MEDEIROS, 2004).

A receita do tipo B1 tem validade de 30 dias após a prescrição médica sendo válido somente na unidade federativa emitente, sua dispensação é restrita ao farmacêutico que pode conceder estes medicamentos para no máximo 60 dias de tratamento. Nesta receita deve conter identificação do emitente, do usuário, quantidade e forma farmacêutica, posologia, dose por unidade, assinatura e carimbo do médico prescritor, local e data da emissão prescrita por um profissional

legalmente habilitado, receita legível e sem rasuras para que não possam induzir ao erro ou confusão durante a dispensação do medicamento (BRASIL, 1998).

O fato de o farmacêutico colocar em prática o que é exigido pela lei é de suma importância para que se possa caracterizar como um dos motivos que auxilie no uso racional do medicamento, além disso, cabe ao mesmo prestar esclarecimentos ao paciente através de diálogos que contenham informações sobre a dependência que estes medicamentos podem proporcionar seus possíveis efeitos adversos, prováveis interações medicamentosas e alimentícias, posologia e armazenamento, reforçando o fato de que o medicamento deve ser tomado de maneira correta, no horário imposto, no prazo estabelecido (ARAUJO; FREITAS, 2006).

As orientações fornecidas pelo profissional farmacêutico se tornam essenciais uma vez que em muitos casos o paciente chega ao estabelecimento para adquirir o medicamento sem nenhuma informação sobre a prescrição médica, não tendo conhecimento do nome do medicamento que irá utilizar, menos ainda do tempo de tratamento, sendo indispensável à atenção farmacêutica neste contexto.

Como lembra Araújo e Freitas (2006), a Assistência Farmacêutica é o que garante que todo investimento feito nos medicamentos sejam transformados em saúde e melhora de qualidade de vida ao paciente. O medicamento por si só não deve ser entendido como sinônimo de saúde é essencial um acompanhamento de diversos profissionais como enfermeiros, farmacêuticos e médicos para que ocorra a correta empregabilidade e administração dos medicamentos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1993):

> Atenção farmacêutica é um conceito de prática profissional no qual o paciente é o principal beneficiário das ações do farmacêutico. A atenção é o compêndio das atitudes, dos comportamentos, dos compromissos, das inquietudes, dos valores éticos, das funções, dos conhecimentos, das responsabilidades e das habilidades do farmacêutico na prestação da farmacoterapia, com objetivo de alcançar resultados terapêuticos definidos na saúde e na qualidade de vida do paciente.

O farmacêutico é o elo entre o prescritor e o paciente por isso, se torna fundamental seu auxílio para a conquista de uma dispensação segura, uma vez que orientado de forma correta o paciente irá utilizar o medicamento conforme sua necessidade clínica, na dose e posologia precisa, evitando efeitos indesejáveis, interações medicamentosas e desperdício, diminuindo os potenciais de riscos, tanto no abuso quanto na dependência provocados pelo consumo dos BZDs, e com isto

obtendo resultados positivos tanto para saúde pública como para o paciente (ARAUJO; FREITAS, 2006).

6 Conclusão

Há décadas, os BZDs foram introduzidos no mercado e com o decorrer dos anos seu consumo aumentou simultaneamente com as preocupações em relação ao uso destes medicamentos.

Nota-se que há uma falha tanto na prescrição dos BZDs, quanto no momento em que o farmacêutico promove a dispensação. No entanto o usuário, buscando o alívio dos sintomas de estresse, insônia e ansiedade na sua maioria, traz uma grande parcela de culpa no uso indiscriminado dos BZDs, uma vez que não contestam a prescrição médica, não se interessam em entender os riscos associados ao medicamento utilizam-no por tempo prolongado por ser de efeito rápido e eficaz, não pensam em interromper o tratamento, e fazem de tudo para adquiri-lo.

Deste modo, para a probabilidade do uso racional dos BZDs aumentarem, e proporcionar resultados mais efetivos que melhorem principalmente qualidade de vida do paciente, é necessário uma prescrição segura, assistência farmacêutica com orientações necessárias para assegurar o uso adequado do medicamento, estabelecendo contato com o médico prescritor sempre que houver necessidade, além de uma avaliação do usuário quanto ao risco, benefício, e a verdadeira necessidade de utilizar o medicamento.

Referências:

ARAUJO, A.L.A.; FREITAS, O. Concepções do profissional farmacêutico sobre a assistência farmacêutica na unidade básica de saúde: dificuldades e elementos para a mudança.**Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, vol. 42, n. 1, jan./mar., 2006.

BERNIK, Márcio Antonini. **Benzodiazepínicos: quatro décadas de experiência**. 1.ed. São Paulo: Edusp, 1999.

BRASIL. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução Portaria número 344/98 – SVS/MS de 12 de maio de 1998. **Aprova Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial**, 1998. ANVISA Publicações Eletrônicas. Disponível em

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html> Acesso em: 29 de mar. de 2014.

GOLAN et. al. **Princípios de Farmacologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

GOODMAN & GILMAN. **As bases farmacológicas da terapêutica**.[tradução da 10º Ed. Original, Carla de Melo Vorsatz *et al*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2005.

LARANJEIRA, R; CASTRO, L.A. **Potencial de abuso de benzodiazepínicos**. In: Bernik MA editor. Benzodiazepínicos, quatro décadas de experiência. São Paulo (SP): Edusp; 1999.

MEDEIROS PV. **Prescrição de Benzodiazepínicos em Centro de Atenção Primária a Saúde na Cidade de Florianópolis**. 2004.

MILLER NS. **Liability and efficacy from longterm use of benzodiazepines**: documentation and interpretation. PsychiatricAnn, 1995.

NASTASY, H.; RIBEIRO, M.; MARQUES, A.C.P.R. **Abuso e Dependência dos Benzodiazepínicos.** Associação Brasileira de Psiquiatria / Projeto Diretrizes - Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, 2008.

OGA, Seizi. **Fundamentos de toxicologia.** 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). **El papel del farmacéuticoen el Sistema de Atención a la Salud**. Washinton DC, 1993.

PETHER, R. **Guidelines for the prevention and treatment of benzodiazepine dependence.** Washington: The Mental Health Foundation, 1993.

RANG H.P.; DALE M.M. **Farmacologia.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RANG H.P.; DALE M.M. **Farmacologia.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SADOCK, Benjamin James; SADOCK, Virginia Alcolt. **Compêndio de Psiquiatria: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica.** 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SEIBEL, Sérgio Dario; JÚNIOR, Alfredo Toscano. **Dependência de Drogas**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

SOARES, Vinicius H. P. **Farmacologia Humana Básica**. Muriaé: Senac, 2011.

SWEETMAN, Sean C. **Martindale: the complete drug reference.**34rd London: Pharmaceutical Press, 2005.

A COMUNICAÇÃO NA FAMÍLIA CARACTERIZADA PELA PSEUDOMUTUALIDADE E PELO DUPLO VÍNCULO

Ieda Tinoco Boechat[49]
Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral[50]
Carlos Henrique Medeiros de Souza[51]

RESUMO: As interações sociais humanas se iniciam, quase em sempre, na família, entendida de modo amplo como uma união de pessoas estabelecida por laços consanguíneos e/ou afetivos. A comunicação em família pode favorecer ou não o pleno desenvolvimento de seus membros. O objetivo deste artigo é estudar as relações interpessoais no contexto familiar caracterizadas pela pseudomutalidade e pelo duplo vínculo, fenômenos relacionais que podem dificultar a comunicação a ponto de comprometer a interação familiar. Para tanto, explicita a concepção sistêmica de família; evidencia a relevância da linguagem e da cognição na comunicação e na interação humanas para as relações no ambiente familiar; e caracteriza a pseudomutualidade e o duplo vínculo. Supõe-se que os padrões de comunicação e de interação familiares, que não consideram a metacomunicação e impedem a metacognição, comprometem a identidade pessoal, o pensamento reflexivo e o desenvolvimento intelectual e socioafetivo de seus membros. Assim, este estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, problematiza a questão: de que modo a cognição e a linguagem podem favorecer a interação familiar? Discute-se que para haver uma interação familiar ótima é necessário valorizar a espontaneidade na tomada de decisões, entusiasmo na participação conjunta e a exploração de divergências entre concepções que valorize a argumentação e a contra-argumentação, a fim de favorecer o desenvolvimento do pensamento reflexivo por meio de relações familiares mutuais. Conclui-se que a interação familiar requer liberdade para a autoexpressão de sentimentos e pensamentos, com intuito de favorecer a cognição e a metacognição, a comunicação e a metacomunicação, processos fundamentais ao desenvolvimento socioafetivo, intelectual e psíquico de seus membros, em nível individual e coletivo.

Palavras-chave: relações interpessoais; metacognição; divergência; cognição e linguagem.

INTRODUÇÃO

A pessoa se instaura na e pela linguagem na relação uns com os outros. Essas interações sociais humanas se iniciam, quase em sua totalidade, na família, entendida como uma união de pessoas estabelecida por laços consaguíneos e/ou afetivos.

[49] Mestranda em Cognição e Linguagem – UENF. Especialista em Psicologia Humanista-Existencial, Terapia Familiar e Psicopedagogia. Professora no Centro Universitário São José de Itaperuna. Psicóloga Clínica e Terapeuta de Família.
[50] Mestre em Cognição e Linguagem – UENF. Professora de Direito Civil no Curso Jurídico da Universidade Iguaçu e da Rede *Doctum*, Professora no Curso de Medicina da Universidade Iguaçu/ Itaperuna.
[51] Doutor em Comunicação e Mídia (UFRJ), Mestre em Educação pelo CES/JF, Licenciado em Pedagogia pela UNISA, Bacharel em Direito pela Universo e Bacharel em Sistemas de Informação pelo CES/JF. Coordenador da Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Cognição e Linguagem (PGCL/ UENF)

A família, na perspectiva sistêmica, estabelece-se pela união de duas pessoas adultas que fazem convergir dois sistemas familiares com a possibilidade de se conformar em um único sistema, para efetivamente se constituir família com a chegada do primeiro filho. Esse novo sistema far-se-á novo, se as pessoas conseguirem reformular os modos de comunicação e interação pela reflexão e atualização, instaurando um sistema com identidade própria.

Nesse processo, o casal, com suas visões de mundo distintas e, algumas vezes, muito particulares, buscarão constantemente, por meio de acordos e ajustes, dirimir discordâncias e conciliar divergências para encontrarem a própria identidade do novo sistema familiar. Caso contrário, podem experienciar aí fenômenos relacionais que dificultam a convivência de seus membros, como a pseudomutualidade e o duplo vínculo, objetos de estudo deste trabalho.

Assim, este artigo, objetiva estudar as relações interpessoais no contexto familiar caracterizadas pela pseudomutalidade e pelo duplo vínculo, fenômenos relacionais que podem dificultar a comunicação e comprometer a interação familiar, problematizando a questão: de que modo a cognição e a linguagem podem favorecer a interação familiar? A fim de encontrar respostas para tal proposição, explana como a teoria sistêmica concebe família; evidencia a relevância da linguagem e da cognição na comunicação e na interação humanas para as relações no ambiente familiar; e caracteriza a pseudomutualidade e o duplo vínculo, objetos de estudo deste.

Acredita-se que, na família, os padrões de comunicação e de interação que impedem a metacomunicação e a metacognição comprometem a identidade pessoal, o pensamento reflexivo e o desenvolvimento intelectual e socioafetivo dos familiares. Desse modo, justifica-se este trabalho na medida em que se propõe a realçar a necessidade da metacomunicação e da metacognição na interação entre os familiares, a fim de prevenir entraves desnecessários na comunicação, até mesmo o adoecimento, que podem prejudicar tanto os relacionamentos interpessoais quanto a vida de cada um individualmente.

Talvez se torne relevante tal estudo se se puder vislumbrar os efeitos de um entendimento sistêmico das relações familiares que permita aos membros da família, interdependentes e corresponsáveis, atualizarem potencialidades e criarem possibilidades, valorizando as diferenças, a fim de se apoiarem no desenvolvimento

de seus aspectos cognitivo, afetivo e social, o que vai refletir diretamente na construção do conhecimento e na aprendizagem, no autoconceito e no autorrespeito, na autonomia para assumir responsavelmente as consequências de suas decisões e na autoconfiança para enfrentar desafios, favorecendo o exercício pleno da cidadania e a realização pessoal e profissional.

Por meio de pesquisa bibliográfica, buscam-se, então, nas proposições dos teóricos da terapia familiar sistêmica e da linguística, subsídios para se proporem reflexões e se discutirem formas de contribuir para que a interação que efetivamente considera a metacomunicação e valoriza a metacognição, aconteça de modo satisfatório entre os integrantes de uma família.

1 A FAMÍLIA NA PERSPECTIVA SISTÊMICA

A terapia familiar sistêmica breve formula, consoante Calil (1987), seu arcabouço teórico a partir da Teoria Geral dos Sistemas de Von Bertallanfy que define a família como um sistema aberto, devido ao movimento de seus membros dentro e fora de uma interação uns com os outros e com os sistemas extrafamiliares, tendendo a funcionar como um sistema total, onde as ações e os comportamentos de um dos membros influenciam e, simultaneamente, são influenciados pelos de todos os outros.

As propriedades dos sistemas abertos, encontrados também nos sistemas familiares, segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1981), são: globalidade (quando uma parte do sistema se modifica, as demais também se modificarão para se adaptarem, pois os sistemas são um todo coeso e a interação entre seus elementos é circular e não linear; um sistema jamais equivale à soma de suas partes, pois há que se considerar os contextos interacionais); retroalimentação (por *feedback* positivo, o sistema se transforma e evolui, promovendo a morfogênese; por *feedback* negativo, o sistema reduz as perturbações para voltar ao equilíbrio e manter a homeostase – equilíbrio dinâmico que permite, ante a mudanças, o sistema manter sua estabilidade e seu funcionamento por um processo de autorregulação); equifinalidade (um resultado é gerado por condições iniciais diferentes e um mesmo evento pode determinar diferentes resultados).

Considerando tais pressupostos, a terapia familiar sistêmica oferece abordagens que pretendem ajudar as famílias nas dificuldades que porventura

possam atravessar em suas relações interpessoais. Diz Calil (1987) que a *escola estrutural* dedica-se, em especial, à reorganização da família pela modificação das características das fronteiras do sistema familiar e seus subsistemas ou do relacionamento hierárquico de seus membros; a *escola estratégica breve* enfatiza os padrões de comunicação e de interação, considerando que estes definem relacionamentos humanos; e o *grupo de Milão* ressalta o dilema mudar/não mudar experimentado pelas famílias que tendem a limitar seu crescimento e evitam alterar seus padrões relacionais por considerarem mudanças uma ameaça aos padrões estáveis de relacionamento.

Desse modo, a família pensada de modo sistêmico pode ser comparada em suas características ao sistema aberto e ser concebida como uma estrutura em que as pessoas se comportam, organizam-se e funcionam sob certos padrões de interação e de comunicação, seguindo regras para alcançarem seus objetivos. No entanto, a manutenção de tais padrões exige reflexão e atualização, mas, muitas vezes, isso não acontece.

A família, na perspectiva sistêmica, segundo Carter e McGoldrick (2007), constitui-se pela união de duas pessoas (adultas) que modifica dois sistemas familiares inteiros e desenvolve um terceiro sistema com identidade própria. O novo sistema efetivamente se constitui família com a chegada do primeiro filho, que a inaugura, trazendo novamente muitas mudanças. Importa realçar que essas pessoas que se unem eram e continuarão sendo membros de sistemas que já possuíam suas características e expectativas próprias como grupo, assim como suas expectativas pessoais, inclusive, em relação às gerações futuras. Isso requererá, a cada nova fase vivenciada pela nova família, reorganização e atualização.

No entanto, algumas pessoas parecem apenas reagir automaticamente às vivências em família. Talvez pelo fato de que tais vivências lhes sejam tão “familiares”, ou seja, tão próximas e tão próprias que não conseguem o distanciamento necessário para uma reflexão que favoreça mudanças naquilo que, obviamente se houver, não lhes seja interessante viver. Sob a convicção de que “na minha família era assim”, imersas na atmosfera familiar, fazem aquilo que sabem fazer da melhor forma possível, muitas vezes, certas de estarem fazendo o melhor,

mas sem troca dentro e fora do sistema familiar e sem avaliar as consequências de suas atuações.

Assim, além de todas as diferenças anteriormente mencionadas que podem gerar conflitos entre os familiares, dois fenômenos relacionais parecem comprometer as relações interpessoais no âmbito da família, por não considerarem a metacomunicação e impedirem a metacognição, quais sejam, a pseudomutualidade e o duplo vínculo.

3 FENÔMENOS RELACIONAIS FAMILIARES POTENCIALMENTE COMPROMETEDORES

O ser humano se instaura na e pela linguagem na relação uns com os outros. Segundo Alkmim (2001), em uma concepção benvenistiana, é dentro da língua e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam reciprocamente, uma vez que somente pela língua ambos passam a existir.

As interações sociais humanas se iniciam, quase em sua totalidade, na família. Wynne et al. (1980) apoiam-se na ideia de que a tendência a se relacionar com outros seres humanos constitui uma “necessidade” fundamental da existência humana e de que todo ser humano tende, consciente e inconscientemente, a desenvolver permanentemente um sentido de identidade pessoal, o que confere continuidade e coerência à experiência, apesar dos constantes estímulos internos e externos. Assim, os autores apontam que a necessidade universal de resolver tanto os problemas de relação como os de identidade conduz a três principais “soluções”: a mutualidade (espontaneidade para decidir e se posicionar), a não mutualidade (confere espontaneidade à conduta ao evitar a necessidade de tomar decisões acerca da maioria dos atos que realiza) e a pseudomutualidade (dispensa a pessoa de ter que tomar decisões, custando-lhe o bloqueio da espontaneidade), conforme Figura 1.



Figura 1 – Relações pseudomutuais
Fonte: Jornal *O Globo*

Segundo Wynne et al. (1980), as relações de genuína mutualidade conferem à pessoa um sentido de sua própria identidade significativa e positivamente valorada e, a partir da experiência ou participação conjunta, desenvolve-se o reconhecimento mútuo da identidade e um reconhecimento crescente das potencialidades e capacidades do outro. Já nas relações não mutuais, não há um esforço por manter a relação nem interesse por explorar os significados que cada pessoa pode oferecer à outra; se a relação se diferencia disso, aos poucos se encaminha para pseudomutualidade ou mutualidade.

Diferentemente, a pseudomutualidade mostra-se um fenômeno relacional que pode produzir danosas consequências no contexto familiar, devido ao esforço de adequação realizado às custas da diferenciação da identidade das pessoas que participam da relação, implicando um dilema característico: a divergência é percebida como uma ameaça, como algo a ser evitado, já que descompõe e enfraquece a relação, comprometendo o seu crescimento. Os limites instáveis que circundam o sistema familiar por completo, tal como um "*cerco de goma*", expandem-se para incluir o que lhe parece complementar e se contraem para excluir o que não reconhece como complementar.

Desse modo, os autores acima elencados enumeram as características da pseudomutualidade familiar: a) invariabilidade da estrutura de padrões, apesar de alterações físicas e situações nas circunstâncias de vida de seus membros e das mudanças experimentadas na vida familiar; b) insistência no conveniente e adequado desta estrutura de padrões; c) intensa preocupação com respeito a

qualquer divergência ou independência relativa a essa estrutura; d) ausência de espontaneidade, novidade, humor e entusiasmo na participação conjunta. Logo, a pessoa, sem espaço para escolhas pessoais e decisões próprias, sente sua vida estéril e sem sentido; percebendo-se socialmente inábil, prefere o isolamento.

Como se pode ver, a pseudomutualidade, gerada pela indiferenciação, alimenta-a, impede a exploração de divergências no contexto interacional familiar e embota seus membros em sua capacidade criativa e relacional, compromete sua identidade pessoal, além de prejudicá-los em seus aspectos cognitivos ao impedi-los de argumentar e contra-argumentar.

Considera-se que o processo reflexivo se liga a formas argumentativas de comunicação, uma vez que o engajamento em argumentação possibilita o desenvolvimento da reflexão. Baseando-se nessa concepção vygotskyana, Leitão (2007) diz que embora o autor tenha postulado isso, não explorou a relação entre a gênese do pensamento reflexivo e a gênese de condutas argumentativas, o que se propõe a fazer.

Segundo Leitão (2007), a argumentação, como recurso semiótico-discursivo de mediação no desenvolvimento do pensamento reflexivo, é condição para a reflexão. A autora diz que a argumentação, entendida por Van Eemeren et al. (1996) como a defesa de pontos de vista e a consideração de objeções e perspectivas alternativas para aumentar ou diminuir a aceitabilidade dos pontos de vista em voga, produz no discurso um processo de negociação para o manejo de divergências entre concepções, que a institui como recurso de constituição do conhecimento e de desenvolvimento do pensamento reflexivo.

Quanto ao pensamento reflexivo, Leitão (2007) o toma por processo metacognitivo, um processo autorregulador do pensamento que se estabelece quando uma pessoa considera suas próprias concepções como objeto de pensamento à luz dos seus fundamentos e das fronteiras que as delimitam. Assim, a autora postula que os movimentos cognitivo-discursivos, ou seja, argumentar e contra-argumentar, promovem um deslocamento no foco da atenção da pessoa nos seus processos de pensamento, qual seja, leva o pensamento do primeiro nível de semiose – a cognição (pensar sobre algo) – para o segundo nível – a metacognição (pensar a respeito do que pensa sobre algo). Assim, a metacognição pode ser “entendida como o ato de controlar o próprio ato de pensar, a administração

deliberada das formas de raciocínio e de interação" (BRITTO, 2008 apud CORREA, 2009, p. 283).

Outro fenômeno relacional familiar que compromete a metacognição, ao desconsiderar a metacomunicação é o duplo vínculo, que pode ser visto na impossibilidade de a pessoa comentar a posição contraditória em que foi colocada, pois se o faz, a outra pessoa toma como uma acusação e insiste em que sua percepção está deformada, impedindo-a de falar da situação, logo de usar o plano metacomunicativo para corrigir a sua percepção da conduta comunicativa. A capacidade para comunicar sobre o comunicado é essencial para as relações exitosas. Caso contrário, a pessoa se vê incapacitada para discriminar o que querem dizer as pessoas, de fato, e para expressar o que quer dizer ela, de fato.

O conceito de duplo vínculo acima descrito foi formulado por Bateson et al. (1997) e expressa uma situação específica, cujos "ingredientes necessários" são: 1) duas ou mais pessoas, sendo uma delas definida como a "vítima"; 2) experiências tão repetidas que a estrutura do duplo vínculo chega a ser uma expectativa habitual; 3) uma ordem negativa primária; 4) uma ordem secundária que se choca com a primeira em um plano mais abstrato e posto em vigor com castigos ou sinais que põem em perigo a sobrevivência; 5) uma ordem terciária negativa que proíbe que a vítima escape da situação, especialmente se isto se dá na infância; 6) qualquer parte de uma sequência pode ser suficiente para precipitar o pânico ou a cólera. Os autores dizem que o conjunto desses ingredientes já não é necessário quando a vítima aprendeu a perceber seu universo pautado no duplo vínculo.

Assim, os autores supramencionados definem como características gerais da situação de duplo vínculo necessariamente coexistentes: o envolvimento da pessoa em uma relação intensa, que sente que tem vital importância discriminar com exatidão a mensagem que está sendo comunicada, a fim de responder adequadamente; a pessoa se encontra em uma situação em que a outra pessoa da relação expressa duas ordens de mensagem, e uma delas nega a outra; a pessoa não pode comentar as mensagens expressas para corrigir sua discriminação da ordem da mensagem a que deve responder, ou seja, não pode fazer uma observação metacomunicativa. Em situações mais severas, pode gerar-lhe a incapacidade de discriminar entre Tipos Lógicos, confundindo o literal e o metafórico em suas próprias manifestações.

Desse modo, conforme Figura 2, nas relações familiares configura-se uma situação em que em que a pessoa, dizem os autores, “faça o que fizer, não pode ganhar”.

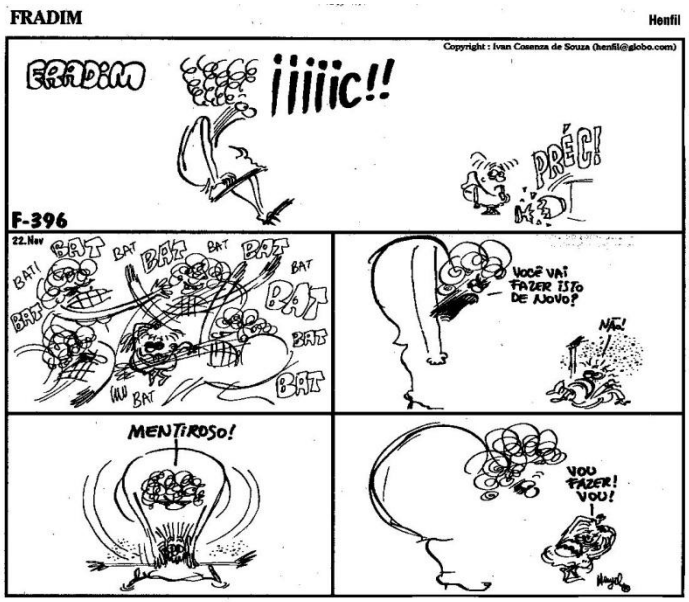


Figura 2 – Relação familiar baseada no “duplo vínculo”
Fonte: Jornal *O Globo*

Se uma pessoa com uma conduta afetuosa tenta encobrir um sentimento hostil, colocará a outra em duas possibilidades: 1) discriminará os sinais metacomunicativos de que está sendo rejeitada apesar da conduta afetuosa, o que será recebido como uma acusação e receberá punição por tal feito; 2) negará para si mesma a rejeição, enganando-se a si mesma acerca de suas percepções, discriminando falsamente suas próprias mensagens internas, buscará, então, maior proximidade, pelo que será rispidamente afastada. Em ambas as situações será punida, seja por discriminar com exatidão ou com inexatidão: está presa em um duplo vínculo.

Torna-se claro, então, que uma pessoa ao dar uma ordem ou emitir um parecer, precisa permitir que a outra pessoa considere a metacomunicação, ou seja, possa comunicar a mensagem que recebeu, a fim de checar o seu entendimento sobre o que foi comunicado, para consequir organizar adequadamente seus sentimentos e pensamentos e, então, poder responder coerentemente à situação, conforme Figura 3.

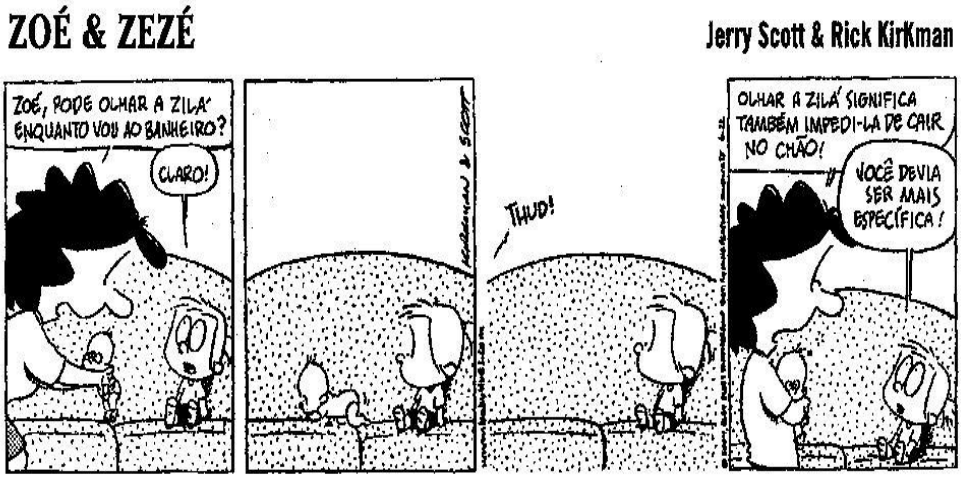


Figura 3 – Relação em que a metacomunicação é permitida
Fonte: Jornal *O Globo*

Todo o exposto se pode facilmente compreender sendo a comunicação uma necessidade natural do homem, segundo Fiorin (2103), uma necessidade que é respondida pela linguagem. Diz o autor que comunicar significa transmitir informações, mas antes de tudo relacionar-se, interagir, sendo a linguagem, portanto, um meio de ação mútua, um lugar de confrontações, acordos e negociações. Na verdade,

> A linguagem não se presta apenas a perceber o mundo, para categorizar a realidade, para realizar interações, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser lugar e fonte de prazer, para estabelecer identidades, para agir no mundo, mas também para criar novas realidades. (FIORIN, 2013, p. 30).

É nesse sentido que tais poderosas funções da linguagem podem favorecer a relação interpessoal em família. Embora muitos não se apercebam, as regras e os padrões de interação e de comunicação que organizam a família são construídos no contexto interacional. Sendo construções, podem ser desconstruídos para serem reconstruídos, possibilitando a todos recriarem as relações e se recriarem nelas.

A qualidade da comunicação na interação entre cônjuges e filhos é fundamental, afinal não se pode não comunicar, já que todo comportamento é um modo de comunicação, segundo Watzlawick, Baevin e Jackson (1981); então, é preciso cuidar para que a comunicação não desqualifique ou desconfirme o outro trazendo sérios prejuízos às pessoas individualmente e às relações interpessoais no

seio da família. Os autores fazem menção à estrutura dos níveis de comunicação, apontando os aspectos de conteúdo (comunicação) e de relação (metacomunicação), dizendo que nesse contexto comunicacional, em que se enfatiza a definição de *eu* do outro, pode haver aceitação; rejeição, que equivale à mensagem “você está errado”; ou desconfirmação, que leva à “perda do eu”, à alienação ao se negar a definição de *eu* do outro, sob a mensagem “você não existe”.

Cabe enfatizar que se os fenômenos relacionais familiares estudados são potencialmente comprometedores, podem ser alterados pela mudança dos modos de interação, comunicação e comportamento dos membros da família, pois a qualidade do convívio familiar é dada por estes, em especial, pelos pais ou cuidadores. Relevante, portanto, seria socializar tais conhecimentos, a fim de que as pessoas, as famílias possam identificar as formas inadequadas de convivência em seu meio, para modificá-las e favorecer a interação familiar e social, o processo de ensino e aprendizagem escolar, o exercício consciente da cidadania, a autoexpressão responsável e autônoma, criativa e criadora.

CONCLUSÃO

Para haver uma interação ótima na família, importa que as relações interpessoais sejam baseadas em uma comunicação que aceita, que qualifica e confirma as pessoas no convívio familiar e que considerem a metacomunicação, a fim de que estas possam comunicar o que sentem e o que pensam, bem como aquilo que pensam sobre o que sentem e pensam, para que se organizem mentalmente e discriminem com exatidão o que de fato querem dizer elas mesmas e as demais pessoas, para que possam adequar assertivamente a percepção da conduta comunicativa.

Para haver uma interação ótima é necessário também valorizar a espontaneidade na tomada de decisões, entusiasmo na participação conjunta e a exploração de divergências entre concepções que valorize a importância da argumentação e da contra-argumentação para o desenvolvimento do pensamento reflexivo por meio de relações familiares mutuais.

Assim, a interação familiar implica liberdade para a autoexpressão de sentimentos e pensamentos, a fim de favorecer a cognição e a metacognição, a comunicação e a metacomunicação, processos fundamentais ao desenvolvimento socioafetivo, intelectual e psíquico de seus membros, tanto em nível individual quanto coletivamente.

Para finalizar, importa lembrar que muitas pessoas se preocupam em proteger os filhos do “mundo lá fora” sem notarem que o “mundo aqui dentro” pode ser-lhes mais perigoso. A convivência familiar, que se dá na e pela linguagem, um meio de ação mútua, um lugar de confrontações, acordos e negociações, mostra-se de fato um desafio à cognição e à linguagem.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, T. Sociolinguística**.** *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs) *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

BATESON, G; JACKSON, D. D.; HALEY, J; WEAKLAND, J. H. Hacia una teoria de la esquizofrenia. *In*: JACKSON, D. D. (org). *Comunicación, familia y matrimonio*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1997.

CALIL, V. L. L. *Terapia Familiar e de Casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica*. São Paulo: Summus, 1997.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (cols) *As mudanças no ciclo de vida familiar*: uma estrutura para a terapia familiar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CORREA, D. A. A escrita em uma abordagem integracionista: um estudo introdutório. *In*: COSTA, J. C.; PEREIRA, V. W. (Org.) *Linguagem e cognição*: relações interdisciplinares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FIORIN, J. L. A linguagem humana: do mito à ciência. *In*: _____ (org.) *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

LEITÃO, S. Argumentação e desenvolvimento do pensamento reflexivo. *In*: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), p.454-462. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a13v20n3.pdf. Acesso em: 14 dez. 2014.

WATZLAWICK, P.; BAEVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da Comunicação Humana.* São Paulo: Ed. Cultrix, 1981.

WYNNE, L. C.; RYCKOFF, I. M.; DAY, J.; HIRSCH, S. I. Pseudomutualid en las relaciones familiares de los esquizofrénicos. *In*: BATESON, G. (cols). *Interacción familiar*. Buenos Aires: EBA, 1980.

UM OLHAR MENTE E CÉREBRO E O TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO

Alessandra Tozatto[52]
Mariana Fernandes Ramos dos Santos[53]

RESUMO: O Transtorno Obsessivo Compulsivo é um transtorno mental grave que causa muito sofrimento à vida do indivíduo, afetando de forma intensa sua vida e de sua família. Pode ser comparado, em gravidade e em anos de incapacitação, a transtornos psiquiátricos como a esquizofrenia e o transtorno de humor bipolar. Pode se manifestar de diversos modos e algumas vezes os sintomas não são explícitos, mas predominantemente mentais o que pode confundir o paciente e dificultar o diagnóstico pelos profissionais. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica no que se refere aos aspectos psicológicos e neurobiológicos do Transtorno. Concluímos que é preciso entender o Transtorno Obsessivo Compulsivo, conhecer suas possíveis causas neurobiológicas e as possibilidades de tratamento na busca de combater a incapacitação e o sofrimento que a doença pode causar.

Palavras-chave: Obsessões. Diagnóstico. Tratamento. Manias. Compulsões.

Introdução

O Transtorno Obsessivo Compulsivo é um transtorno de ansiedade caracterizado pela presença de obsessões e/ou compulsões recorrentes e severas que causam sofrimento e prejuízo objetivo à vida do indivíduo.

As obsessões são pensamentos involuntários, que persistem de forma incontrolada na consciência e seu conteúdo geralmente é irracional ou sem sentido. Um exemplo é achar que se contaminará por germes ao tocar numa pessoa. Podem ser associadas ou não a rituais compulsivos, que são atitudes destinadas a neutralizar tais obsessões de forma compensatória.

Compulsões são comportamentos conscientes repetidos e compensatórios, que a pessoa executa a fim de reduzir ansiedade causada por uma obsessão (o ato de lavar as mãos repetidas vezes para se livrar dos germes).

As obsessões de contaminação e agressão, assim como as compulsões de limpeza e verificação, têm se mostrado como sintomas universais do TOC, independentes de diferenças geográficas, históricas, étnicas, culturais e econômicas. Segundo o ECA (Epidemiological Catchment Area Study, 2006), o TOC

[52] Graduanda do curso de Psicologia no Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: aletozatto@gmail.com
[53] Professora do Centro Universitário São José de Itaperuna(UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. Psicóloga. Neuropsicóloga. Terapeuta Cognitivo Comportamental. Especialista em Saúde Mental. Pós graduada em Psiquiatria com ênfase em Saúde Mental. Pós graduanda em Reabilitação Neuropsicológica. Mestranda em Psicologia. E-mail: marineuropsi@hotmail.com – Orientadora.

é o quarto transtorno psiquiátrico mais comum nos EUA, sendo superado apenas pelas fobias, dependência de drogas e pela depressão.

O Transtorno tem sido veiculado na mídia de forma que o torna algo comum e até mesmo engraçado, entretanto traz muito sofrimento para quem convive com o problema. Vários personagens famosos, como Sheldon Cooper da série "*The Big BangTheory*" e Mônica de "*Friends*" fazem com que o nome e os sintomas sejam conhecidos do grande público, pois ambos apresentam sintomas que sugerem o Transtorno Obsessivo Compulsivo. Porém, apesar de se tornar conhecido, muitas pessoas ainda sofrem com a falta de tratamento adequado por achar que não é sério ou mesmo banalizar o problema, pois muitas vezes o próprio paciente relata que esses pensamentos são bobos e sem importância, no entanto, na maioria dos casos não conseguem controlá-lo consequenciando em um ato de prejuízo em seu cotidiano, associado a uma angústia significativa.

Por este motivo é preciso entender o TOC, conhecer suas possíveis causas neurobiológicas e as possibilidades de tratamento na busca de combater a incapacitação e a dor que a doença pode causar.

Utiliza-se a revisão de literatura como metodologia e pesquisa baseada em artigos e em obras de autores como Albina Torres, Roseli G. Shavitt e Eurípedes C. Miguel (2013), Aristides Volpato Cordioli (2008 e 2014), Judith L. Rapoport (1990), Gail Steketee e Teresa Pigott (2009) e Ana Beatriz Barbosa Silva (2011).

1- Definindo o Transtorno

> *"Há um cartaz na parede mas ela quer ter certeza. Porque você sabe que às vezes as palavras têm duplo sentido. Em uma árvore à beira do riacho há um rouxinol que canta. Às vezes todos os nossos pensamentos são inquietantes". Stairway to heaven – Led Zeppelin, 1971*

O Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) é um transtorno psiquiátrico, caracterizado pela presença de obsessões e/ou compulsões, gerando aflição e prejuízo efetivo na vida do indivíduo.

As obsessões são ideias repetitivas, persistentes e irracionais que se tornam intrusivas, indesejadas e desagradáveis. Causam ansiedade, medo, mal estar e interferem nas atividades diárias, nas relações interpessoais e tomam uma parcela significativa de tempo no dia-a-dia do sujeito.

Já as compulsões, “são ações que não proporcionam prazer à pessoa; ao contrário, são rituais que ela realiza para obter alívio do desconforto que sente com suas obsessões.” (PIGOTT; STEKETEE, 2009, p.15). Por isso, as compulsões são voluntárias, repetitivas, seguem um padrão determinado e tem um motivo e uma finalidade. Essas ações podem ser manifestas (ex. lavar as mãos) ou atos mentais (ex. recitar rezas mentalmente).

Segundo SILVA (2011, p. 1), “pessoas com TOC são tão ansiosas que se tornam prisioneiras de seus pensamentos e rituais” e muitas vezes seus pensamentos são tão descabidos que sentem vergonha de torná-los público e acabam sofrendo sozinhas. Muitos relatos de pacientes com TOC afirmam que seus pensamentos são sem importância, porém não conseguem controlá-los.

Os pensamentos obsessivos são vergonhosos, pois na maioria das vezes eles vão contra a índole de quem os tem. Pensamentos de violência contra alguém que se ama, de se ferir ou até mesmo pensamentos de ordem sexual causam culpa e angústia, pois são desagradáveis e não considerados corretos. Tais pensamentos vem de um conteúdo diferente do manifestado pelo paciente ao longo da vida. São repetitivos, intrusivos e causam muita ansiedade, fazendo com que o sujeito acabe por mudar seu comportamento, para que a angústia que sente seja diminuída. Essa angústia pode ser minimizada na prática dos rituais que podem ser físicos ou mentais. De acordo com RAPOPORT (1990, p. 2):

> Ideias sem sentido voltam repetidas vezes à cabeça, surgidas do nada; certos atos “mágicos” são repetidos várias vezes. Para alguns, as idéias não tem sentido (números, um número, ou diversos números), para outros, são pensamentos muito fortes – por exemplo, “acabo de matar alguém”. A intromissão, nos pensamentos conscientes diários, destas idéias intensas, repetitivas e (para vítima) repulsivas, absurdas e estranhas é uma experiência dramática e impressionante. Não se pode tirá-las da cabeça. Esta é a natureza das obsessões.

Um exemplo disso é o relato de uma mãe que dizia que conferia diversas vezes a gaveta onde guardava as facas de cozinha para ver se nenhuma delas estaria torta. Ela acreditava que se uma faca saísse do lugar, ela a pegaria e feriria o filho pequeno. (SILVA, 2011, p. 27)

O transtorno obsessivo compulsivo é muito comum, porém a minoria da população que sofre desse transtorno procura ajuda profissional. Segundo CORDIOLI (2008, p. 467), o TOC acomete em torno de 2,5% da população em geral

e pode começar já na infância, sendo raro o início após os 40 anos. É um distúrbio considerado grave, pois em muitos casos os sintomas se tornam incapacitantes, além de o transtorno ser crônico e frequentemente manter-se por toda a vida.

1.1- Apresentações do TOC

O Transtorno Obsessivo Compulsivo pode ter várias formas de apresentações. Alguns pacientes são verificadores, outros produzem simetrias, pensamentos repugnantes, acumulam coisas, porém, o mais frequente é o preocupado com contaminação ou limpeza. “Todos esses problemas têm temas comuns: não se pode confiar no próprio bom senso[...]. Sabe-se que não fez nada que possa causar danos, mas, [...] é preciso continuar verificando e contando. *Não se pode deixar de lado a ideia*”. (RAPOPORT, 1990, p.2, grifo da autora).

Segundo a autora os pensamentos sempre voltam e a pessoa se questiona se tem mesmo certeza, acredita que ainda há alguma coisa errada e sente a necessidade de repetir rituais. A vida cotidiana fica sob a tirania das dúvidas, levando a uma repetição e a um ritual sem sentido.

1.2- Contaminação e limpeza

O medo de contaminação, lavagens excessivas das mãos e do corpo, evitação de contato com alguns lugares e objetos são os sintomas mais comuns de indivíduos com TOC. Os rituais de limpeza estão relacionados às obsessões da mesma natureza. Há uma forte preocupação com germes, bactérias, “energias negativas”, contraírem doenças ou contaminar pessoas.

Indivíduos com esses sintomas lavam as mãos incontáveis vezes ao dia; tomam banhos intermináveis; usam produtos fortes de limpeza; escovam os dentes muitas vezes; lavam e desinfetam objetos de uso geral, como bolsas, maçanetas, colchões, sapatos e louças; trocam de roupa várias vezes ao dia etc. “Além das lavações em excesso, também costumam evitar o uso de banheiros públicos, onde é comum que abram a porta com os cotovelos ou levantem a tampa do vaso com os pés e usem lenços de papel para tocá-lo.” (CORDIOLI, 2014, p.25).

Ainda segundo o autor, essas pessoas evitam contato com objetos que são tocados por outras pessoas e costumam, também, evitar o uso de toalhas,

sabonetes ou banheiros utilizados por outras pessoas da família e com isso acabam isolando espaços, móveis ou cômodos da casa.

> Uma pessoa que faz rituais de limpeza pode, com facilidade, perder o dia inteiro em uma busca frenética de assepsia. Quando os rituais são executados na hora do banho, que pode durar horas, todo o processo de limpar-se precisa seguir regras rígidas, contadas por frequência, por tempo ou outros marcos de referência. [...] Todas as partes do corpo devem ser limpas dessa maneira rígida e, caso a pessoa tenha qualquer dúvida se deixou de executar algum passo – o que é quase certo, dadas a tendência a duvidar e a complexidade do ritual de limpeza -, pode começar tudo novamente. Isso, sem dúvida, causa um desperdício enorme de tempo e dinheiro, com prejuízos à saúde, já que são comuns os problemas de pele causados por exposição demasiada à água e produtos de limpeza. (SILVA, 2011, p. 43-44)

1.3- Verificações ou checagem

As verificações e checagem são muito comuns em indivíduos com TOC. Eles verificam várias vezes se desligaram as luzes, fecharam o gás, trancaram as portas. A dúvida e a necessidade de ter certeza de que cumpriu determinada tarefa e afastou a possibilidade de algum dano está muito presente neste sintoma.

TORRES; SHAVIT; MIGUEL (2013, p. 35) afirma que “não se trata de um problema de esquecimento, mas de uma insegurança muito grande na memória, do medo enorme de que ocorra algo terrível por descuido seu, por sua culpa.” O medo é tão presente que o indivíduo fica nessas ações repetitivas sem sentido por horas e acaba trazendo prejuízos na sua produtividade diária.

1.4- Ordenação e simetria

A pessoa que sofre com esse sintoma é obrigada a guardar, organizar, enfileirar ou arrumar objetos seguindo sempre um mesmo padrão. Perde-se muito tempo nessa tarefa e o não cumprimento causa um grande desconforto emocional. Tais rituais vão além de gostar de ordem e capricho na organização da casa, eles são prejudiciais e atrasam a vida.

Na prática, esses sintomas são caracterizados quando a pessoa perde muito tempo organizando roupas ou comida por cores, alinhando quadros na parede, posicionando objetos na escrivaninha em certa ordem, livros na estante, os pratos e talheres na mesa de jantar, etc. Também é comum executar determinada tarefa numa determinada sequência, fazer sempre o mesmo caminho, alinhar os chinelos

antes de calçá-los e executar sequência detalhada em procedimentos antes do banho. “Pode haver também a simetria do toque: por exemplo, a pessoa esbarra com o braço direito, ainda que por acaso, em um local e se vê obrigada a fazer o mesmo com o braço esquerdo.” (SILVA, 2011, p.44)

1.5- Contar e repetir

Em indivíduos com TOC é comum contar mentalmente enquanto realiza alguma atividade como caminhar, apagar e acender a luz, sentar e levantar da cadeira, contar os grãos de comida que estão no prato, tomar banho ou contar quantos carros passam na rua, ou o número de letras em uma folha de jornal.

Segundo CORDIOLI (2014, p. 29), “as contagens e repetições podem ser precedidas por um pensamento supersticioso catastrófico, de que algo ruim pode acontecer caso não se execute um ritual considerado ‘bom’, associado à sorte, um determinado número de vezes (pensamento mágico).” Alguns indivíduos só se tranquilizam após repetir seus atos ou pensamentos 5, 8, 12, 18 ou 50 vezes, por exemplo.

1.6- Acumulação ou colecionismo

Acumulação compulsiva é a tendência de guardar e a dificuldade em se desfazer de objetos sem valor (real ou afetivo) ou inúteis, que passam a ocupar espaços na casa e dificultam seu uso habitual. “Algumas pessoas, por mais que racionalmente desejem, não conseguem jogar fora objetos velhos, inúteis ou quebrados.” (TORRES; SHAVIT; MIGUEL, 2013, p. 36). Diante desses exemplos, podemos observar o sofrimento que pessoas com TOC tem durante grande parte de suas vidas. SILVA (2011, p. 47) afirma:

> [...] podemos ver que as pessoas com TOC sofrem duplamente: não só consideram inaceitáveis determinados pensamentos como se obrigam a executar “neutralizações” que lhes tomam tempo, paciência e saúde, sob pena de, segundo sua ótica ansiosa, serem responsabilizados por algum acontecimento terrível. É como estar preso em um trem fantasma de pensamentos ruins e ininterruptos, levando sustos a cada um deles e tendo de fazer o máximo possível para proteger a si mesmo e aos outros.

1.7- Diagnóstico diferencial

É comum pessoas afirmarem que têm TOC pelo simples fato de apresentarem algumas “manias”, porém o transtorno é algo mais elaborado e é necessário conhecê-lo para que seja dado o diagnóstico correto, para que possa então haver um tratamento adequado.

Nem todo pensamento repetitivo é obsessivo, ele só se torna obsessivo quando seu conteúdo incômodo ou neutro, após tornar-se repetitivo, se torna aversivo e desconfortável. Ou seja, se uma pessoa tem pensamentos agradáveis, mesmo que eles sejam repetitivos, eles têm pouca chance de tornarem-se obsessivos. “Infelizmente, as obsessões geram mal-estar, em geral na forma de nervosismo, ansiedade ou medo, e podem interferir de forma negativa na vida das pessoas.” (TORRES; SHAVIT; MIGUEL, 2013, p.16)

Segundo RAPOPORT (1990, p.2), o transtorno também difere das superstições do dia a dia. Acreditar em número da sorte, bater na madeira é comum entre as pessoas e os hábitos diários são úteis e podemos modificá-los quando quisermos, mas os rituais dos pacientes com TOC vão muito além dessas superstições, pois “têm rituais ou pensamentos que sabem não ter sentido, e passam horas, todos os dias, gastando tempo precioso de escola, trabalho ou pessoal”.

As ideias obsessivas sempre têm relação com algum tipo de medo, as pessoas que sofrem de TOC têm uma visão “catastrófica” do mundo, onde as chances de coisas ruins acontecerem são sempre superestimadas. Mas é importante diferenciarmos os medos “normais” que nos protegem de riscos reais, como por exemplo, dirigir com cuidado, não beber antes de dirigir, sexo sem proteção, etc. dos medos improváveis de quem tem o transtorno. TORRES; SHAVITT; MIGUEL (2013, p. 18) afirmam que “no TOC, os medos causam muito sofrimento, atrapalham a vida da pessoa [...] e, além de exagerados, costumam ser ilógicos.”

Por este motivo, por serem ilógicos, muitos pacientes tem dificuldade em procurar a terapia, uma vez que há presente a crença de que estes pensamentos serão “controlados”, não é incomum encontrarmos em tratamento os casos mais graves quando de fato, há todo um acometimento do cotidiano deste paciente.

TORRES; SHAVITT; MIGUEL (2013, p. 18) ainda completam:

> Enquanto alguns pensamentos obsessivos não são absurdos, mas apenas improváveis, como um acidente de carro, por exemplo, outros são "malucos", quase como um pensamento mágico, e a própria pessoa sabe que não têm cabimento, mas mesmo assim é atormentada por eles.

Alguns sintomas do TOC são comuns também em diversos transtornos psiquiátricos e é necessário que o profissional saiba distingui-los, pois a confusão desses quadros pode interferir na abordagem terapêutica.

Outra questão a ser observada é a identificação das comorbidades, pois geralmente além dos sintomas obsessivos compulsivos, o indivíduo também manifesta uma ou mais comorbidades. A depressão tem uma prevalência muita alta em indivíduos com TOC, além de transtornos de ansiedade, tiques, déficit de atenção, etc.

> [...] na prática clínica, o paciente com TOC apresenta um quadro clínico complexo, no qual o profissional, para fazer o diagnóstico clínico, necessita distinguir o transtorno de quadros que apresentam sintomas semelhantes, bem como excluir a possibilidade de os sintomas fazerem parte do quadro clínico de doenças médicas, especialmente neurológicas, e serem efeito de substâncias, até mesmo de certos medicamentos usados como coadjuvantes na farmacoterapia do transtorno. O profissional deverá, ainda, identificar a presença ou não de comorbidades que podem interferir no tratamento, como é o caso dos transtornos de humor (e da depressão em particular), para poder planejá-lo adequadamente. (CORDIOLI, 2014, p. 34)

Em geral, é difícil identificar o motivo que leva o paciente a desenvolver o Transtorno. Estudos recentes mostram que diversos fatores contribuem para seu desenvolvimento, porém ele só irá ocorrer em pessoas que tenham uma predisposição para isso. Sabe-se, por exemplo, que um dos motivos de desencadeamento das manifestações dos sintomas é o fator genético, ou seja, uma pessoa com familiares com TOC tem mais chance de apresentar o transtorno. Todavia, nem sempre isso ocorre, havendo casos isolados em famílias, o que reforça que um único fator nunca é o responsável pelo aparecimento do TOC. TORRES; SHAVIT; MIGUEL, 2013, p. 47)

2. As Bases biológicas do TOC

Minha mão está suja. Preciso cortá-la. Não adianta lavar. A água está podre. Nem ensaboar. O sabão é ruim. A mão está suja, suja há muitos anos.

Carlos Drummond de Andrade, 1942

Além de fatores ambientais e psicológicos, pesquisadores também vêm reconhecendo fatores genéticos e neurobiológicos como de grande importância no desenvolvimento do transtorno. Fato, que há a implicação mental, mas também cerebral no desenvolvimento deste Transtorno.

Segundo CORDIOLI (2008, p. 468), há evidências de que fatores biológicos estão relacionados com o TOC em casos de "incidência familiar, o aparecimento de sintomas na vigência de doenças cerebrais, [...] alterações neuroquímicas relacionadas com a serotonina, [...] a redução dos sintomas com o uso de medicamentos inibidores da receptação da serotonina (IRSs)."

2.1 Fatores genéticos

Os fatores genéticos são observados em casos onde pessoas da mesma família apresentam TOC com sintomas diferentes, descartando assim, a possibilidade de o transtorno ter se desenvolvido a partir de um comportamento aprendido. O que nos mostra a presença de uma pré-disposição ao quadro.

Outros fatores relevantes também apoiam a importância dos fatores genéticos, como afirmam STEKETEE; PIGOTT (2009, p. 64-65), que "as pessoas com TOC têm maior probabilidade de ter pais e filhos com esse transtorno e comportamentos obsessivo-compulsivos do que aquelas que não têm o transtorno." Afirmam também que "cerca de 40% dos obsessivo-compulsivos também têm algum parente biológico com TOC."

Apontam também a maior probabilidade de gêmeos monozigóticos (derivados do mesmo óvulo fertilizado e com a mesma constituição genética) apresentarem sintomas do TOC em relação a gêmeos dizigóticos (óvulos separados e características genéticas diferentes).

Um estudo feito com gêmeos idênticos e não idênticos apresentou como resultado que, se um dos gêmeos idênticos tiver TOC, a chance do outro também ter é de 57%, enquanto com os não idênticos, essa taxa cai para 22%. Essa diferença indica a presença de fatores genéticos em relação aos sintomas, pois se os fatores

causadores fossem apenas ambientais, as chances para os dois tipos de gêmeos seriam semelhantes. (TORRES; SHAVIT; MIGUEL, 2013, p. 59)

Em seus estudos RAPOPORT (1990, p. 11) pôde observar também vários casos de pessoas com o transtorno e traz a seguinte afirmação: “Este livro também traz algumas experiências de pais que também sofriam da doença e que a estão vendo agora em seus filhos [...] Não há dúvida de que a doença ataca famílias e de que, possivelmente, seja hereditária.” Outra contribuição importante, apresentada por CORDIOLI (2014, p. 56) diz que:

> [...] foi consistentemente comprovado que o TOC é uma doença familiar e que existe um fator genético, sobretudo quando o transtorno é de início precoce e quando a manifestação (dimensão) predominante é a acumulação compulsiva. A natureza da alteração genética, os genes envolvidos e o mecanismo de sua transmissão, entretanto, ainda não foram esclarecidos.

2.2 Fatores neurobiológicos

Serotonina

Outros fatores biológicos importantes no estudo do transtorno são os distúrbios neurobiológicos, onde incluem as anormalidades neuroquímicas e alterações importantes na função cerebral em determinadas regiões do cérebro.

O TOC é uma interação entre fatores genéticos, ambientais e neurobiológicos e, segundo ZORZETTO (2013, p. 21):

> Essa interação altera o funcionamento de circuitos que conectam áreas mais externas do cérebro, regiões do córtex ligadas ao processamento das emoções, do planejamento e ao controle das respostas de medo, a áreas internas como os núcleos da base e o tálamo, que integram informações emocionais, cognitivas e motoras, regulando a resposta ao ambiente. No TOC, a troca de informações entre essas áreas, mediada principalmente pelo neurotransmissor serotonina, estaria desregulada.

O cérebro é composto por neurônios que se comunicam por meio de neurotransmissores. Os medicamentos que agem no sistema nervoso central controlam a disponibilidade de determinado neurotransmissor ou atuam nos receptores deles, bloqueando ou estimulando a transmissão. Os antidepressivos aumentam a disponibilidade do neurotransmissor serotonina por isso, são medicamentos com comprovada eficácia na redução dos sintomas do TOC. “Este

fato foi uma das primeiras e talvez uma das mais fortes evidências a favor da teoria neurobiológica do TOC e da hipótese de que exista alguma anormalidade neuroquímica no cérebro dos portadores do transtorno [...]" (CORDIOLI, 2008, p. 35). A serotonina, segundo CORDIOLI (2008, p. 35),

> [...] é uma substância produzida pelo próprio cérebro e desempenha importante papel na transmissão de impulsos nervosos entre neurônios, especialmente em determinadas regiões do cérebro. Com a inibição de sua receptação pelas células nervosas, em decorrência do uso de medicamentos que têm esse efeito, seus níveis se elevam nas sinapses, favorecendo a transmissão dos impulsos nervosos.

Esse neurotransmissor também modula uma variedade de funções psicológicas, como a percepção da dor, o comportamento agressivo, sexual e impulsivo, o humor, a ansiedade e o sono, a temperatura, o apetite, o movimento e o equilíbrio. Apesar do TOC ter sido ligado historicamente ao desempenho irregular da serotonina, a "Hipótese da Serotonina no TOC" repousa especialmente na descoberta de que os medicamentos eficazes para esse transtorno estão limitados a antidepressivos com resultados fortes ou seletivos na neurotransmissão de serotonina.

Áreas cerebrais

Atualmente, exames como a tomografia por emissão de fóton único (SPECT), a tomografia por emissão de pósitrons (PET) e a ressonância magnética funcional (RMF) são capazes de visualizar o funcionamento cerebral e com isso foi possível identificar regiões no cérebro que são mais ativas em portadores de TOC, comparados a pessoas que não possuem o transtorno. Contudo, não foi identificada de maneira plausível qualquer anormalidade particular ou exclusiva na estrutura cerebral que diferencie os que têm e os que não têm TOC.

> [...] no córtex frontal, a parte mais frontal do cérebro, especialmente nas regiões próximas às órbitas oculares (córtex frontal periorbital), e em regiões mais profundas do cérebro, próximas à base, nos chamados gânglios basais, que são estruturas constituídas por núcleos de substâncias cinzenta situados na parte mais profunda e central do cérebro e que são interconectados. Os gânglios basais incluem o estriado, formado pelo núcleo caudado e o putame e o tálamo. (CORDIOLI, 2008, p. 36)

Os gânglios basais são ligados a funções mais elaboradas do comportamento, como controle do início e modulação dos movimentos, planejamento de sua sequência, aprendizagem por ensaio e erro e direcionamento cognitivo e motivacional, funções que podem estar afetadas em pessoas com TOC, além de possuir um conjunto particularmente rico de neurotransmissores e receptores múltiplos. “Portanto, qualquer perturbação que ocorra dentro dos gânglios basais provavelmente resultará em consequências de grande alcance através do cérebro.” (STEKETEE; PIGOTT, 2009, p. 67)

Ainda segundo os autores, embora os achados sejam inconsistentes, eles sugerem que as anormalidades estruturais do cérebro podem não ser incomuns no TOC. A maioria dos sujeitos com TOC apresenta atividade cerebral aumentada na região orbital frontal do córtex cerebral, no núcleo caudado dentro dos gânglios basais, tem ativação aumentada nessas áreas quando expostos a estímulos incômodos aos seus sintomas e terão atividade cerebral “normalizada” quando são tratados com sucesso com antidepressivo IRS ou com terapia comportamental.

> Os resultados sugerem que certas anormalidades no cérebro (atividade excessiva nos lobos frontais e gânglios basais) são visíveis e mensuráveis na maioria dos sujeitos com TOC. Essas anormalidades são consideradas com um *estado*, mais do que como um *traço.* Isto é, a indução de sintomas do TOC provoca a ativação dos lobos frontais e dos gânglios basais em sujeitos obsessivo-compulsivos, e o tratamento bem-sucedido resulta em “normalização” da atividade nessas regiões. (STEKETEE; PIGOTT, 2009, p. 70)

O circuito que vai da parte órbito frontal até a parte subcortical do cérebro também é crucial na produção de sintomas do TOC. Quando esse circuito está funcionando corretamente, a parte que se origina nos gânglios basais e se projeta para o córtex cerebral tem um efeito inibitório, ou seja aciona um *feedback* que impede outras ativações, evitando ações em excesso ou desnecessárias. Quando a filtragem da entrada de dados relacionados à ansiedade é inadequada, pode acionar o córtex órbito frontal para iniciar comportamentos excessivos, como os rituais. Apesar dessas evidências, há uma grande dificuldade no estudo das bases biológicas do TOC como afirma CORDIOLI (2014, p. 56):

> No estudo das bases biológicas do TOC existem várias dificuldades de ordem prática. A primeira delas é a heterogeneidade das suas apresentações clínicas (dimensões). Pesquisas sugerem que as áreas

> cerebrais, a neuroquímica e a transmissão genética envolvidas sejam distintas para cada uma das dimensões de sintomas. Outra questão é a presença de comorbidades, o que tem dificultado a tarefa de obter amostras homogêneas e afastar os fatores de confusão. É raro os sintomas do TOC se manifestarem de forma isolada, não acompanhados de outros transtornos psiquiátricos, mais comumente depressão, transtornos de ansiedade, transtornos do controle dos impulsos, de tique ou transtorno de Tourette. A presença dessas comorbidades torna difícil a obtenção de um número razoável de pacientes com o chamado TOC "puro".

Além dos fatores citados, muitos pacientes recrutados vêm tomando medicação por muito tempo, o que pode vir a alterar ou mascarar as alterações cerebrais que são associadas aos sintomas do TOC. Tais fatores são obstáculos nas pesquisas, mas é muito importante conhecer alguns estudos e evidências.

3. Contribuições da Psicologia no tratamento do transtorno obsessivo compulsivo

"Não há como vencer o medo sem provocá-lo, ou não se perdem medos sem enfrentá-los". Cordioli, 2014

O Transtorno Obsessivo Compulsivo, como mostrado anteriormente, causa demasiado sofrimento na vida de quem desenvolve seus sintomas. O prejuízo causado interfere geralmente em suas relações interpessoais e no ambiente de trabalho. "[...] O transtorno pode levar a pessoa a ficar confinada ao lar, pois seus medos e preocupações fazem-na acreditar que é mais fácil permanecer em casa [...] do que arriscar o enfrentamento de situações que possam desencadear o TOC." (STEKETEE; PIGOTT, 2009, p. 17).

Por perceberem que seus sintomas são ridículos ou sem sentido, muitos pacientes, com vergonha do que os outros possam pensar, escondem tais sintomas de modo que, até parentes mais próximos, não tomam conhecimento da ocorrência de seus atos ou pensamentos e do sofrimento que estes geram. Apenas com a piora do quadro alguns pacientes perdem esse controle.

O reconhecimento de que suas obsessões e compulsões são ilógicas e estranhas é o principal motivo que leva o paciente a esconder, omitir, negar ou minimizar seus sintomas e isso gera uma sensação de solidão muito grande e

dificulta a identificação do problema por profissionais e familiares. TORRES; SHAVITT; MIGUEL (2013, p. 45) afirmam que:

> Alguns sinais indiretos podem levar à suspeita da existência do transtorno, como, por exemplo, piora do desempenho escolar ou profissional, repetição de perguntas desnecessárias, atrasos constantes, demora para finalizar tarefas rotineiras ou repetição desnecessária das ações, longa permanência no banheiro, mãos avermelhadas e/ou que descamam, gasto excessivo de sabonete e papel higiênico, lentidão para se vestir ou arrumar, acúmulo de objetos inúteis, indecisão e nervosismo constantes. A confirmação do diagnóstico, no entanto, deve ser feita por um profissional da saúde.

Alguns pacientes não sabem que o TOC é um problema de saúde, nem que é tratável, por isso, na maioria das vezes, não procuram ajuda especializada. Normalmente, demoram de 5 a 7 anos até que procurem tratamento por um profissional, mas muitas vezes essa busca nunca ocorre, por acreditarem que os sintomas fazem parte de sua personalidade e do seu jeito de ser.

> [...] Freud escreveu, em 1907: “Os que sofrem desta doença podem manter em segredo sua aflição. A ocultação é facilitada pelo fato de que elas são muito capazes de cumprir seus deveres sociais numa parte do dia, depois de terem dedicado algumas horas a seus afazeres secretos, escondido da vista dos outros.” Atualmente como na época de Freud, muito poucas vítimas buscam ajuda ou sabem que existe ajuda. O segredo faz parte do distúrbio. Fiquei sabendo que os poucos que se submetem à terapia nunca contam suas compulsões ao terapeuta. (RAPOPORT, 1990, p. 12)

Em alguns casos a busca por tratamento inicialmente não se dá pelos sintomas do TOC e nem por profissionais como psicólogos ou psiquiatras, mas por outros profissionais da saúde e por problemas que as compulsões geram, como por exemplo, lesões na pele por lavagem excessiva, procura por diagnósticos de câncer e HIV, sangramentos gengivais por escovação excessiva, etc. A busca pelo tratamento psicológico geralmente vem através do agravamento de problemas familiares e de dificuldades no trabalho e na escola. (TORRES; SHAVIT; MIGUEL, 2013, p. 54)

Por ser um transtorno psiquiátrico, o sucesso no tratamento se dá, na maioria das vezes, através de uma parceria entre a medicina e a psicologia, pois as duas áreas disponibilizam ferramentas para ajudar as pessoas com TOC a atingir um estado de conforto essencial. (SILVA, 2011, p. 177).

Quando o paciente chega ao consultório, a psicologia pode atuar no tratamento com psicoterapias específicas que vão ajudar na redução dos sintomas como ansiedade, medo e angústia e auxiliar na recuperação do bem estar do

mesmo. Pesquisas atuais mostram que tanto o tratamento comportamental quanto o medicamentoso causam alterações favoráveis semelhantes no desempenho cerebral; isso corrobora que a psicologia e a biologia do TOC estão inter-relacionadas, ou seja, sugerem que uma terapia comportamental bem-sucedida implica em alterações ou adaptações similares no funcionamento implícito de determinadas áreas cerebrais que incidem após um tratamento medicamentoso eficaz. (STEKETEE; PIGOTT, 2009, p. 31).

Vários teóricos consideram que o meio e as experiências do dia-a-dia do indivíduo exerçam de forma significativa na origem do TOC. Existem várias teorias alusivas às causas ambientais e aos tratamentos individuais desse transtorno. Algumas abordagens terapêuticas têm tido mais sucesso no tratamento do Transtorno, entretanto é importante conhecermos todas as formas de intervenções possíveis que a psicologia traz como contribuição no tratamento do sujeito.

3.1 Abordagens terapêuticas no tratamento do TOC

Terapia psicanalítica

De acordo com STEKETEE e PIGOTT, as abordagens psicanalíticas presentes promovem a ideia de que as dificuldades psicológicas atuais são resultado de experiências vividas e do desenvolvimento do Eu. Não há estudos que mostrem que essa abordagem seja relevante no tratamento do TOC, porém esse tratamento baseia-se na compreensão do transtorno e na resolução de experiências traumáticas precoces que possam estar relacionadas com o TOC. (STEKETEE; PIGOTT, 2009, p. 49)

O tratamento analítico de curta duração é muito ativo e envolve diretamente a produção de *insight* do paciente e o mesmo, para lidar com sua ansiedade, deve ter autoconfiança, desenvoltura, estabilidade e habilidade para lidar com situações estressantes e seus sintomas. Depois que o terapeuta obtêm a história do paciente e certifica-se que o mesmo possui essas características, ele desenvolve e comunica uma formulação analítica que oferece uma resolução aos seus problemas, a qual será discutida entre paciente e terapeuta. O estabelecimento do vínculo terapêutico (transferência positiva) no início da relação terapêutica geralmente resulta em uma

experiência emocional corretiva que ajuda o paciente a resolver seus conflitos. “O clínico confronta seu paciente diretamente com os padrões comportamentais paradoxais e usa exemplos claros para evidenciar a conexão entre as dificuldades atuais e experiências passadas. (STEKETEE; PIGOTT, 2009, p. 50). Os autores também afirmam que:

> O esclarecimento e a resolução das defesas do paciente por meio do tratamento ajudam os pacientes a obter um insight dos acontecimentos do início da sua infância que produzem os sintomas obsessivo-compulsivos e a continuar a evoluir em direção aos objetivos do tratamento.

Embora não existam estudos que comprovem os resultados positivos dos tratamentos psicanalíticos para o TOC, essa abordagem pode ajudar pacientes que conseguiram se libertar dos sintomas prejudiciais do TOC a elaborarem os aspectos psicológicos coexistentes que podem ter colaborado para o desenvolvimento e a persistência do Transtorno.

Terapia Cognitivo Comportamental

A terapia cognitivo comportamental (TCC) é cientificamente orientada, objetiva e busca eficácia em nome do bem-estar do paciente. Sua visão é de que as cognições (pensamentos, memória, linguagem e atenção) influenciam nossa visão de mundo e nossa interpretação dos acontecimentos e estes se refletem em nossas emoções e comportamentos. “A psicoterapia cognitivo-comportamental busca a mudança de padrões disfuncionais de pensamento para promover a melhora, que consequentemente refletirá nas emoções e nos comportamentos.” (SILVA, 2011, p. 195)

Segundo CORDIOLI (2014, p. 145), “a principal característica da TCC, quando utilizada no TOC, é a prescrição de exercícios de exposição e prevenções de rituais para serem realizados em casa.” Esses exercícios têm como objetivo quebrar o círculo vicioso que o paciente usa para aliviar os sintomas.

No TOC, o paciente sente que seus rituais são a única possibilidade de alívio da ansiedade, por isso executa-os sempre que se vê diante de um fator desencadeante dos sintomas. O psicoterapeuta cognitivo-comportamental conduzirá

o paciente a evitar seus rituais, ajudando-o em todo o processo doloroso de ansiedade e medo, até que ele se liberte dessa “necessidade” que lhe dá uma segurança tão ilusória quanto passageira. “[...] A pessoa com TOC condicionou-se a ritualizar para ter um alívio ilusório e curto de seu sofrimento. É preciso quebrar o círculo.” (SILVA, 2011, p. 197)

Ainda segundo a autora, para romper com os rituais, a proposta da TCC é simples: cada vez que o paciente tem uma ideia obsessiva, ele tem que impedir-se de praticar os rituais, mesmo sentindo ansiedade. A ansiedade tende a diminuir sozinha, pois o gasto de energia é muito grande e nosso organismo tem mecanismos próprios para diminuir essa sensação. O desafio do paciente é suportar esse tempo sem se deixar praticar as compulsões, pois por mais difícil que seja ele vai compreender e desassociar os rituais com a sensação de alívio e segurança.

> É obvio que esse tratamento, a princípio, pode parecer um desafio intransponível ao paciente com TOC. Muitos se arrepiam ao conhecer a técnica e pedem uma solução alternativa. Contudo, não há solução possível sem que a bioquímica cerebral seja restabelecida (através de medicamentos) e sem o abandono dos comportamentos condicionados e compulsivos. (SILVA, 2011, p. 198)

Outro aspecto importante que deve ser levado muito em consideração é a participação e envolvimento da família em todo o processo da terapia, pois uma das características principais da TCC é que os exercícios sejam realizados de modo contínuo, na vida diária do paciente e não somente nas sessões com o terapeuta. Desse modo é impossível pensar em implantação das técnicas sem a participação de todos, pois “o sucesso do tratamento de exposição e prevenção de respostas depende de profundas mudanças nas relações de convivência e o primeiro passo será estabelecer essa nova base.” (TORRES; SHAVIT; MIGUEL, 2013, p. 102)

O tratamento, independente da abordagem escolhida pelo paciente ou terapeuta, deve haver, pois o TOC causa muito sofrimento e dor. O paciente não apenas deve, como merece ser tratado para que possa ter uma vida livre de dor e sofrimento. O foco não deverá ser na abordagem escolhida e sim no sujeito que está sendo tratado, em sua história e principalmente nas dores que justifiquem o quadro apresentado.

Considerações finais

O Transtorno obsessivo compulsivo, como estudamos no presente artigo, é um transtorno que traz muito sofrimento, pois aprisiona o sujeito em rituais

compulsivos sem sentido a fim de eliminar a ansiedade causada por pensamentos intrusivos e insistentes. Essas obsessões e compulsões tendem a se tornar cada vez mais persistentes e acabam por, muitas vezes, trazer danos muito relevantes para a vida cotidiana da pessoa. Relacionamentos amorosos, familiares e profissionais não resistem ao transtorno e quando resistem o sofrimento é compartilhado e traz conflitos e tristeza. É uma doença complexa, desafiadora e, quase sempre, torturante.

A falta de conhecimento das características do transtorno pela população e até mesmo por profissionais da saúde tem colaborado para a falta de tratamento e prolongamento do sofrimento desses pacientes. É importante entender também que o TOC causa sofrimento psicológico acentuado, porém sua causa não é apenas psíquica, é biológica também, e a parceria com outros profissionais da saúde pode vir a colaborar ainda mais com o bem estar do paciente.

O aprofundamento nos estudos e uma divulgação abrangente sobre o assunto pode contribuir para diminuição da banalização e preconceito em relação ao TOC, além de diminuir o tempo de procura pelo tratamento adequado e a melhora da qualidade de vida desses pacientes e de seus familiares.

Referências

CORDIOLI, Aristides Volpato (Org). **TOC**: **manual de terapia cognitivo-comportamental para o transtorno obsessivo-compulsivo**. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed, 2014.

_____. **Psicoterapias:** abordagens atuais. 3ª edição. Porto Alegre. Artmed, 2008.

RAPOPORT, Judith L. **O menino que não conseguia parar de se lavar**: experiência e tratamento do distúrbio obsessivo-compulsivo. Rio de Janeiro. Marques Saraiva, 1990.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes e manias**. TOC: transtorno obsessivo compulsivo. Rio de Janeiro. Objetiva, 2011.

STEKETEE, Gail; PIGOTT, Teresa. **Transtorno obsessivo-compulsivo**: as mais recentes estratégias de avaliação e tratamento. 3ª edição. Porto Alegre. Artmed, 2009.

TORRES, Albina; SHAVITT, Roseli Gedanke; MIGUEL, Eurípedes Constantino (Org). **Medos, dúvidas e manias**: orientações para pessoas com o transtorno obsessivo-compulsivo e seus familiares. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed, 2013.

ZORZETO, Ricardo. **As muitas faces da obsessão**. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 205. Março de 2013.

SÍNDROME DE *BURNOUT*:
uma reflexão sobre a saúde mental do educador

Valéria Rodrigues Machado[54]
Ieda Tinoco Boechat[55]
Mariana Fernandes Ramos dos Santos[3]

Resumo: A Síndrome de *Burnout*, atualmente, tem sido alvo de pesquisadores interessados em compreender o sofrimento experimentado pelos professores em seu cotidiano laboral. O objetivo desse trabalho é propor uma reflexão sobre as consequências dessa síndrome na vida do educador, caracterizando-a, buscando descrever de que forma ela ocorre e quais os prejuízos que ocasiona na vida laboral do professor, apontando, assim, formas de prevenção e tratamento. Através de leitura de diferentes textos e artigos científicos sobre este assunto, foi observado que a síndrome em estudo é causada por fatores que vão desde aspectos políticos até aqueles vividos na sala de aula, prejudicando significativamente a saúde do educador. Esta se manifesta por sintomas físicos e psicológicos, comprometendo de tal modo o desempenho do professor, que alguns deles chegam mesmo a abandonar a sala de aula, seu ideal profissional.

Palavras-chave: Estresse. Trabalho. Tratamento. Educação.

Introdução

O presente artigo versa sobre a Síndrome de *Burnout* em educadores. Tendo como objetivo geral estudar as consequências da referida síndrome na vida destes profissionais da Educação.

Para tanto, orienta-se pelos seguintes objetivos: definir e caracterizar a Síndrome de *Burnout;* descrever como esta síndrome ocorre em âmbito educacional na vida dos docentes; discorrer sobre os prejuízos que a mesma pode trazer ao desempenho do educador e à sua vida; apontar caminhos para prevenir e também tratar a síndrome em estudo.

O artigo procura responder à seguinte questão-problema: como a Síndrome de *Burnout* pode prejudicar a saúde do professor a ponto de interferir na sua atuação profissional?

[54] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ) – Itaperuna-RJ. E-mail: valsibi@hotmail.com
[55] Professora do Curso de Psicologia do UNIFSJ. Psicóloga Clínica e Terapeuta de Família. Professor-orientador do CEJA-Itaperuna. E-mail: iedatboechat@hotmail.com
[3]Professora do Curso de Psicologia da UNIFSJ. Psicóloga. Terapeuta Cognitivo Comportamental. Neuropsicólogo. E-mail:marineuropsi@hotmail.com

Atualmente, observa-se um número crescente de educadores que estão abandonando o exercício de sua profissão e/ou adoecem em decorrência das experiências vivenciadas no meio profissional. Assim, a relevância deste estudo centra-se na tentativa de refletir sobre tal situação e propor meios de se amenizar os efeitos nocivos que a Síndrome de *Burnout* causa à saúde do profissional da Educação.

Utiliza-se a revisão de literatura como metodologia na presente pesquisa de natureza qualitativa, que se baseia na obra de autores como Resk (2011); Kraft (2006); Souza (2008); Millan (2007); Pereira (2014); Silva e Carlotto (2003).

1 A Síndrome de *Burnout*

Por considerarem o trabalho muito importante, muitas pessoas investem grande parte da vida preparando-se através do estudo e experiências em estágios. Ao ingressar no mercado de trabalho, segundo Pereira (2014, p.13) “despende-se ao menos 8 horas diárias, isto é, mais de 1/3 do dia, durante 30, 35 anos ou mais, sem computar-se o tempo utilizado na locomoção”. No entanto, “o trabalho nem sempre possibilita crescimento, reconhecimento e independência profissional, pois muitas vezes causa problemas de insatisfação, desinteresse, irritação, exaustão” (DEJOURS, 1992 apud PEREIRA, 2014, p.13).

Por esse motivo, há um crescimento na investigação de tal realidade e dos sintomas aí experimentados, visando a uma melhor qualidade de vida do trabalhador. O nome dado ao conjunto desses sintomas no mundo laboral é Síndrome de *Burnout*. Através dessa síndrome foi possível “explicitar grande parte das consequências do impacto das atividades ocupacionais no trabalhador e deste na organização” (PEREIRA, 2014, p.14).

A Síndrome de *Burnout* não é uma síndrome muito nova, pois “o escritor alemão Johann Wolfgang Von Goeth (1749 – 1832), trabalhava na corte de Weimar, tendo patrão tolerante, tirou licença de 2 anos, até que a energia poética voltasse” (KRAFT, 2006).

Segundo Varella (2013), Freudenberg definiu a referida síndrome como “um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional”. E acrescenta, dizendo que o psicanalista americano constatou-a em si

próprio em 1974, quando passa a ser conhecida como síndrome de esgotamento profissional ou pelo termo *burnout*, que no inglês se traduz como queimar por completo; trata-se de um "'incêndio interno' resultante da tensão produzida pela vida moderna, afetando negativamente a relação subjetiva com o trabalho" (JBELLI, 2008).

Atualmente, a classificação Z.73.0 constante do CID-10 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), que relaciona os sintomas "esgotamento e estado de exaustão vital" (CID-10, p.1110), na falta de uma classificação específica, tem sido utilizada para diagnosticar a Síndrome de *Burnout* que não figura, ainda, no referido código internacional de doenças. Assim Vieira et al. (2006) destacam a dificuldade de se diagnosticar clinicamente a referida síndrome.

Embora, ainda não se tenham tais referências sobre a síndrome em estudo, Maslach et al. (apud VIEIRA ET AL., 2006) atribuem-na a estressores interpessoais crônicos no trabalho, que se caracteriza por exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal.

> A exaustão emocional (EE) caracteriza-se por fadiga intensa, falta de forças para enfrentar o dia de trabalho e sensação de estar sendo exigido além de seus limites emocionais. A despersonalização (DE) caracteriza-se por distanciamento emocional e indiferença em relação ao trabalho ou aos usuários do serviço. A diminuição da realização pessoal (RP) se expressa como falta de perspectivas para o futuro, frustração e sentimentos de incompetência e fracasso. Também são comuns sintomas como insônia, ansiedade, dificuldade de concentração, alterações de apetite, irritabilidade e desânimo.

Pereira (2014) aponta os sintomas físicos, psíquicos, comportamentais e defensivos do processo de *burnout.* Como sintomas físicos, elenca: fadiga constante e progressiva, dores musculares ou osteomusculares, distúrbios do sono, cefaleias, enxaquecas, perturbações gastrointestinais, imunodeficiência, transtornos cardiovasculares, distúrbios do sistema respiratório, disfunção sexual e alterações menstruais nas mulheres. Como sintoma psicológico, enumera: falta de atenção, concentração, alterações de memória, lentificação do pensamento, sentimento de alienação, sentimento de solidão e impotência, impaciência, labilidade emocional, dificuldade de autoaceitação, baixa autoestima, astenia, desânimo, disforia, depressão, desconfiança, paranoia.

Como sintomas comportamentais, Pereira (2014) cita: negligência ou escrúpulo excessivo, irritabilidade, incremento da agressividade, incapacidade para relaxar, dificuldade na aceitação de mudanças, perda de iniciativa, aumento do consumo de substâncias, comportamento de alto risco, suicídio. E, como sintomas defensivos, menciona: tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho (ou até pelo lazer), absenteísmo, ímpetos de abandonar o trabalho, ironia, cinismo.

É notável, assim, que "(...) O mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, mantém algumas funções que expõem trabalhadores a situações de risco constante. Esse é o pano de fundo para o desenvolvimento do chamado 'mau estresse'" (RESK, 2011, p. 27).

Por todos os conflitos experimentados pelo trabalhador, importa diferençar o estresse no trabalho de *burnout*, conceitos que se distinguem. O primeiro tem sido nomeado de estresse ocupacional. O segundo está também relacionado às relações de trabalho, mas se dá por um estresse que se cronifica nas profissões em que o trabalhador está mais proximamente ligado àqueles a quem se dedica de forma direta, contínua e emocional, de acordo com Pereira (2014).

Segundo Resk (2011), os grupos que sofrem maiores riscos são: Segurança Pública (considerado grupo de muito risco), Saúde Pública e Educação (considerado inofensivo). Apesar de figurarem dentre os grupos reconhecidos como de baixo risco, os educadores enfrentam sérias transformações em seu cotidiano laboral em virtude de diversos fatores de natureza sócio-histórica, política e cultural.

Por esse motivo, torna-se necessário que o educador busque observar e avaliar seu desempenho e entusiasmo em executar suas atividades diárias na vida escolar, para estar ciente do cuidado em relação a sua saúde, bem como de sintomas que eventualmente possam surgir.

2 A síndrome em âmbito escolar

Os educadores no cenário contemporâneo sofrem dificuldades ao longo de sua vida profissional, por situações que vão desde a sala de aula a questões políticas. Referindo-se aos professores universitários, Carlotto (2014) mostra que, historicamente, tem-se visto que

> A universidade brasileira, no decorrer de sua história, passou por inúmeras transformações. Os últimos anos foram marcados pela expansão do ensino universitário privado e pela presença marcante do Estado Avaliativo decorrente da mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1996 (Morosini, 2001). Estes fatos demandaram a formação de uma nova estrutura organizacional e de uma nova dimensão pedagógica com consequente ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para atender às necessidades de um mercado crescente e os desafios de uma educação com padrões internacionais, a universidade, na busca da eficiência, organizou-se como unidade de produção, criando departamentos, linhas de produção para cada profissional, por categoria do conhecimento. De acordo com Buarque (1994), o produto de cada departamento continua limitado à reprodução do sistema em crise. Nas universidades privadas, a reorganização dos subsistemas foi vinculada a um modelo de universidade corporativa e empreendedora (CARLOTTO, 2014, p. 187).

Ao mencionar os achados de Esteve (1999), Carlotto (2014) diz que ante as mudanças sociais, o professor é desafiado pessoalmente a atendê-las, especialmente no que diz respeito ao que chama de “avanço contínuo do saber”, pois mais que atualizar-se, torna-se necessário que o educador renuncie saberes que dominava para adquirir habilidades pessoais fora do âmbito da acumulação de conhecimento, o que lhe gera desastrosas tensões e desorientações, devido à mudança excessiva dele requerida em curto espaço de tempo.

Por esse motivo, Carlotto (2014, p.192) afirma que os professores com *Burnout s*entem-se emocional e fisicamente exaustos, estão frequentemente irritados, ansiosos, com raiva ou tristes. O estresse diário, sofrido dentro e fora da sala de aula, tem sido objeto de pesquisa através de estudos e observações dos sintomas que afetam as atividades diárias do educador, a fim de se transpor os problemas aí gerados.

> Entre eles, está a exposição dos professores a temperaturas inadequadas, ruídos, superlotação das salas, cansaço extremo pelas longas jornadas de trabalho, dupla jornada das mulheres, além da falta de tempo para si e para se atualizarem. E paralelamente o levantamento registrou que há problemas sociofamiliares dos alunos, multiplicidades de tarefas do educador simultaneamente às posturas desconfortáveis, falta de valorização, burocratização das atividades, falta de diálogo com a administração das escolas e expansão dos contratos de trabalhos temporários e eventuais. (RESK, 2011, p. 27-28).

Muitos educadores desistem de sua jornada de trabalho, por suas demandas abarcarem também exigências de outra natureza: “estão relacionadas ao cuidado, à possibilidade ou não de se estabelecer um vínculo afetivo com o aluno que favoreça

o processo de aprendizagem e permita ao professor realizar um bom trabalho" (SOUZA, 2008, p. 2).

> A enfermidade acomete principalmente profissionais idealistas e com altas expectativas em relação aos resultados do seu trabalho. Na impossibilidade de alcançá-los, acabam decepcionados consigo mesmos e com a carreira. (BEZERRA, 2008)

Então a Síndrome de *Burnout* em âmbito educacional está relacionada a uma exaustão emocional e física, de um profissional que batalha por um ideal e, em geral, é muito humano. "O envolvimento afetivo que ocorre em algumas profissões incrementa e dá um caráter distinto às alterações experienciadas." (PEREIRA, 2014, p. 15). Por isso,

> CODO (1999) define a síndrome como "Síndrome da Desistência do Educador". O ideal de trabalhar e vencer na vida, a ânsia por encontrar um lugar ao sol, é um projeto de vida que reflete a identificação do professor relacionado ao trabalho educativo, que se choca no confronto com a sociedade capitalista e ocasiona a doença. (HAMZE, 2009).

Segundo Carlotto (2014), o conceito de educação hoje não está ligado à qualidade do ensino ministrado aos alunos, pois, atualmente, há uma grande preocupação com um conceito de mercado financeiro, em que a escola seria a mercadoria e o aluno, o cliente. Os pais de alunos estão cada vez mais exigentes e preocupados com a competitividade existente na sociedade quanto ao ingresso do(a) filho(a) na vida profissional futura.

Tal exigência gera para o educador uma grande preocupação e desgaste, pois precisa estar pronto para trabalhar nesse mercado de trabalho tão exigente. "[..] os professores preocupam-se, hoje, não só com suas funções docentes, mas também com questões baseadas no paradigma da civilização industrial, isto é, com sua carreira, sua segurança e seu salário". (CARLOTTO, 2014, p.188).

Com todas essas evidências, pode-se concluir que "a área de ensino possui características particulares, geradoras de estresse e de alterações do comportamento dos que nele trabalham o que já tem sido estudado em países da América e da Europa". (RESK, 2011, p. 28).

Em muitos momentos, os professores fazem o papel dos pais e responsáveis, verificando, até antes da família, algum tipo de dificuldade em que

possa o aluno estar envolvido, diz Resk (2011): como conselheiro e orientador, o educador ensina muitos princípios que caberiam à família, sofrendo com os alunos os problemas pessoais e familiares deles difíceis de serem resolvidos. Essa situação pode ser observada quando os pais são convocados a irem ao ambiente escolar para resolverem alguma questão referente ao filho. Sobre isso, relata o professor R.A.D.:

> E é aí, que diversas vezes, percebemos que essas pessoas [os pais ou responsáveis pelos alunos] reagem como os alunos indisciplinados. A desestrutura familiar também acarreta problemas ao professor. A sociedade, por sua vez, quer que a escola dê um jeito nos indisciplinados. (RESK, 2011, p. 29).

Assim, a complexidade do cotidiano laboral do professor explica, na atualidade, a maior atenção em estudar a sua saúde, pois "a severidade da síndrome entre os profissionais de ensino é, hoje, superior à dos profissionais de saúde", diz Carlotto (2014, p.191), baseando-se nos estudos de Iwanicki e Schwab (1881) e Faber (1991).

A Síndrome de *Burnout* é caracterizada pelo nível de estresse muito alto que compromete a saúde do trabalhador em sua função laboral. Segundo Carlotto (2014), reportando-se ao modelo sociológico de Woods, o educador experimenta esse estresse em níveis diferentes, sendo eles: micro, meso e macro.

> Fatores micro são os que se situam dentro da biografia pessoal e profissional do professor (comprometimento, valores, carreira e papeis desenvolvidos); os fatores intermediários são os institucionais (tipo de escola, aspectos éticos da escola, aspectos culturais do professor e dos alunos) e os macros são todas as forças derivadas das tendências globais e políticas governamentais. Estes níveis, em interação, desencadeariam o processo de "desprofissionalização" (CARLOTTO, 2014, p. 191).

Desse modo o educador precisa estar ciente da realidade que está à sua volta e dos fatores que o atribulam, sejam de ordem acadêmica ou de ordem sociopolítica, que permeiam todo o sistema educacional. Sugerindo que todo o modo de atuação adquirido pelo educador ao longo de sua carreira seja substituído por novos *modos operandi* que exigem novos métodos, recursos e habilidades em pouco tempo, todo o ideal e altas expectativas em torno do trabalho tornam-se

frustradas, pois carreira, segurança no trabalho e salários, demonstram-se mais importantes que a qualidade do ensino.

Assim sendo, considerados todos os fatores acima mencionados, que, em seu conjunto, levam à Síndrome de *Burnout*, importa buscar meios de se prevenir e de tratar esse "mau estresse", visando à saúde e ao retorno do professor às suas atividades profissionais.

3 Caminhos para o tratamento e o controle do estado patológico do *burnout*

A partir dos estudos e pesquisas realizados sobre a Síndrome de *Burnout*, foi possível criar diferentes formas de intervir e prevenir um fenômeno que é psicológico, mas que, do ponto de vista psicossocial, advém de um ambiente de trabalho prejudicial e de características dos próprios trabalhadores, conforme Hernández et al. (2014).

Alguns fatores importantes fazem com que a Síndrome de *Burnout* ocorra, conforme os autores elencados acima: o local de trabalho com poucos recursos, dificultando sua execução eficiente; a personalidade do trabalhador e a forma como enfrenta as demandas no ambiente de trabalho; além da relação entre esses componentes.

Assim, buscam-se a forma de intervir e prevenir esse mal, que segundo Hernández et al. (2014), se distribuem em três níveis de atuação: programas centrados na resposta do indivíduo, no contexto ocupacional, e na interação do contexto ocupacional e o indivíduo. Quanto ao grau de atuação, os programas preventivos se classificam em: prevenção primária, quando se faz um trabalho para se identificar qual é a situação que pode causar estresse no ambiente, antes que esta se manifeste em estresse; prevenção secundária, quando a pessoa já está manifestando o estresse, mas ainda não há os sintomas; e prevenção terciária, quando os sintomas existem e há perda do bem-estar e da saúde da pessoa.

No decorrer da Síndrome de *Burnout,* há uma série de questionamentos por parte do educador, cujas respostas podem ser de natureza filosófica ou psicológica, envolvendo o estado emocional, cognitivo e comportamental. Essas problematizações levantadas têm como objetivo a busca de restabelecer, segundo

Hernández et al. (2014, p. 230), “o equilíbrio perdido como consequência da percepção de ameaça”.

O melhor que o educador poderá fazer por si mesmo é se manter atento ao menor sinal dos sintomas que mostrem se há alguma alteração em seu comportamento quanto à sua capacidade de executar suas atividades laborais em sala de aula. Torna-se necessário que o profissional perceba quais são os sintomas que experimenta, para tentar prevenir um mal maior. “Quem não consegue interromper o círculo vicioso, alimentado pela soma das demandas profissionais e demais exigências do cotidiano, pode colocar a própria vida em risco”, diz Schedlowski (apud KRAFT, 2006).

Caso o queira, o professor pode recorrer a uma consulta médica, em que, através do seu relato, será observado o nível de estresse apresentado. Conforme Souza (2008), o diagnóstico de *burnout* pode ser feito por meio de exame clínico, por profissionais da área de saúde (médico e psicólogo) que efetivamente conheçam os sintomas da síndrome.

“Os ‘esgotados’ devem se abrir para outras fontes capazes de nutrir sua autoestima.” (KRAFT, 2006). A Síndrome *de Burnout* precisa ser tratada, pois educadores adoecidos não irão proporcionar uma melhora expressiva na qualidade do ensino nem conseguirão se realizar em nível pessoal e profissional. Para isso, o educador deverá buscar ajuda de profissionais da saúde e tratamento adequado, que poderá ocorrer com ajuda de medicação e terapia.

Para Jbeili (2008), a melhor maneira de se tratar a Síndrome de *Burnout* no campo do atendimento terapêutico deve ser aquela em que as questões que são levantadas pelos pacientes portadores dessa síndrome lhes faculte restabelecerem o equilíbrio que foi perdido e, consequentemente, voltem ao seu local de trabalho.

Quanto ao atendimento psicológico, a Terapia Cognitivo-Comportamental tem sido a mais usada, devido aos seus bons resultados, diz Hernández et al. (2014, p. 230), pois “a intervenção centrada na resposta do sujeito tem como finalidade que este aprenda a enfrentar de maneira adaptativa as situações estressantes”. Faz-se necessário seguir alguns passos importantes para se descobrir o motivo desse estresse. São eles: conhecimento do problema; reconhecimento do problema e perfil pessoal; e aprendizagem de estratégias de enfrentamento – orientado para a emoção e para o problema.

Conhecer o problema, para os autores supramencionados, refere-se à construção da situação, aprofundando nas causas que desencadeiam os sintomas característicos e as consequências do processo de *burnout.* O reconhecimento do problema e perfil pessoal diz respeito a como, diante do estresse, ocorrem respostas fisiológicas, emocionais, cognitivas e comportamentais. A aprendizagem de estratégias de enfrentamento, também chamado de *coping,* irá proporcionar ao indivíduo ferramentas para enfrentar demandas externas específicas e/ou internas que são avaliadas como desbordantes. Enquanto o enfretamento orientado para emoção inclui a evitação, a minimização, o distanciamento, a atenção seletiva, as comparações positivas e a atribuição de valores positivos aos acontecimentos negativos, o enfrentamento orientado ao problema atua diretamente contra a situação geradora de estresse.

Assim, após se descobrir a fonte geradora da síndrome, busca-se o tratamento adequado que proporcione melhora no quadro patológico do profissional de educação. O educador poderá, através de técnicas de estratégias de enfrentamento, buscar “a resolução dos problemas e o manejo da emoção. Dentre essas técnicas, têm sido muito eficazes o relaxamento, as técnicas cognitivo-comportamentais e a prática de hábitos saudáveis.” (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p. 232).

As técnicas de relaxamento têm por objetivo diminuir a ansiedade natural causada pela síndrome, dentre as quais se podem destacar, conforme Hernández et al. (2014): respiração (a busca de realizá-la corretamente); relaxamento progressivo de Jacobson (diferenciando tensão e relaxamento); treinamento autógeno de Schultz (relaxamento através do controle mental); visualização (relaxamento através das sensações mentais); meditação (focar a atenção em algo que não estimule um tipo de pensamento); contato sensorial (manter-se ativo e consciente a todas as percepções sensoriais e passivo às demais); sofrologia ou sofronização simples (começa com relaxamento no nível de consciência ordinária indo até o nível do sonho e depois volta ao estágio original); biofeedback (conhecimento de sua resposta fisiológica adquirindo controle e poder de modificá-las); terapia do sonho (três dias sonho, processo similar de sonho e vigília normal); hipnose e auto-hipnose (relaxamento passivo e profundo); atividades artísticas (como a pintura); relaxamento através da Ioga (método oriental); musicoterapia (música como

complemento a outras terapias); sistemas pessoais (atividades consideradas prazerosas para a pessoa); relaxamento chinês (exercícios respiratórios combinados com exercícios de relaxamento); postura equilibrada (relaxamento dinâmico); farmacologia (fármacos controladores do estresse); esporte (liberação da tensão física e mental).

De acordo com Hernández et al. (2014), as técnicas cognitivas atuam modificando a forma como o indivíduo vê o ambiente. A forma como responde emocionalmente a situações como ansiedade, frustração, raiva, depressão e outros, está ligada ao nível de atenção que atribui a essas emoções. Algumas técnicas utilizadas são as seguintes: expectativas profissionais (trabalha tais expectativas); terapia racional emotiva (disputa, debate, discrimina e define as crenças irracionais); parada de pensamento (intervém nos pensamentos automáticos geradores do estresse); inoculação do estresse (para eliminar pensamentos antagônicos).

A promoção dos comportamentos saudáveis pode ser alcançada por meio de algumas tarefas como

> Prática de exercício físico, dieta equilibrada, não fumar, dormir horas suficientes, estabelecer períodos de relaxamento e realizar atividades de ócio, bem como desfrutar de tempo livre. Estas condutas potencializam a saúde do indivíduo a curto e longo prazo. (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p. 237).

Quanto às chamadas técnicas de enfrentamento para a solução dos problemas, elas “possuem o objetivo de levar a pessoa aprender a resolver as situações problemáticas de maneira eficaz, atuando diretamente sobre o estímulo estressor.” (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p. 238). Dentre as técnicas de enfrentamento, as mais usadas são: técnica de solução de problemas, de D`Zurilla & Goldfriend (1971); treinamento em assertividade e manipulação do tempo de forma eficaz.

Segundo Hernández at al. (2014), a técnica de solução dos problemas parte do princípio de solucionar e aprender, de forma eficaz, a identificar o problema e favorece o sentimento de autoeficácia do trabalhador. “É necessário evitar responder aos problemas de maneira impulsiva e precipitada, é preciso fazer uma boa análise da situação e estruturar um bom plano estratégico.” (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p. 239). Essa técnica possui os passos seguintes: 1) identificação e reflexão sobre o

problema; 2) objetivos para a solução do problema; 3) eliciação das possíveis soluções; 4) avaliação das consequências; 5) elimitação da solução escolhida; 6) colocação da solução em prática; 7) avaliação dos resultados; 8) proposta de melhoria.

Outro tipo de técnica de enfrentamento que se pode citar é a técnica de treinamento em assertividade.

> Assertividade pressupõe o direito a confundir-se, a considerar as próprias necessidades, dizer *não* sem sentimento de culpa, defender as próprias crenças sem ofender os outros (companheiros, pacientes, supervisores...), entender os próprios comportamentos, pensamentos e emoções, e assumir suas consequências. (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p. 241).

O manejo de tempo de forma eficaz é outro tipo de técnica de enfrentamento, que "consistiria na aquisição de habilidades para saber estabelecer prioridades, investir mais tempo nas atividades prioritárias, reduzir a percepção e situações laborais de urgência". (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p.242).

Desse modo, apesar de todas essas estratégias e técnicas a sua disposição, o educador pode ter de recorrer a atendimento médico também. Então, segundo, Jbeili (2008), para que o tratamento seja eficaz, deverá associar o tratamento medicamentoso à psicoterapia. A medicação estará de acordo com a necessidade apresentada pelo paciente, pois em muitos casos ele pode apresentar problemas biofisiológicos compreendendo dores, alergias, alteração na pressão arterial, problemas cardíacos, insônia, entre outros. Por esse motivo, a medicação (analgésicos, antisiolíticos e antidepressivos) será administrada conforme os sintomas do paciente. "Lembre-se que o médico é o profissional capacitado e habilitado para prescrever a intervenção medicamentosa mais adequada, sendo desaconselhável toda e qualquer tentativa de automedicação." (JBEILI, 2008, p. 8).

Para que os sintomas de *burnout* venham a ser amenizados ou prevenidos, existem alguns passos a serem seguidos, segundo Jbeili (2008): programar melhor as atividades do dia deixando espaço para intervalos importantes; diferenciar competência de competição; promover ou buscar qualidade nas relações interpessoais; procurar fazer alguma atividade física dirigida como Ioga, Tai Chi Chuan, academia, caminhada, natação ou qualquer outra atividade física.

> Sabe-se que a atividade física regular libera hormônios essenciais para a saúde do corpo e da mente, entre eles a dopamina, um neurotransmissor que atua direto no sistema nervoso central, agindo como analgésico natural e precursor da sensação de bem-estar. (JBEILI, 2008, p.10).

Segundo Jbeili (2008), torna-se necessário ao profissional de educação, em alguns momentos, repensar o espaço ocupado pelo trabalho na vida, e buscar reorganizar o tempo e suas atividades, refletindo sobre o seu conceito de vida e os seus hábitos alimentares, buscando nas diferentes áreas da sua vida o equilíbrio.

Segundo Hernández et al. (2014), o trabalho também poderá ser feito através de programas centrados no contexto laboral, um trabalho que tenha como objetivo a melhora da organização laboral e, também, nas relações interpessoais dentro do ambiente de trabalho. Para que isso ocorra de forma eficaz, poderão ser elaboradas intervenções na estruturação das tarefas, na organização do trabalho e no processo de produção, e intervenções baseadas na melhoria das comunicações. No entanto, "o êxito dos programas depende de maneira importante do apoio por parte da direção dos trabalhadores". (HERNÁNDEZ ET AL., 2014, p. 246).

Pode-se observar que cabe ao educador, ao longo de sua jornada de trabalho, procurar prevenir que o "mau estresse" o assole. Para aqueles que já o experimentam, devem, no tempo certo, buscar ajuda necessária de profissionais de saúde capacitados para o tratamento da Síndrome de *Burnout*, amenizando, assim, os sintomas e obtendo o equilíbrio físico e mental tão necessários ao seu desempenho profissional.

Considerações finais

A Síndrome de *Burnout*, ainda, traz consigo questionamentos não respondidos sobre a sua definição e sobre o entendimento dos sintomas que a caracterizam. Suas primeiras evidências remontam ao século XVIII, quando um escritor alemão se licencia por dois anos para voltar a ter inspiração poética. No século XX, um psicanalista americano pôde constatar nele próprio o esgotamento físico e mental relacionado à sua vida laboral. O termo *burnout* em inglês, assim, traduz a sensação de queimar por dentro, por completo.

Atualmente, o mercado de trabalho tem proposto ao educador muitas exigências e cobranças, por consequência, um esgotamento seu tem sido

desenvolvido no trabalho com os alunos em sala de aula. Observa-se que esse desconforto que assola o professor pode advir de fatores de natureza políticoeconômica até aqueles de natureza estritamente escolar e/ou pessoal.

O sistema educacional, em especial, o privado, tem, ao longo dos anos, modificado o objetivo do seu trabalho. Há uma grande preocupação em agradar a clientela; alunos e pais são os consumidores exigentes que compram uma mercadoria: a educação. Com isso, o educador no âmbito pessoal, idealista que é, luta para atingir as metas exigidas, mesmo não tendo tempo para fazer cursos de aperfeiçoamento e atualização, já que, muitas vezes, tem dupla ou tripla jornada de trabalho. Por outro lado, em especial, no sistema público de educação, há um esgotamento do educador com a indisciplina dos alunos, pouco interesse pela aprendizagem, falta de infraestrutura das salas de aula e baixos salários. Diante desse quadro, o educador cobra de si um melhor desempenho ou experimenta a frustração de não exercer a sua função de forma satisfatória. Por isso, demonstra sentir-se frequentemente irritado, ansioso, triste, com raiva e desmotivado.

Com essa situação se mantendo dia após dia sem perspectiva de melhora, o professor, acometido, então, pela Síndrome de *Burnout*, chega à exaustão e adoece apresentando sintomas físicos, psicológicos, comportamentais e/ou defensivos. Nessa perspectiva, os questionamentos que lhe surgem durante a síndrome podem ser de natureza filosófica ou psicológica, envolvendo o estado emocional, cognitivo e comportamental, e visam a restabelecer o equilíbrio que ele perdeu.

Para prevenir a síndrome há formas de prevenção e intervenção que podem ser distribuídas em três níveis de atuação: programas centrados na resposta do indivíduo, no contexto ocupacional e na interação do contexto ocupacional e o indivíduo.

A Síndrome de *Burnout* precisa ser tratada, pois educadores adoecidos não se realizarão pessoalmente nem irão proporcionar progresso em âmbito profissional. A busca de tratamento adequado poderá ocorrer com a ajuda de profissional de saúde capacitado, por meio de medicação e/ou psicoterapia, conforme o caso, para restabelecer a saúde do educador e permitir sua volta ao local de trabalho.

A Terapia Cognitivo-Comportamental, dentre as abordagens psicológicas, tem sido utilizada de forma mais satisfatória, pois busca centrar a intervenção na

resposta do sujeito, para que ele aprenda a lidar com a situação estressante, por meio de estratégias de enfrentamento e técnicas diversas.

Nesse processo, a melhora na organização do ambiente laboral e nas relações interpessoais dentro do ambiente de trabalho é importante. Para que isso aconteça, há a necessidade do apoio da direção da escola e também dos colegas de trabalho. Espera-se, também, que os legisladores e os representantes políticos e administrativos da sociedade se engajem com real interesse e maior responsabilidade, observando o alcance de suas decisões.

Referências

CARLOTTO, Mary Sandra.*In*: PEREIRA, Ana Maria Tereza Benevides. Síndrome de b*urnout* e satisfação no trabalho: um estudo com professores universitários. ***Burnout***: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador 4ªed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

CID-10. Organização Mundial da Saúde: Tradução Centro Colaborador da OMS para a Família Classificações Internacionais em Português – 10. ed. rev. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

HERNÁNDEZ, Eva Garrosa; PEREIRA, Ana Maria Tereza Benevides; JIMÉNEZ, Bernardo Moreno; GONZÁLEZ, José Luis. Prevenção e Intervenção na Síndrome de *Burnout*: como prevenir (ou remediar) o processo de *burnout. In:* PEREIRA, Ana Maria Tereza. Benevides (org). **Burnout:** quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 4ªed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

JBEILI, Chafic. ***Burnout* em professores**: identificação, tratamento e prevenção. Disponível em: http://www.saudedoprofessor.com.br/Burnout/Arquivos/cartilha.pdf. Acesso em: 22 set. 2014.

KRAFT, Ulrich. Esgotamento Total. *In*: **Revista Scientific American** Mente e Cérebro: psicologia/psicanálise/neurociência. Junho, 2006. Disponível em: http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/esgotamento_total.htm. Acesso em: 12 mar. 2014.

MILLAN, Luiz Roberto**.** A síndrome de *Burnout:* realidade ou ficção? *In*: **Revista da Associação Médica Brasileira;** vol.53, nº 1, São Paulo, Jan. e Feb. 2007.Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/so104-42302007000100004. Acesso em: 08 mar. 2014.

PEREIRA, Ana Maria Tereza Benevides. *Burnout*: por quê? *In*: _____ (org). ***Burnout***: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 4ªed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

RESK, Sucena Shkrada. Convivendo com o inimigo**.** *In*: **Revista Psique Ciência & Vida**; 2011,p.27 a 34.

SILVA, Graziela Nascimento da; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de *Burnout:* um estudo com professores da rede pública**.** *In*: **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE). Disponível em: revistaabrapee@yahoo.com.br. Acesso em: 05 ago. 2014.

SOUZA, Daiane. ***Burnout*****:** síndrome afeta mais 15% dos docentes**.** Jornal Portal do Professor; ed.3ª.
Disponível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=38. . Acesso em: 12 abr. 2014.

VARELLA, Drauzio. **Síndrome de *Burnout***. Disponível em: http://drauziovarella.com.br/letras/b/sindrome-de-burnout/ Acesso em: 08 mar. 2014.

VIEIRA, Isabela; RAMOS, Andréia; MARTINS, Dulcéa; BUCASIO, Erika; PEREIRA, Ana Maria Tereza Benevides; FIGUEIRA, Ivan; JARDIM, Sílvia.
Burnout na clínica psiquiátrica: relato de um caso. *In*: **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul** vol.28 nº3 Porto Alegre Set./Dec. 2006. Disponível em: revista@aprs.org.br. Acesso em: 27 jul. 2014.

As perspectivas críticas sobre o sujeito, a linguagem e a identidade em Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e Jacques Derrida

Prof. Me. Renato Marcelo Resgala Júnior*

Resumo: O presente artigo foi elaborado de modo a apontar ascorrelações interdisciplinares entre saberescomo a linguagem, a história e a filosofia, que se dialogam em seus movimentos teóricos, seus processos históricos, suas bases estruturais e simbólicas, criando uma imbricação recursiva na construção do discurso teórico no campo das Ciências Humanas. Para que se visualize um panorama das discussões que se efetuarão, este artigo será determinado e construído a partir de um duplo horizonte metodológico: a) primeiramente, realizar-se-á uma apresentação de conceitos e perspectivas teóricas do discurso como o que é o homem, por extensão, cultura, arte etc., atravésdos apontamentosde Friedrich Nietzsche (1845-1900), Martin Heidegger (1889-1976) e Jacques Derrida (1930-2004); b) a correlação na construção do discurso das Ciências Humanas dos fatores*interdisciplinares* (as inter-relações entre Filosofia, Artes e História), disseminado pela teoria proveniente dos Estudos culturais na contemporaneidade. O que se percebeu, ao final, é a recorrente identificação do pensamento de Nietzsche, Heidegger e Derrida com as teorias críticas da cultura da contemporaneidade (neste artigo, tratar-se-ão as ideias de Stuart Hall acerca do conceito de identidade cultural), assim comocom as análises da filosofia da linguagem e das perspectivas interdisciplinares no discurso das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem;Estudos Culturais; Interdisciplinaridade.

Introdução

Este artigo é o resultado de leituras e pesquisas direcionadas à literatura filosófica em torno dos conceitos de Homem, Cultura, Conhecimento, a partir de livros centrais do pensamento de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Jacques Derrida e pensadores da cultura dos séculos XX e XXI). O objetivo deste artigo, portanto, é promover a discussão de pensamentos filosóficos, científicos e culturais acerca do *homem* e da *linguagem*. Para isso, este artigo se desdobra em dois caminhos (possibilidades de leitura) que se inter-relacionam e se dialogam.

De um lado, a leitura empreendida tendo como base as obras de Nietzsche (2003; 2008a; 2008b; 2008c; 2008d; 2008e; 2011; 2013), Heidegger (2010v.I-v.II; 2012; 2013) e Derrida (1994; 2009; 2010; 2012; 2014) possibilitaram um entendimento sobre os princípios e conceitos-chave como homem,identidade e arte.

*Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura (Universidade Federal de São João Del Rei-MG). Professor de Literatura Comparada, Teoria literária e Literatura Portuguesa do curso de Letras e de Literatura Brasileira do curso de Pós-Graduação Lato-sensu em Estudos linguísticos e literários do Centro Universitário São José de Itaperuna-RJ.

Por outro lado, a análise será torneada pelo encontro teórico da conceituação da*linguagem* – partindo da ideia de que possui valor intrínseco na própria vivência social e cultural do homem, sua expressão em face à sociedade – com as categorias de identidade, sujeito e homem. Nessa etapa, objetivou-se um mapeamento filosófico sobre o conceito em tornodesse sujeito, antes de tudo, cultural, o *homem*(de determinada conceituação nietzschiana, à visão da linguagem em Heiddeger, para além da libertação das estruturas derridianas, ao encontro do pensamento cultural do pai dos Estudos Culturais – doravante EC –, Stuart Hall). Por meio dessas leituras, identificou-se que as bases filosóficas (Heidegger diria *destruidoras*) que questionaram a estruturação – enquanto pressupostos conceituais de imutabilidade *ad aeternum* – do discurso de das Ciências Humanas,possuem relação com o pensamento filosófico em Nietzsche, da crítica da linguagem em Heidegger e nas operações teóricas de Derrida.

Entrecruzando ideias, nos limites

Através da linguagem, o homem torna-se um *sujeito cultural*, pois é, com a palavra, que interage com os outros e o mundo. Dessa forma, o homem é: ele existe, enquanto ser, expressando-se, fazendo falar sua individualidade, suas identidades, no seu tempo e espaçoculturais, por meio da linguagem.

As transformações simbólicas, culturais e científicas, operadas no pensamento e no imaginário ocidental do século XX, possibilitaram a emergência de um novo construto simbólico sobre o conceito de*homem*(pode-se falar em ‘novas leituras’). Entende-se que o homem é um ser (*ente*,*ser*, *sujeito*são, pois, conceitos em que a ideia de humanidade está imiscuída) múltiplo, demarcado pela sua pluralidade identitária, *grosso modo*, o jogo de marcas e rastros do que se é, do que se apresenta no jogo da existência em suas pluralidades de vivências culturais.

O século XXI, por sua vez,tem suas portas culturais abertas às pluralidades de vivências e experiências na construção dos saberes. Hoje, *pensar* é *pensar com*, *pensar junto de*, *pensaraliado ao Outro*. Mas quem é esse outro? Por que o diferente ocasiona o medo e desconfiança? A alteridade, na contemporaneidade, mais que pressuposto, deveria ser princípio e fim: a compreensão do outro e de si, por consequência – já que todos somos outros, também! -, em sua vivência, é precisa para a justiça social (disso, não duvidamos).

Nesse encalço, qual é a relação entre o homem, sua linguagem e sua identidade na contemporaneidade? De que modo essas identidades se formam no homem? Como se dá o processo dessas identidades dentro de contextos de inserção e realização? É através da linguagem que o homem se expressa, apresentando-seem jogos de identidades. O homem fala e representa o mundo em suas possibilidades representativas (o homem criou e inventou o mundo, costumes e, mesmo, as tradições pela linguagem, como bem apontara Eric Hobsbwan (2005)). O homem, em sua identificação com o mundo, fala, portanto, cria sentidos.

A pluralidade linguística torna-se, em jogo, multiplicidades de práticas para se fazer a vida falar em suas intermitências. Linguagem, identidade e cultura se imbricam na formação do homem. Nietzsche via, nessa relação, muito mais do que a simples representação do ser, mas uma luta contínua da própria construção do ser em sua vida cultural, em seu contexto múltiplo de interação em que se jogam as máscaras representativas do ser.

O homem comunica-se, expressa-se, pensa, dialoga, fala, escreve, registra, crias suas memórias pelas palavras, construindo a representação de si e de seu tempo.Qual a relação entre linguagem e o contexto? Qual o valor da linguagem em sua projeção cultural, seu momento de realização?A cultura está onde há o enraizamento do discurso da moral e dos costumes (o pensamento na história da civilização humana traz consigo inúmeros fatos que remetem ao discurso da *tradição*); a cultura infere-se na habilidade, no exercício e na *inter-ação* do movimento cíclico*homem-mundo-coisa* (o homem intervém, participa, interfere e cria o seu mundo: Karl Marx, em uma de suas teses sobre Feuerbach, afirmava, em outras palavras, que os filósofos – e lemos *filósofos*, como *educadores*, *pensadores*, *intelectuais*, professores –apenas tinham pensado o mundo de formas diferentes, mas que a questão fundamental seria como transformá-lo - e repito, é preciso transformar o mundo).

Filosoficamente, numa perspectiva, tudo o que no homem é e tudo aquilo que se traduz do, no e pelo homem (seu trabalho, sua arte, sua vida) é resultado de uma representação e da sua identidade, através da realização de processos ideológicos (em contínua transformação por meio de impulsões, vontades e ações)presentes na linguagem;esta, por sua vez, é demarcada pela pluralidade semântica, na qual se jogam as realidades vividas pela palavra.É através da palavra que o homem é e se

manifesta. Ao homem, a linguagem é inevitável, faz, pois, aparecer as identidades e os jogos de poder por detrás dos símbolos da linguagem.

O homem depende da linguagem, nela constrói sua vida, seu dia a dia, seu nome e sua existência. Viver só dá pra ser se for perigosamente, recalculando rotas em nossas próprias experiências e, para Nietzsche, o homem é, antes de tudo, uma passagem para o além-do-homem, a superação de si, o reconhecimento dos limites e a necessidade de se ultrapassar.

Friedrich Nietzsche, nascido em Röcken, pequena aldeia de Lützen, Alemanha, em 1844, desde sua adolescência, delineava os caminhos de sua formação filosófica, estudando com bolsas em bons colégios; aos 24 anos ingressara na Universidade de Basileia, como professor de Filologia e Literatura Clássica. Por complicações de saúde, cefaleias constantes e ataques de dor, afastara-se da docência a qual, até então, realizava com grande respaldo. Publicou livros que se tornaram, após sua morte, obras referenciais para o pensamento contemporâneo em torno daFilosofia, da Literatura eda Cultura. Para Nietzsche, a linguagem é o terreno das lutas dialéticas do pensamento e do ser.

Para o filósofo, o homem constrói o seu mundo pela sua ação, intervenção e colaboração, física ou intelectual, interagindo com o seu tempo e espaço, recriando, expressando-se e utilizando os sentidos e a lógica, o pensamento e a sua força, sua vontade de potência (vontadedeve ser entendida como: querer; desejar; impulsionar; adquirir;impor sobre outro valor; dominar outrem). De acordo com Nietzsche (2008d), a *vontade de potência*, que é a vontade de superação e dominação, enleva, de um lado, no homem, a capacidade de inovação, elaboração, construção e aperfeiçoamento da vida humana e, de outro, a vontade de dominação sobre os outros (alteridade) e o mundo. Vale ressalvar que a palavra dominação adquire caráter plurissignificativo (que será, em um próximo estudo, ser discutido com mais detalhes). Dessa forma, o homem expressa-se nas suas ações, construindo, desconstruindoe reconstruindo continuamente a si, a seus pensamentos e a vida cultural que lhe cerca.

A evolução da linguagem possibilitou ao homem, antes de tudo, o ato de expressar-se, de realizar-se, enquanto sujeito, enquanto *ser cultural* (Nietzsche, 2011). O homem representa o mundo dando-lhe a temporização e a localização, i.e., o ambiente de contextualização que marca as suas identidades, assim como a

época cultural que determina sua formação enquanto *sujeito cultural*. Somos sujeitos culturais porque com o 'aqui' e 'agora' do estar no mundo, em práticas de vivências, representamos o mundo (recriando, reinventando e renovando possibilidades de existir).

> O homem é uma corda, atada entre o animal e o além-do-homem, uma corda sobre o abismo. Perigosa travessia, perigoso a-caminho, perigoso olhar-para-trás, perigoso arrepiar-se e parar. Grande no homem é que ele é uma ponte e não um fim: o que pode ser amado no homem é que ele é um passar e um sucumbir (NIETZSCHE, 2008e, p. 17)

A imagem é nítida: o homem e a ponte, símbolos que se jogam; a passagem para o além-do-homem é o destino, uma inconstância em busca do lugar, em transição, em evolução, em um processo contínuo de superação, o homem deve seguir ou voltar, superar-se ou acovardar-se e aceitar o que vier. A superação dos limites, a perda do centro (do Pai, Deus, Bem, Capital, pois falamos do período da alta industrialização e o embrionário capitalismo) e a autocrítica conduziriam a evolução do ser.. A visão de Nietzsche sobre o sujeito dialogava com a conduta social e a moral do seu tempo, daí a superação do homem pelo homem caracterizar a formação identitáriado *além-do-homem* (*Übermensch*), do que, mais tarde, chamou de perscrutador de entranhas, os independentes intelectuais (*espíritolivre)*:

> (...) Você deve tornar-se senhor de si mesmo, senhor também de suas próprias virtudes. Antes eram elas os senhores; mas não podem ser mais que seus instrumentos, ao lado de outros instrumentos. Você deve ter domínio sobre seu pró contra, e aprender a mostrá-los e novamente guardá-los de acordo com seus fins. Você deve aprender a perceber o que há de perspectivista em cada valoração -, o deslocamento, a distorção e a aparente teleologia dos horizontes, e tudo o que se relaciona a perspectiva; também o quê de estupidez que há nas oposições de valores e a perda intelectual com que se paga todo pró e contra. Você deve aprender a injustiça necessária de todo pró e contra, a injustiça como indissociável da vida, a própria vida condicionada pela perspectiva e sua injustiça. Você deve sobretudo ver com seus olhos onde a injustiça é maior: ali onde a vida se desenvolveu ao mínimo, de modo mais estreito, carente incipiente, e no entanto não pode deixar de se considerar fim e medida das coisas e em nome de sua preservação, despedaçar e questionar o que for mais elevado, maior e mais rico, secreta e mesquinhamente, incessantemente - você deve olhar com seus olhos o problema da hierarquia, e como poder, direito e amplidão das perspectivas crescem conjuntamente as alturas (...) (Id., 2008c, p.12-13)

O homem, comunicando-se, evoluiu na sua diferença, na sua territorialidade, na sua historicidade, na sua contínua capacidade de pensar e repensar o mundo e

as coisas, representando-os e criando sentidos, dando-lhes formas e essências, conteúdo e imagem, possibilitando o desvelar, o apresentar e criar da arte:

> A arte conjurando os mortos. — A arte exerce secundariamente a função de conservar, e mesmo recolorir um pouco, representações apagadas, empalidecidas; ao cumprir essa tarefa, tece um vínculo entre épocas diversas e faz os seus espíritos retornarem. Sem dúvida é apenas uma vida aparente que surge desse modo, como aquela sobre os túmulos, ou como o retorno de mortos queridos no sonho; mas ao menos por instantes o antigo sentimento é de novo animado, e o coração bate num ritmo que fora esquecido (...) (Id.,2008c, p. 200)

Questionando o status da arte e da cultura em relação ao homem, ao conhecimento e à filosofia, Heidegger pesquisou os arquivos e analisou conceitos filosóficos de Nietzsche, quando de sua estadia em Weimar. Martin Heidegger (que nasceu em 1889, em Messkirch, Alemanha, e falecido em 1976, na mesma cidade) foi filósofo, professor e reitor da Universidade de Freiburg. Os estudos de Heidegger se dirigiam a obra de pensadores da linguagem e da cultura, que o levaram a escrever grandes ensaios, pensamentos e teses, cada vez mais recuperados nos estudos contemporâneos de Literatura e Filosofia da Linguagem.Para Heidegger, os olhos, a física da visão, reconhecem elementos que circundam o ser e criam sentidos às coisas. Mundo, coisa e homem se reconhecem na interação, no cotidiano das práticas sociais, discursivas e culturais. As diferenças e semelhanças entre os homens se jogam: os dados da vida, da existência e do ser se rolam. É no saber, no exercício do pensar que a questão se apresenta:

> A filosofia é o questionamento da questão, que procura a lei e disposição de nosso ser. Queremos tornar a filosofia realidade, questionando esta questão; um tal questionamento abre e liberta, à medida que colocamos a questão fundamental da filosofia (HEIDEGGER, 2012, p. 22)

O que é o saber para o homem? Antes de tudo, uma embriaguez dos sentidos e da razão, uma vontade de poder em fazer falar a voz do conhecimento e da necessidade de existir. Tudo o que no homem é e faz sentido se torna linguagem. Toda força e afluxo da vontade de ser realiza-se na linguagem. Seria, então, a linguagem um meio para o homem? A linguagem é um fator humano, que possibilita a própria existência em si. É com a linguagem que a vida desenrola-se na humanidade.

> O homem fala. Falamos quando acordados e em sonho. Falamos continuamente. Falamos mesmo quando não deixamos soar nenhuma palavra. Falamos quando ouvimos e lemos. Falamos igualmente quando não ouvimos e não lemos e, ao invés, realizamos um trabalho ou ficamos à toa. Falamos sempre de um jeito ou de outro. Falamos porque falar nos é natural. Falar não provém de uma vontade especial. Costuma-se dizer que por natureza o homem possui linguagem. Guarda-se a concepção de que, à diferença da planta e do animal, o homem é o ser vivo dotado de linguagem. Essa definição não diz apenas que, dentre muitas outras faculdades, o homem também possui a de falar. Nela se diz que a linguagem é o que faculta o homem a ser o ser vivo que ele é enquanto homem. Enquanto aquele que fala, o homem é: homem (Id., 2012, p. 07)

Dessa forma, o homem se torna homem – "Enquanto aquele que fala, o homem é: homem." (Heidegger, 2012, p.07).Mas onde o homem consubstancia o que ele é pela linguagem?Através de seu trabalho, de sua arte, de sua função, de seu exercício de alteridade. Com a arte o homem manifesta a sua diferença enquanto indivíduo e sujeito. A arte apresenta um valor: o da memória, o da tradição, da representação do real. É com a arte que o homem identifica-se, enquanto cidadão.Dessa forma, pode-se afirmar que o homem e o pensamento traduzem-se num processo de construção, desconstrução, reconstrução e visualização ideológica pela sua capacidade crítica e cognitiva, o homem desenlaça, em face ao mundo, suas marcas de identidade cultural, traduzindo e reconstruindo continuamente sua vida cultural.

Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, apresenta, com clareza e objetividade argumentativa, um histórico da conceituação de Identidade.O pensador jamaicano distingue três concepções em torno do conceito de Identidade: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. *Grosso modo*, Stuart Hall deixa a entender que o homem, no decorrer do processo histórico de sua formação no ocidente, está inserido, continuamente, em processos de interação ou luta cultural, vivenciando a dialética da vida cotidiana: o significado de luta cultural se aresta com a busca pelo espaço próprio, objetivando a inserção das manifestações culturais, escritas ou não, em que os produtos literários são verificados na sua diferença, na arena de luta e jogo, entre a recusa e a aceitação. De outra forma, *o significado de um símbolo cultural*(de produtos culturais, também, considerados como símbolos, signos, formas culturais),*é atribuído em parte em parte pelo campo social a qual está incorporado, pelas práticas às quais se articula e é chamado a ressoar* (HALL, 2012, p. 258), chamado a se apresentar, incorporando-se a uma tradição local de produção ou se desvencilhando, isto é, rompendo com essa

tradição e instaurando novas possibilidades de se repensar o processo de produção cultural. *O que importa (...) é o estado do jogo das relações culturais* (HALL, 2012, p. 258), o processo, a luta dialógico-cultural das identidades e, por conseguinte, ideológica, na cultura e em torno dela, os meios em que se projetam a arte e a produção cultural de combate, resistência aceitação em face aos meios vigentes e às tradições, inventadas, que, muitas das vezes, selecionam, segregam e excluem.Para HALL(2012, p. 259), o local de produção cultural é heterogêneo, diferenciado, nunca estável e passível, mas ativo, mutável, uma *arena onde se desenvolve a luta de classes (...) é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo* (formas culturais, as produções literárias) *vivo e móvel, capaz de evoluir*, contraditório, que joga, distorcendo, dialogando, contrariando ou se incorporando com outras formas, símbolos, signos e manifestações culturais.

É na linguagem que residem as raízes identitárias culturais; com estas, o homem inventa, cria e adorna um mundo de possibilidades interpretativas (e não seriam as artes, sem reducionismos, também forças de criação múltiplas?), através da criação mnemônica. Traduzindo-se em linguagem, o homem reconstrói seus mundos de sentidos.

> O ser humano é ao mesmo tempo singular e múltiplo. Dissermos que todo ser humano, tal como o ponto de um holograma, traz em si o cosmo. Devemos ver também que todo ser, mesmo aquele fechado na mais banal das vidas, constitui ele próprio um cosmo. Traz em si multiplicidades interiores, personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricos, uma poliexistência no real e no imaginário, no sono e na vigília, na obediência e na transgressão, no ostensivo e no secreto, balbucios embrionários em suas cavidades e profundezas insondáveis. Cada qual contém em si galáxias de sonhos e de fantasmas, impulsos de desejos e amores insatisfeitos, abismos de desgraças, imensidões de indiferença gélida, queimações de astro em fogo, acessos de ódio, desregramentos, lampejos de lucidez, tormentas dementes (...) O homem fala. Falamos quando acordados e em sonho. Falamos continuamente. Falamos mesmo quando não deixamos soar nenhuma palavra. Falamos quando ouvimos e lemos e, ao invés, realizamos um trabalho ou ficamos à toa. (HEIDEGGER, 2012, p. 06-07)

Onde se operam as transformações das identidades culturais?É no local da cultura e com a linguagem cultural que o homem se torna o que é. A cultura é, de um lado, o discurso de poder, da tradição, de outro a demarcação de espaços de sua polivalência e multiplicidade de identidades, cada vez mais plurais, que se jogam, nas periferias dos grandes centros, em busca de espaço. A linguagem é o construto das multiplicidades culturais do ser.

Agora, observe-se o aforismo abaixo de Nietzsche:

> A linguagem como suposta ciência - a importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor. Na medida em que por muito tempo acreditou nos conceitos e nomes de coisas como aeternasveritas (verdades eternas), o homem adquiriu esse orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter na linguagem o conhecimento do mundo. O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava as coisas apenas denominações, ele imaginou, isto sim, exprimir com as palavras o supremo saber sobre as coisas; de fato, a linguagem é a primeira etapa no esforçada ciência. Da crença na verdade encontrada fluíram, aqui também, as mais poderosas fontes de energia. Muito depois - somente agora - os homens começaram a ver que, em sua crença na linguagem, propagaram um erro monstruoso. Felizmente é tarde demais para que isso faça recuar o desenvolvimento da razão, que repousa nessa crença. - Também a lógica e baseia em pressupostos que não têm correspondência no mundo real; por exemplo, na pressuposição da igualdade das coisas, da identidade de uma mesma coisa em diferentes pontos do tempo: mas esta ciência surgiu da crença oposta (de que evidentemente há coisas assim no mundo real). O mesmo se dá com a matemática, que por certo não teria surgido, se desde o princípio se soubesse que na natureza não existe linha realmente reta, nem círculo verdadeiro, nem medida absoluta de grandeza (NIETZSCHE, 2008c, p. 20-21)

A cultura é um terreno de lutas ideológicas pela linguagem, um espaço de diferença e alteridade, que demarca a multiplicidade do homem. Ao artista cabe exercer a diferença através da arte. A arte é conhecimento, portanto, linguagem. Sendo linguagem e conhecimento, qual o valor de ciência na arte? As artes, enquanto representação do homem em face ao mundo, trazem consigo as marcasda pluralidade existencial e da multiplicidade ideológica: a arte tem caráter interdisciplinar. É na linguagem – enquanto discurso ideológico – que a Interdisciplinaridade opera. Na segunda metade do século XX, significativas mudanças no campo das Ciências humanas se deram.

1968, França. Jacques Derrida, renomado professor e diretor da ÉcoledesHautesÉtudes em Science Sociales, em Paris, publica um livro que revolucionaria os paradigmas das Ciências Humanas e Sociais: “A Escritura e a Diferença”. Em “A estrutura, o signo e o jogo no Discurso das Ciências Humanas”, Derrida apresenta, em um primeiro momento, que a ordem do discurso reside-se na expressão da Estrutura. ‘Todo pensamento possui limites estruturais’, seria uma falácia que, dentro do jogo do saber, da linguagem, do discurso, precisava ser superada. Ramificações caracterizariam o espaço da linguagem, o pensamento rompe as barreiras que lhe moldam, buscando o novo, o contato, o interdisciplinar.

As categorias estruturais do saber, das ciências rompem-se; para Derrida,o discurso das Ciências Humanas procura o espaço (intervalo) de contato com novas possibilidades teóricas e novas ordens discursivas. Dentro das academias, um espectro rondaria: o novo, o pensamento da desconstrução pós-estruturalista. Os conceitos de ‘centro’, ‘origem’ e ‘metafísica’ foram questionados e superados.

> A partir do que chamamos portanto o centro e que, podendo igualmente estar fora e dentro, recebe indiferentemente os nomes, de origem ou de fim, de arque ou de télos, as repetições, as substituições, as transformações, as permutas são sempre apanhadas numa história do sentido (...) toda a história do conceito de estrutura, antes da ruptura de que falamos, tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro, um encadeamento de determinações de centro. **O centro recebe, sucessiva e regularmente formas ou nomes diferentes**. A história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e metonímias. (DERRIDA, 2009, p. 408-409, grifos meus).

Mudam-se os tempos, mudam-se a perspectivas sobre a cultura, o homem e o mundo, parafraseando o vate lusitano Camões.A interdisciplinaridade emerge, no discurso das Ciências Humanas, como uma exigência, uma perspectiva sobre o pensar com as diferenças. Com a interdisciplinaridade, redes de conhecimento, de saberes se jogam em busca de entendimentos, leituras, explicações. Derrida assevera que as estruturas que regem, comandam e organizam o pensamentodas Ciências Humanas precisavam romper as próprias barreiras. A ruptura a que Derrida infere refere-se aos contatos, aos movimentos de aceitação, rejeição e absorção de elementos específicos das múltiplas discursividades da linguagem das ciências – a perda do centro de referências nos processos metodológicos do pensamento, das ciências acarretou uma abertura entre áreas distintas do saber. É com o conceito de signo – e toda a sua carga semântica e plurissignificativa - que Derrida operacionaliza, por meio da crítica nietzschiana e heideggeriana, a abertura no discurso das Ciências Humanas. Superar a estrutura significaria questionar as bases do pensamento e suas cadeiras metodológicas. O que Derrida procura é fazer relacionar, fazer falar o signo, enquanto símbolo. É no signo – símbolo cultural, linguagem, discurso, arte, cultura – que ocorre o descentramento das bases filosóficas das Ciências Humanas: o movimento da interdisciplinaridade, com a plurissignificação dos signos e símbolos culturais que envolvem toda a estrutura discursiva nas áreas dentro das Ciências Humanas.

O que Jacques Derrida enuncia em seu ensaio sobre as operações que movimentavam o cenário acadêmico de seu tempo? Derrida provocou uma relativa modificação das estruturas do pensar com a publicação do livro “A Escritura e a Diferença”, introduzindo conceitos modulares operacionais que dialogaram com as bases vigentes do discurso científico. Contudo, em que lugar Derrida buscou seu *leitmotiv* para ambientar todo seu discurso? Com o processo de pensar da **desconstrução**.

Historicamente, as Ciências Humanas, perpassadas pela égide científica positivista do século XIX, pelo fator dos estudos antropológicos (como no caso de Levi-Strauss), pela consolidação do pensar enquanto estrutura e forma padronizadas (o movimento estruturalista, que perpassa pela educação de Jean Piaget e pela linguística de Ferdinand du Saussure, além de Noam Chomsky), as Ciências Humanas construíram em torno de si todo um arcabouço teórico, todo uma estruturalidade a qual lhe competia e lhe justificava, à medida em que se estruturam as áreas e o conhecimento teórico, o seu valor científico.

A interdisciplinaridade é a ruptura dentro do pensar nas Ciências Humanas, cujo espaço cognoscente veio à cena com a produção intelectual dos EC; estes, por sua vez, embasados pela inversão da metafísica nietzschiana, da destruição da metafísica ôntica do ser heideggeriana e da perspectiva da abertura do ser na *différance*[1]derridiana. Não só uma exigência do livre-pensar sobre a cultura, a arte e a ciência, o movimento da interdisciplinaridade é o construto da inventividade, da libertação do pensamento e do assenhoramentodas razões de si (HEIDEGGER, 2010, v.I, p. 63) e do próprio exercício cognoscente[2]. Nietzsche, de uma outra forma, descreveriatal processo:

> Ao fazer, deixamos de lado – No fundo, tenho aversão a todas essas morais que dizem: ‘Não faça isto! Renuncie! Supere a si mesmo!’ – mas tenho em boa conta as morais que me impelem a fazer algo e a refazê-lo, e sonhar com ele à noite e em nada pensar senão em fazê-lo bem, tão bem como somente eu posso fazê-lo! Quem assim vive, separa-se continuamente de cada coisa que não participa de tal vida: é sem ódio e repulsa que ele vê despedir-se hoje isso, amanhã aquilo, como folhas amarelecidas que um vento ligeiro arranca da árvore; ou ele nem vê que e despedem, tão rigorosamente o seu olhar se volta para a meta e sobretudo para a frente, não para o lado, para baixo ou para trás. ‘Nosso fazer deve determinar o que deixamos de lado: ao fazer, deixamos de lado’ – é assim que eu gosto, assim diz meu placitum (princípio). Mas não pretendo buscar de olhos abertos o meu empobrecimento, não me agradam as virtudes negativas – virtudes cuja essência mesma é a negação e a privação de si (NIETZSCHE, 2011, p. 206)

Nesse interregno, surgem os EC, verdadeira retomada do valor da teoria crítica.

Os EC, hoje, promovem novos posicionamentos críticos em face ao saber: uma prática de reconhecimento dos códigos de vigência cultural, moral e científicos (Por exemplo, os EC têm seu invólucro histórico nos anos 60 e 70 do século XX, em que ocorre uma série de transformações de ordem cultural, como o movimento hippie, o movimento feminista, o movimento racial, como os *BlackPanthers*, nos EUA;vale lembrar, ainda, os movimentos feministas e das minorias étnicas e sexuais) e o seu diálogo com a humanidade. De fato, os Estudos EC são uma resposta em face ao tradicionalismo e ao elitismo às pesquisas e metodologias acadêmicas: uma resposta aberta, livre e questionadora das tradições que cercam os discursos. Onde há discurso, há pensamento cultural. Dessa forma, constituem os ECenquanto um movimento do pensamento em rede que desencadeia a aproximação teórico-metodológica dos campos da cultura, do saber, da arte e das ciências humanas. Pensar a cultura, o saber, as artes e as ciências sob um caminho interdisciplinar é a fundamentação filosófica dos EC.

Segundo Hall (2014), as influências, as leituras, as discordâncias e as ressonâncias do pensamento marxista (que formaliza o pensamento dialético dos EC), a recuperação da filosofia nietzschiana e a metodologia da desconstrução pós-estruturalista orientam as formatações do pensamento sobre a cultura e o homem.

Qual é o método filosófico que é pertinente ao processo de pesquisa dos EC? A Desconstrução teórico-filosófica da linguagem, como discurso do saber. Os EC, de outra forma, são a demarcação de *um olhar de fora*¸ às margens das categorizações estetizações de cada conhecimento em sua área, i.e., desse pensamento enquanto livramento diferencial que trouxe, pro cenário das Ciências Humanas e seu ensino, o próprio autoquestionamento do pensar, do exercício da construção do saber.

Enquanto bases da Interdisciplinaridade crítica, Nietzsche, Heidegger e Derrida vêm sendo reconhecidos dentro das academias e retomados como pensadores vanguardistas e inovadores, cujas reflexões ainda moldam o desenrolar do conhecimento nas Ciências Humanas e nas Artes.

O conhecimento é uma procura e não uma posse (JAPIASSU, 1992, p. 87). A frase do professor Hilton Japiassu, em seu ensaio “A atitude Interdisciplinar no sistema de ensino”, sintetiza o dilema em que se encontram os campos de

conhecimento e os sistemas educacionais. Como possibilitar o diálogo entre as disciplinas, campos de conhecimento, ainda tão fortemente arraigados em seus postos de verdade – imutáveis e absolutos? De que modo fugir dos reducionismos científicos? Como se esquivar de fórmulas estagnadas, esquemas continuamente inertes, descontextualizados? O interdisciplinar se reconhece como um movimento de intelectualidade, marcando-se pela interpenetração conceitual, metodológica entre as diversas práticas científicas: *O interdisciplinar não é algo que se ensine ou se aprenda. É algo que se vive. É fundamentalmente uma atitude de espírito*. (Id., ib., p. 89).

As ciências, enquanto discurso de saber, se dialogam no espaço da sua linguagem. Tudo na existência humana tem sua origem pela linguagem; se a linguagem é múltipla, plural, o homem é, também, um ser múltiplo, plural, mas ao mesmo tempo singular em sua diversidade identitária; por extensão, a ele, ao homem, cabem-se conhecimentos que sejam múltiplos, variáveis, cambiáveis, em constante jogos de poder:

> A questão 'o que é o homem' precisa ter seu ponto de partida lá onde, segundo a aparência mais rudimentar, mesmo a mera interpelação discursiva e a mera denominação do ente pelo homem se alça como uma humanização de todo ente: a questão precisa começar pela linguagem (HEIDEGGER, 2010, p. 281)

Considerações finais

Qual a relevância do discurso científico-acadêmico e sua pertinência para o desenvolvimento da sociedade? Qual o papel do intelectual, do artista, do pensador, do filósofo, do professor, do cidadão em face à sociedade do século XXI, a sociedade líquida das diferenças visíveis? É possível, através da arte, da cultura e do saber promover a melhoria da sociedade? Com os ECse fizeram visíveis, na prática, a interdisciplinaridade[3]. Éde relevável consideração as análises sobre a Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas, como em VASCONCELOS (2002).Oconceito de interdisciplinaridade no discurso das Ciências Humanas tem suas raízes nas análises e no discurso filosófico de Nietzsche, Heidegger e Derrida, posto que ao se discutir o homem, enquanto ideia, discute-se o valor do saber, da cultura e do conhecimento. Atualmente, vivemos a era dos jogos simbólicos, das relações fluidas, das conexões em rede. O que isso acarretará à sociedade,

enquanto transformação cultural, não se sabe; mas com as mudanças *in vita*, há sempre mudanças no pensamento. Novas vivências sempre trazem novas possibilidades de se ver, ler e entender o mundo.

Infine, este artigo perpassou por uma (frise-se, apenas uma) análise sobre o Homem e a Linguagem, através de uma leitura hermenêutico-comparativa acerca dos conceitos de cultura, identidade e diferença de três pensadores e filósofos da linguagem: Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e Jacques Derrida, *dialogando*, ainda, com Stuart Hall e suas observações críticas sobre identidade cultural.Linguagem, Homem e Cultura: termos conceituais criados que ao se interligarempossibilitam, juntos, certa compreensão, interpretação e entendimento sobre a vida, sobre a existência e suas marcas. É com a linguagem que o ser opera suas diferenças, fazendo o seu existir e possibilitandoao ser (à humanidade), em sua essência, ser diferente.

Notas

1 Sobre o conceito de *Différance* em relação aos Estudos Culturais e ao pensamento nas Ciências Humanas na contemporaneidade. Cf.: DERRIDA (2014).
2 Para perceber como se dá o processo do jogo das ciências e do pensar cf.HUIZINGA (2010).
3 Após a criação do CCCS (Center for Contemporary Cultural Studies), diversos trabalhos e pesquisas, que tinham o Discurso como meta, foram empreendidos, embasados em relações metodológicas interdisciplinares. Por exemplo, Raymond WILLIANS (2011) cujos trabalhos de investigação se dão nos limites entre a Literatura, a História e a Cultura na formação social inglesa.JOHNSON (2000) traz um panorama histórico em “O que é (afinal) os Estudos Culturais”.

Referências:

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Margens da Filosofia**. Rio de Janeiro: Papirus, 2010.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Différánce**. In: http://projectlamar.com/media/Derrida-Differance.pdf. Acesso em 30 de nov. 2014

FOUCAULT, Michel. **Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____.**Arqueologia do Saber.**São Paulo: Forense Universitária, 2009.

HALL, Stuart.**Da diáspora**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2012.

_____. **A identidade na pós-modernidade.** São Paulo: Lamparina, 2013

_____. **Identidade e Diferença**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Belo Horizonte: Vozes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Nietzsche**. São Paulo: Forense Universitária, 2010. v.1-2.

_____ **Ser e verdade:** a questão fundamental da filosofia. Belo Horizonte: Vozes, 2012.

_____.**A caminho da Linguagem**. Belo Horizonte: Vozes, 2013.

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **The invention of Tradition**. London: CamibridgeUniversity Press, 2005.

HUIZINGA, J. **HomoLudens**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

JAPIASSU, H. A atitude interdisciplinar no Sistema de Ensino. In: **TempoBrasileiro**, Rio de Janeiro, 1962, v.1, nº 1.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org. trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. In: http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm. Acesso em 27 de nov. 2014.

NIETZSCHE. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008a

_____. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008b

_____. **Humano, demasiado Humano.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008c

_____. **Vontade de Poder.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008d

_____. **Assim Falava Zaratustra.** Rio de Janeiro: Escala, 2008e

_____. **Gaia Ciência**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

_____. **Ecce Homo**. Porto Alegre: LP&M, 2013

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

WILLIANS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. Belo Horizonte: Vozes, 2011.

Otimização de sistemas decisórios descentralizados

Érik da Silva Oliveira[56]

Resumo: Devido à grande competitividade mundial, as organizações estão preocupadas com a otimização de seus processos produtivos inseridos em ambientes sinérgicos, mutáveis e hierarquizados. A Pesquisa Operacional é uma metodologia decisória com algoritmos que buscam a otimização destes processos. A Programação Linear em Dois Níveis (PLDN) é um modelo de Pesquisa Operacional que representa bem operações de produção que dependem de dois níveis hierárquicos de decisão. Assim, com o modelo de PLDN encontra-se uma solução compatível aos interesses de dois níveis decisórios distintos, sendo cada um deles governado por uma parcela de variáveis que interagem nas restrições do modelo. O Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis é um método que reconhece todos os pontos extremos viáveis do PLDN, sendo sua implementação em MATLAB bastante eficiente no entendimento dos resultados teóricos do PLDN.

Palavras-chave*:* Programação Linear em Dois Níveis; Sistemas de Decisão Descentralizados; Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis.

INTRODUÇÃO

Em decorrência do processo globalização do mundo atual, as empresas estão preocupadas com seus produtos, serviços e processos produtivos, propiciando assim uma busca incessante por melhorias, almejando minimizar os custos e aumentar os lucros. Esse esforço pela otimização faz com que as empresas possam estar mais preparadas e competitivas a cada dia com o objetivo de se estabelecer no mercado, manter a aceitação de seu público consumidor em relação a seus produtos e serviços, além de buscar liderança em relação a seus concorrentes.

A Pesquisa Operacional é considerada como um ramo da ciência que busca a otimização dos processos empresariais, de modo a atingir um patamar ótimo no processo produtivo como um todo, isto é, sem deixar de considerar o fator humano. No entanto, deve-se ter em mente, que em um ambiente mutável como o atual, com possibilidade de influência mútua entre as empresas, devem-se buscar procedimentos de otimização que tratem, não somente, o ambiente interno da

[56] Bacharel em Administração – UFF; Pós-Graduação em Novas Tecnologias no Ensino da Matemática – UFF; Pós-Graduação em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação à Distância – UFF; Mestre em Engenharia de Produção - UENF/CCT/LEPROD; Doutor em Produção Vegetal - UENF/CCTA/LEAG; Contato: eriksilvaoliveira@yahoo.com.br

empresa, mas também que considerem o ambiente externo e a cadeia Logística onde ela estiver inserida, e como se pode interagir com esse ambiente de forma que se possa obter o melhor dele, visando um desenvolvimento sustentável.

Assim, os processos organizacionais, sociais e humanos se encontram em uma contínua interação e sinergia. Tais processos não se encontram soltos, desgarrados ou desconexos da realidade e da sociedade onde estão embutidos, ou seja, eles têm que ser vistos de forma holística; posteriormente, as decisões que irão direcionar, conduzir, focar e verter seus objetivos e metas devem ser considerados como um todo e não apenas basicamente em partes segmentadas. Dessa forma, observa-se que muitos processos organizacionais de otimização estão dispostos hierarquicamente em estruturas multiníveis ou multiescalonadas, formando sistemas decisórios descentralizados aos quais as decisões de um nível irão exercer influência direta ou indireta sobre outros níveis hierárquicos da Cadeia Logística.

A LOGÍSTICA E SUA IMPORTANCIA PARA AS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

A Logística surgiu durante a Segunda Guerra Mundial para prestar aparato de apoio exclusivamente militar, em termos de transporte, abastecimento e alojamento de tropas. Quando foi adotada pelo mundo dos negócios a Logística passou a ter a mesma conotação que tinha no mundo militar, apenas como atividade de apoio e inevitável, dando suporte de transporte e armazenagem, mais sendo considerado como algo secundário em um primeiro momento. No entanto, a Logística evolui com o passar do tempo, agregando diversos valores que, anteriormente não faziam parte de seu conceito, e tornando algo primordial nos processos empresariais. Conforme NOVAIS (2001, p.35)

> A Logística Empresarial evoluiu, desde os seus primórdios, sendo que, em seu conceito moderno agrega valor de lugar, de tempo, de qualidade e de informação à cadeia produtiva. E além de agregar (...) valores positivos para o consumidor final, a Logística moderna procura também eliminar do processo tudo que não tenha valor para o cliente, ou seja, tudo que acarrete somente custos e perda de tempo.

Na atualidade a definição de Logística para o COUNCIL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PROFISSIONALS (2007, p. 50), antigo COUNCIL OF LOGISTICS MANAGEMENT é tida como:

> A gestão logística é a parte da gestão da cadeia de suprimentos que planeja, implementa, e controla o fluxo eficiente, eficaz e efetivo dos fluxos diretos e reversos, bem como o armazenamento de mercadorias e cargas, serviços e informações relacionadas entre o ponto de origem e o ponto de consumo para fazer ou atender o adequado requisito dos consumidores ou encontrar e satisfazer suas exigências.

Tais fatores implicam também a otimização dos recursos, pois, se de um lado se busca o aumento da eficiência e a melhoria dos níveis de serviços ao cliente, de outro, a competição no mercado obriga a uma redução contínua nos custos. No que tange a parte de serviços Logísticos, o transporte marítimo tem sido, no geral, o mais conveniente e o menos caro dos meios, para se transportar mercadorias em grandes volumes.

No decorrer dos séculos, o transporte marítimo tem evoluído muito, sendo tal evolução dirigida de acordo com as necessidades do comércio mundial e da capacidade técnica de se construir navios maiores, também estruturas portuárias mais eficientes aos quais são adequadas à manipulação das mercadorias. Deste modo, podemos observar que um porto faz parte de um sistema de transporte, que por sua vez existe pela necessidade de intercâmbio comercial entre os povos, e que e em decorrência da própria natureza da operação portuária, estes são estruturas dinâmicas e em permanente evolução e inovação tecnológicas. Segundo ALVARADO (2000) apud RODRIGUES (2001, p.21)

> (...) a carga e os navios não podem ser tratados como usuários, e aglomerados junto aos operadores portuários, logísticos, despachantes e transportistas. Sem carga não existe o porto, sem o navio não existe a carga, portanto a própria Gestão do porto deve estar à serviço de ambos.

Podemos observar no decorrer da história moderna a influência mútua e direta dos navios e as suas conseqüências na evolução das operações portuárias. No caso dos navios, seu crescimento em tamanho, sua velocidade e especialização, são características físicas e operativas que constituem fatores fundamentais na hora de se projetar um novo porto ou a expansão de um já existente. Assim, observa-se que o tipo de navio determina ainda as características de guindastes, equipamentos de carga e descarga, as características da infraestrutura terrestre (esplanadas, armazéns, e até a infra-estrutura de estradas e ferrovias).

Em contrapartida, no caso dos portos, as zonas de entrada e abrigo, as zonas da manobra e fundeio, assim como as obras marítimas interiores, dársenas, berços de atracação, moles, atracadouros, canais, eclusas e instalações específicas, serviços às embarcações como rebocadores, praticagem, fornecimento de combustíveis, água, energia elétrica, materiais de consumo à bordo, consertos, e todo tipo de serviço ligado à tripulação e à mão de obra portuária, todas elas dependem do tipo de navio a ser atendido.

Por outro lado, as mudanças da forma física das mercadorias e a aparição da unitização da carga geral em palets, big bags ou containeres impuseram novos métodos de manipulação, condições de armazenagem e processos de transformação, bem como sua forma de gestão. Dessa forma, os grandes investimentos no setor armador, com o conseqüente crescimento do tempo de amortização dos navios, fizeram com que a redução do tempo dos navios em porto passasse a ser fundamental para o processo logístico e o seu diferencial competitivo. Assim, como conseqüência em volta do cais, passam a ser construídas grandes áreas para armazenagem de containeres e operação de caminhões e vagões, em substituição aos velhos armazéns e estreitas áreas para operação de transbordo multimodal.

Baseando-se nesses fatores procura-se minimizar o tempo de estadia do navio e veículos no porto, minimizar o tempo das mercadorias no porto; portanto reduzir ou eliminar os custos de manipulação e inventário no porto, minimizar os imprevistos, atrasos e riscos, incluindo os efeitos de greves, erros humanos e similares, maximizar a integração dos distintos modos de transporte que atuam no porto, maximizar a flexibilidade das operações e a tecnologia do porto com a tecnologia cambiante dos usuários e clientes, e reduzir o tempo de adaptação e predição das mudanças tecnológicas ao mínimo possível, além de reduzir os custos globais pela utilização do porto.

Atualmente, devido à grande integração entre as empresas, e a ampliação e expansão da tecnologia, chegou-se à conclusão de que ganhos maiores podem ser obtidos através de uma maior integração efetiva dos elementos da Cadeia Logística, como a otimização global dos custos e do desempenho, sendo estes mais expressivos do que a soma dos possíveis ganhos individuais de cada participante,

quando atuando separadamente, focalizando assim uma visão sinérgica de todos os componentes da estrutura hierárquica da Cadeia de Distribuição.

A esse tipo de operação logística integrada moderna é denominado de *Supply Chain Management* (SCM), ou seja, Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos, buscando equacionar seus elementos de forma a prover o atendimento do cliente na forma e por ele almejada.

A PESQUISA OPERACIONAL

A origem da Pesquisa Operacional formalmente data-se dos anos 40 com os primeiros intentos de usar o método científico na administração e otimização de recursos escassos. Com a chegada da revolução industrial, as organizações, os negócios e os órgãos governamentais se deparam com a necessidade de trabalhar os recursos da melhor forma possível, pois estes são limitados. Segundo HILLIER e LIEBERMAN (1998) apud GAVIRA, (2003, p.25)

> A revolução industrial trouxe ao mundo um notável crescimento no tamanho e complexidade das organizações. Essa revolução proporcionou um aumento na divisão do trabalho e das responsabilidades das empresas. Os resultados foram excelentes, mas junto com eles surgiram problemas. Dentre esses problemas encontra-se por parte dos segmentos organizacionais, a perda da visão do objetivo organizacional e de como as atividades das organizações devem interagir para atingí-lo. Outro problema relacionado é a alocação de recursos disponíveis entre as varias atividades de maneira eficaz. Esses problemas, bem como a necessidades de solucioná-los, proporcionaram um incentivo a estudos científicos que hoje podemos relacionar com a Pesquisa Operacional.

Para JORDÁN, (2002, p.01)

> A Pesquisa Operacional como ciência surgiu para resolver, de uma forma mais eficiente, a distribuição ótima de recursos, os problemas de administração nas organizações, etc., originados pelo acelerado desenvolvimento provocado pela revolução industrial.

A experiência de sucesso na solução de problemas bélicos, o reconhecimento de que, em essência, uma organização industrial tem restrições e objetivos análogos aos de um procedimento militar em época de guerra, o progresso alcançado no conhecimento de conceitos e técnicas matemáticas na solução de problemas e a aparição do computador, aceleraram o desenvolvimento da Pesquisa

Operacional. Assim, a necessidade de resolução de uma forma mais eficiente, de problemas na administração de processos de produção, buscando uma solução ótima, conduziram para a afirmação da importância da Pesquisa Operacional como ciência utilizada em problemas relacionados à condução e coordenação de operações (ou atividades) dentro de uma organização e da cadeia Logística como um todo.

2.1. A Programação Multinível

Muitos problemas de tomada de decisão requerem acordos entre as partes envolvidas no processo de negociação ou de resposta às decisões tomadas por uma das partes, pois os objetivos dessas partes, ou seja, os diversos indivíduos ou entidades se encontram em contínua interação. De uma forma geral tais processos de decisão se encontra dispostos dentro de uma estrutura hierárquica, cujos objetivos independentes são na grande maioria das vezes antagônicos, e de certa forma podem se opor. Cada unidade ou nível está associado a certa hierarquia, ao qual as partes estão dispostas e interagindo entre si, e desejam a otimização de seu objetivo individual, de forma que exerça um certo controle sobre os outros níveis hierárquicos.

A Programação Multinível representa melhor a otimização de organizações hierárquicas que buscam um valor ótimo para o nível principal de forma que seja compatível ou conciliável aos vários níveis ao qual está ligado e dos quais ele depende. Conforme Bialas (2004, p.01) “As técnicas de otimização Multinível dividem o controle sobre as variáveis de decisão de um problema de otimização entre os responsáveis pelas decisões”. Assim, um problema de Programação Multinível, de uma forma geral, é um conjunto de problemas de otimização encadeados, embutidos:

> Uma característica importante de problemas de otimização Multinível é que um planejador em um nível da hierarquia pode ter sua função objetivo determinada, em parte, pelas variáveis controladas por outros níveis. Entretanto, seus instrumentos de controle podem lhe dar permissão para que influencie nas políticas dos outros níveis e melhorem, através disso, sua própria função objetivo. Tais políticas podem incluir o controle de alocação e de uso dos recursos nos níveis mais baixos, e o controle dos benefícios conferidos sob os níveis subordinados. (BIALAS e KARWAN, 1979, p.02)

Dessa forma observa-se que o controle sobre as variáveis de decisão é dividido entre os diversos níveis hierárquicos, sendo que uma variável de decisão pode impactar a função objetivo de diversos outros níveis hierárquicos, ou então de todos os níveis. Segundo Bialas (2005)

> O paradigma da otimização multinível é útil em muitos campos incluindo: Economia, Pesquisa Operacional, Estatísticas, e a Teoria de Controle, com aplicações nos Sistemas do Transporte, Projeto de Engenharia do Sistema, Engenharia ambiental, Psicologia, Fatores Humanos, Comportamento da Organização (elementos que influenciam a organização), Sociologia e Ciências Políticas.

Assim, a aplicação de modelos de programação multinível é útil em Teoria de Controle Ótimo, Economia, Sistema de Transporte, Engenharia Ambiental, Sociologia e Ciências Políticas, etc. Dessa forma, pode-se dizer que os problemas de Programação Multinível apresentam basicamente as seguintes características:

i) O sistema modelado possui unidades de tomada de decisão que interagem dentro de uma estrutura predominantemente hierárquica ou disposta de forma escalonada;
ii) Cada unidade de tomada de decisão busca maximizar seus lucros, ou minimizar seus custos, independentemente de outras unidades, mas, no entanto, suas decisões são afetadas pelas ações de outras unidades externas;
iii) O efeito externo relacionado à tomada de decisão, pelo responsável de uma unidade de nível mais alto é refletido na função objetivo e em seu conjunto de decisões viáveis das unidades de níveis mais baixos.

Assim no processo de tomada de decisão, temos que ter em mente que todas as decisões estão embutidas em um processo sinérgico ditado pelo dinamismo da interação entre as variáveis dos diversos níveis hierárquicos.

2.2 A Programação Linear em Dois Níveis

Um Problema de Programação em Dois Níveis (PDN) é um caso particular do Problema de Programação Multinível, apresentando como característica principal apenas dois níveis hierárquicos embutidos em processo de tomada de decisão. É um problema de otimização hierárquica onde um conjunto ou subsistemas de

variáveis, estão limitados ou restringidos para serem uma solução de um dado problema de otimização parametrizada pelas variáveis restantes. Quando as funções que definem o problema PDN são todas funções lineares se tem o Problema Programação Linear em Dois Níveis (PLDN). Conforme afirma WEN e HSU (1991) apud LAVAL (2003, p.38)

> Um aspecto importante da formulação do problema de programação linear em dois níveis é que um nível hierárquico tem a sua função objetivo determinado por variáveis controladas por outros níveis e as características comuns desse tipo de problema são as seguintes:
>
> a. Existem unidades ou níveis hierárquicos interativos de tomada de decisão (níveis decisórios) em uma estrutura predominantemente hierárquica;
> b. A execução das decisões é seqüencial, ou seja, a unidade ou o nível seguidor toma as suas decisões após a definição das decisões da unidade ou do nível líder;
> c. Cada unidade ou nível decisório otimiza a sua função objetivo independentemente dos outros níveis, mas é afetado por ações ou reações dos demais níveis;
> d. O efeito externo do problema da tomada de decisão pode se refletir tanto na função objetivo como no conjunto das decisões viáveis do outro nível, sendo assim, espaço de decisão é totalmente ou parcialmente determinado por outros níveis.

A formulação genérica de um Problema de Programação Linear de Dois Níveis pode ser escrita como:

$$\textbf{(PLDN)} \quad \text{Min}_{x,y} \; f_1(x,y) = c_1^T x + c_2^T y$$
$$\text{s.a.} \quad B_1 x + B_2 y \square b \qquad \left.\right\} \textit{Primeiro Nível}$$
$$x \square 0, \; y \text{ solução de}$$
$$S(x): \; \text{Min}_y \; f_2(x,y) = d_2^T y$$
$$\text{s.a.} \quad A_2 y \square a - A_1 x \qquad \left.\right\} \textit{Segundo Nível}$$
$$y \square 0$$

Onde, x; $c_1 \square \square^{n_1}$; c_2, d, $y \square \square^{n_2}$; $a \square \square^{m_2}$; $b \square \square^{m_1}$ são vetores e as matrizes $A_1 \square \square^{m_2 \square n_1}$; $A_2 \square \square^{m_2 \square n_2}$; $B_1 \square \square^{m_1 \square n_1}$ e $B_2 \square \square^{m_1 \square n_2}$. O segundo nível denotado por **S(x)** é o problema de otimização paramétrica que depende do vetor **x**.

Em relação a métodos de solução ou algoritmos para a solução de Problemas Lineares em Dois Níveis pode-se citar, o Algoritmo K-ésimo Melhor

Vértice (*"KthBest" Algorithm*), proposto por Wayne F. Bialas & Mark H. Karwan (1984) e o Algoritmo de Pontos de Equilíbrio (*Equilibrium Point Algorithm*) proposto por Manoel Bezerra Campêlo Neto (1999, p.5) que explora a exaustão o método Simplex. Além desses algoritmos, usando métodos que buscam uma solução exata, outros métodos são utilizados para busca de uma solução aproximada, ou seja, uma boa solução para os problemas que enfocam níveis hierárquicos, sendo tais métodos denominados Meta-heurísticas, como a Busca Tabu (*Tabu Search*), Algoritmos Genéticos (*Genetic Algorithms*), e o Algoritmo "*Branch and Bound* ". Assim, podemos observar que:

> De um forma geral, a Programação em Dois Níveis consiste numa classe NP-difícil de problemas de otimização global, e podem ser discutidos como tal, por exemplo processos Meta-Heurísticos, como Busca Tabu que reportaram melhor desempenho em relação aos Algoritmos Genéticos. (MARCOTTE 1999, p.01)
>
> Os métodos de solução de problema de Programação Binível Linear, segue diferentes [caminhos] e estratégias de solução. Em muitos casos os métodos apresentados na literatura seguem mais de uma estratégia. As estratégias mais comuns (...) [são]: a) Métodos de Enumeração de Pontos Extremos; b) Métodos Baseados nas Condições de Otimalidade; c) Branch-and-Bound; d) Penalizarão de Folgas Complementares; e) Restrição Convexa Reversa; f) Pontos Interiores. (NEVES, 2002, p.41)
>
> Os principais algoritmos existentes na literatura para resolver o PLDN (Problema Linear de Dois Níveis), [e] agrupados de acordo com sua idéia principal ou estratégia em comum (...) [são]: (i) Enumeração de Pontos Extremos – [K-ésimo Melhor Vértice; Pesquisa de Bases Ótimas do Seguidor], (ii) Métodos Baseados nas Condições de Otimalidade – [Condições de KKT, MLCP (Maximum Linear Complementarity Problem)], (iii) Métodos de Penalidade – [uso da função do Primeiro Nível para penalizar o gap primal-dual do Segundo Nivel], e (vi) Banch-and-Bound- [Fixação de Variáveis Complementares, Eliminação de Variáveis do Seguidor]. (SANTOS, 2002, p.13)

2.3 O Problema Linear de Dois Níveis

O Problema de Programação Linear de Dois Níveis que será utilizado para a aplicação do algoritmo proposto, é um caso especial de PLDN que apresenta restrições apenas no segundo nível, ao qual iremos denominar (PLDNP), e cuja sua formulação é a seguinte:

(PLDNP) $\quad \mathbf{Min}_{x,y} \quad f_1(x,y) = c_1^T x + c_2^T y$

s.a. $\quad x \geq 0$, **y solução de**

$$\text{Min}_{\ y}\ f_2(x,y) = d_2^T y$$

$$\text{s.a} \quad A_1x + A_2y \square a$$
$$y \square 0$$

Como todo PLDN, sua resolução passa por definir um problema penalizado equivalente de um nível, ao qual é obtida aplicando as condições de KKT ao problema de PL do seguidor, cuja formulação é a que se segue:

$$P_M(x,y,u) \qquad \text{Min}_{x,y}\ f_1(x,y) = c_1^T x + c_2^T y + M\,(d_2^T y - (-a + A_1x)^T u)$$

$$\text{s.a.} \quad A_1x + A_2y \square a$$
$$A^T{}_2u \square -d_2$$
$$x,y,u \square 0$$

Definido as restrições no formato padrão, obtemos as variáveis de folga do problema de PL do seguidor, do primal e do dual. Substituindo as variáveis (x^T, y^T, w^T) por z^T e $(0, v^T, u^T)$ por s^T, o problema $P_M(x, y, u)$ e escrito dessa forma:

$$\text{Min} \quad P_M(z,s) = c^T z + M\, s^T z$$
$$\text{s.a.} \quad Az = a,$$
$$Ds = d,$$
$$z^T \square 0\ s^T \square 0,$$

Onde $A = [\ A_1\ A_2\ I_{m2}] \square \square^{m2 \square n}$, $D = [\ 0\ \ -I_{n2}\ \ A_2^T] \square \square^{n2 \square n}$, $c^T = (\ c_1^T, c_2^T\ ,0\ ) \square \square \square^n$ respectivamente.

O ALGORITMO IDENTIFICADOR DE VÉRTICES VIÁVEIS PARA PROBLEMA LINEAR DE DOIS NÍVEIS (AIVV- PLDNP)

O algoritmo implementado está inspirado no Algoritmo de Pontos de Equilíbrio, proposto por Campêlo e Scheimberg (2005, p.5). Segundo Campêlo (1999, p.5), “este é um procedimento usado para encontrar candidatos à uma solução de um Problema Linear de Dois Níveis, sem restrições no primeiro nível do problema.”

Em síntese, o procedimento do Algoritmo consiste em formular o Problema de Programação Linear em Dois Níveis como um problema penalizado equivalente, depois de aplicadas as condições otimalidade de Karush-Kuhn-Tucker (KKT) no problema do segundo nível. Nesse problema penalizado, **Min $P_M(z°,s)$**, sua função objetivo está formada pela função objetivo do líder e a parcela penalizada da complementaridade das folgas, sendo que suas restrições são as condições KKT do

problema do seguidor. Fixadas as variáveis do problema primal do seguidor ou as variáveis do problema dual do seguidor, são gerados dois problemas penalizados lineares que definem um Ponto de Equilíbrio para **M > M°**, quando se verifica que:

$$\textbf{Min } P_M(z°,s) = \textbf{Min } P_M(z,s°) = P_M(z°,s°)$$

O algoritmo AIVV que é apresentado neste trabalho, trabalha com um valor de penalidade fixa, sendo que tal rotina se repete até encontrar cada um dos pontos extremos da região viável do problema do seguidor, que satisfazem a seguinte condição:

$$z° = \text{argmin } \{ P_M(z, s°) \} \text{sendo que onde } s° = \text{argmin } \{ P_M(z°, s)\}$$

O fluxograma do **Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis (AIVV)** para o Problema de Programação Linear em Dois Níveis proposto por Oliveira (2005, p.146) é descrito abaixo:

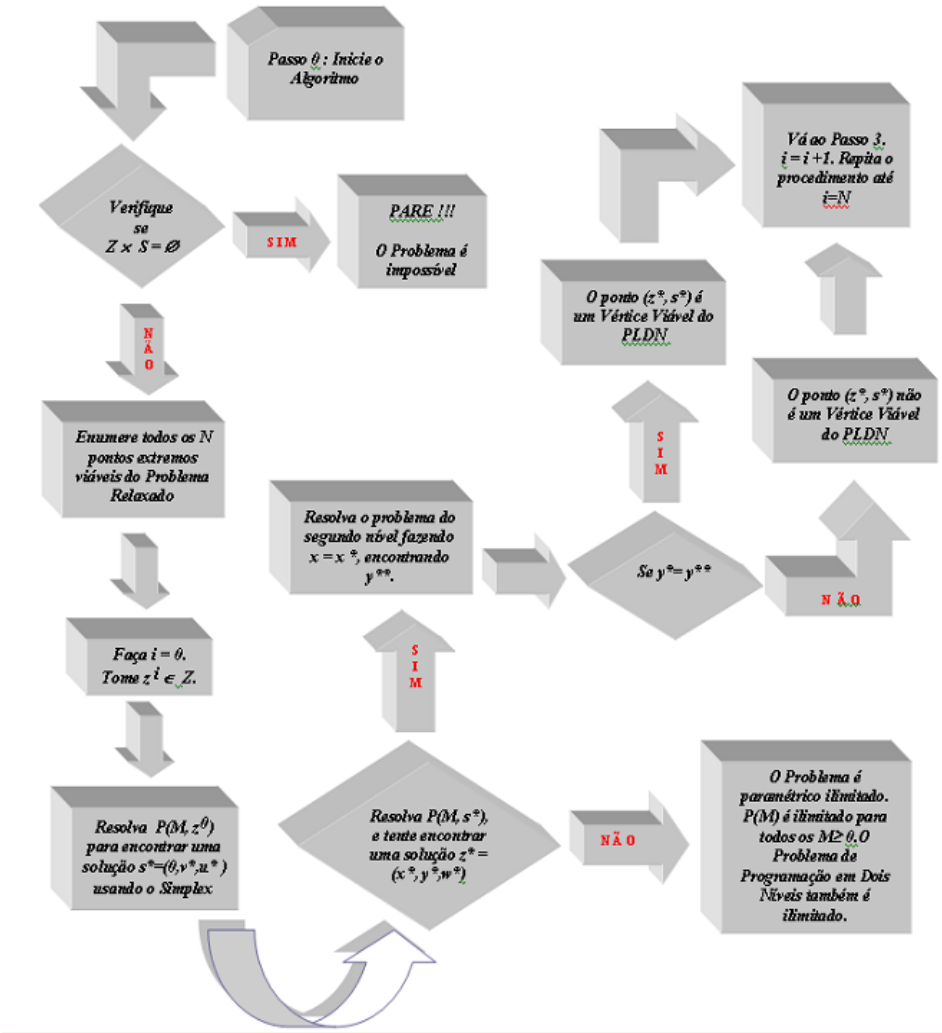


Figura 1 - Fluxograma do Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis (AIVV). **Fonte**: Oliveira (2005, p.146)

A implementação desse algoritmo é um procedimento de grande complexidade computacional pelo fato de enumerar todos os vértices viáveis do problema do seguidor, sendo posteriormente feito um teste, para verificação, se é ou não um ponto da região viável do PLDNP. O algoritmo se sustenta nos resultados colocados nos Teoremas 1.2.3 e 1.2.4 propostos por CAMPÊLO (1999, p. 17-18)

> Teorema 1.2.3 : Se o PLDN tem solução, pelo menos uma delas é atingida em um ponto extremo do conjunto viável do Problema de Dois Níveis (...)
>
> Teorema 1.2.4 : Todo ponto extremo do conjunto viável do Problema de Dois Níveis é um vértice do conjunto viável relaxado (...) .Problema relaxado é o problema definido pela função objetivo do lide e todas as restrições do problema PLDN.
>
> Corolário 1.2.2 : Se PLDN tem solução, pelo menos uma delas é atingida em um vértice do conjunto viável relaxado.

Assim, podemos observar que o Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis (AIVV) tem convergência finita, uma vez que o conjunto viável do problema relaxado tem definição de finitos números de restrições lineares. Porém, pode ser um número muito grande, aumentando assim a complexidade do problema. No entanto, para problemas em duas dimensões fornece grande ajuda à compreensão das dificuldades de uma resolução do problema de PLDN.

IMPLEMENTAÇÃO COMPUTACIONAL DO ALGORITMO IDENTIFICADOR DE VÉRTICES VIÁVEIS (AIVV) EM $\square^2$

A abrangência ou amplitude da implementação do Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis (AIVV) foca alguns aspectos, ao qual limitarão tanto nossos problemas testes e suas características. Os aspectos são os seguintes:

i) Serão testados problemas que contenham apenas duas variáveis ($\square^2$);

ii) Os problemas abordados serão lineares, tanto sua função objetivo, bem como as suas restrições e terão apenas dois níveis hierárquicos – assim o foco de otimização será a Programação Linear em Dois Níveis;

iii) Os exemplos trabalhados terão uma solução finita, ou seja, terão a região viável possível determinada e limitada;
iv) A região viável das restrições do problema relaxado será convexa e não terá soluções básicas degeneradas;
v) Os problemas abordados serão de pequeno porte, apenas para efeito didático e acadêmico;
vi) O código fonte da implementação do Algoritmo Identificado de Vértices Viáveis irá focar apenas problemas de duas variáveis, para efeito de representação geométrica visível;

4.1 Descrição de um Modelo de Otimização

Uma organização tem um problema de distribuição e estocagem portuária de peças. Ela atua em um mercado de área geográfica de extensa cobertura, e portanto deve estabelecer um modelo de estrutura de estoques que represente sua realidade, além da busca da otimização de seus processos. O tipo de transporte marítimo é realizado por Navios Cargueiros. Existem um Depósito Central localizado junto à Indústria e **2** Depósitos Distribuidores Portuários ao qual realizam operações semi-direta de transbordo.

O Depósito Central e os 2 Depósitos Distribuidores Portuários possuem cada qual um gerente distinto; no entanto, pertencem a uma mesma organização. Esses Depósitos Distribuidores Portuários são geridos diferentemente pelo mesmo gerente e atendem aos seus clientes com diferenciação cultural por regiões e, portanto, têm independência em algumas decisões. As projeções de demanda dos produtos em cada região são primeiramente feitas pelo gerente dos Depósitos Distribuidores Portuários e repassadas para o gerente do Depósito Central. Cabe ao gerente do Depósito Central cobrir a oferta da demanda estipulada pelos 2 Depósitos Distribuidores Portuários de modo que minimize os custos de transporte e de estocagem. Assim, o modelo matemático do problema é feito colocando no primeiro nível a decisão dos Depósitos Distribuidores Portuários e no segundo nível a decisão do Depósito Central. É de interesse do Depósito Central maximizar sua quantidade de estoque em relação à quantidade demandada nos Depósitos Distribuidores Portuários, enquanto que estes visam a minimização dos custos de transporte e dos custos de estocagem.

Como informação adicional, quem defere o pedido, ou seja, que gera o custo referente ao transporte marítimo do Depósito Central ao Depósito Distribuidor Portuário j é o gerente dos Depósito Distribuidor Portuário. Além disso, existirem dois tipos de transportes aos quais podem ser feitos, um de custo normal ao qual demandará mais tempo e outro de custo emergencial ao qual tomará menos tempo, mais em contrapartida custará mais caro.

4.1.1 Variáveis para calcular os custos de distribuição

- $x_{DD\ j}$ **:** Quantidade de Mercadorias em m^3 transportada do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j, para j = 1,2. Temos duas categorias de transporte para considerar:
  - $xn_{DD\ j}$ **:** Quantidade de Mercadorias em m^3 transportada no modo normal, e;
  - $xe_{DD\ j}$ **:** Quantidade de Mercadorias em m^3 transportada no modo emergencial.

  Daí, têm : $x_{DD\ j} = xn_{DD\ j} + xe_{DD\ j}$

- $CL_{\ j}$ **:** Custo Logístico unitário (em reais/m^3) de transporte do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j, para j = 1,2. O Depósito Distribuidor Portuário é quem defere o pagamento desses custos Logísticos. Os custos Logísticos são constituídos pela mão-de-obra de embarque, mão-de-obra no decorrer do transporte, armazenamento da carga durante o transporte, as despesas de entrega, transbordo, etc. Temos também duas categorias de custo Logístico unitário de transporte do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j:
  - CLN_j, o custo Logístico Normal e;
  - $CLE_{\ j}$ o custo Logístico Especializado**.**

  Daí tem: $CL_j = CLN_j + CLE_j$

4.1.2 Variáveis para calcular custos de armazenagem, quantidade e demanda de estoque no depósito e no distribuidor

- y_{DE} **:** Estoque em m^3 remanescente no Depósito Central após envio ao Depósito Distribuidor Portuário j;
- **CDE :** Custo unitário de manutenção do estoque no Depósito Central, no período considerado em (reais/m^3)
- $y_{DI\,j}$ **:** Estoque em m^3 existente no Depósito Distribuidor Portuário j, para j = 1, 2;
- $CDI_{\,j}$ **:** Custo unitário de manutenção do estoque no Depósito Distribuidor Portuário j, para j = 1, 2, no período considerado em (reais/m^3);
- **CEDC :** Custo máximo de estoque aceitável no Depósito Central no período considerado;
- $CEDP_j$ **:** Custo máximo de estoque aceitável no Depósito Distribuidor Portuário j, para j = 1,2 , no período considerado;
- $QDEDI_{\,j}$ **:** Quantidade máxima de Mercadorias que pode ser transportada do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j para j =1,2;
- CDD_j **:** Custo máximo de transporte do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j para j =1,2;
- Di_j **:** Demanda existente no Depósito Distribuidor Portuário j, para j = 1, 2;
- **Oe :** Oferta existente no Depósito Central;

4.1.3 Funções objetivos do modelo

Considerando que as seguintes funções em um determinado período de tempo considerado nos temos:

$X = \Sigma_{j=1,2}\,[CLN_{\,j} * xn_{DD\,j} + CLE_{\,j} * xe_{DD\,j}]$ *: Custos Logísticos;*

$Y = \Sigma_{j=1,2}\,[CDI_j * y_{DI\,j}]$ *:Custos de Armazenagem*

$Z = y_{DE}$ *:Quantidade de Estoque no Depósito*

A formulação das funções objetivo dos 1° e 2° níveis do modelo para o problema são, respectivamente:

(Distribuidores) $Min\ X + Y$

(Depósito) $Max\ Z$

4.1.4 Restrições do Problema

i) ***Custo de Estoques no Depósito Central:*** O custo de estoques no Depósito Central é menor ou igual ao estoque remanescente no Depósito Central vezes seu custo, mais o que será expedido do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j (Quantidade de Mercadorias Transportada), nas duas modalidades de transporte vezes seu respectivos custos, caso haja as duas:

$$CDE^{*}\, y_{DE} + [\, CLN_j * xn_{DD\,j} + CLE_j * xe_{DD\,j}\,] \leq CEDC \;;\; \text{para } j = 1,2;$$

ii) ***Custo de Transporte (Logística)*:** A quantidade de Mercadorias transportada do Depósito Central para cada Depósito Distribuidor Portuário j, vezes o seu custo Logístico respectivo, nas duas modalidades de transporte, caso haja, deve ser menor ou igual que a custo máximo de transporte permitido do Depósito Central para cada um dos 2 Depósitos Distribuidor Portuário j :

$$CLN_j * xn_{DD\,j} + CLE_j * xe_{DD\,j} \leq CDD_j \;;\; \text{para } j = 1,2;$$

iii) ***Custo de Estoques nos Depósitos Distribuidores Portuários*:** O custo máximo de estoque permitido em cada Depósito Distribuidor Portuário j deve ser menor ou igual ao estoque existente no Depósito Distribuidor Portuário j, vezes o seu custo, mais a quantidade que foi expedida pelo Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j, nas duas modalidades de transporte, caso haja, vezes o seu custo:

$$CDI_j\, y_{DI\,j} + CLN_j\, xn_{DD\,j} + CLE_j\, xe_{DD\,j} \leq CEDP_j \;;\; \text{para } j = 1,2;$$

iv) ***Quantidade Demandada nos Depósitos Distribuidores Portuários*:** A quantidade demandada no Depósito Distribuidor Portuário j, deve ser menor ou igual que a quantidade de estoque existente no mesmo Depósito Distribuidor Portuário j, mais a quantidade de mercadoria transportada do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j, nas duas modalidades de transporte, caso haja as duas:

$Di_j \leq y_{DI\,j} + xn_{DD\,j} + xe_{DD\,j}$; para j = 1,2;

v) ***Quantidade Ofertada no Depósito Central:*** A quantidade Ofertada no Depósito Central, deve ser menor ou igual ao estoque remanescente no Depósito Central, mais o que será expedido do Depósito Central para o Depósito Distribuidor Portuário j (Quantidade de Mercadorias Transportada), nas duas modalidades de transporte, caso haja as duas:

$Oe \leq y_{DE} + xn_{DD\,j} + xe_{DD\,j}$; para j = 1,2.

Formulação completa do modelo

A formulação completa do modelo é a seguinte:

$Min\ X + Y$

s.a.: $Max\ Z$

s.a.: $CDE * y_{DE} + [\ CLN_j * xn_{DD\,j} + CLE_j * xe_{DD\,j}\ ] \leq CEDC$; j = 1,2.

$CLN_j * xn_{DD\,j} + CLE_j * xe_{DD\,j} \leq CDD_j$; j = 1,2.

$CDI_j\, y_{DI\,j} + CLN_j\, xn_{DD\,j} + CLE_j\, xe_{DD\,j} \leq CEDP_j$; j = 1,2.

$Di_j \leq y_{DI\,j} + xn_{DD\,j} + xe_{DD\,j}$; j = 1,2.

$Oe \leq y_{DE} + xn_{DD\,j} + xe_{DD\,j}$; j = 1,2.

Baseando-se assim em tais preceitos, a implementação desenvolvida sobre os seguintes problemas testes são descritos abaixo como se segue:

- Problema Teste 1 - Proposto por DANTAS (1998, p.13) :

$\mathbf{Min}_{x,y}\ x + 4y$

$\mathbf{s.a.: Min}_{y}\ -y$

$$\begin{aligned} \text{s.a.} \quad -x - y &\leq -8 \\ -3x + 2y &\leq 6 \\ 3x + 4y &\leq 48 \\ 2x - 5y &\leq 9 \\ 3x + 2y &\leq 36 \end{aligned}$$

==> A Matriz das Soluções Possíveis do Problema de Dois Níveis é:

vert =

2.0000	4.0000	7.0000	8.0000	10.4211
6.0000	9.0000	1.0000	6.0000	2.3684
0	5.0000	0	6.0000	4.7895
0	0	25.0000	18.0000	32.5263
18.0000	0	23.0000	0	7.2632
35.0000	46.0000	0	23.0000	0
18.0000	6.0000	13.0000	0	0

ITERAÇÃO “ 1 ”

==> Não estamos em um Vértice Viável !!!

ans = Partimos do ponto : (2 , 6)

ans = Chegamos no ponto (7 , 1), que não é um Vértice Viável

ans = O valor da função objetivo para o primeiro nível é : 11

ans = O valor fa função objetivo para o segundo nível é : -1

ITERAÇÃO “ 2 ”

==> Estamos em um Vértice Viável !!!

ans = Partimos do ponto : (4 , 9)

ans = Chegamos no ponto (2 , 6), que é um Vértice Viável

ans = O valor da função objetivo para o primeiro nível é : 26

ans = O valor da função objetivo para o segundo nível é : -6

ITERAÇÃO " 3 "

==> Estamos em um vertice viável !!!

ans = Partimos do ponto : (7 , 1)

ans = Chegamos no ponto (8 , 6), que e um vertice viável :

ans = O valor da funcao objetivo para o primeiro nivel e : 32

ans = O valor da funcao objetivo para o segundo nivel e : -6

ITERAÇÃO " 4 "

==> Estamos em um vertice viável !!!

ans = Partimos do ponto : (8.000000e+000 , 6)

ans = Chegamos no ponto (8 , 6), que e um vertice viável :

ans = O valor da funcao objetivo para o primeiro nivel e : 32

ans = O valor da funcao objetivo para o segundo nivel e : -6

ITERAÇÃO “ 5 ”

==> Estamos em um Vértice Viável!!!

ans = Partimos do ponto : (10.4211 , 2.3684)

ans = Chegamos no ponto (10.4211 , 2.3684), que é um Vértice Viável

ans = O valor da função objetivo para o primeiro nível é : 19.8947

ans = O valor da função objetivo para o segundo nível é : -2.3684

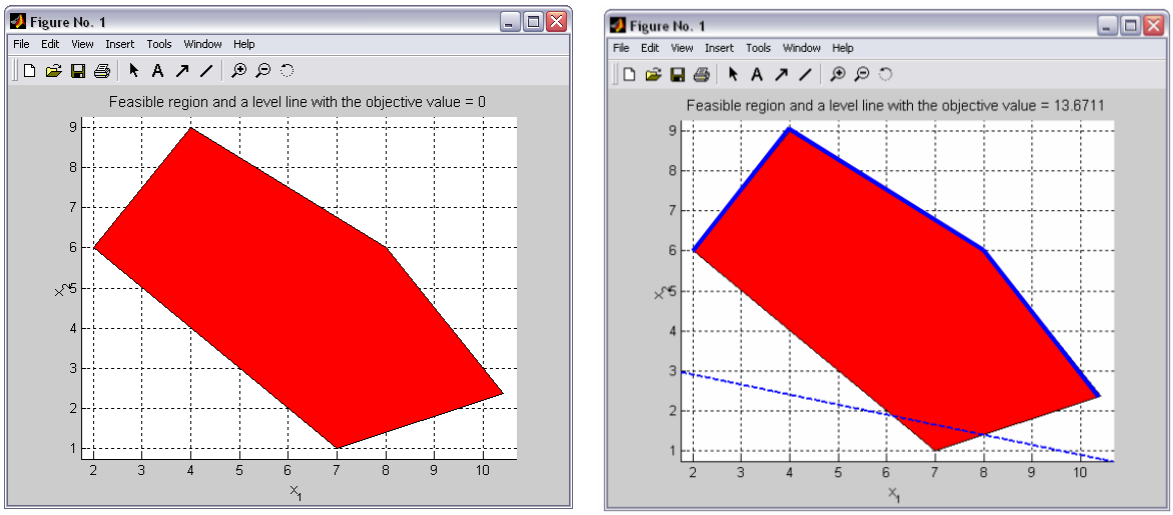


Figura 2 - Região Viável do Problema Relaxado e Região Viável do PLDNP

Fonte: Oliveira (2005, p. 149-150)

Dessa forma, observa-se que esse algoritmo obtém todos os pontos extremos da região viável do problema estendido em primeira mão; após as rodadas, fazendo uso de seus procedimentos, ele obtém os pontos da região viável do PLDNP, aos quais, após uma análise refinada, possa servir de ponto de partida para achar uma solução para o Problema Linear de Dois Níveis. Verifica-se que o ponto (10,4211; 2,3684) após uma análise do problema detalhada do problema é o ótimo global do problema de dois níveis, pois as funções objetivos do primeiro e do segundo nível encontram seu valor mínimo com esse respectivo ponto.

CONCLUSÃO

O modelo de Programação Linear em Dois Níveis mostrou-se bastante eficaz no que concerne a representação de sistemas decisórios descentralizados, refletindo melhor a realidade de uma hierarquia organizacional e a otimização dos

processos Logísticos portuários. O Algoritmo Identificador de Vértices Viáveis (AIVV) proposto é um procedimento computacional de grande complexidade, que se mostrou bastante eficaz no que concerne a solução do PLDN, pois revisa todo o poliedro de pontos viáveis do Problema Linear de Dois Níveis, ou seja, explicita todas as candidatas a solução ótima global, facilitando assim a compreensão e solução do problema.

Referências:

BIALAS, Wayne F.; KARWAN, Mark H. **Mathematical Methods for Multilevel Planning:** The Operations Research Program Department of Industrial Engineering State University of New York At Buffalo. Research Report No. 79-2, Buffalo, New York. February, 1979. Disponível em: < http://www.acsu.buffalo.edu/~bialas/public/pub/Papers/papbk79.pdf >. Acesso em: 10 jun. 07.

BIALAS, Wayne F. University at Buffalo: Industrial Engineering**.** Multilevel Optimization, and Multilevel Programming and Bilevel Programming. Criado: 10 ago. 2004. Disponível em: < http://www.acsu.buffalo.edu/~bialas/info/whatis_x.html >. Acesso: 11 mai. 07.

_____. Multilevel Optimization: Some ideas for further study in multilevel optimization. University at Buffalo: Department of Industrial Engineering. 2005. Disponível em: < http://www.acsu.buffalo.edu/~bialas/info/multilevel_ideas.html>. Acesso em: 11 mai. 07.

_____. Decision Systems Group. University at Buffalo: Department of Industrial Engineering. 2005. Disponível em : http://www.acsu.buffalo.edu/~bialas/info/decisiongroup_x.html. Acesso: 11 mai. 07.

CAMPÊLO, Manoel Bezerra Neto. *Programação Linear em Dois Níveis: Uma abordagem teórica e computacional***.** Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação) – COPPE – UERJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

CAMPÊLO, Manoel Bezerra Neto; SCHEIMBERG, Suzana Makler**.** A simplex approach for finding local solutions of a linear bilevel program by equilibrium points. Annals of Operations Research, Kluwer, 2005. Disponível em: < http://www.lia.ufc.br/~mcampelo/mcampeloPublic.htm >. Acesso: 18 mai. 07.

COUNCIL OF SUPPLY CHAIN MANAGEMENT PROFISSIONALS. Disponível em: < http://www.cscmp.org/Website/AboutCSCMP/Definitions/Definitions.asp>.Acesso em: 22 jul 07.

DANTAS de Souza, Simone. *Problemas de programação em dois níveis: um estudo dos casos linear, linear-quadrático e quadrático.* Dissertação (Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação) - COPPE – UERJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

GAVIRA, Muriel de Oliveira. *Simulação Computacional como uma Ferramenta de Aquisição de Conhecimento*. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-20052003-004345/publico/Gavira1.pdf. Acesso: 24 mai 07.

JORDÁN, Gladys Castillo. Investigação Operacional e Optimização, 2002. Disponível em: <http://www2.mat.ua.pt/io/acetatos.htm >. Acesso em: 11 mai. 07.

LAVAL Silva, Alexandre. *Modelo de Programação Linear em Dois Níveis para Otimização de Estoques de Sobressalentes***.** Dissertação (Mestre em Sistemas e Computação) - Ministério da Defesa Exército Brasileiro - Secretaria de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2003.

MARCOTTE, Patrice. Bilevel Programming: Algorithms. Universidade de Montreal, Canadá, 1999. Disponível em: < www.iro.umontreal.ca/~marcotte/ARTIPS/marcot3.ps > . Acesso em: 09 jun. 07.

NEVES, Julio Cezar Silva. *Modelo de Programação Linear Binível para a Alocação Dinâmica de Veículos*. Tese (Doutorado em Sistemas e Computação) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

NOVAIS, A. G. *Logística e Gerenciamento da cadeia de distribuição*. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

OLIVEIRA, Érik da Silva. *Uma Abordagem da Pesquisa Operacional Aplicada à Gestão de Materiais e a Logística: Contribuição para o Ensino do Modelo de Programação Linear em Dois Níveis.* Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção) – LEPROD – Laboratório de Engenharia da Produção – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2005.

RODRIGUEZ, Álvaro Bounous. *A atuação, na movimentação de containeres, do Operador Portuário Privado em Paranaguá no contexto da Logística Globalizada "porta a porta":Um Estudo de Caso.*Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas). UFSC. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: < http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/5572.pdf >. Acesso em: 18 ago. 07.

SANTOS, Carlos André Martins dos. *Programação em Dois Níveis Aplicada ao Estudo da Oferta Ótima em Sistemas Termoelétricos*. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas de Computação) - Instituto de Matemática do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NCE /IM/UFRJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

VICENTE, Luis N**.** Bilevel Programming: Introduction, history and overview*.* Encyclopedia of Optimization, ed. by C. A. Floudas and P. M. Pardalos, vol. 1, pp. 178-180, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 2001.

RELACIONAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES

Danielle Alves Fortuna Pussiareli[57]

Resumo: O assunto abordado apresenta de forma verídica os comportamentos dentro de uma hierarquia organizacional. Retrata o relacionamento entre o superior e o subordinado nas diversas formas de poder (autocrática, democrática, sinérgica etc.), sendo visível a percepção de um sucesso organizacional, quando as "peças chave" da organização (superior e subordinado) produzem e convivem harmonicamente valorizando o respeito mútuo tendo como única meta o desenvolvimento empresarial. Dentro deste contexto, será descrito a importância do clima organizacional para o mercado moderno, em que os atores (superior e subordinado) formam um cotidiano organizacional de profissionalismo e respeito mútuos.

Palavras-chave: Relacionamento; Hierarquia; Organizações.

INTRODUÇÃO

Nas organizações as relações hierárquicas muitas vezes se caracterizam por conflitos entre superiores e subordinados. Na busca da satisfação do cliente os conflitos ocorrem, pois nem sempre o funcionário tem autonomia para viabilizar condições de conquistá-lo.

Os superiores querem resultados de seus subordinados, mas muitas vezes estes não possuem condições de solucionar o problema do cliente sem consultar o seu superior hierárquico. Com isso, o subordinado não possui condições de apresentar resultados e surpreender seu superior com bons índices de produção.

A hierarquia nem sempre é respeitada (by-pass), pois o subordinado normalmente não encontra em seu superior direto condições de mostrar suas ideias e de expor opiniões que auxiliarão nos resultados da empresa. Diante destas dificuldades o subordinado procura o topo da hierarquia no intuito de encontrar apoio para suas ideias e credibilidade nos objetivos que acredita como produtivo para empresa.

O relacionamento nas organizações é extremamente importante, já que bons resultados requerem companheirismo e trabalho em conjunto. O sucesso da organização exige muitas vezes que pessoas distintas abandonem as diferenças quebrando as barreiras do conflito. É neste "quebrar de barreiras" que a organização

[57] Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, Graduada em Administração pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do curso de Administração – UNIFSJ.

obtém seu sucesso, pois os funcionários que a compõe têm como objetivo primordial o bem estar da organização.

Os estudos realizados nas relações hierárquicas nas organizações buscam alcançar os reais resultados destes convívios com suas afinidades e conflitos. Cada indivíduo na organização é parte integrante deste “mundo de relações”, em que personagens distintos mostram suas competências para o sucesso da organização, seja pela ajuda mútua ou pela indiferença de alguns. Os instrumentos utilizados para realização da pesquisa baseiam–se em buscas em sites especializados, bibliografias, revistas e alguns artigos referentes ao mundo das relações hierárquicas.

Admite-se que o interesse nas relações humanas faz com que aumente a necessidade de estudar de forma mais profunda os caminhos que levam aos cotidianos das organizações. São nas relações, sejam de companheirismo ou conflito, que surge o clima organizacional e também são estes personagens que contribuem para compor o sucesso ou o fracasso de uma empresa.

Através das relações hierárquicas que se observa como flui o cotidiano das organizações, como são seus graus de convivência e atos e fatos que compõem o clima organizacional, que fascina pelo rumo de várias pessoas pode dar com seus “mundos e personalidades” distintos a uma grande empresa. São estas pessoas que por suas imprevisibilidades tornam cada vez mais curiosos os cotidianos organizacionais.

1. POSTURAS HIERÁRQUICAS E AS DIVERSIDADES NA PERSONALIDDE

De acordo com Hollenbeck (2000) ao capitalizar as diferenças individuais observa-se que mesmo o gerente mais tolerante pode desejar, de vez em quando, que as diferenças individuais desapareçam. Se todos os supervisores, colegas e subordinados fossem semelhantes, a administração seria uma tarefa muito fácil. Uma vez que não é possível que as diferenças individuais desapareçam, as empresas que desejam obter êxito devem tentar capitalizar as diferenças de modo a aumentar sua competitividade. Na verdade, as pesquisas sobre como as empresas obtêm vantagem competitiva sustentável sistematicamente identificam a seletividade na contratação e a ênfase no treinamento como duas características centrais.

Nas relações hierárquicas os gerentes devem levar em conta os méritos e as falhas de pessoas diferentes e, em seguida, por meio de seleção, treinamento ou reengenharia, criar uma situação que apoie os êxitos e afaste as deficiências de seu pessoal. Considerando todas as dimensões nas quais as pessoas podem diferir, podemos demonstrar mais críticas a serem enfocadas de acordo com o critério individual de cada gerente. (ADIZES, I, 1986)

Para Botelho (1986, p.38), as diferenças individuais se tornam semelhantes quando o assunto busca a "motivação em si". Hoje contamos com alguns instrumentos, que ajudam a entender sobre motivar os subordinados e torná-los peças chaves da produção de uma empresa, como a operacionalização que permite avaliar o nível de satisfação do colaborador com a empresa, com as lideranças e com o ambiente de trabalho.

O clima organizacional ideal deve estar coerente com o planejamento estratégico da organização, em que os colaboradores e os líderes sintam-se em um ambiente harmonioso, tomando suas posturas com satisfação, trazendo a empresa resultados altamente produtivos.

Ao aproximar-se de expectativas, anseios e necessidades dos funcionários e do conjunto das respectivas relações interpessoais, será identificado e compreendido o clima organizacional presente em dado momento do contexto organizacional. (ADIZES, I, 1986)

Quando se consegue criar um clima organizacional que propicie a satisfação das necessidades de seus participantes e que canalize seus comportamentos motivados para a realização dos objetivos da organização, simultaneamente, tem-se um clima propício ao aumento da eficácia da mesma. (BOTELHO 1978)

Nesse sentido, as organizações, buscando melhorar seu clima, estão adotando estruturas horizontalizadas, enxutas, nas quais as pessoas tendem a participar, realização do trabalho em equipe, bem como no planejamento estratégico. Alternativas como remuneração variável e flexibilidade no horário de trabalho têm colaborado para que ocorra um clima de comprometimento com os objetivos organizacionais. (CAMPOS V. F. 2001)

1.1 – POSTURA DO SUBORDINADO

Com relação às diversidades de personalidade Wagner (2000) afirma que enquanto as aptidões representam coisas que um indivíduo pode fazer, a personalidade significa perfil de uma pessoa. No momento em que as empresas estão competindo cada vez mais no terreno da qualidade do serviço, a personalidade de quem fornece o serviço dificilmente terá tamanha importância. (CHIAVENATTO, 2002)

No âmbito organizacional o subordinado convive com as diferenças entre seus colegas de trabalho lidando com inúmeras diversidades de personalidade, que podem vir a proporcionar conflitos ou até mesmo afinidades. Para Chiavenatto (2002, p.96), num mundo tão cheio de transformações, em meio à globalização, onde a competição dentro dos setores se tornou marca registrada deste momento, as empresas devem, cada vez mais, melhorar seus índices de competitividade; para isso ela depende quase que única e exclusivamente de seus seres humanos, motivados, felizes e orgulhosos dos valores compartilhados com a organização. Caso contrário, aquilo que poderia ser feito em apenas uma hora com alto grau de qualidade, chega a demorar até dois dias para ser concluído.

Pesquisas indicam que colaboradores com baixos índices de motivação utilizam somente 8% de sua capacidade de produção. Por outro lado, em setores, áreas, empresas onde encontramos colaboradores motivados este mesmo índice pode chegar a 60%. (CHIAVENATTO,2002)

Algumas empresas parecem apresentar uma nítida correlação entre um baixo nível de motivação e um alto índice de doenças psicossomáticas. O resultado é um elevado gasto com assistência médica com seu quadro de pessoal. (KANAANE, R. 2000). As empresas precisam manter o índice de motivação de seus colaboradores o mais elevado nível possível de forma que este valor passe a ser um dos seus indicadores de resultado.

Cada ser humano se motiva por razões diferentes. O que é muito importante para organizações é que estas razões devem ser coerentes com sua cultura interna e atitude perante os funcionários, que vai desde a contratação, passando pela manutenção do colaborador na empresa e no seu desligamento. (KANAANE, R. 2000).

O subordinado mantém uma postura produtiva e coerente com os ideais da organização desde que nesta encontre os itens motivadores como: desafios,

integração, oportunidade de crescimento profissional, estabilidade, oportunidade de desenvolvimento profissional, benefícios, valorização e reconhecimento, imagem da empresa frente ao mercado e visão de futuro.

Pessoas entusiasmadas, valorizadas e felizes, que vêem seu trabalho reconhecido, aumentam a produtividade da organização. O ambiente interno da empresa deve prover as condições necessárias à sua realização, em todos os sentidos. A valorização é entendida como uma necessidade humana suficientemente forte para criar um clima adequado à superação dos desafios nesta época de grandes mudanças competitividade. (KANAANE, R. 2000) Sentir que é reconhecido pelo que faz está intimamente ligado ao sentimento de realização. Ser valorizado significa receber maiores desafios, receber feedback, ser ouvido, ser tratado com igualdade e crescer profissionalmente.(CHIAVENATTO,2002)

1.2 – POSTURA DO SUPERIOR

No interior da organização o gerente depara-se com várias personalidades, com as quais promove um “cotidiano hierárquico”, pois na maior parte das relações em seu período diário de trabalho é com seus subordinados.

Nas organizações o superior precisa ter como atributo, a capacidade de administrar as diferenças de sua equipe, para que promovam bons resultados para a empresa e buscar manter entre seus subordinados o clima de motivação e sinergia. (MARRAS, J.P. 2002)

O papel de líder e seu estilo de liderança são fundamentais para desenvolver a satisfação dos funcionários no trabalho. Contribuem para a motivação da equipe, o comprometimento dos funcionários, a confiança na empresa, a segurança e o sentimento de valorização do funcionário conquistado através de feedback, respeito e credibilidade.

Para Hollenbech, (1999, p15) o importante é que as lideranças de uma empresa sejam conscientes de seu papel perante a motivação de seus subordinados. Ele não os motivará diretamente, mas será o responsável direto por criar as condições básicas para que o subordinado possa encontrá-la.

As lideranças de uma organização representam um dos pontos mais importantes para um harmonioso clima organizacional, uma vez que são as

responsáveis pela interface entre os objetivos da empresa e seus funcionários. Um tratamento diferenciado proporciona uma melhor avaliação da situação de alinhamento ou não entre este clima e os objetivos estratégicos da organização. (MARRAS, J.P. 2002)

2 - A CULTURA DA EMPRESA E O PROCESSO DECISÓRIO ORGANIZACIONAL

O ato de decidir pode fazer a diferença crucial dentro de um mercado competitivo como o atual. (MARRAS, J.P. 2002) Cabe ao gerente saber avaliar as questões, na busca da decisão ideal que trará benefícios para os funcionários, para o gerente e, consequentemente, para organização.

Segundo Jean Pierre Marras, “Toda organização possui uma cultura própria que a identifica e que forma o conjunto que realça os seus costumes – way of life -, suas crenças e seus valores. Pela sua cultura que uma empresa fixa a marca do seu perfil e também orienta e controla o comportamento daqueles que a formam”.

Ao buscar avaliar o processo decisório e a cultura organizacional da empresa, observa-se que cada pessoa tem a sua própria cultura e a sua própria personalidade, características que promovem as diferenças. A *sintatilidade* de cada decisor se caracteriza pelo ambiente em que exerce o poder, com isso trata-se de uma das características que compõem a cultura de uma empresa. (MARRAS, J.P. 2002)

Ao apropriar-se das análises das relações interpessoais em dado contexto organizacional, identifica-se as sinalizações para a caracterização da cultura existente, uma vez que tais interações retratam o grau de formalidade e de informalidade presentes nos respectivos ambientes organizacionais, denotando a maior ou a menor flexibilidade das relações entre seus membros, em que nível os mesmos respondem e participam das condições vigentes. (CAMPOS, V.F. 2001)

Para Kanaane, R. (2000, p.89) as relações de poder e autoridade refletem as posições ocupadas pelo indivíduo no contexto organizacional; esta situação assinala o conjunto de normas e valores, o fluxo de informações que reforçam as posições socialmente mantidas. Estas posições denotam e refletem os graus de influência e realizações dos respectivos indivíduos.

2.1 – PROCESSO DECISÓRIO RACIONAL

Kannane (2000, p.91) afirma que o modelo da decisão racional é às vezes chamado de modelo econômico racional devido aos seus laços com as teorias clássicas do comportamento econômico. O processo decisório racional incluía uma premissa básica sobre a racionalidade econômica, ou seja, a noção de que as pessoas tentam maximizar resultados econômicos individuais. O sistema de valores corresponde a essa premissa avalia os resultados de acordo com seu valor monetário corrente ou previsto. Valores dessa ordem são utilizados sempre que os gerentes avaliam alternativas em termos da rentabilidade ou prejuízo.

2.2 – PROCESSO DECISÓRIO GERENCIAL

O modelo da decisão gerencial mostra de maneira mais realista como os gerentes tomam a maioria das decisões. Este modelo fornece um quadro melhor daquilo que os gerentes efetivamente fazem quando é impossível a racionalidade estrita. (KANNANE, 2000)

2.3 – TIPOS DE CULTURA

> Cultura organizacional é o modelo de pressupostos básicos que um grupo assimilou na medida em que resolveu os seus problemas de adaptação externa e integração interna e que, por ter sido suficientemente eficaz, foi considerado válido e repassado (ensinado) aos demais (novos) membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas. (MARRAS, 2002, p. 30)

A palavra cultura, sob o ponto de vista da chamada “cultura subjetiva”, é a que exprime o sentimento cognitivo das pessoas (inteligência, conhecimento, memória, etc.) A “cultura objetiva” é aquela que antropólogos usam para identificar a maneira de ser de cada um (crenças, valores, etc.). De acordo com Jean Pierre Marras(op.cit.),

> A responsabilidade de conhecer, analisar e acompanhar a evolução da cultura organizacional é uma das grandes tarefas da gestão da AERH, tendo em vista a grande variedade de visões da cultura e as constantes mudanças que os cenários que a albergam e a cercam lhe impõe.

Um dos maiores desafios da AERH e do seu analista organizacional, conforme afirma Motta (1991), “obrigá-lo a adotar uma atitude constante de cientista sempre

atento ás armadilhas das ideias fora do lugar."

2.4 **– COMPONENTES DA CULTURA**

Para Adizes (1986, p.56) os fatores necessários que agrupados compõem a cultura são: valores, ritos, mitos e tabus:

vii) **Valores:** são crenças e conceitos que moldam o contorno cultural de um grupo, estabelecendo padrões de comportamento, de avaliação e de imagem. Em uma organização, o sistema de valores baliza e demonstra claramente quais as prioridades e os caminhos que a empresa normalmente deseja seguir na busca se seus objetivos;

viii) Ritos: praticados com a finalidade perpetuar, no dia a dia, os valores organizacionais e tornar a cultura mais coesa. Podendo ser ritos de passagem, que são celebrações em que se enfatiza a mudança de uma situação para outra e ritos de iniciação, que identificam momentos de entrada em determinadas situações ou grupos;

ix) Mitos: são figuras imaginárias, geralmente oriundas da interpretação de fatos não-concretos e que são utilizadas para reforçar crenças organizacionais com o intuito de manter certos valores históricos;

x) Tabus: no processo cultural os tabus têm a função de orientar comportamentos e atitudes, principalmente enfocando questões de proibição ou de coisas não bem vistas ou não permitidas.

3. COMPORTAMENTO DO LÍDER E DESEMPENHO DOS INDIVÍDUOS NO TRABALHO

Alguns argumentos são apresentados referentes às bases de poder do líder, como esse poder pode ser utilizado no relacionamento líder/liderados e como a influência do líder pode ser usada para melhorar o desempenho no trabalho.

3.1 – BASES DE PODER DO LÍDER

em pessoas comuns." (Abraham Lincoln)

O treinamento voltado para profissionais das mais diversas áreas e a todos aqueles que desejam desenvolver seu potencial de liderança, alia dinâmicas grupais, vivências e pessoais a um conteúdo teórico e instrumental. O treinamento de uma forma inovadora e exclusiva instrumenta o participante colocando-o em contato com suas emoções e sentimentos, levando-o a experimentar novos caminhos que contribuirão para a formação de uma liderança mais eficiente e eficaz, fazendo sobressair os recursos, capacidades e qualidades individuais.(ADIZES, I, 1986).

O sucesso de uma empresa não começa por algo, mas tem início em alguém, e está diretamente ligado ao potencial de sua equipe. Pessoas que sabem que em determinado momento estarão na condição de líderes e estão preparados para isto. Esta preparação provém de um treinamento, que é um processo de assimilação cultural em curto prazo, que objetiva repassar ou reciclar conhecimentos, habilidades ou atitudes relacionados diretamente à execução de tarefas, buscando otimizar a sua condição de líder. O treinamento produz um estado de mudança no conjunto de Conhecimento, Habilidade e Atitudes (CHA), uma vez que implementa ou modifica a bagagem particular de cada um. (BOTELHO 1978)

O treinamento como base do poder líder tem importância fundamental, pois é através deste que se define a sensibilidade do líder. (BOTELHO 1978)

3.2 – USO DO PODER

Para Botelho (1986, p.65) existem vários tipos de líderes com comportamentos diversos que influenciam no trabalho e no desempenho dos liderados. Os tipos de comportamentos mais comuns entre os líderes são:

- **Refratários à delegação –** ninguém pode substituí-los. Mostram-se algumas vezes, ou quase sempre, incapazes de utilizar a capacidade alheia. Conduzem-se muito bem na direção do grupo, na medida em que podem controlar "nos dedos das mãos" as particularidades do trabalho. Podem obter bons resultados até o momento em que o setor de trabalho se torne tão extenso que já lhes seja possível cuidar de todos os pormenores. O chefe deve habituar-se desde cedo a

treinar um ou mais subordinados, a fim de lhes delegar uma parcela de autoridade, libertando-se de tarefas relativamente menores e de responsabilidade mais limitada. Com isso, obterá maior margem de tempo para dedicar-se a tarefas que lhe são próprias e preparará, também, auxiliares que o possam substituir no momento oportuno, em caráter eventual ou definitivo;

- **Excessivos na delegação –** apresenta em primeiro lugar o característico de um grande pavor a responsabilidade; neste tipo os chefes que transferem para os ombros dos subordinados o devido e o indevido; os que tendem a delegar em excesso, inclusive, a própria responsabilidade do cargo. Representam apenas chefes nominais de seu grupo de trabalho; são chefes porque assim foram nomeados e porque estão diretamente articulados com os superiores, mas, na realidade, o grupo está entregue a vários chefes, já que são muitos os que, de fato, exercem as atribuições de chefia. A acefalia, portanto, é a consequência;
- **Equilibrados na delegação -** fazem-no parcimoniosamente, cônscios de sua responsabilidade. Esse senso de responsabilidade é uma das marcas dos grandes chefes, dos grandes organizadores. Através dele percebem o momento em que o peso das tarefas começa a exceder sua própria capacidade. Demonstram-se aptos a escolher auxiliares aos quais delegam atribuições, treinando-os para o exercício dessas atribuições e delegando-as gradualmente. Delegam, em primeiro lugar, atribuições de menor importância, passando sucessivamente às de maior alcance, controlando sempre, duas ordens de reação: a dos auxiliares com relação ao exercício das atribuições delegadas e a dos subordinados de referência à situação dos respectivos chefes. Os chefes deste tipo sempre encontram tempo para dedicar-se às tarefas principais de seu grupo de trabalho. São chefes que, por exemplo, encontram ocasião para planejar, fixar diretrizes gerais, deter-se na visão do panorama conjunto das atividades do grupo. Tudo porque não perdem tempo nem se deixam absorver pelas tarefas perfeitamente delegáveis.

3.3 – GESTÃO DE PESSOAS

A maneira mais direta que o líder tem para influenciar o comportamento dos subordinados no trabalho é usando de poder de recompensa e punição. Instruções e direção são dadas ao indivíduo, e deixando-se claro quais resultados

são contingentes a um comportamento de obediência. (CAMPOS, 2001) Usar estratégias coercitivas para a administração continuada do desempenho das pessoas no trabalho não é um bom caminho. Uma abordagem melhor é ajudar os subordinados e entender o que é esperado deles no trabalho, provê-los de informações sobre como atender a essas expectativas e de suporte enquanto estão tentando cumpri-las, fornecendo feedback e reforço quando as expectativas são alcançadas.(CHIAVENATTO, 2002)

É a conscientização da importância dos colaboradores na interação dos diversos subsistemas organizacionais das empresas entre si e destes com a sociedade que os cerca é a grande chave do sucesso.

A adequação dos recursos humanos é a tarefa mais complexa no processo administrativo, analisando as características pessoais dos colaboradores, propiciando buscar procurar pessoas que tenham certa afinidade com a equipe, com o empreendimento e que possam produzir os resultados que pretende alcançar. (HOLLENBECK, 1999)

A gestão de pessoas vem se mostrando uma especialidade administrativa de extrema importância nas empresas. Através de uma gestão eficaz e eficiente, as empresas reduzem os conflitos, ganham em produtividade, eficiência e comprometimento de seu corpo de colaboradores. Cada colaborador funciona como um ponto de vendas e observação da empresa, pois poderá interagir positivamente na sociedade, buscando alcançar seus objetivos coletivos, incluindo o objetivo de sua empresa. (MARRAS, J.P.2002)

Os colaboradores reagirão de acordo com o ambiente interno. É importante criar um bom ambiente de trabalho, mantendo um clima organizacional favorável. A forma ideal de gerir pessoas fundamenta-se na necessidade do administrador lembrar que seu colaborador é uma pessoa e, como tal, necessita de compartilhar seus anseios, angústias, problemas e sonhos. Ao valorizar seus colaboradores, o administrador obterá resultados extremamente positivos em sua empresa, desde a convivência no ambiente de trabalho a aumentos na lucratividade da empresa.

4. A ADMINISTRAÇÃO SINÉRGICA

A administração sinérgica que se constitui em harmonizar os interesses

individuais e grupais, obtendo o envolvimento de todos com tudo, se dá em um processo sinérgico, em que o resultado final é maior do que o de suas partes isoladamente, já que todos podem criar mais trabalhando juntos do que separadamente, diante de um ambiente em que todos aprendem com todos, todos crescem porque há uma atmosfera de aprendizagem. (CAMPOS,V.F.2001)

Neste tipo de administração a relação hierárquica é mais eficaz, pois o subordinado trabalha como se a empresa fosse dele, pois todos têm o objetivo de aprimorar a empresa, promovendo o seu sucesso. O superior sinérgico consegue estabelecer compromissos com seus subordinados e não uma relação de obediência. Isto acontece porque trabalham juntos e na mesma direção. (CAMPOS, 2001)

O nível de sinergia existente em um sistema organizacional dependerá das energias emanadas por este sistema, via intercâmbios ambientais, cujo conjunto de elementos gradativamente delineiam o quadro geral das interações sociais. Tais interações refletem um conjunto de possibilidades que vão desde as relações facilitadoras como cooperação, colaboração e participação, até as relações que impedem seu funcionamento adequado, ou seja, conflitos não administrados e competições exacerbadas, rivalidades, disputas pelo poder.

4.1 – SINERGIA – SABER CONVIVER COM O CONFLITO

O que o gerente moderno busca é obter de seus subordinados o máximo de rendimento possível, mas para isto é necessário conviver com as diferenças individuais e os conflitos por ela proporcionados. Importante salientar, é que esta “máquina” chamada homem tem como “combustível” algo muito mais complexo porque é um ser pensante, “condenado a liberdade.”

Neste ambiente de contínuas mudanças, leva à necessidade de rever o que se entende por condições de trabalho e, principalmente, nos estilos gerências e organizacionais. Somados os homens são mais fortes e obtém resultados melhores, mas esta “soma” significa que cada um coopere e aja de acordo com seu ponto de vista.(ADIZES, I, 1986)

O conflito de ideias intenso é hoje um fator de progresso e desenvolvimento, pois se aprende que isto enriquece e melhora resultados. Precisa-se aprender a

conviver com o conflito de ideias sem que isto traga consigo o conflito entre pessoas. Todo gerente precisa obter a sinergia dos seus colaboradores e isto só é possível a partir do entendimento de que divergir não é “pecado”, mas um ponto de vista pessoal; e se o objetivo final é comum é possível divergir apenas quanto às formas para atingi-lo, mas caminhando juntos para a consecução daquele objetivo. (ADIZES, I, 1986) Sinergia é o resultado do binômio respeito e confiança.

Na administração sinérgica a decisão é tomada onde está a informação e a competência e não onde está o poder hierárquico. Para possuir reais colaboradores é preciso delegar, uma vez que é o meio mais eficaz de treinar o que se possui; sem delegação não há desenvolvimentos pessoais e formação de quadros competentes, mas de autônomos, de incompetentes e assustados “meninos de recado.” (CHIAVENATTO, 2002)

4.2 – HIERARQUIA OU SINERGIA

No mundo do trabalho entende-se que a hierarquia absoluta é indispensável para o bom funcionamento de uma empresa, ou seja, há um ser superior aos outros. Hoje num sistema equilibrado combina-se competição e mútua dependência ou interdependência. É necessário que todos trabalhem para a solução dos problemas comuns. É preciso rever este estado de absoluta dependência e entender que há muito mais inter-relação e interdependência. Não há seres solidários. Cada criatura, de alguma forma, está ligada aos demais e deles depende, esteja onde estiver. (CHIAVENATTO, 2002)

Há um elo invisível entre todos os componentes de uma empresa, pois todos estão “somados” para o pleno funcionamento do todo e atingimento de um mesmo objetivo. A força de um grupo é maior que a soma das suas partes. Não se pode mais ver a empresa como uma estrutura, a não ser no organograma; é preciso vê-la como um processo, pois ela é um organismo vivo que renova suas forças todos os dias, que se transforma e que só se mantém equilibrada quando conjuga competição com mútua dependência.

A hierarquia existe dentro da empresa para que aja uma diferenciação de funções e responsabilidades desempenhadas. (ADIZES, I, 1986) Na administração sinérgica, o superior interage com seus subordinados, os fazendo colaboradores

diretos do processo empresarial. Os subordinados dispõem de liberdade e abertura para discutir ideias e metas para o aprimoramento da organização. Com isso o líder tem para com seus liderados uma relação de respeito e confiança, posto que trabalham com o objetivo de trazer bons resultados para a empresa na qual juntos convivem.

4.3 - SINERGIA E OS SEUS DESAFIOS

A sinergia tem como desafio tratar pessoas como pessoas, pois o futuro é a grande “mola propulsora” do ser humano. Afinal, todos lutam pelo que querem e ainda não tem. Aí está um saudável caminho para demonstrar às pessoas os seus interesses, tão importantes para elas, são igualmente importantes para outros. (HOLLENBECK, 1999)

É necessário ter uma postura que mostre para os subordinados que eles devem obedecer de maneira adulta e consciente e discordar, também de maneira adulta e consciente, sempre que tiverem algo importante e enriquecedor a oferecer. Com isto, conflitam-se flexibilidade e inflexibilidade. (ADIZES, I, 1986)

A sinergia busca criar, manter e ter um ambiente onde os membros da empresa convivam com o conflito de forma adulta, serena e construtiva. Este é o desafio, pois há uma absoluta necessidade de harmonizar e unir pessoas que são, habitualmente, total e completamente diferentes entre si. Os desafios da sinergia se resumem na integração entre os membros da empresa, gerenciando suas diferenças. E os conflitos existentes destas divergências, buscando promover em clima de cumplicidade que tenha como principais características à comunicação, credibilidade e confiança. (HOLLENBECK, 1999)

CONCLUSÃO

Foi possível avaliar as relações hierárquicas em seus ambientes de conflito e amizade. São através destas relações que as organizações se movem e obtém seus resultados, sejam eles de sucesso ou fracasso.

Cabe a cada componente da organização se dedicar na busca de bons resultados para empresa e um clima organizacional satisfatório, onde subordinados

e superiores tem como único objetivo, altos índices de produtividade da empresa.

A organização que possui colaboradores tem em seu cotidiano, relações de sinergia e integração, pois seus membros trabalham juntos, sejam eles subordinados e superiores tendo como objetivo manter a empresa funcionando em um clima harmônico, já que os conflitos são encarados nestes ambientes como oportunidade de novas ideias, para romper as metas. O superior que deseja produtividade e bons resultados deve priorizar as relações de cooperação, valorizando seu subordinado, pois ele é o cooperador direto, responsável pelas atividades da empresa.

As relações dentro de uma empresa que a fazem funcionar, que a fazem transpor metas, a organização para obter sucesso deve conservar seus talentos e tratar seus executivos e empregados com respeito e justiça. São nas interações do dia a dia entre os vários níveis hierárquicos que estes fatores aparecem.

Quando as pessoas são tratadas com respeito e justiça elas são mais propensas a cooperar com a empresa. Todos trabalham juntos para alcançar as metas da organização. Quando as pessoas não acreditam umas nas outras, elas não cooperam.

Uma empresa que deseja renovar-se deve antes de tudo revitalizar pessoas, ou seja, mudar sua mentalidade. É preciso que os altos executivos mudem sua visão sobre a gestão e suas ações no local de trabalho, influindo no comportamento de seus subordinados. A responsabilidade de criar o contexto comportamental é, assim, da alta direção da empresa.

A organização é constituída de pessoas com ideais diferentes e personalidades diferentes, que devem interagir entre si buscando o respeito mútuo, para que a empresa tem um clima organizacional agradável, com funcionários motivados e superiores conscientes da importância de seus colaboradores. Com isto resta a empresa possuir desafios e transpor cada um deles com sua equipe sinérgica, em que juntos a fazem um sucesso.

Referências:

ADIZES, Ichak. **Gerenciando Mudanças**. Belo Horizonte: Pioneira, 1986.

BOTELHO, Eduardo Ferreira. **Do Gerente ao Líder A Evolução do Profissional,** São Paulo: Atlas, 1978.

CAMPOS, Vicente Falconi. **O Valor dos Recursos Humanos na Era do Conhecimento**. 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2002.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações.** São Paulo: Atlas**, 2000.**

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos do Operacional ao Estratégico**. Rio de Janeiro: Futura, 2002.

WAGNER E HOLLENBECK, John A. e John R. **Comportamento Organizacional Criando Vantagem Competitiva**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CONTABILIADE AMBIENTAL:

Nível de Conhecimento dos Profissionais da Área Contábil de Itaperuna.

Valéria Apolinário Andrade[1]
Rafael Silva Santos[2]
Jesuina Figueira Cezar[3]

RESUMO: Trata-se de um estudo que visa investigar o nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre a Contabilidade Ambiental nas empresas, e como esses profissionais avaliam a contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental. A pesquisa foi realizada em Itaperuna-RJ e comparou seus resultados com a pesquisa de Martendal (2013) realizada em Florianópolis-SC. O método utilizado foi o de Survey, oquestionário estruturado teve 16 perguntaspara obter respostas baseadas na escala Likert e 1 pergunta aberta. Foi constatado que muitos dos profissionais da Contabilidade não possuem um conhecimento satisfatório sobre o tema. Os resultados foram parecidos com os do estudo comparado. Entretanto, a maioria dos entrevistados concorda e está cientede que o adequado registro contábil dos eventos ambientais pode contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Ativos Ambientais. Passivos Ambientais. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade Ambiental tem crescido seu grau de importância no ambiente empresarial, porque além da questão da disponibilidade ou escassez de recursos naturais e da poluição do meio ambiente, existem debates econômicos, políticos e sociais em todo o mundo voltados para esta temática.

Segundo Cezar (2008, p.12) e Cezar e Silva Junior (2008) o meio acadêmico tem discutido duas perspectivas distintas acerca do papel das organizações. De um lado, a economia clássica que defende que as organizações existem para maximizar valor para o acionista, expectativa dos *shareholders*, (FRIEDMAN, 1970); de outro, a teoria dos *stakeholders*(FREEMAN, 1984) que defende que as organizações existem para atender a demanda de um grupo maior e mais abrangente de atores sociais, entre eles, os acionistas, o corpo diretivo, o corpo funcional, fornecedores e clientes, governos, entre outros.

A perspectiva dos *stakeholders*(Proprietários, Funcionários, Fornecedores, Consumidores, Comunidade local) afirma que o resultado final das atividades empresariais deve levar em consideração os retornos de todos os envolvidos. Então

se a empresa, através de seus gestores, realiza uma atividade que polua o ar, por exemplo, estes não atendem a expectativa de retorno dos *stakeholders*envolvidos.

"A decisão de investir em um ou outro projeto social/ambiental fica a critério do gestor." (NOSSA et al., 2009, p. 123). A contabilidade interage com os gestores das empresas. Os profissionais da área contábil podem contribuir para os investimentos na gestão dos recursos naturais atuando diretamente nos relatórios e com o adequado conhecimento sobre o assunto. Investir ou não no meio ambiente, trata-se de uma decisão tanto de cunho financeiro, quanto ético-social, estando os contadores diretamente envolvidos nestas decisões e mensurações dos ativos investidos para a obtenção do retorno esperado pelos gestores. (MARTENDAL et al., 2013, p. 30-31)

Desta maneira a sustentabilidade é realidade dentro das empresas, necessitando de registros e conhecimentos. A contabilidade, através de suas técnicas, pode auxiliar os gestores da organização em suas tomadas de decisões sobre impactos ambientais e sociais na localidade em que a empresa esteja inserida. A contabilidade participa no registro de eventos ambientais que causam impactos no meio ambiente e consequentemente no resultado contábil e financeiro das empresas. (RIBEIRO, 2005)

> O contador, de acordo com Sá (2010), tem sido peça chave dentro das instituições e possui a função de mantê-la saudável, além de manter sadia toda a sociedade. Assim, a contabilidade demonstra uma ligação entre o meio ambiente e as empresas, pois o patrimônio pode ser afetado dependendo da atuação da entidade com o meio ambiente, além de eliminar agressões ao meio, com as ações tomadas pela entidade. (RIBEIRO, 2006)

> A contabilidade interpreta, analisa, identifica, registra as operações das entidades, buscando soluções para amenizar os impactos surgidos de ações tomadas por elas, visando assim uma sustentabilidade financeira e ambiental. (QUEIROZ, 2000)

De acordo com Albuquerque et al. (2007), a busca por profissionais da Contabilidade que atuam na área socioambiental e que atendam determinações legais que promovam o desenvolvimento sustentável, está cada vez mais sendo requisitada.

Diante desta constatação espera-se que os profissionais contábeis invistam

em conhecimentos teóricos e legais a respeito da Contabilidade Ambiental que estuda, por exemplo, os benefícios ou prejuízos que uma determinada atividade empresarial ou um produto específico podem depositar no meio ambiente. Este ramo da Contabilidade estuda formas de mensuração e divulgação de atos empresariais que envolvam e impactem o meio ambiente em que estejam inseridos.

Diante também da constatação de certa carência principalmente no que tange a continuidade e comparabilidade das pesquisas que abordam empiricamente conhecimento e avanços na Contabilidade Ambiental, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade da cidade de Itaperuna-RJ sobre Contabilidade Ambiental?

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral identificar o nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre a contabilidade ambiental nas empresas, e como esses profissionais avaliam a contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental. E quanto aos objetivos específicos busca-se: Descrever os conceitos de Contabilidade Ambiental e verificar os benefícios desse ramo da contabilidade; Definir ativo e passivo ambiental, Receita e Custo ambiental; Analisar vantagens/desvantagens econômicas a partir da utilização da Contabilidade Ambiental; Verificar se os profissionais da área Contábil fazem o uso ou possuem o conhecimento desse ramo da Contabilidade; Confrontar os resultados obtidos com os encontrados na literatura, especificamente com os resultados obtidos no estudo de Martendalet al. (2013).

Uma limitação que deve ser considerada neste trabalho é que os resultados são condicionados à amostra observada, como normalmente ocorre nas pesquisas empíricas. Assim, deve-se refutar a generalização dos resultados em termos de profissionais contábeis atuantes no nosso país. Espera-se que esta pesquisa corrobore na continuidade e comparabilidade das pesquisas que abordam empiricamente conhecimento e avanços da Contabilidade Ambiental e que contribua na compreensão teórica a respeito da Contabilidade Ambiental e que evidencie uma percepção do nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre o assunto no município de Itaperuna-RJ

1. CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade pode ser definida como uma ferramenta que contribui na

análise dos recursos e resultados obtidos, além de auxiliar na tomada de decisão. (OTT e DALMAGRO, 2002). Marion (2006, p.26) acrescenta a ampliação de fornecimento de dados para os usuários externos: “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.”

Os administradores e gestores tomam suas decisõesatravés das informaçõescontábeis obtidas com os relatórios financeiros e gerenciais, estes devem fornecer informaçõesúteis,devendo ser compreensivas, claras e objetivas, caracterizando assim a contabilidade. (LOPES*, et al*., 2007)

A contabilidade ambiental surgiu por causa da preocupação com o meio ambiente, surgiu como um ramo da ciênciacontábil destinada a avaliar e mensurar as movimentações economias e financeiras que envolvem o meio ambiente (KRAEMER, 2005).

Segundo Antunes (2011), a contabilidade ambiental é "a contabilidade dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto pode originar no meio ambiente, conjunto de ações pensadas com vista ao desenvolvimento de um projeto, tendo em conta a preservação do meio ambiente ".

A contabilidade ambiental demonstra as ações das empresas de acordo com o meio ambiente, demonstrando tudo o que é feito para preservar o meio ambiente. (ROSA & LUNKES, 2005)

Os problemas ambientais passam de problemas locais para problemas globais e sua solução ou minimização passa a exigir nãosó da sociedade, mas também das empresas atitudes para soluções, devendo assim considerar o meio ambiente em suas decisões e ações. (BARBIERI, 2004)

Para Pfitscher (2004), "a contabilidade ambiental tem por finalidade tornar pública toda e qualquer atitude das entidades que possa influenciar o meio ambiente, reconhecendo os custos, passivos e ativos ambientais"

2. IMPORTÂNCIA E FINALIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente se tornaram assunto global e de intensa importância, tornando objeto de debate econômico, político e social em todo mundo, dessa forma a contabilidade ambiental tem crescido

em importância para as empresas. (TEIXEIRA, 2000 p. 3)

Carvalho (2012, p.101) cita como importância da contabilidade ambiental que "basta que se olhe para a devastação das riquezas naturais, sem que registros tenham sido feitos nos anais contábeis das empresas e do governo para que se note quão omissa tem sido a ciênciaem relação ao meio ambiente".

A finalidade da Contabilidade Ambiental é de fornecer informações externas para prestação de contas das atividades, servir de parâmetro no gerenciamento das atividades e auxiliar no planejamento estratégico, na sua elaboração, sendo assim, designada para atuar como registro e geração de relatórios. Paiva, (2003, p. 17)

De acordo com Tinoco, Kraemer(2004), as empresas têm algumas razões básicas para adotar a Contabilidade Ambiental. Entre essas razões está aGestão Interna, as ExigênciasLegais e também a Demanda de Parceiros Sociais. Dessa forma, as empresas visam relacionar a gestão ambiental e seu controle, objetivar a redução de custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos, as empresas necessitam ter controle dos riscos ambientais para se livrar de multas e indenizações, além das empresas estarem submetidas a sofrer pressões dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, bancos e investidores.

O objetivo da contabilidade ambiental é identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, evidenciando a situação patrimonial ambiental da Indústria. (RIBEIRO, 2005)

a. CONTAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

i. ATIVO AMBIENTAL

Ativo, de forma genérica, segundo Marion (2002, p. 53), tem a seguinte definição: "O Ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefíciosfuturos".

Os ativos ambientais segundo Pfitscher (2004) são entendidos como bens e direitos, no caso de ambientais, são valores que visam permitir ao usuário uma informação e uma avaliação das ações ambientais. Tinoco e Kraemer (2004, p. 177)

citam: “São ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes de atividades de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo.

Para melhor entender quem compõe estes ativos pode-se citar algumas classificações de acordo com Pfitscher (2004): Estoques (Insumos adicionais ao processo produtivo de armazenamento e transporte para eliminar, reduzir e controlar os níveis de emissão de resíduos ou materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados); Imobilizado (Investimentos realizados na aquisição de itens que viabilizem a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção das receitas e cuja vida útil se prolongue além do término do exercício social: máquinas, equipamentos, instalações, etc. empregados no processo de controle ambiental).

ii. PASSIVO AMBIENTAL

Os passivos ambientais devem ser constituídos pela expectativa de sacrifício de benefícios futuros impostas por legislações e regulamentações ambientais, como taxas, contribuições, multas e penalidades por infrações legais e, ainda, em decorrência de ressarcimento a terceiros por danos provocados, estimativas de gastos para recuperação e restaurações de áreas degradadas, seja por iniciativa própria, seja exigida por lei ou terceiros. Enfim, todos os compromissos que impliquem o provável consumo de recursos futuros para fazer face às obrigações decorrentes de questões ambientais. (RIBEIRO, 1998, p. 70)

Na opinião do IBRACON (1996, p.5) o passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo bem como multas e indenizações em potencial.”

Para a melhor compreensão destes passivos, estes podem ser classificados de acordo com Nazareno (2002 *apud* PFITSCHER 2004) na obtenção de ativos tais como: Aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de águas químicas, etc.). Insumos que serão inseridos no processo operacional que não produza resíduo tóxico; Despesas de Manutenção e operação do departamento de gerenciamento ambiental, inclusive mão-de-obra; Gastos Recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão-de-obra, insumos em geral, etc.);

Multas por infrações ambientais; Danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.

Para JUNIOR (1999; p.6), um Passivo Ambiental deve ser reconhecido, quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação.

O IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, de acordo com a Norma e Procedimentos de Auditoria NPA-11 – Balanço e Ecologia (ICBRASIL, 1996), conceituam o Passivo Ambiental como: “Toda agressão que se praticou ou prática contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo”.

iii. RECEITA AMBIENTAL

As receitas ambientais podem ser exemplificadas pelos seguintes atos prestação de serviços na gestão ambiental; venda de produtos a partir de sobras e sucatas; participação no faturamento da parcela que demonstra sua atuação responsável com o meio ambiente.

De acordo com Iúdicibus (2002, p.131) receita é: [...] valor monetário, em determinado momento na produção de bens e serviços da entidade, que provoca acréscimos no patrimônio líquido e simultâneo acréscimo de ativo, sem necessariamente provocar, ao mesmo tempo, um decréscimo do ativo e do patrimônio líquido, caracterizado pela despesa Pode-se citar como receita ambiental tudo aquilo que provém da atividade desenvolvida pela empresa, seja indústria, comércio ou uma empresa de prestação de serviços. (PFITSCHER, 2004).

Segundo o IASB (apud IUDÍCIBUS & MARION, 2000, p.173) a receita pode ser definida como: “(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redunda num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital (...)”

iv. CUSTOS AMBIENTAIS

Os custos ambientais classificam-se sob os seguintes aspectos (CFC,2000):

Custos de Prevenção – destinados à redução da quantidade de poluentes expelidos no processo produtivo.

Custos de Controle – destinam-se a manter as agressões ambientais dentro dos limites estabelecidos anteriormente.

Custos de Correção – destinam-se às recuperações decorrentes dos danos causados ao meio ambiente.

Custos de Falhas – referem-se aos custos de falhas ocorridas no processo de redução, controle e correção da agressão ao meio ambiente.

Custos das Externalidades – decorrem dos impactos gerados pelas empresas, que poderão no futuro, virem a tornarem-se importantes.

Na visão de Ribeiro (1992, p.80):

> O valor dos insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados podem constituir-se em exemplos de custos e despesas ambientais.

Segundo Ribeiro, Gonçalves e Lima (2002, p. 05), custos ambientais são os consumos de recursos ocorridos na área de produção, mas voltados especificamente ao controle e preservação ambiental, tais como todos os insumos inseridos no processo operacional que tenham por objetivo preciso a eliminação ou redução de poluentes.

3. BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Algumas vantagens e benefícios da contabilidade ambiental são citados por Kraemer(2002), que enfatiza a mensuração e alocação dos custos ambientais, a mensuração dos passivos ambientais, a utilização intensiva de notas explicativas e indicadores de desempenho ambiental, verificação mais precisa das reduções de recursos como água, energia e solo, decisões tomadas baseadas nos custos e benefícios registrados pela própria contabilidade ambiental e também o fornecimento de informações e demonstrativos sobre a viabilidade e eficácia econômica das ações ambientais, além da transparência e interesse social, as correções das ações ambientais reduzindo o impacto na natureza e a qualidade dos dados e interpretação do público, interno e externo, avaliando assim uma qualidade da gestão ambiental da entidade. Ilo (1992), também cita alguns benefícios da

Contabilidade Ambiental como:

> aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendidos a preços altos; - aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência; - linhas de novos produtos para novos mercados; - aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição, melhoria da imagem institucional; - renovação da carteira de produtos; - aumento da produtividade; - alto comprometimento do pessoal; - melhoria nas relações de trabalho; - melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas; - acesso assegurado ao mercado externo; - melhor adequação aos padrões ambientais.

4. MÉTODO DE PESQUISA

O presente estudo se enquadra em pesquisa exploratória-descritiva, com o intuito de proporcionar melhor contato com a situação problema, investigando a literatura disponível, com finalidade de conceituar, esclarecer e desenvolver conceitos relacionados com o tema proposto. Trata-se de uma pesquisa que busca descrever o conhecimento e importância do assunto através de uma determinada população.

Para levantamento da pesquisa de campo foi utilizado uma amostra da população deprofissionais na área contábilde Itaperuna-RJ, para analisar suas percepções e nível de conhecimento sobre a contabilidade ambiental. Para a pesquisa foi utilizando o método Survey. Foram coletados dados por meio da aplicação de um questionário estruturado baseado em (Martendal, 2013) para que houvesse comparabilidade dos resultados.

Oquestionário teve suas questões elaboradas para respostas estruturadas por meio da escala Likert, que compreende opções de respostas do mais positivo para o mais negativo, devendo o entrevistado optar por excelente, suficiente, regular, pouco suficiente e insuficiente, de acordo com o conhecimento do tema proposto. A última pergunta foi aberta para resposta discursiva e foi aplicada para que os profissionais entrevistados pudessem demonstrar o conhecimento sobre o benefício da Contabilidade Ambiental.

A pesquisa foi realizada durante o mês de setembrode 2015, com uma amostranão probabilística e intencionalde 25 profissionais ativosda cidade de Itaperuna- RJ.

5. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos com a pesquisa realizada, demonstrando o conhecimento dos profissionais e a importância sobre o tema abordado e confrontando-os com informações obtidas do trabalho de Martendal (2013) realizado na cidade de Florianópolis.

Em se tratando da instituição de Ensino Superior onde os profissionais realizaram o curso, 100% dos entrevistados cursaram faculdade particular.

Em relação à disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental, a pergunta foi se os profissionais a cursaram e verificou-se que 4 profissionais cursaram as disciplinas, representando 16 % dos entrevistados, demonstrando um incremento positivo na pesquisa atual como segue na figura 1.

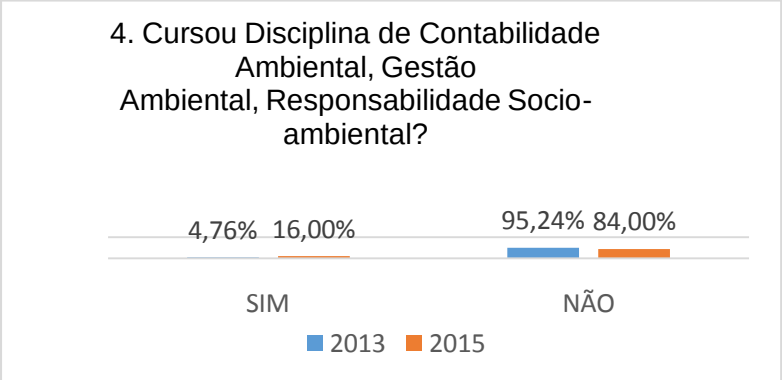


Figura 1. Profissionais que cursaram a disciplina de contabiliade ambiental e/ou gestão ambiental.

Perguntou-se também se os contadores participaram de eventos ou congressos ou se já obtiveram contato com algum material, como livros, revistas da área da Contábil Ambiental, mostrando assim o grau de interesse dos profissionais sobre o assunto abordado.

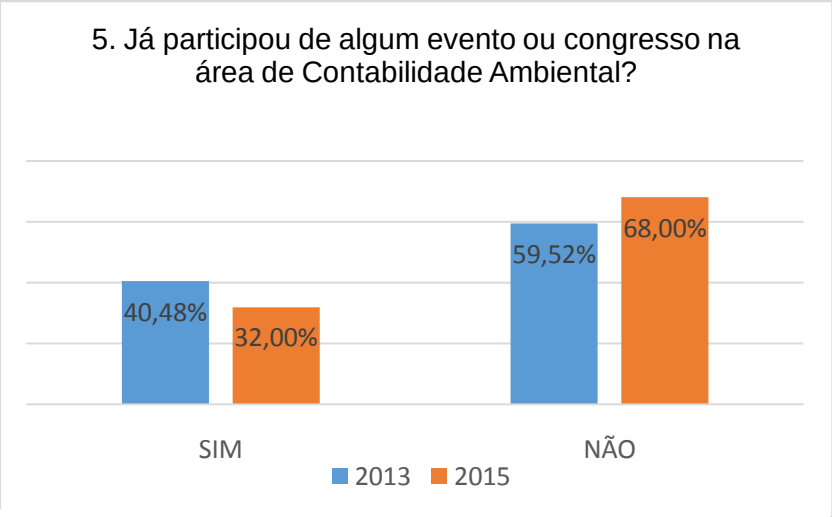


Figura 2. Profissionais que participaram de algum evento e/ou congresso na área contábil ambiental.

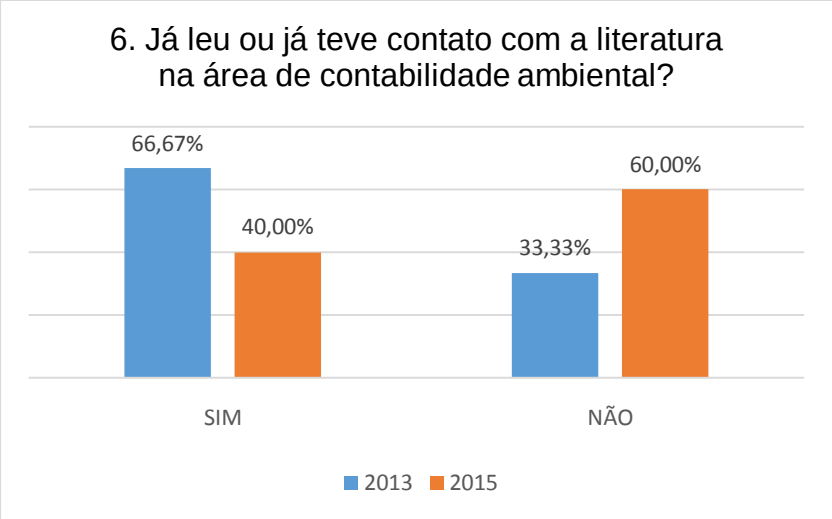


Figura 3. Profissionais que tiveram algum contato com materiais, literatura na área de Contabilidade Ambiental.

Em outra questão, abordou-se o nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social e de acordo com as respostas foi observado que 28% não possuem conhecimento, 16% possuem pouco conhecimento, 20% descrevem o conhecimento como regular 24% consideram o conhecimento suficiente e 12% tem conhecimento excelente.Confrontando com a pesquisa realizada em 2013, pode se observar que atualmente o conhecimento sobre o Balanço Social é maior.

Na décima questão relatada, perguntou-se sobre a mensuração dos gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio

ambiente, e com isso, na figura 5, podemos observar que a maioria dos entrevistados considera seu conhecimento pouco suficiente a respeito do assunto.

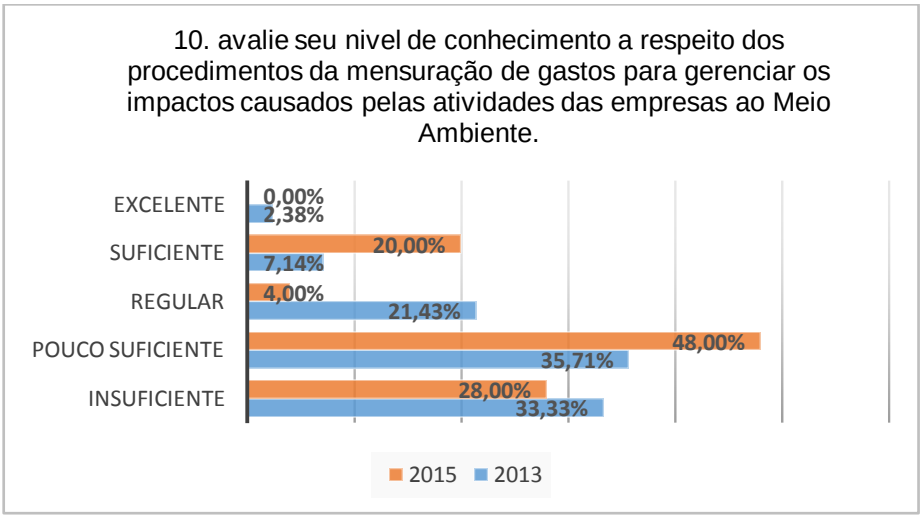


Figura 6. Nível de conhecimento a respeito da mensuração de gastos para gerenciar os impactos gerados pelas atividades das empresas ao Meio Ambiente.

A décima primeira pergunta refere-seà mensuração de passivos ambientais e registros dos ativos ambientais. Identificamos um nível de conhecimento maior na amostragem de Itaperuna em relação à Florianópolis como pode-se confirmar através da figura 7.

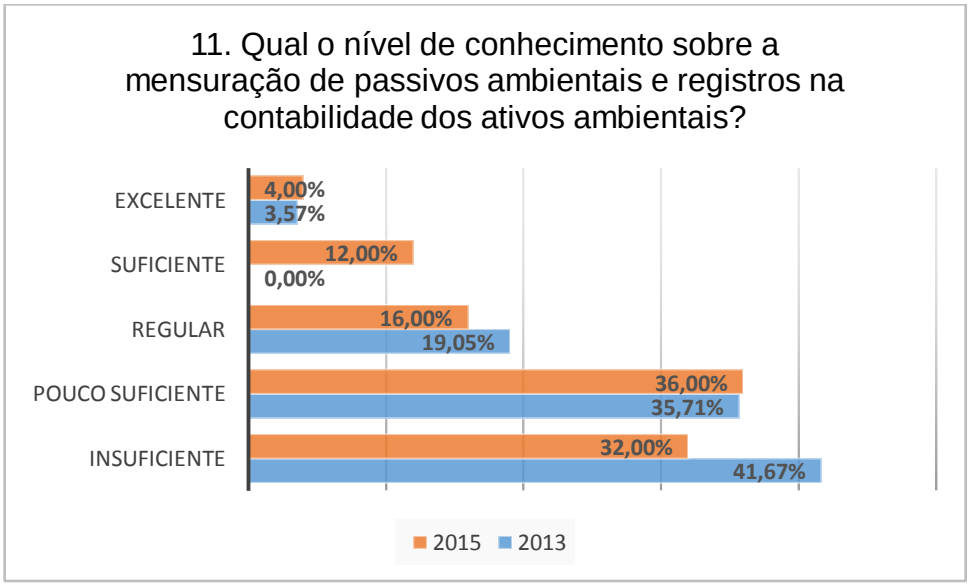


Figura 7. Nível de conhecimento a respeito da mensuração de Passivos e Ativos Ambientais.

Na questão seguinte tratou sobre o nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas e o resultado foi de que a maioria dos entrevistados descreve ter pouco conhecimento sobre o assunto, conforme figura 8.

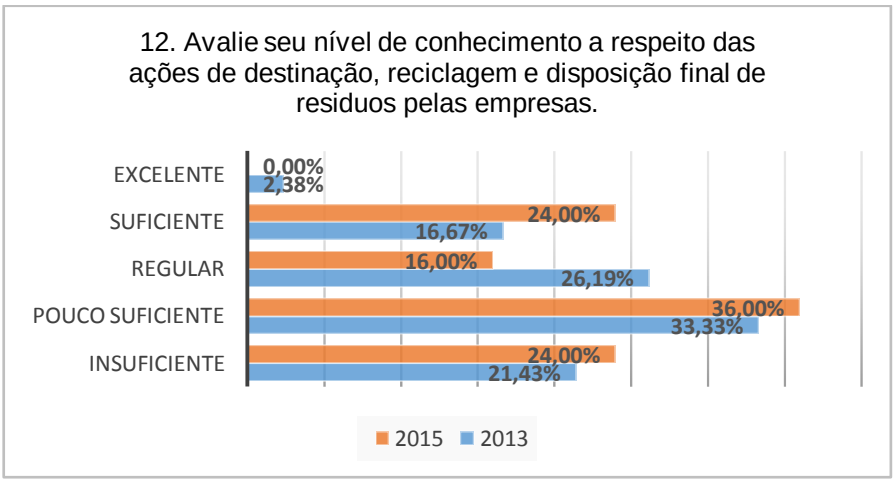


Figura 8. Nível de conhecimento a respeito das ações de destinação, reciclagem e disposição final de residuos pelas empresas.

Em relação à décima terceira pergunta realizada, sobre a legislação e funcionalidade pública do ICMS Ecológico, pode-se observar, conforme a figura 8, que quase metade dos entrevistados(48%) desconhecem do assunto.

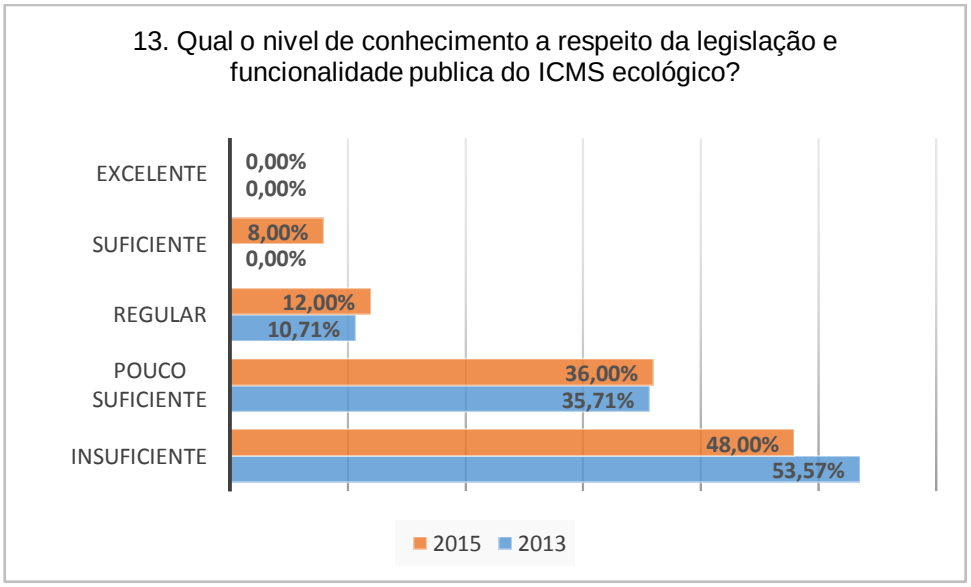


Figura 9. Nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade pública do ICMS Ecológico.

De acordo com as repostas seguintes, 56% dos profissionais descrevem ter conhecimento suficiente sobre como as empresas podem obter vantagens competitivas graças às melhorias de gestão ambiental. Pode se observar que o conhecimento das vantagens nesta pesquisa obteve diferenças significativas comparadas ao de Martendal (2013).

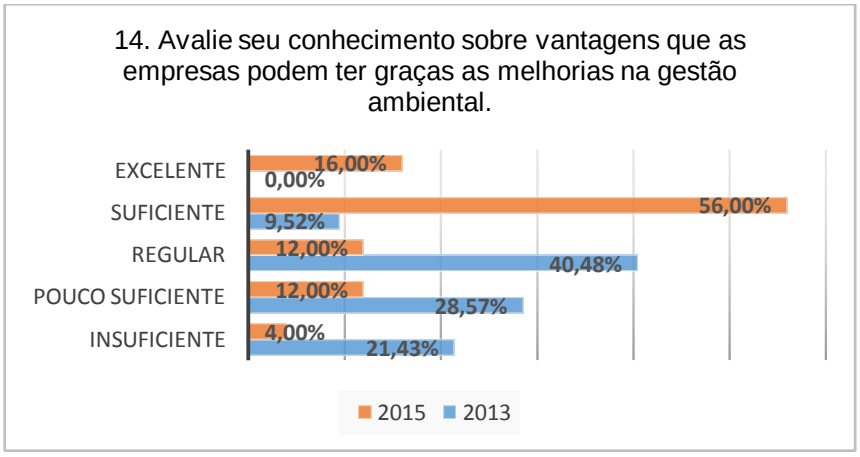


Figura 10. Nível de conhecimento a sobre vantagens para as empresas graças as melhorias na gestão ambiental**.**

Em relação à avaliação descrita pelos entrevistados sobre a contribuição das Ciências Contábeis para a sustentabilidade e gestão ambiental, 36% dos profissionais relatam ser excelente a contribuição, demonstrando que boa parte dos profissionais entrevistados entende que é importante a ligação da contabilidade com o meio ambiente.Esta pergunta foi realizada de forma aberta no estudo de Martendel (2013), assim não confrontamos as informações obtidas, mas os autores indicaram grande importância da contribuição da Ciência Contábil.

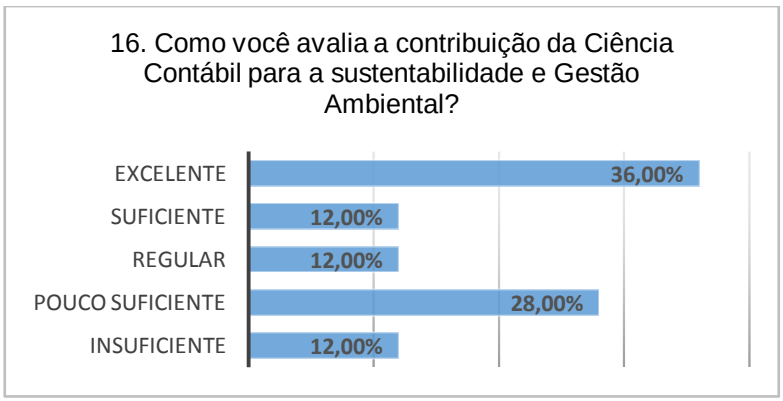


Figura 12. Avaliação sobre a contribuição da Ciência Contábil na sustentabilidade ambiental.

CONCLUSÃO

A Contabilidade Ambiental propõe-se na difícil tarefa de mensurar e criar metodologias contábeis para registrar os resultadosdas atividades de empresas que impactam tanto positivamente quanto negativamente o meio ambiente. A motivação das empresas para registrar os ativos ambientais e as receitas ambientais é notoriamente maior do que registrar os passivos ambientais e as despesas ambientais. Estas últimas normalmente têm seu cumprimento baseado em exigências legais e por órgãos reguladores que exigem uma postura de responsabilidade socioambiental que atinge diretamente os interesses dos *shareholders,* ou seja, dos donos da empresa.

Independente do interesse voluntário das empresas nas divulgações de suas ações socioambientais, da exigência legal ou de pressões dos *stakeholders*os contadores precisam estarpreparados para atuarem neste campo de conhecimento. Esta pesquisa objetivou identificar o grau de conhecimento dos profissionais da área contábil da cidade de Itaperuna-RJ, a respeito da Contabilidade Ambiental e confrontar as informações obtidas com as de outra cidade.

Após análise das informações levantadas pela pesquisa bibliográfica, pode-se observar que a Contabilidade Ambiental tem peculiaridades que diferem da Contabilidade de outras áreas, dentre elas: as formas pelas quais as demonstrações contábeis são abordadas, o balanço social como instrumento informacional, as diferentes abordagens de ativo, passivo e Patrimônio Líquido, entre outros conceitos desenvolvidos.

Mesmo que os profissionais contábeis estejam cientes de que a contabilidade ambiental é importante e possa ajudar nas empresas, juntoà Gestão Ambiental, este estudo concluiu que a maioria dos profissionais que atuam na contabilidade não possuem conhecimentos suficientes sobre o assunto.Muitos dos entrevistados entendem que o seu conhecimento é precário apesar do tema ser interessante, importante e com demanda para atuação no mercado de trabalho.

Em relação à última pergunta aberta realizada sobre o benefício da Contabilidade Ambiental, apenas um entrevistado respondeu esta pergunta demonstrando seu ponto de vista, o que pode tanto significar que a maioria dos profissionais ficaramdesmotivados para respondê-las como também que realmente não possuem conhecimento sobre o assunto para escrever uma opinião.

Apesar do pouco conhecimento diagnosticado,a maioria dos profissionais concorda e temciênciade que a implantação da gestão ambiental, junto com registros contábeis adequados, pode vir a melhorar significativamente o gerenciamento dos recursos aplicados, caracterizando uma importância da Contabilidade Ambiental na gestão e organização das entidades.

Referências:

ALBUQUERQUE, João Henrique Medeiros de. etal..**Demonstrações Contábeis: Um Estudo da Contribuição à Tomada de Decisões Ambientalmente Saudáveis.** In: Engema – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 9, Curitiba, 9, 2007.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey.** 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, G.M.B de**. Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CEZAR, Jesuina Figueira; SILVA JÚNIOR, Annorda.**A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006.** In: Congresso anual da associação nacional de programas de pós-graduação em ciências contábeis. São Paulo: ANPCONT, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, J. Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade** – Para o nível de graduação. 3° Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 – Balanço e Ecologia. 1996. Disponível em: <https://www.ibracon.com.br>.Acesso em: 12 de junho de 2015.

KRAEMER, Maria E. P. **A Contabilidade como Instrumento de GestãoAmbiental.** 2005. *Gestiopolis,* Colômbia, 2002. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/fin/contgesamb.htm>. Acesso em: 22 de março de 2015.

LOPES, B. Alexsandro; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade** – Uma nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 8° Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
_____. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
MACIEL,Carolina V.; LAGIOIA, Umbelina Cravo T.; LIBONATI, Jeronymo José; RODRIGUES, Raimundo N. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade.**Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC),**v. 6, n. 11, p. 137-158, Jan/Jun, 2009.

MARTENDAL, Alair;UHLMANN, Vivian O.; VIEIRA, Eleonora M. F.; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis. **Revista Enfoque Reflexão Contábil**. v. 32, n. 1, p. 29-47, Jan/Abr, 2013.

NOSSA, Valcemiro; Jesuina Figueira Cezar, Annor da Silva Júnior, Silvania Neris Nossa. A Relação entre o retorno anormal e a responsabilidade social e ambiental: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. **BBR – Brazilian Business Review**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 121-136, maio/ago. 2009.

PAIVA, Paulo R. de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

PFITSCHER, Elisete, D. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico.** Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2004.
QUEIROZ, E.L.S. A Contabilidade como um Instrumento de Gestão Ambiental Empresarial e sua Contribuição a Melhoria da Qualidade de Vida Planetária. Revista Pensar Contábil – CRC/RJ. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (mestrado). FEA/USP,1992.
_____. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – FEA/USP, 1998.
_____. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.
_____. **O tratamento contábil dos créditos de carbono**. Ribeirão Preto, 2005.

ROSA, S. Fabrícia; LUNKES, J. Rogério. **Revolução verde: a gestão ambiental auxiliando a transformar o fantasma da poluição ineficiente em vantagem competitiva**. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil; 2005.

TINOCO, João E. P; KRAEMER, Maria E. P. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.
_____. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.